

Capital e COAMO - Agroindustrial Cooperativa: a formação de um território

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

Capital e COAMO - Agroindustrial Cooperativa: a formação de um território

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como requisito parcial para obtenção do título de doutor em Ciências.

GISELE RAMOS ONOFRE

ORIENTADOR: Prof. Dr. Júlio César Suzuki

SÃO PAULO

2011

Simbologia do cooperativismo:



Pinheiros - Antigamente o pinheiro era tido como um símbolo da imortalidade e da fecundidade, pela sua sobrevivência em terras menos férteis e pela facilidade na sua multiplicação. Os pinheiros unidos são mais resistentes e ressaltam a força e a capacidade de expansão.

Círculo: representa a eternidade, pois não tem horizonte final, nem começo, nem fim.

Verde: Lembra as árvores - princípio vital da natureza e a necessidade de se manter o equilíbrio com o meio-ambiente.

Amarelo: simboliza o sol, fonte permanente de energia e calor.

Dia Internacional do Cooperativismo: instituído em 1923 no Congresso da ACI é comemorado no primeiro sábado de julho de cada ano, a confraternização de todos os povos ligados pelo cooperativismo. Assim nasceu o símbolo mundialmente conhecido do cooperativismo: um círculo abraçando dois pinheiros para indicar a união do movimento, a imortalidade de seus princípios, a fecundidade de seus ideais e a vitalidade de seus adeptos. Tudo isso marcado pela trajetória ascendente dos pinheiros que se projetam para o alto, procurando subir cada vez mais.

Bandeira: O cooperativismo possui uma bandeira formada pelas sete cores do arco-íris, aprovada pela ACI - ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL em 1932, que significa a unidade na variedade e um símbolo de paz e esperança. Cada uma destas cores tem um significado próprio:

vermelho - coragem.

alaranjado - visão de possibilidades do futuro.

amarelo - desafio em casa, na família e na comunidade.

verde - crescimento tanto do indivíduo como do cooperado.

azul - horizonte distante, a necessidade de ajudar os menos afortunados, unindo-os uns aos outros.

anil - necessidade de ajudar a si próprio e aos outros por meio da cooperação.

violeta - beleza, calor humano e amizade.

(PORTAL DO COOPERATIVISMO, 2010)

A história de todas as sociedades que existiram até nossos dias tem sido a história das lutas das classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, senhor e servo, mestre de corporação e oficial, numa palavra, opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido numa guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada, uma guerra que terminou sempre, ou por uma transformação evolucionária da sociedade inteira, ou pela destruição das suas classes em luta. [...] A sociedade burguesa moderna, que brotou das ruínas da sociedade feudal, não suplantou os velhos antagonismos de classe. Ela colocou no lugar novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta. (MARX & ENGELS, 2004. p.26)

DEDICO ESTE TRABALHO

A todos meus amigos e parentes que contribuíram para a conclusão da tese de doutoramento. Em especial dedico aos meus pais: Dionira Ferreira Ramos e Américo Santos Alves (*in memoriam*); Ao meu padrasto e amigo Jucie Fernandes da Silva, a meus filhos Vilson Gabriel Ramos Onofre e Daniel Ramos Ribeiro pelo incentivo, carinho, amor e compreensão que sempre me ofereceram; e ao meu companheiro e amigo Eduardo Massuia Martins Ribeiro.

AGRADECIMENTOS

Ao orientador da tese de doutoramento, Prof. Dr. Júlio César Suzuki, meus agradecimentos.

A todos os professores do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo e do Departamento de Geografia – FECILCAM (Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão), pelos diálogos, pelo apoio e incentivo.

Em especial, à professora Nair Glória Massoquim, por sua amizade, incentivo, ajuda na coleta de dados, pelos conhecimentos transmitidos e pela confiança depositada. E ao professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira, pelo carinho e atenção dedicada no início de minha pesquisa sobre o cooperativismo rural e a cooperativa Coamo.

Aos companheiros de orientação, junto ao grupo Agricultura e Urbanização, coordenado pelo Prof. Dr. Júlio César Suzuki.

A todos meus amigos que cursaram as disciplinas exigidas para a conclusão do curso de doutorado, contribuindo por meio de discussões teórico-metodológicas realizadas em trabalhos em grupo. Especialmente aos amigos: **Alberto Pereira dos Santos, Everson Paulo Pimenta, Hector Rafael dos Santos, Fábio Venâncio e Israel Fontes Dutra.**

À Universidade de São Paulo e a seus funcionários, em particular aos do COSEAS, pela atenção e manutenção do alojamento temporário, no qual fui hóspede e muito bem atendida. Um agradecimento especial para a Carla, para a Rosana e para a Neuza, assistentes sociais, que atenciosamente disponibilizaram minha hospedagem, dedicando atenção e confiança.

Aos pioneiros, agricultores e moradores mourãoenses que cederam entrevistas, fotos e documentos para a elaboração da tese de doutorado.

E, finalmente ao meu tio Olevi Alves Ferreira e aos grandes amigos Germano Boiko e Geovane Boiko (*in memoriam*), da empresa Expresso Nordeste, pelo apoio, incentivo, confiança e contribuição com transporte, o que possibilitou a realização desse trabalho.

A todos, os meus sinceros agradecimentos...

LISTA DE ABREVIATÖES

ACARPA - Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná.
ACI – Aliança Cooperativa Internacional
A.E.A.C. - Álcool Etílico Anidro Carburante.
A. E. H. C. - Álcool Etílico Hidratado Carburante.
AGROMATE - Federação das Cooperativas de Mate Ltda.
ALCOPAR - Associação de Produtores de Álcool e Açúcar do Estado do Paraná.
BNCC - Banco Nacional de Crédito Cooperativo.
BRDE - Banco Regional de Desenvolvimento.
CAI - Complexo Agroindustrial.
CLASPAR - Empresa Paranaense de Classificação de Produtos.
COAGEL - Cooperativa Agropecuária Goioerê Ltda.
COAMO - Cooperativa Agropecuária Mourãoense Ltda.
CONAB - Companhia Nacional do Abastecimento.
COOPERMIBRA - Cooperativa Mista Agropecuária do Brasil.
CREDICOAMO - Cooperativa de Crédito Rural Coamo Ltda.
CTRIN - Departamento Geral de Comercialização do Trigo Nacional.
DAC - Departamento de Assistência do Cooperativismo.
DERAL - Departamento de Economia Rural.
GERCA - Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura.
IAPAR - - Instituto Agronômico do Paraná.
IBC - Instituto Brasileiro de Café.
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social.
I.T.C.F. - Instituto de Terras, Cartografia e Florestas do Estado do Paraná.
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
NORCOOP - Projeto Norte de Cooperativismo.
OCEPAR - Organização das Cooperativas do Estado do Paraná.
PIC - Projeto Iguaçu de Cooperativismo.
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SEAB - Secretaria do Estado da Agricultura e Abastecimento.
SNCR - Sistema Nacional de Crédito Rural.
SULCOOP - Projeto Sul de Cooperativismo.
UFP - Universidade Federal do Paraná.
UEPR/FECICAM - Universidade Estadual do Paraná/FECILCAM – Campus de Campo Mourão
UEM – Universidade Estadual de Maringá
USP – Universidade de São Paulo

RESUMO

No estudo sobre a formação do território do capital e da Coamo, primeiramente seguindo por uma perspectiva Dialética Materialista Histórica, caracterizou-se a cooperativa agroindustrial Coamo com base nas nuances da territorialização e da monopolização do capital e sua influência na sociedade, examinando os elementos que foram os responsáveis no interior das cooperativas pela otimização do capital no campo. Para tanto, foi necessário o debate sobre a participação da cooperativa Coamo como instrumento de expansão do capital nas atividades agrárias, consolidando a estruturação da agricultura capitalista, repercutindo em todo o processo social na região de Campo Mourão e se expandindo por todo o Paraná, atingindo os Estados de Santa Catarina e do Mato Grosso do Sul. No estudo da expansão do território do capital foi considerado, como embasamento teórico, o entendimento de duas tríades principais: terra, trabalho e capital (elementos essenciais no desvendamento das contradições do modo de produção capitalista) e capital, território e cooperativa Coamo (elementos que se conectam aos processos de desenvolvimento nacionais e contribuem para a compreensão das contradições criadas no desenvolvimento do modo de produção capitalista em Campo Mourão). Apresentada a problemática que envolve a formação hegemônica do território, foram consideradas as reflexões e os questionamentos realizados por meio da coleta de informações e de entrevistas sobre a atuação da cooperativa Coamo, que é uma das maiores cooperativa da América Latina. Para fins didáticos, a pesquisa foi dividida em duas macrointerpretações, tendo como limite geográfico a área espacial da região de Campo Mourão. Em linhas gerais, uma das tendências da pesquisa voltou-se às particularidades do Estado do Paraná e da região de Campo Mourão, no que se refere à intensificação do capital no campo, com a participação direta da Coamo, entre outros agentes externos e internos, historicamente ligados aos conflitos e às lutas arroladas pela apropriação e regulamentação das terras. A outra tendência de interpretação não se desvinculou da primeira, complementando a análise sobre a temática, apresentando, de forma global e nacional, as vicissitudes geradas no decorrer da formação do território do capital, com o auxílio e integração das cooperativas agropecuárias. Nesse momento foi enfatizado o papel da atuação da Coamo na formação desse território. A partir da análise das macrointerpretações, foi

possível o registro de informações sobre o fenômeno da territorialização e da monopolização capitalista que vem se intensificando em todo o país, atingindo praticamente todos os países do mundo. Para tanto, no estudo da territorialização capitalista, foi elencada uma gama de contribuições de autores, sendo Karl Marx um dos maiores representantes do estudo da produtividade do capital, que, com seu pensamento, embasou esta tese de doutoramento. Enfim, destaca-se que, para o seu fortalecimento, o capital está produzindo novas moldagens nas cooperativas, que passam a ser mais uma das formas de reprodução e de acumulação do capital, firmando seu desenvolvimento também em bases cooperativistas, ou seja, denominadas de *cooperativas capitalistas*.

Palavras-chave: Capital, Agricultura, Cooperativismo agrícola, Território, Coamo – Cooperativa Agroindustrial Ltda.

ABSTRACT

In the study on the formation of Coamo's territory of the capital, under a Historical Materialist Dialectic perspective, the agribusiness cooperative was characterized based on nuances of territorialization and monopolization of the capital and its influence on society, examining the elements that were responsible within the cooperatives for the optimization of the capital in the field. To achieve this aim, we needed the debate on the participation of Coamo as an instrument of penetration of the capital in agricultural activities, consolidating the structure of capitalist agriculture, affecting the entire social process not only in the region of Campo Mourão, but also reaching the states of Santa Catarina and Mato Grosso do Sul. In the study of the expansion of the territory of the capital, it was considered, as the theoretical basis, the understanding of two major triads: land, labor and capital – that are essential elements in revealing the contradictions of the capitalist mode of production - and the capital, land and Coamo, which are elements that connect themselves to the national processes and contribute to the understanding of the contradictions created in the development of the capitalist mode of production. Stated the problem that involves the formation of hegemonic territory, it was taken into consideration the discussions and issues got by data collecting and interviews about the performance of cooperative Coamo, which is one of the largest cooperative in Latin America. For didactic purposes, the research was divided into two macro-interpretations, considering the spatial area of the region of Campo Mourão as the geographic limits. In general, a research line was directed to the particularities of the State of Paraná and the region of Campo Mourão, in relation to capital deepening in the field, with the direct participation of Coamo, among other internal and external agents, historically linked to the conflicts and struggles enrolled for the appropriation of land and regulations.

The other trend of interpretation is not apart from the first, complementing the analysis about the subject by presenting global and national vicissitudes generated during the formation of the territory's capital, with the assistance and integration of agricultural cooperatives. At this point, it was emphasized Coamo's role played in the formation of this territory.

From the analysis of macro-interpretations, it was possible to record information about the phenomenon of territorial and capitalist monopoly which is

intensifying across the country, affecting practically all countries of the world. To this end, the study of capitalist territorial, was cast a range of contributions from authors and Karl Marx one of the greatest representatives of the study of capital productivity, which based the thought of his doctoral thesis.

Finally, we point out that for its strengthening, capital is producing new moldings in cooperatives that become more and more a way of reproduction and accumulation of capital, firming its development also in cooperative databases, that is cooperatives called capitalists.

Keywords: Capital, Agriculture, Agricultural cooperatives, Territory, Coamo - agribusiness cooperative Ltda.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	19
2 COAMO AGROINDUSTRIAL COOPERATIVA NO ESPAÇO E NO TEMPO....	41
3 AS ATIVIDADES ECONÔMICAS DA REGIÃO DE CAMPO MOURÃO E A COOPERATIVA COAMO	102
3.1 A participação da Coamo no processo de intensificação do capital no campo	117
3.2 A expansão do território capitalista da Coamo	147
4 TERRITÓRIO COAMO: REALIDADE E PERSPECTIVAS	177
4.1 Expansão e territorialização do capital e Coamo: O mito do desenvolvimento cooperativo na formação de uma sociedade igualitária	202
4.2 Coamo: acumulação e as mudanças cooperativistas.....	219
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	239
ANEXO 1 - ATA DA ASSEMBLÉIA DE CONSTITUIÇÃO DA COOPERATIVA AGROPECUÁRIA MOURÕENSE LTDA	267
APÊNDICE 1	272

Lista de Fotos:

Foto 1 - Sede administrativa da COAMO.....	41
Foto 2 - 1920: estrada boiadeira, passagem do gado	103
Foto 3 - Década de 1950: Plantação de cana e mandioca.....	106
Foto 4 No meio florestal a moradia dos desbravadores.....	109
Foto 5 - Cultura do café em 1920: Predominante em algumas localidades da região mourãoense	114
Foto 6 - Constituição da Coamo, aprovada por unanimidade entre os sócios	125
Foto 7 - Vista aérea 1960//1973, Avenida Capitão Índio Bandeira (principal Avenida de Campo Mourão) e Vista aérea 1960/1972.....	139
Foto 8 - Indústria de óleo de soja Coamo: Primeira agroindústria da Coamo instalada no município de Campo Mourão	162
Foto 9 - As fotos relatam na sequencia a instalação da destilaria de álcool da Coamo (1983) e o seu funcionamento, que se estendeu até o final de 2001	163
Foto 10 - Indústria de Fiação de algodão da Coamo. As fotografias demonstram a modernização na produção de fios de algodão pela cooperativa que acompanha o produtor desde o plantio de algodão, sua industrialização e comercialização.....	164
Foto 11 - Fábrica de Margarina da Coamo. Nota-se pela foto a produção de margarina, em sua indústria, instalada no parque industrial da Coamo	165
Foto 12 - Nova indústria de torrefação e moagem de café, inaugurada no município de Campo Mourão	166
Foto 13 - Complexo agroindustrial da Coamo que abrange também uma indústria em Paranaguá	167
Foto 14 - Unidade de armazenamento e recebimento da Coamo	169
Foto 15 - Sistema de secagem de produtos	169
Foto 16 - Terminal Portuário de Paranaguá	171
Foto 17 - Parceria de arrendamento Coamo e Coagel	176
Foto 18 - Fachada do entreposto inaugurado em Candido de Abreu em 2005	182

Lista de Figuras:

Fig 1 - Espacialização das unidades da Coamo na Mesorregião Centro Ocidental Paranaense 30

Fig 2 - Avanço das frentes pelo Estado do Paraná 116

Fig 3 - Território Capital e Coamo: na reprodução do território da Coamo, a dinâmica econômica capitalista exerce influência em todos os municípios que a Coamo possui entreposto, tornando a Cooperativa na maior representatividade capitalista da América Latina. 150

Fig 4 - Organograma representativo da estrutura organizacional da COAMO..... 153

Fig 5 - Alimentos Coamo, linha consumidor e industrial 159

Fig 6 - Esquema de produção de Biodiesel e H-Bio 168

Lista de Tabelas:

Tabela 1 - Coamo em números	64
Tabela 2 - Mesorregião Centro Ocidental Paranaense em número de estabelecimento – décadas de 1970 a 1980.....	142
Tabela 3 - Campo Mourão: distribuição das propriedades tituladas até o ano de 1955	143
Tabela 4 - Campo Mourão: distribuição das propriedades tituladas até o ano de 1955	193
Tabela 5 - Mesorregião Centro Ocidental Paranaense: Número de estabelecimentos agropecuários por grupos de área	194

Lista de Quadros:

Quadro 1 - Município da unidade produtiva dos cooperados pioneiros da Coamo	67
Quadro 2 - Perfil geral da Coamo em 2009	158
Quadro 3 - Números do cooperativismo por ramo de atividade	184
Quadro 4 - Crescimento do cooperativismo brasileiro em 2010.....	184
Quadro 5 - Números do cooperativismo brasileiro por estado	186

Lista de Gráficos:

Gráfico 1 - Evolução dos principais ramos desde 1990.....	187
Gráfico 2 - Evolução do número de associados	187

1 INTRODUÇÃO

Sem sombra de dúvida, a vontade do capitalista consiste em encher os bolsos, o mais que possa. E o que temos a fazer não é divagar acerca da sua vontade, mas investigar o seu poder, os limites desse poder e o caráter desses limites. (MARX, Karl, 2010, p.3)

Na elaboração contextualizada da tese de doutorado, a eminência do entendimento totalizante do concreto foi pautada em aspectos geográficos e históricos específicos, constituindo um exercício de aporte teórico complexo, necessário para abarcar as explicações das particularidades locais. Deste modo, permeando por esse caminho metódico, abordou-se a Coamo (Cooperativa Agroindustrial) e as complexidades produzidas pelo modo de produção capitalista.

Nessa composição, dissipou-se a real concepção existente acerca do processo de cooptação econômica administrativa, averiguado na formação do território capitalista da Coamo. Nesse processo, a Coamo representa uma associação poderosa, um agente dinamizador econômico, dominando um território que se expande tanto verticalmente como horizontalmente. Esse território concebe espacialmente a concretização real do que foi idealizado por Charles Fourier a partir de 1800 para uma organização cooperativista.

Entretanto, entre o projeto idealizado por Fourier (1808), e a organização da Coamo, verificaram-se distorções de ideais, nas quais o real se distanciou a passos largos do que poderia ser o ideal para os socialistas do germe do cooperativismo, justamente porque a organização da sociedade está centrada nos moldes capitalistas de produção. E ao inserir-se como proposta de produção que se estabelece dentro do modo de produção capitalista, o cooperativismo passou a ser um assunto polemizado historicamente a partir de elementos ideológicos que estabeleceram uma proposta de superação pacífica da sociedade capitalista, para uma sociedade solidária e igualitária, baseada na cooperação mútua.

Com a cooperação mútua, a nova sociedade substituiria a competição e ganância das organizações empresariais por instâncias de produção integradas que distribuiriam seu lucro de forma igualitária entre todos os integrantes da produção. Posteriormente, constituiriam uma nova sociedade, mais justa e mais humana, que não comportaria nem exploradores nem explorados. (FOURIER, 1808)

Entretanto, o discurso ideológico do movimento cooperativista foi gradativamente se deteriorando, permeado por metamorfoses constantes que foram supridas na ideologia capitalista. Assim, se inserindo no processo transformador, o capitalismo, agregado à concepção cooperativista foi territorializando não somente o espaço agrícola, mas também produzindo diferentes concepções ao que foi idealizado a partir dos estudos de Fourier para a organização cooperativista e para as cooperativas.

No processo transformador, a dialética da interação entre cooperativismo e capitalismo frustrou a idealização da nova sociedade. Por isso, a história se encarregou de demonstrar a utopia do pensamento de Fourier, delegando à incorporação do cooperativismo as forças propulsoras do capitalismo. Consequentemente, incorporado ao capitalismo, o cooperativismo apesar da mensagem social contribuiu para reproduzir e reforçar as condições estruturais do modo de produção capitalista, atuando como instrumento de complementação para a ampliação e movimentação do capital na economia mundializada (LOUREIRO, 1981).

E, com o alargamento mundial da economia capitalista presenciado no século XXI, a sociedade se deparou com a realidade metamorfoseante do cooperativismo, contemplando sua absorção num individualismo cada vez mais generalizado entre as diferentes culturas (SERRA, 1986). Todos os fatos mencionados, entretanto, conduzem a entender o cooperativismo como um movimento social resultante das consequências desencadeadas pelo movimento operário que propôs uma alternativa ideal para o individualismo da sociedade. E, não obstante aos fatos geohistóricos que se desencadearam no percurso de materialização desse movimento, essa pesquisa tem por finalidade o percurso de um caminho dialético questionador da realidade, desmistificando os aspectos que envolveram a formação do território do capital e que se impregnaram e são perceptíveis na análise sobre a atuação da Coamo, que consiste na maior representação cooperativa da América Latina.

Assim, considerada a estruturação da Coamo, especificamente averiguou-se o espaço local, ao mesmo tempo, pelo trabalho e formação das redes de circulação e comunicação, contraponto ao espaço geral. Nessa análise embasada nas premissas de Saquet (2003), considera-se que o espaço possui um tempo que se reproduz muito rápido, por isso já é tempo passado, possuindo um devir. O devir além de ser o começo também o é a sequência, a sucessão e o movimento, em que

o presente contém o passado, que se concretiza no próprio presente. Cada momento do espaço reproduz peculiaridades subordinadas à dinâmica geral da sociedade.

Portanto, a partir das premissas exposta por Saquet (2003), a abordagem seguiu por diferentes momentos espaciais e territoriais, abarcando períodos distintos do território brasileiro, mas que expressam a incorporação do capital ao campo, fornecendo os alicerces necessários prementes na configuração da dinâmica de atuação da cooperativa Coamo.

Nos diferentes momentos abordados na pesquisa, a temporalidade seguiu os condicionantes históricos correspondente ao período da agricultura capitalista. Isso porque, a agricultura capitalista reproduz no campo brasileiro um novo processo produtivo a partir do século XX atingindo expansivamente as cooperativas agropecuárias que se fortaleceram a partir desse novo modelo produtivo com base na intensificação do capital.

Assim, o movimento genérico de produção agrícola do Brasil após 1950, apresentou diferentes estágios e fases em que a agricultura brasileira se vinculou às tendências do mercado internacional. Nessas tendências ditadas pelo capital, trilha-se na pesquisa ao que se convencionou chamar de *modernização do processo produtivo*, ou intensificação do capital no campo, entendendo esse momento após a tecnificação que atingiu permissivelmente a agricultura, modificando as atividades tradicionais e assinalando a fase do uso intensivo de capital para o desenvolvimento das atividades agrícolas.

Nesse percurso, recorre-se a utilização de autores de diferentes perspectivas de entendimento para os diferentes estágios que seguiram à utilização do capital. É, obviedade a constatação entre diversos autores que a partir do século XXI, o estágio denominado de biotecnológico passou a ditar as regras aos agricultores, comandando o processo produtivo. Nesse comando, a saber, a tecnologia acompanhada dos avanços científicos e biológicos conseguiu ampliar consideravelmente a produtividade e a produção de alimentos agrícolas¹. Ainda em detrimento aos ideais cooperativistas no seio da intensificação do capital na agricultura, ressalta-se que vários fatores, articularam elementos econômicos

¹ Sobre esse assunto, foram agregados ao estudo diferentes pensamentos sobre a intensificação do capital no campo, na procura de abarcar os diferentes momentos que seguiram à adesão tecnológica e suas consequências espaciais.

decisivos para a explicação acerca da territorialização e monopolização capitalista no campo brasileiro.

Apresentados e analisados no decorrer da pesquisa os elementos territorializantes, ficou evidente que a Coamo foi, na região de Campo Mourão, a válvula de escape para que o capital viabilizasse a estruturação do agricultor, ampliando e concentrando terras para o fortalecimento individual e não coletivo, como sugere os ideais cooperativistas. Nesse quisito, constata-se a atuação da sociedade massificadora que passa a ser e pensar capitalistamente, atingindo uma esfera globalizante em que as cooperativas se metamorfosearam no pensamento social do capitalismo.

Além disso, destaca-se que, em todo o território nacional, a fundação de cooperativas foi uma necessidade desencadeada pelo próprio processo produtivo do novo modelo, baseado nas atividades voltadas para a exportação de produtos, como soja, trigo e milho e não só como um fator específico averiguado na organização e atuação da Coamo. E, justamente, a necessidade da intensificação do capital no campo proporciona a grande adesão ao movimento cooperativista na agropecuária, bem como a associação na Coamo que se explica pela confiança depositada não só pelos agricultores ao discurso ideológico do cooperativismo, pelo governo brasileiro mas como também pela sociedade capitalista².

Destarte, por esses aspectos transformadores referentes à dinâmica agrícola, primeiramente a pesquisa abarcou a caracterização da cooperativa Coamo e região de Campo Mourão, questionando os fatores sobre o processo de intensificação do capital no campo. No debate sobre esse momento, apresentam-se aspectos referentes a importância do crédito rural para a intensificação do capital nas atividades agrícolas pelos produtores rurais.

Além disso, a datação temporal se ateve à materialização produzida no espaço após a década de 1970, porque esse período consiste no marco temporal da efervescência da transformação e reestruturação cooperativista. Deste modo, depois de demarcado o marco temporal do enfoque, pelas informações relacionadas na análise, não há dúvidas quanto à afirmação de que o movimento cooperativo no

² Ávila (2002) e Fajardo (2008) foram autores essenciais na discussão que envolveu a pesquisa, porque teceram considerações em seus estudos sobre a organização cooperativista, entendendo a expansão da Coamo como resultado da organização do modo de produção capitalista.

campo se tornou um novo movimento que está distante do pensamento de Fourier e ideologicamente regido pelo capitalismo.

Nesse movimento, a ideologia é centrada na cooperação, mas como uma forma de auxiliar os produtores na implementação do capital na agricultura, em que a Coamo, sendo a maior cooperativa em termos de capital da América Latina, deve ser considerada atualmente no território brasileiro como a melhor representante para a análise do cooperativismo agrícola capitalista. Em consequência, na apresentação analítica da ideologia cooperativa, a história da materialidade da Coamo representou o ponto consistente para o encaminhamento da pesquisa.

No relato da história da Coamo, na década de 1970 insere-se a fundação da cooperativa na região de Campo Mourão. Desde seu nascimento, sua organização se ateve aos princípios que regem o modelo capitalista de produção, atendendo a finalidade de armazenagem e comercialização dos produtos colhidos. Atualmente, como representante capitalista, supre sua finalidade contando com uma das mais completas estruturas de armazenagem e comercialização de grãos. Também se dedica à industrialização de seus produtos, como exemplo: a fabricação do óleo de soja, a fabricação da margarina e a industrialização de fios de algodão (COAMO, 2010).

Considerado os fatos materializantes, a pesquisa procurou retratar a fundação da Coamo como um dos frutos colhidos pela influência do mercado mundial, em vigor das transformações da agricultura. Portanto, mesmo se atendo ao recorte temporal ocorrido após a década de 1970, elementos temporalizados anteriormente na materialidade do espaço que forma o território capitalista da Coamo, agregou explicações esclarecedoras para o entendimento da intensificação do capital no campo, que, no Brasil, ocorreu a partir da década 1950 e, no âmbito paranaense, a partir de 1970.

Nesse teor explicativo sobre a realidade transformadora capitalista da agricultura, desenvolve-se um panorama discernente dos dilemas elencados pelo processo intensivo do capital no campo. E, por esses dilemas *têmporo-espaciais*, intrínsecos entre as décadas de 1950 e 1970, foi possível a apreciação crítica sobre a região de Campo Mourão, justificando a necessidade de se (re) pensar as relações de produção no campo e estruturação fundiária desse recorte espacial.

Com esse sentido, foram demarcados os aspectos da economia da agricultura mourãoense. Na demarcação desses aspectos, 1970 representou o

alicerce das principais discussões sobre a fundação da Coamo, que gradativamente passa a atender seu desígnio de auxiliar os produtores no encaminhamento da intensificação do capital no campo.

Com a fundação da Coamo nessa região, apresentam-se diferentes aspectos que remetem à adesão do novo modelo de produção, baseado nos padrões tecnológicos, e na intensificação do capital considerando o aumento produtivo e econômico proporcionado pela agricultura regional. Nessa realidade produtiva, o novo modelo instalado no campo produziu o processo de territorialização e monopolização das terras mourãoense agregando novos valores especulativos. Assim, nessa região, as terras que outrora de média a baixa fertilidade, com a incorporação das novas técnicas de recuperação do solo e de cultivo, aumentaram gradativamente sua produtividade, destacando-se em produção agrícola entre as regiões que compõem o estado do Paraná (IBGE, 2007).

Nesse sentido produtivo, a economia de Campo Mourão se estruturou juntamente com a união dos agricultores, por meio da fundação da cooperativa Coamo (1970), garantindo a adesão na nova forma de produzir e comercializar. No desenvolvimento econômico foram demonstradas as alterações produzidas tanto no campo como nas cidades da região, perpetrando em Campo Mourão, que dantes dependente de uma infraestrutura precária para atender seus habitantes, em um curto período aproximado de 10 anos, presenciasse uma evolução socioeconômica considerável e a Coamo, por meio de sua política, tornou-se uma das maiores cooperativas agrícolas da América Latina.

Toda essa gama de informações agregou subsídios questionadores sobre a formação e expansão do território capitalista dessa cooperativa, que para se tornar a maior, os agricultores creditaram grande confiança em suas estratégias de atuação, se tornado fiéis aos seus regulamentos. Com o lema de tornar a cooperativa forte para com o “homem do campo”, os agricultores conseguiram que a Coamo se transformasse em poderoso agente dinamizador de capital, ou seja, forte para o capital, se desprendendo dos ideais cooperativos e caindo nas entranhas do capitalismo.

Como agente dinamizador do capital, a Coamo em sua história produziu relações entre cooperativa/associados, cooperativa/sociedade e associados/sociedade, permitindo depreender, analisar e compreender o movimento do real. Por esse movimento, estabelecem-se as redes expansivas de conexões

tanto nacionais como internacionais, entre o capital, a Cooperativa e seus associados, formando a tríade principal de análise dialética da totalidade dos elementos da pesquisa.

Com base nessa tríade principal, analisa-se a geo-história da formação territorial capitalista da Coamo, imbricada na materialidade conjuntural do desenvolvimento organizacional da sociedade brasileira. Na tentativa de esclarecimento do real, a análise sobre a atuação da Coamo, envolvendo diferentes contextos temporais sobre o desenvolvimento do modo de produção capitalista, conseguindo detalhar o máximo possível sobre o contexto geográfico de fundação, desenvolvimento e expansão dessa organização, e a parafernália que centra nas diferentes concepções para o encaminhamento do movimento cooperativista no setor agropecuário.

Inserido nesse contexto analítico, exercendo papel fundamental para o sucesso econômico da Coamo, apresentam-se as relações sociais que foram estabelecidas no decorrer desse processo, como fundamento expressivo de força e poder construtivos do território formado por capital e Coamo. Nesse ponto específico da análise apresenta-se a fundação da Coamo como um fator representativo para o período que seguiu após a década de 1970. A partir de então, vários elementos conjunturais foram agregados à realidade regional por causa da materialização e expansão da cooperativa.

Além disso, coube ressaltar que a Coamo, diretamente atendeu organizativamente o crescimento do setor econômico, bem como a expansão espacial de seu território. Sobre essa questão, respostas dos associados e representantes da cooperativa esclareceram que para atingir as metas do mercado incorporando uma representatividade competitiva, a cooperativa vinculou sua organização na dinâmica capitalista de produção, comercialização e industrialização contribuindo sobremaneira para a formação do território capitalista, consolidando uma relação estritamente conectada entre capitalismo e cooperativismo.

Nessa relação, a temporalidade conjuntural expressa após a década de 1970 representa, em termo nacional, o marco fundamental para o desenvolvimento do capital, concebendo a essência explicativa sobre as consequências geradas com a fundação da Coamo. Assim, essas informações foram agregadas ao decorrer da pesquisa, destacando que na capitalização das atividades agrícolas, a Coamo foi decisiva para que os agricultores adotassem estratégias para o novo modelo de

produção. Logo, novamente consideradas as consequências da intensificação do capital no campo estuda-se com mais ênfase na primeira parte da pesquisa a dimensão econômica, elaborando um arcabouço teórico sobre esse processo.

Cabe salientar, no entanto, que além dos aspectos econômicos, a análise continua na segunda e na terceira parte da tese seguindo um procedimento que procura ir além, considerando a necessidade de respostas para as perguntas que estão inseridas na dinâmica agrícola e expressam a realidade de distanciamento social e do individualismo gerado pelo modo de produção capitalista no seio das cooperativas agrícolas, em específico da Coamo. Por tudo isso, fica claro na pesquisa que a construção do território do capital e Coamo não é puramente econômica, mas envolve toda uma dinâmica espacial, ou seja, a construção do território do capital no qual a Coamo submerge-se por relações sociais desenvolvidas entre os homens e a natureza, resultou em transformações expressivas no decorrer do tempo, determinantes para a concretização da territorialização em curso.

Assim, compreendida as relações entre Coamo e capital a partir das necessidades dos produtores rurais, destaca-se que este território está ligado ao movimento interno e externo do cooperativismo e da dinâmica econômica do capitalismo. E, o que se vincula ao movimento cooperativo, internacional e nacionalmente, é a capacidade transformadora da sociedade capitalista em uma sociedade cooperativa de ajuda mútua. Porém, essa visão idealista sobre o cooperativismo foi implicitamente divulgada para sensibilizar os países emergentes na adoção de estratégias de cooperação e estimular a implantação de cooperativas. Visão esta que na realidade não correspondeu ao curso das cooperativas no âmago do processo produtivo agropecuário.

Ainda, para justificar a ideologia do cooperativismo foi criada uma falácia da formação de uma nova sociedade, galanteada por modelos de ideais distintos, não obstante conectados. Nessa conexão entre Capitalismo e cooperativismo, ocorreu uma metamorfose unificadora da dualidade outrora evidente. Com essa unificação genitora da relação expressa analiticamente pelo contexto histórico da atuação da Coamo e seu real significado para a sociedade capitalista, clarificam-se as transformações vinculadas ao campo a partir da chegada do capital nas relações de produção e de trabalho.

Na clarificação das relações prementes entre capital e Coamo, a abordagem das categorias capital, cooperativismo e cooperativas seguiu seu foco ligando conexões globais e nacionais com as especificidades observadas no seio da Coamo. Esse procedimento nos ajudou na compreensão da totalidade a partir do singular.

Para Smith (1988), a totalidade determina a diferenciação social seguida por meio da identificação de escalas centrais responsáveis para o entendimento do desenvolvimento desigual do capitalismo. Nesse pensamento reforça-se a relação temporal coerciva na articulação das escalas universal e singular, porque “o homem é aquilo que o mundo é. E o mundo é aquilo que os homens são”. (SAQUET, 2003. p. 21)

Assim, com base em Smith (1988), a totalidade se impregnou apresentada na pesquisa a partir da história do cooperativismo e do processo de intensificação do capital na agricultura. Ademais, a totalidade foi determinante para as transformações ocorridas tanto no campo como na cidade da região de Campo Mourão.

Pelas transformações, segue-se espacialmente, em termos didáticos de compreensão areal, do território pioneiro ou singular de atuação da força coerciva da Coamo para as perspectivas em construção desse território. Para tanto, considera-se um recorte para a área pioneira na região de Campo Mourão, área na qual a cooperativa foi fundada e tem localizada a sua sede.

Para o estudo dessa área pioneira, três dissertações de mestrado foram basilares na análise desse momento, sendo elas: a dissertação de Antonio Nivaldo Hespanhol, que fala sobre *O binômio soja/trigo na modernização da agricultura do Paraná: O caso dos municípios de Ubiratã, Campina da Lagoa e Nova Cantu* defendida em 1990, no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista – UNESP-RC e a dissertação de Sara Mônica Pitot Soriano que conta a história sobre a luta dos trabalhadores rurais pelo acesso a terra (Campo Mourão: 1946-1964), defendida em 2002, no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual de Maringá (UEM) e, por fim, a dissertação do professor Jäder Libório de Ávila, defendida no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá (UEM), no ano de 2002. Ávila narra a história da formação e organização da cooperativa Coamo em Campo Mourão.

Já para além da área Pioneira, considera-se a atuação do território da Coamo nos estados de Mato Grosso do Sul e de Santa Catarina, dentre outras áreas que

ainda serão incorporadas ao patrimônio da Coamo, como área de expansão de suas atividades. Dessa maneira, demonstra-se a movimentação do território e as determinações históricas e geográficas reproduzidas em cada momento e espaço. Para tanto, os livros *Os tempos e os territórios da colonização italiana: o desenvolvimento econômico na Colônia Silveira Martins (RS)* e *Abordagens territoriais*, ambos de Marcos Aurélio Saquet (2003 e 2007), forneceram embasamentos teóricos fundantes para as discussões relativas à formação do território da empresa.

Adotado o referencial teórico elementar, entre outros subsidiários, parte-se para a divisão geográfica do território da Coamo, estabelecendo as redes de conexões verticais e as redes de conexões horizontais, demonstrando a expansão da cooperativa, visando facilitar a leitura do território formado pelo capital x Coamo. Nesse momento, o livro *Territorialidades Corporativas no rural paranaense*, de Sérgio Fajardo (2008), contribuiu com informações esclarecedoras sobre esse processo, comprovando a expansão cooperativista e a relação exercida pela territorialização da Coamo na região mourãoense.

Estabelecida essa divisão, analisa-se a área pioneira como sustentação econômica e administrativa. Por isso, o enredo da pesquisa girou em torno das careações entre cooperativismo e capitalismo que historicamente se estabeleceram nesse recorte, consolidando a política administrativa da diretoria da Coamo. Importante nessa divisão foi o reconhecimento das interligações verticais e horizontais desenvolvidas no processo de apropriação, produção e domínio do espaço para a construção do território.

Assim, com as constatações feitas sobre a espacialização areal, investigam-se peculiaridades questionadoras sobre a expansão vertical do território da Coamo, limitando a análise sobre a expansão horizontal na compreensão do estabelecimento conectivo das redes, demonstrando os nós que se formaram a partir da expansão do território pioneiro de Campo Mourão.

Um fator utilizado como chave para caracterização geográfica do recorte espacial de Campo Mourão foram os dados obtidos no IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia, que denomina o recorte pioneiro em estudo como Mesorregião Centro Ocidental Paranaense. Essa região compõe o quadro espacial das Mesorregiões do estado do Paraná, e se encontra dividida em duas Microrregiões: a Microrregião de

Campo Mourão e a de Goioerê, estando situada na zona geográfica do Terceiro Planalto Paranaense, entre os rios Ivaí e Piquiri.

Essa área foi formada a partir de um processo significativo de ocupação e colonização, concebido pelo avanço de frentes de expansão e pioneira. Como resultado dessa mobilidade populacional, toda essa região acabou economicamente assinalada como área de produção agrícola, na qual a Coamo expandiu seu território, formando entre os municípios uma rede conectiva agregada pela produção, como se observa na figura nº 1 a localização da Mesorregião Centro Ocidental Paranaense e as unidades dos entrepostos da Coamo espalhadas nessa área geográfica. Assim, espacializada a área de atuação da Coamo, esses elementos alicerçaram o entendimento posteriormente retratado na pesquisa sobre a expansão do território capitalista da Coamo.

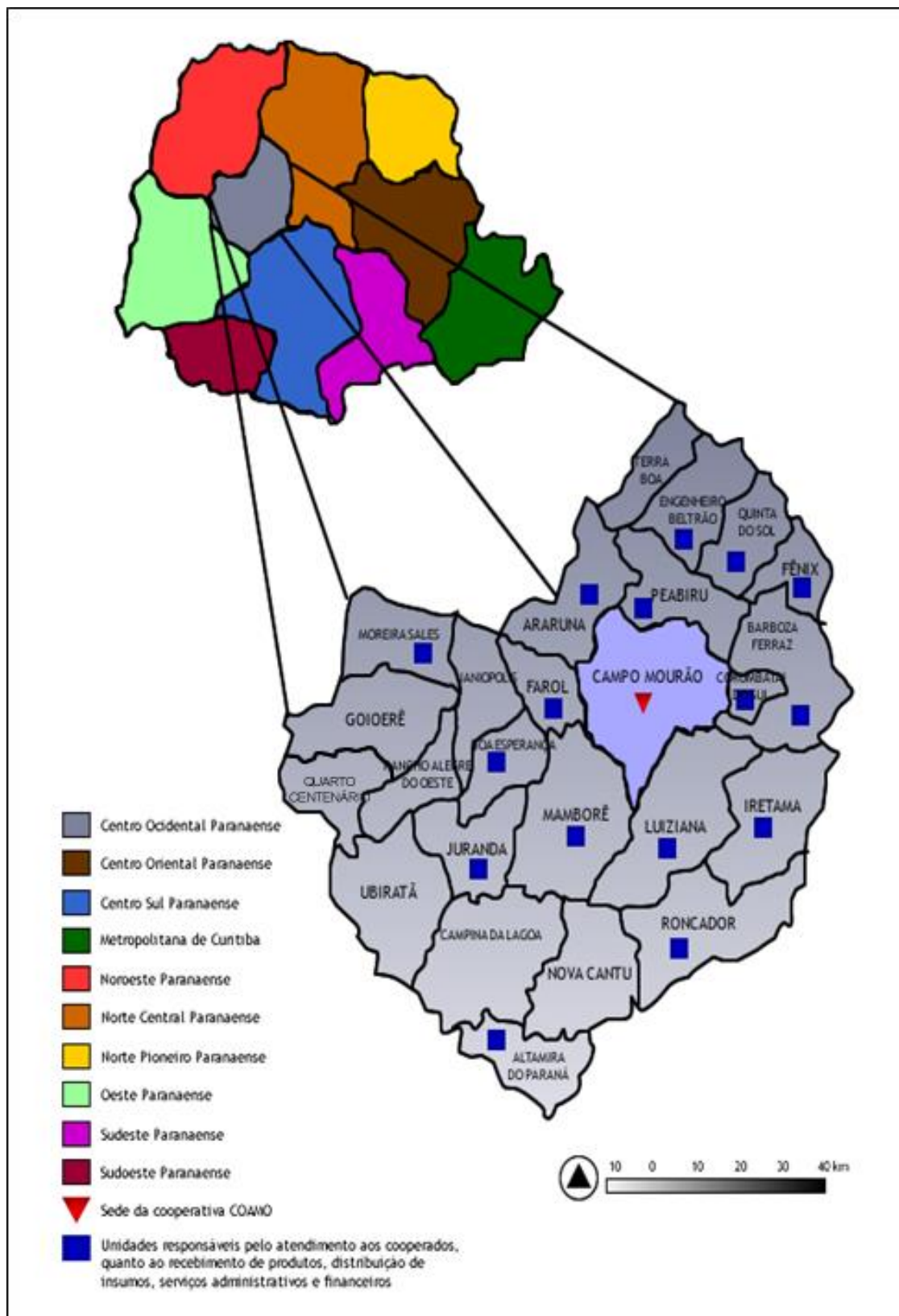


Figura 1 – Espacialização das unidades da Coamo na Mesorregião Centro Ocidental Paranaense. Fonte: IBGE (2009). Adaptado pela autora. Produção: Vilson Gabriel Ramos Onofre, (2011).

Logo, na elaboração dessa pesquisa, pareceu claro que a materialização do espaço Coamo, é muito anterior à implantação da própria cooperativa, porque os alicerces para sua fundação se processaram juntamente com a ocupação e colonização da região de Campo Mourão. Para entender a configuração atual de Campo Mourão e estabelecer a abrangência da força de atuação da Coamo foi necessário consultar autores como Nilo Bernardes, Altiva Pilatti Balhama, Lysia Maria Cavalcanti Bernardes, Francisco Irineu Brzesinski, dentre outros.

Seguido pelo pensamento desses autores, apresentam-se aspectos de ocupação das frentes de expansão e pioneira e toda gama de repercussão obtida por esse processo. Deste modo, a partir da compreensão da mobilidade das frentes de ocupação, a materialidade expressa no quadro organizativo dessa região revelou aspectos peculiares para análise da Coamo, já que nessa região a sustentação econômica dos 25 municípios se baseia notadamente no setor agropecuário e as cooperativas têm contribuído para a capitalização econômica territorial.

Sobremaneira, a capitalização da agricultura mourãoense garantiu o ótimo resultado expansivo da Coamo como maior cooperativa da América Latina, apresentando em sua estruturação situações específicas locais existentes na região de Campo Mourão, que se relacionam à atual estruturação brasileira. Essas situações foram teoricamente discutidas resultando em reflexões analíticas que, portanto, sem negar ou desmerecer a intencionalidade cooperativa da Coamo, conduziram à análise da verificação do funcionamento material sobre os empreendimentos, infraestruturas comercial e industrial, lei de mercado, políticas governamentais, medindo a distância que vai entre o idealizado no seio do movimento cooperativista e o observado na atuação da Coamo.

Já ao tratar analiticamente sobre a atuação da Coamo, debates teóricos foram registrados sobre os princípios doutrinários do cooperativismo, alertando sobre a visão apologética em vigor na literatura cooperativista, o que de pouco ou nada contribuiu para o debate crítico sobre os benefícios do progresso técnico, econômico e social alcançado em torno das relações mantidas pela cooperativa, com seus associados e sociedade. Pelos princípios doutrinários, foram estabelecidas analogias com a materialidade existente que se hegemonzou nas relações capitalistas, sustentadas entre cooperativa, sociedade e cooperados.

Por isso, a hegemonzização do modo capitalista de produção foi responsável pela formação do território da cooperativa Coamo. E, no processo de formação

territorial, as particularidades dessa cooperativa permitiram o questionamento e a desmistificação de vários aspectos sobre a intensificação do capital no campo. Esses aspectos reveladores possibilitaram delinear as nuances do território do capital e sua influência regional.³

No delineamento do território da Coamo, divergentes e convergentes fatores integraram a estruturação espacial da região de Campo Mourão, articulando teorias de autores como Hespanhol (1990), Serra (1986, 1992, 1993, 1999), Ávila (2002), Fajardo (2008) e Loureiro (1981) para a elaboração discursiva sobre o crescimento urbano e a fundação da Coamo. Isso porque na estruturação da agricultura, as cooperativas em todo o estado do Paraná produziram excelentes resultados econômicos, revelando de um lado uma gama de situações que representaram o dinamismo impulsor para a adesão dos agricultores ao novo modelo agrícola, mas por outro lado situações sociais agravantes que foram refletidas na própria organização urbana.

Com o levantamento dessas questões, a discussão sobre o processo de intensificação do capital no campo procurou elencar respostas sobre as inquietudes que giram em torno da expansão do território da Coamo, permeando informações sobre a diferenciação crescente entre produtores rurais que se inseriram na dinâmica produtiva capitalista.

Entretanto, a capacidade dinamizadora de capital nas atividades produtivas depreendeu de muitos fatores, sendo que no auxílio ao produtor, a Coamo encontrou no decorrer de sua atuação, fatores limitadores ao desenvolvimento do capital nas atividades agrícolas, não atendendo de igual forma todos os municípios da região mourãoense. Esse fato ocorreu porque nas áreas onde a declividade era maior e a fertilidade do solo menor, a acumulação de capital e concentração de terras não ocorreu.

Com isso, a cooperativa passou a investir também em diversificação de produtos nos municípios em que as culturas de soja, trigo e milho não se desenvolveram satisfatoriamente. Esses fatores intrigantes revelaram a importância desse estudo para o desenvolvimento do movimento cooperativista e para o

³ Nessa análise, além da fundamentação teórica, as entrevistas realizadas foram fundamentais, sendo conduzido um debate questionador de forma específica no decorrer dos capítulos da tese. Portanto, um olhar acurado sobre esse processo desmistificou elementos prementes responsáveis pela territorialização capitalista no âmbito do modo cooperativista de produção.

encaminhamento perspectivo dos dilemas da Coamo. Além disso, com a diversificação, a Coamo garantiu sua hegemonização territorial, fato esse que fortaleceu e expandiu a atuação da cooperativa, atendendo hoje em mais de 90 unidades espalhadas por 55 municípios dos estados do Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul.

Cabe ressaltar, que, em seu crescimento capitalista, o patrimônio líquido da Coamo atinge hoje a cifra de R\$ 1,88 bilhão, capital gerado por meio das atividades agropecuárias, significando economicamente uma das maiores movimentações financeiras do Brasil. No entanto, a geração tributária ao país é restringida por causa da legislação especial proporcionada para as cooperativas. De tal modo, essa realidade consiste em um problema ao patrimônio nacional, assim considerado, a lei cooperativista, juntamente com o estatuto da Coamo, embasou a análise sobre o território da Coamo e a força coerciva exercida por esse capital na economia nacional.

Logo, a importância dessa análise embasada a partir da legislação das cooperativas e estatuto da Coamo cogitou a apresentação de dados sobre a movimentação financeira. Nessa apresentação, os índices econômicos correspondentes ao quadro estrutural da Coamo, esboçando sua participação na economia nacional e regional, bem como destaca sua importância para o processo de capitalização do produtor rural e suas consequências direta e indireta na organização do espaço urbano. Para tanto, a pesquisa de campo considerada como sustentáculo informativo se estabelece por meio das análises realizadas sobre os questionamentos e entrevistas coletados dos agricultores associados na região de Campo Mourão.

Como procedimento para a realização da pesquisa de campo contou-se com a participação de vários agricultores cooperados e funcionários da cooperativa, compreendendo a pesquisa em três fases distintas, embasada a partir do livro *Metodologia do Trabalho Científico*, de Lakatos & Marconi (1992). Fases estabelecidas como se indica a seguir:

- A fase Quantitativo-Descritiva na qual foi realizada a investigação empírica, com o objetivo de conferir hipóteses, delineamento do problema, análise dos fatos, avaliação de programa e isolamento das variáveis principais. Nessa fase foi constatado que no setor humano, a Coamo possui mais de 4 mil funcionários e mais de 19 mil cooperados. Portanto, a dimensão do universo da amostragem foi

mensurada qualitativamente, porque esse universo pensado na fase experimental, representa que a própria realidade delinea-se por sua própria necessidade de comprovação ou de refutação do levantamento de informações;

- Procedendo à pesquisa – a fase exploratória –, que teve como finalidade o aprofundamento do conhecimento sobre a temática em estudo. Nessa fase, foram elaborados os questionários, pensados os conceitos a partir da observação empírica das relações concretas, entre cooperativa e associados, foram clarificados os conceitos que contribuíram para o delineamento da fase final da pesquisa. Aqui, a abordagem territorial foi delimitada a partir de teorias distintas, que constituíram a noção de território e seu movimento, que se estabelece organizativamente no sentido da atuação e força coerciva da cooperativa Coamo;

- Por fim, seguindo o proposto por Lakatos & Marconi (1992), passa-se para a fase experimental, que consistiu na seleção de entrevistados, aplicação de questionários e realização de entrevistas, controlando ao máximo os fatores pertinentes, sendo o critério avaliador para a seleção das entrevistas o tamanho da propriedade. Nesse quesito, foi diversificada ao máximo a quantidade de entrevistados e de informações levantadas para abranger uma noção geral da situação de diferentes tamanhos de estabelecimentos e administração dos cooperados, intentando assim numa maior compreensão da atuação da cooperativa Coamo e a formação de seu território capitalista.

Na aplicação dos questionários⁴, foram escolhidos entre 2 a 3 cooperados dos municípios em que a cooperativa possui entreposto na região de Campo Mourão, procedimento tal que assegurou uma diversificação areal. Entretanto, apesar das entrevistas serem desenvolvidas em vários municípios, verificou-se em torno de 80% de consenso nas informações cedidas pelos agricultores, isso em virtude das entrevistas agregarem componentes que estão introduzidos em uma dinâmica administrativa governamental na qual a cooperativa Coamo rege e auxilia seus cooperados. Além disso, por questões de comprometimento social dos cooperados que formam o território da Coamo, os nomes dos entrevistados não foram divulgados, para não haver qualquer tipo de represália, desconforto ou descontentamento com a pesquisa por parte dos entrevistados. Assim, adotado esse

⁴ O roteiro semi-estruturado (Apêndice 1) para as entrevistas seguiu parâmetros gerais que interessavam aos depoimentos, mas sem restringir as possibilidades de incorporação de outras questões importantes para a análise.

procedimento os entrevistados puderam ter maior confiança em responder as perguntas, tranquilamente projetando o futuro da cooperativa.

Todavia, mesmo com todo esse comprometimento ainda verificou-se receio por parte dos cooperados, mas a administração da Coamo se mostrou prontamente a disposição para a disponibilização e coleta de dados, alegando ser o sentido da cooperativa o crescimento em termos de informações e conhecimento. Assim procedendo, chega-se a uma construção teórica sobre a relação entre a cooperativa e seus cooperados, realizada a partir da análise não somente das entrevistas, mas também de informações coletadas com a diretoria da cooperativa e com funcionários. Essa construção teórica resultou num panorama generalizado sobre Cooperativismo, administração governamental, cooperativa Coamo e perspectivas de encaminhamento desse território.

Com as informações coletadas, a partir das três fases distintas direciona-se a pesquisa, embasada em dados do IBGE, levantamento cartográfico, análise de tabelas e gráficos, entre outros materiais consultados para auxiliar na comprovação e demonstração estatística da dimensão da dinâmica das transformações ocorridas no campo.

Cabe destacar que o método utilizado na análise das informações seguiu por uma perspectiva dialética materialista histórica, porque a escolha nos permitiu pensar a realidade do desenvolvimento desigual e contraditório do capital. Com essa perspectiva, abre-se a oportunidade de denunciar as irregularidades dos fatores políticos, econômicos, sociais e espaciais, que estão imbricados na formação das redes e nos nós territoriais que se estabeleceram por meio das relações do capital/cooperativa Coamo.

Com a utilização da contextualização da tensão dialética das relações contraditórias estabelecidas entre capital/cooperativismo e cooperativa Coamo/cooperados, expõe-se a gestão capitalista no interior da cooperativa, em detrimento aos interesses cooperativos. Nesse paradoxo, recorre-se a noção do conceito de território a partir das operações efetuadas no pensamento, mas expressando a parcela real da materialidade presente, permitindo a representação concreta do exterior ao pensamento conhecedor.

Na construção conceitual da categoria território, Marcos Saquet (2007) juntamente com o caminho proposto por Karl Marx, basilar a análise material da

cooperativa e sua construção hegemônica de poder sobre o espaço da região de Campo Mourão.

Com a abordagem territorial, apresentou-se o pensamento de Marx, com ênfase ao que esse autor apresenta sobre o conceito de método, porque é justamente esse caminho que demonstrou o percurso da realidade que norteia o entendimento dos processos em tela. Para Marx, o método é uma visão inovadora, entendida como um instrumento de mediação entre o homem que quer conhecer e o objeto desconhecido, como parte do real a ser investigado. O conhecimento é o resultado da construção efetuada pelo pensamento e suas operações, que consiste na “representação” mental do concreto, da parcela real, exterior ao pensamento conhecedor. Esta representação mental é “elaborada a partir da percepção e intuição”, transposição de algo da realidade para o pensamento. O significado dessa concepção, esta justamente na apreensão de algo exterior ao intelecto ou pensamento, o que é apreendido e incorporado ao pensamento, se faz o conhecimento.

No pensamento de Marx, observa-se o movimento e recriação da noção apreendida sobre a formação do território do capital e da Coamo, a partir da generalidade contextualizada sobre a história do cooperativismo que foi incorporada ao conhecimento particular sobre a fundação, organização e atuação dessa cooperativa.

Na análise generalizada como eixo estabelece-se a contradição entre a tríade: capitalismo/cooperativismo/sociedade. Enquanto que na análise do conhecimento particular a tríade formadora da contradição foram às relações entre: Cooperativa Coamo/cooperados/Cooperativismo.

Com esse procedimento analítico sobre a realidade evidencia-se a contradição de interesses econômicos e a formação de classes localizadas na base do capitalismo, constituídas também na agricultura, sobressaindo do âmago da cooperativa Coamo. Foi nessa contradição economia/sociedade cooperativa, que perfez o crescimento da Coamo, influenciando de maneira significativa os agricultores e a hegemonização do capitalismo no campo, o que tem sido fator auxiliar para a monopolização e territorialização da classe capitalista quer no campo, quer na cidade.

Todavia, a hegemonia capitalista, está ocorrendo em todo o âmbito nacional, resultando em profundas transformações no campo, em particular a partir de

meados do século XX. Nesse sentido, o embasamento teórico a partir de grandes pensadores como Ariovaldo Umbelino de Oliveira, José de Souza Martins, Milton Santos, Elpídio Serra, entre outros, foi foco do debate apresentado no decorrer da pesquisa. Considerando esses pensadores, para análise do modo capitalista de produção e sua apropriação das relações produtivas que engloba as organizações cooperativistas do campo brasileiro, destacaram-se elementos sobre a produção e avanços técnicos que resultaram na concentração da propriedade rural.

Nessa realidade, debate-se no decorrer da pesquisa que o modo capitalista de produção é contraditório em seu desenvolvimento, procedendo mediante a padrões de acumulação e exploração capitalista, que distancia o movimento cooperativista em termos ideológicos de transformação social, resultando num processo de consolidação e estruturação do território pelo e para o capital por meio de seu instrumento viabilizador, a cooperativa Coamo.

Na verificação de toda essa metamorfose cooperativa, considera-se o pensamento analítico proposto por Karl Marx e Rosa de Luxemburgo como basal para a análise. Desta maneira, com o pensamento desses autores, foram atribuídas informações necessárias para a compreensão do movimento da totalidade que está impregnado em toda a organização do modo de produção capitalista e que insere uma análise no campo das ideias ao mesmo tempo contraditória sobre a dinâmica expansiva do território da Coamo, abarcando analiticamente informações correspondentes às três dimensões escalares: a internacional, a nacional e as particularidades locais.

Não obstante, das informações levantadas nas diferentes escalas geográficas, particularidades se mantiveram como recortes específicos para a compreensão da dinâmica do território formado entre capital e Coamo. Nesse recorte areal, a região de Campo Mourão (Mesorregião Centro Ocidental Paranaense definida pelo IBGE) está inserida na lógica de reprodução do modo capitalista, por isso ao mesmo tempo em que recebe influências socioeconômicas e políticas, também exerce influência na configuração do campo brasileiro, de tal forma que para entender o funcionamento dessa cooperativa, os germes do cooperativismo em rigor no território do capital se mantiveram, o que proporcionou ao nosso estudo a elaboração de uma análise sobre o conceito de cooperação, para inserir o debate da fundação e desenvolvimento do Cooperativismo e estruturação da Coamo, a partir do cenário mundial do modo de produção capitalista.

Na análise da categoria cooperação, a ótica de pensamento de Luxemburgo (2002) e Marx (2008 e 2010) conduziram o entendimento elaborado sobre o cooperativismo a partir do capitalismo. Nesses autores encontra-se a origem da contradição que se instala no cooperativismo como ideologia social.

Permeado nessa discussão observa-se que a classe trabalhadora dependente da organização capitalista tentou romper com os capitalistas organizando sua força coletiva, por meio da cooperação. Com a união em força coletiva, os trabalhadores elaboraram um movimento, pressupondo amenizar os traumas econômicos e sociais que os assolavam. Esse movimento ficou conhecido como *Cooperativismo*, surgindo junto com a Revolução Industrial, com o objetivo de assegurar os direitos dos trabalhadores, com a criação de princípios justos de produção e repartição dos rendimentos (PINHO, 1977).

Pela importância do movimento cooperativista para a organização da cooperativa Coamo, contextualiza sobre os principais aspectos responsáveis para o desenvolvimento desse movimento, adentrando nas origens e pressupostos idealizados por Robert Owen, Louis Blanc, Charles Fourier (entre 1760 e 1850), entre outros, que defendiam propostas baseadas na ajuda mútua, igualdade, associativismo e autogestão.

Para tanto, nessa contextualização sobre o cooperativismo foram utilizados autores como Fourier (1808, 1822), Pinho (1977, 1984), Keil e Monteiro (1982), Holyoake (2004), Kozen e Krause (2002), Maruch e Mafioletti (2004), entre outros. A seguir, nessa parte da tese ressaltou-se que os aspectos estruturantes do cooperativismo foram metamorfoseados intensamente com o fim do socialismo. Assim sendo, o capitalismo produziu um novo arranjo para manter e ampliar a força do processo produtivo, criando para isso uma postura democrática e humanística que fez uso de instrumentos do movimento cooperativista para criar os fundamentos necessários para manter sua produtividade agrícola juntamente com os pequenos e médios produtores rurais. E com esses elementos, agruparam-se informações relevantes ao entendimento das cooperativas que agora são na realidade regidas pelos princípios do próprio modo capitalista de produção e por sua contradição entre individualidade/coletividade.

Por isso, na atualidade, as cooperativas no interior de suas organizações, modificaram seus preceitos, para se tornarem cada vez mais competitivas,

moldando novos padrões organizativos que utilizam a cooperação somente para fortalecer as relações econômicas, reproduzindo as relações de trabalho capitalistas.

Imbuído nesse processo encontra-se o problema da pesquisa em que se insere a organização cooperativista da Coamo. Essa cooperativa sofreu desde sua fundação as transformações capitalistas prementes no movimento cooperativista, por isso sinteticamente expõe a Coamo como uma representatividade capitalista de exploração do trabalho, sendo que os agentes envolvidos de modo associado são subordinados às exigências da produção e da comercialização, não conseguindo reproduzir seus meios de vida segundo relações de solidariedade e de igualdade. Isso ocorre não porque os associados não querem, mas porque as condições não permitem.

Nessa problemática, a análise representa claramente a metamorfose cooperativista posta em destaque gradativo em toda a pesquisa. Assim, a partir das discussões expostas, as informações arroladas, se distribuíram por partes distintas. Logo, objetivamente as primeiras reflexões se vincularam à origem e aos fundamentos que nortearam a fundação da cooperativa, portanto, estando as informações agregadas na parte denominada *Coamo agroindustrial cooperativa no espaço e no tempo*. Por conseguinte a essas discussões encaminhou-se uma análise descritiva abrangendo os aspectos referentes ao desenvolvimento das atividades econômicas da região de Campo Mourão e à expansão da cooperativa Coamo, ressaltando nessas reflexões a expansão das redes e suas articulações. Por fim, mediante todos os conflitos e elementos problemáticos encontrados, a pesquisa percorreu pelos dilemas e perspectivas da cooperativa e dos associados, destacando a materialização da formação do território da Coamo e suas perspectivas.

Portanto, considerou-se na exposição das partes, o problema de pesquisa que envolve as modificações produzidas no campo por meio da atuação da cooperativa Coamo. No entanto, destaca-se que o maior problema encontrado a partir de definições de cooperativas econômicas e de informações sobre a cooperativa foi a falta de informações regionais articuladas às polêmicas globais e nacionais, envolvendo a formação capitalista da Coamo. Com essa constatação, foi necessário articular as categorias analíticas território, capital, cooperação e cooperativismo por meio do estudo de pesquisadores distintos como os já citados anteriormente, mas que auxiliaram na abordagem metodológica do materialismo

histórico e dialético sobre a metamorfose do movimento cooperativista e a compreensão desse processo a partir da análise sobre a atuação da Coamo.

Nesse entendimento articulado, a pesquisa expôs argumentos teóricos e concretos sobre a associação entre capital e cooperativismo, verificando a dialética contraditória ao próprio desenvolvimento do modo capitalista de produção. Essa dialética foi representada pelo debate entre pensadores do modo de produção capitalista e do movimento cooperativista, observando a contradição a partir da análise entre a sociedade/capital e capital/cooperativismo, que são associações que desencadearam diferentes problemáticas.

As problemáticas produzidas por essas contradições foram solidificadas nessas associações metamorfoseadoras, retratando o jeito de ser e pensar da sociedade capitalista. Por essas contradições, revela-se a expansão territorial da Coamo e os resultados gerados na organização espacial. Por isso, introduz-se que as reflexões elaboradas avançam no conhecimento científico, inserindo uma nova análise para a formação do território do capital que materializa a atuação de novos agentes externos e internos, sendo esses agentes responsáveis por diferentes efeitos e consequências, que foram retratados no decorrer da análise.

Na análise, dentre os agentes pesquisados, o levantamento da atuação e participação da cooperativa Coamo, na conjuntura geral da intensificação do capital no campo e seus resultados, despontou para essa pesquisa um caráter inédito para o entendimento da formação do território capitalista, a partir da atuação dessa organização.

Em suma, para melhor compreensão das contradições entre capitalismo/cooperativismo e cooperativa Coamo, as reflexões norteiam os dilemas da agricultura brasileira. E a Coamo, em sua administração, segue os caminhos ditados pelo agronegócio, para poder aumentar sua capitalização no mercado, industrializando e comercializando seus produtos. Consequentemente, o capital, a cooperativa e a formação do território serão as bases de análise da pesquisa de doutorado, já que se fez em fato concreto que a produção do capital cria sérias desigualdades sociais que resultaram e estão resultando no acirramento dos conflitos e lutas entre classes. Como esclarece Martins (1991, p.53), “na medida em que o capital cresce cria mais problemas que solução”.

2 COAMO AGROINDUSTRIAL COOPERATIVA NO ESPAÇO E NO TEMPO

Vista à distância em suas relações com o homem, a Geografia não é mais do que a História no espaço do mesmo modo que a História é a Geografia no tempo. (RECLUS, 1905, p. 4).

Para se analisar o espaço geográfico não basta desvendar as suas múltiplas dimensões atuais. Há que se investigar também o processo histórico que lhe deu origem, pois aí estão, muitas vezes, os segredos de sua boa interpretação. (ABREU, 1997, p. 240).

A Coamo Agroindustrial Cooperativa, com sede localizada na Rua Fioravante João Ferri, nº 99, Jardim Alvorada (Foto nº 1), representa a maior organização cooperativista em termos de capital da América Latina.



Foto nº 1. Sede administrativa da COAMO.
Fonte: COAMO, 2010.

Por ser a maior, ao falar da Cooperativa Agrícola Coamo, a história desmistifica significações espaciais e isso permite o aprofundamento teórico e material das nuances cooperativistas refletidas na atuação e, ao mesmo tempo, na capitalização dessa cooperativa.

Nesse aspecto desmistificador, compreender o desenvolvimento do contexto histórico da Coamo significa pensar em um arranjo espacial agrícola criado a partir de ideologias sociais imbuídas da organização cooperativista, fornecendo elementos para a discussão dessas ideologias, que foram responsáveis pela materialização da Coamo.

É evidente, entretanto, o papel da ciência geográfica desde sua sistematização na conceituação do que é o espaço. Nessa compreensão, ao analisar as questões ideológicas prementes do cooperativismo averígua-se a organização espacial criada pelas cooperativas desde o germe de sua

fundamentação. As cooperativas foram caracterizadas peculiarmente por pensamentos filosóficos de valores cooperativos (ajuda mútua, responsabilidade social, democracia igualdade e solidariedade), com objetivos voltados à agregação de valor ao trabalho dos seus membros, mediante a comercialização da produção.

Portanto, no estudo sobre a materialidade do espaço Coamo, primeiramente a necessidade de compreensão dos princípios cooperativos, conduziu a pesquisa de campo realizada juntamente com os agricultores. Fato notório relaciona-se com o distanciamento que o capitalismo produz na sociedade em relação aos princípios cooperativistas.

Nessa compreensão, ao estudar a produção cooperativista, evidencia-se que ao se inserir ao pensamento capitalista, as cooperativas como as demais sociedades econômicas foram vinculadas as leis da competitividade do mercado, sujeitas as crises econômicas do capitalismo. Portanto, a reflexão geo-histórica se constitui como um desmistificador da formação e da configuração do território do capital e Coamo, tanto na região de Campo Mourão, bem como pelo espaço nacional e internacional. Assim, deve-se lembrar que:

[...] não é ao nível da empresa que a reprodução das condições materiais da produção pode ser pensada, porque não é na empresa que ela existe nas suas condições reais. O que se passa ao nível da empresa é um efeito, que dá apenas a idéia da necessidade da reprodução, mas não permite de modo algum pensar-lhe as condições e os mecanismos. (FELDAM apud OLIVEIRA, 1978, p. 20).

Com base em Oliveira (1978), na compreensão das escalas internacional/nacional, define-se que os aspectos locais e suas conexões globais são, portanto, necessários no sentido de compreensão concreta espacial. Na análise reprodutiva de Oliveira discorre-se sobre a ideia de que “[...] deve se pensar a reprodução das condições materiais da produção, ao nível da produção global, como um todo e nas suas articulações com a supra-estrutura, enfim, seguir o processo global” (OLIVEIRA, 1978, p. 20-21).

Assim, portanto, com o propósito permeado pelo pensamento de Oliveira, pensamento bem posto em sua tese de doutoramento intitulada *Contribuição para o Estudo da Geografia Agrária: crítica ao ‘estado Isolado’ de Von Thünen*, segue-se analisando os aspectos sobre o espaço geográfico regional de Campo Mourão, analisando-o em seus diferentes momentos temporais e com base nos reflexos da supraestrutura.

De acordo com Oliveira, considera-se que a supraestrutura é determinante das fragmentações, consegue-se, a partir desse princípio, explicar a totalidade fenomênica presente no decorrer da formação do território do capital e da cooperativa Coamo. Nessas reflexões ao definir os fundamentos ontológicos que se conectam numa relação dialética entre os fatores da dinâmica global, encaminha-se a pesquisa mediando o objeto, como parte do real a ser investigado, fragmentando os aspectos fenomênicos no encaminhamento da compreensão da totalidade. Assim, partindo da fragmentação da realidade, foram observadas “[...] uma rica totalidade de determinações e relações diversas, [...] o método cientificamente exato” (MORAIS, 2004, p. 56).

A partir da investigação do método, a temática da formação capitalista do território da Coamo passa a ser discutida categoricamente baseada nas discussões de Geografia agrária sobre o movimento, a partir da dialética. Nessa definição, compreende-se globalmente o espaço geográfico, como produto da natureza e suas transformações sócio espaciais. Este espaço é considerado ontologicamente diferenciado, responsável por um papel tão “ativo” quanto o da própria sociedade na construção da totalidade.

Importa destacar que na construção da totalidade, o entendimento do conceito de método é fundamental para a Geografia como ciência, que com a introdução da teoria marxista, a partir da década de 80, esta ciência “ganha novos horizontes de interpretação a partir de uma interiorização do materialismo histórico e dialético”. (ALFREDO, 2005)

Por conseguinte, na Geografia, o pensamento de Karl Marx consiste num direcionamento basilar para se pensar a rica totalização das fragmentações da realidade, mesmo que este não tenha desenvolvido sistematicamente o seu método. Em Marx, o conceito de método é uma visão inovadora, entendida como um instrumento de mediação entre o homem que quer conhecer e o objeto desconhecido, como parte do real a ser investigado. A dialética é o processo de descrição exata do real, sendo o conhecimento o resultado da construção efetuada pelo pensamento e suas operações, que consiste na representação mental do concreto, da parcela real, exterior ao pensamento conhecedor. Esta representação mental é “elaborada a partir da percepção e intuição”, transposição de algo da realidade para o pensamento. O significado dessa concepção, esta justamente na

apreensão de algo exterior ao intelecto ou pensamento, o que é apreendido e incorporado ao pensamento, se faz o conhecimento.

De fato, em sua rigorosa caracterização, Marx conseguiu exemplificar normas precisas para a condução do pensamento na elaboração do conhecimento. Seu método, por não ser dogmático, conduz a representatividade material dos fatos e circunstâncias que envolvem não somente a teoria, mas também os aspectos reais que se encontram na totalidade da organização da sociedade. Portanto, como nos escreve Prado Junior (2002, p.5):

Não me parece que o destino da dialética materialista seja o de mais um tema para os confusos debates no estilo ordinário da Filosofia, ou antes, da Metafísica como tem sido tão frequentemente dialética materialista deve ter uma finalidade prática, tornando-se efetivamente (e não apenas por intuição é vago pressentimento) um método explicitado capaz de orientar a elaboração do conhecimento e a pesquisa científica, isto em qualquer terreno.

A leitura de Prado Junior (2002) promove uma interpretação do encaminhamento do pensamento materialista dialético, intervindo com elementos que orientam o encaminhamento da pesquisa sobre o território em expansão do capital e Coamo. Esse pensamento representa a teorização de elementos que conduzem ao conhecimento preciso sobre a fragmentação da realidade, permitindo “[...] alcançar a tessitura interna do objeto, ultrapassando sua dimensão fenomênica, deslindando-o como unidade de múltiplas determinações” (MORAIS, 2004, p. 56).

Assim, adotado como instrumento lógico de interpretação da realidade o método Materialista histórico e dialético foram analisados os elementos que envolvem as diferentes dimensões das relações que se estabelecem na vida produtiva dos cooperados que por meio do trabalho determinaram a produção do território da Coamo. Por tudo, apontado o caminho epistemológico para análise da Coamo, por meio do materialismo histórico e dialético e seus preceitos, estabeleceu-se o norte de encaminhamento para a base de entendimento da realidade que envolve a caracterização do território da cooperativa Coamo.

Com o norte metodológico estabelecido, o concreto real definiu a categoria do pensamento, concebendo a temporalidade o conhecimento sobre a realidade presente na formação do território da Coamo. Logo, a única maneira possível de pensar o território Capital X Coamo, em sua luta reprodutiva de agregação de ideais e de valores centra-se “no movimento interno de produção da realidade, cujo motor

é a contradição, [...] o mundo objetivo e sua interrelação entre o pensamento e o ser.” (ENGELS apud KOPNIN, 1978, p.47). Nessa luta, a abstração elaborada no pensamento clarifica a reprodução fiel dessa realidade, como uma totalidade de muitos pensamentos interligados. Procedimento que está presente no pensamento de Marx, que aprecia:

O concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, portanto unidade do diverso. Por isso ele aparece no pensamento como processo de síntese, como resultado, não como ponto de partida, embora constitua o ponto de partida real e por isso também o ponto de partida da intuição e da representação. (MARX, 2002, p. 122)

Na teoria do concreto pensado, Marx (2002) analisa o concreto como produto ou resultado do pensamento, por meio de um processo de síntese, de agregação, de partes significativas do real, que, combinadas, resultam na totalidade. As partes da realidade combinadas sintetizam o concreto pensado. Por isso, a partir do concreto real, o pensamento tem seu início no concreto caótico (ou sensorial), na forma de conceitos ou de abstrações simples, extraídas do todo caótico inicial definindo as suas expressões elementares. (MARX, 2002). Portanto, na apreensão da realidade há que se considera o pensamento de Kosik, sobre a dialética que:

[...] trata da “coisa em si”. Mas a “coisa em si” não se manifesta imediatamente ao homem. Para chegar à sua compreensão, é necessário fazer não só certo esforço, mas também um détour. Por este motivo o pensamento dialético distingue entre a representação e conceito da coisa, com isso não pretendemos distinguir apenas duas formas e dois graus de conhecimento da realidade, mas especialmente e, sobretudo, duas qualidades da práxis humana (KOSIK, 1969, p.9).

Considerado as colocações de Kosik (1969) discorre-se que as abstrações feitas da realidade representaram os componentes significativos do real investigado, a matéria-prima do conhecimento verdadeiro. Nesse conhecimento, a cooperativa Coamo, a partir da historicidade dos elementos que fazem parte do panorama geral de sua materialização espacial, representa também uma categoria ontológica do ser social, que, em sua repercussão espacial, estabelece a própria vida da sociedade em sua relação mediadora no espaço geográfico.

Por isso a historicidade da Coamo, em concordância com o pensamento de Marx, esclarece, além das agregações sociais locais e regionais, uma totalidade de elementos que representam a ideologização capitalista, criada como premissa para toda a história humana, na qual a existência de indivíduos humanos viventes precisa

encontrar condições básicas para sua subsistência (comer, beber, vestir-se). Satisfeitas essas necessidades, criam-se novas necessidades. A criação dessas novas necessidades é o primeiro ato da história, história da sociedade (que é base de toda a história). A história se apresenta, assim, portanto, como a sucessão das formas de intercâmbio e dos modos de produção (MORAIS, 2004).

Além dessa imersão na sociedade capitalista, a este estudo acrescenta-se, a seguir, uma perspectiva geográfica de análise sobre a Coamo, rumo à dialética temporal em acordo com o pensamento de Alfredo (2005, p. 25), na perspectiva de formular, sobre o movimento cooperativista denotado na atuação da cooperativa Coamo, uma teoria sobre o espaço dialético, este como resultado categórico da apropriação do poder e, necessariamente, a materialização do território Coamo estabelecido no e para o capital.

Esse posicionamento decorre, porém, do fato de que, segundo o citado autor, a “[...] dialética das categorias, não pode ser necessariamente aquela do diacrônico. Daí a historicidade se diferencia de historicismo”. Essa verdade é uma premissa necessária para a análise geográfica, porque é uma tarefa do materialismo histórico e dialético “[...] desvendar esta contradição teórica e prática [...] para que não caiamos num historicismo em que a ordenação dos fatos pelo pesquisador busca se impor diante da verdade contraditória dos processos” (ALFREDO, 2005, p. 25).

E, no estudo do espaço, a partir da historicidade analisou-se a materialização do espaço Coamo. Materialização doravante pensada para a compreensão da totalidade genérica do real, que apreende-se, conforme entende Marx, a partir da totalidade socioeconômica impregnada pelos atos singulares e pelas relações que esses atos singulares estabelecem entre si. Nas palavras de Moraes, a complexidade está na apreensão do real e, para se conhecer o real, é necessário que a subjetividade percorra o objeto em sua totalidade. Ademais:

A totalidade complexa é uma abstração operada pelo próprio real. Essa qualidade do real pode ser considerada uma determinidade de contradição entre o singular e o universal. O todo tem uma qualidade que não está presente em cada um dos singulares. Perfaz um universo de relações que constituem uma realidade própria. Desse modo, a totalidade complexa não é perceptível na representação imediata do real, ou seja, a conexão entre as partes produz um complexo distinto que só pode ser captado através de processos de abstração. O todo sócio-histórico é uma abstração realizada pelo real e para se alcançar sua visibilidade, na qualidade de concreto pensado, torna-se necessário o trabalho de reconstrução dessa unitariedade no plano do pensamento. (MORAES, 2004, p. 57-58).

Com base em Moraes (2004), a discussão sobre a totalidade no âmbito do território do capital e da Coamo auxilia na agregação dos elementos próprios para a compreensão do desenvolvimento do capitalismo. A partir desse pensamento, verificam-se as mudanças que perpassam por meio da ação expansiva do território da cooperativa Coamo. Portanto, admite-se que o conceito de território enquanto um conceito doravante delimitado e definido a partir das relações de poder assume um processo gerado de novos territórios, sob a ótica produtiva. (SOUZA, 2003) Logo, cabe salientar que:

Todo conceito, como toda teoria, só tem validade quando referido a uma determinada problemática, a uma questão. Assim, o território é um dos principais conceitos que tenta responder à problemática da relação entre a sociedade e seu espaço. (HAESBAERT, 2005, p. 87)

Nesse território, o capital ostenta o papel representativo procedendo como um veículo efetivo de transformações espaciais no seio da organização cooperativista, em particular hegemonizando as relações estabelecidas no interior da cooperativa Coamo. Conforme argumentou Raffestin (1993, p. 58), “o poder visa o controle e a dominação sobre os homens e sobre as coisas”.

E, na busca de entender as divergências e complexidade das abordagens territoriais, o exame da proposição de Raffestin (1993) determina o conteúdo, o meio e o processo que existe na transformação expansiva do território do capital e da Coamo, representando os elementos totalizantes do movimento cooperativista que se explicam pela generalização analítica da geo-história regional e suas distorções ocorridas no decorrer do desenvolvimento do modelo cooperativista em escala global e nacional.

Claude Raffestin produziu uma abordagem de referência para a Geografia. Todavia, nos estudos territoriais, existem divergências entre abordagens e autores. Entretanto, a partir das reflexões elaboradas do citado autor, levanta-se pontos centrais de conhecimento sobre sua, abrindo novas possibilidades de estudos sobre o território do capital e da Coamo, seu dimensionamento, suas articulações, continuidade e des-continuidades.

Também, é importante entender com base nas análises produzidas por Raffestin que as definições territoriais são bastante complexas, mas não estão desconectadas uma das outras. Apesar de pontos divergentes, quando se analisa as

definições percebe-se que todas estão a procura de um nível mais profundo de conhecimento teórico-metodológico em consonância com sua especificidade, fato que sublinha a necessidade de pelo menos uma breve contextualização teórica do pensamento geográfico sobre o desenvolvimento das abordagens territoriais, não caindo apenas na superficialidade.

Isso porque a velocidade e a complexidade da dinâmica espacial cooperaram para aumentar a dificuldade de um consenso do que seja território. Além do que, esse conceito passou a ser adotado por diversas áreas do conhecimento como: economia, sociologia, antropologia, filosofia, história entre outras ciências. Nas diferentes perspectivas diversificaram-se as noções empregadas para definir, delimitar, aplicar e materializar o conceito de território e isso imprimiu em certas noções uma representação diletante do território no espaço geográfico. Portanto, tecendo considerações sobre esse conceito a partir da contextualização temporal e caracterização da materialidade do espaço capital e Coamo, fica evidente assim como argumenta Raffestin que:

O texto aqui proposto é uma tentativa de cristalização de alguns momentos de uma reflexão iniciada há vários anos e ainda não-encerrada. Ela o será algum dia? (RAFFESTIN, 1980, p. 5)

Milton Santos (2002b) ao escrever sobre o território, concebe a definição desse conceito como uma noção incompleta herdada da Modernidade, uma forma impura, um híbrido, uma noção que carece de constante revisão histórica. O que ele tem de permanente é ser nosso quadro de vida. Sua interpretação é fundamental para impedir a alienação humana, ou seja, a perda do sentido da existência individual e coletiva, a renúncia ao futuro. Seguindo as interpretações de Milton Santos (2002b), é preciso compreender a heterogeneidade de concepções e as dimensões abrangentes pelos diferentes conceitos de território.

Para isso, é importante começar pela análise da origem da palavra território, que reside no latim *terreo*, *territo*, isto é, *aterrorizo*, intimidado, causeo medo, receio. Os romanos diziam: *Territorium est universitas agrorum intra fines cuiusque civitatis quod ab eo dictum quidam aiunt quod magistratus eius loci intra eos fines terrendi, id est, submovendi ius habet* (Território é a universalidade das terras dentro dos limites de cada Estado; alguns o chamam assim porque o magistrado desse lugar tem o direito de, dentro destas terras, aterrorizar, isto é, de afugentar).

Na Geografia o estudo do território vem se constituindo em uma tradição nos últimos 100 anos e passou a ser amplamente discutido a partir do ano de 1970, pós movimento de renovação do pensamento geográfico. Mas, mesmo com caráter tardio em sua formulação teórica e metodológica, o território se tornou um conceito-chave para os estudos geográficos.

Inicialmente, sua conceituação se manteve ligada na noção de Estado-Nação, ou de algum setor sob o controle de um Estado ou governo. Friedrich Ratzel afirmava que o território (1988), se constitui na própria condição de existência da sociedade, significando a posse de uma área, dominada por alguém ou pelo Estado, porque o território expressa a condição legal e moral do Estado, a união dos membros de um povo ao solo (*Boden*) (RATZEL, 1988). Para Ratzel, o Estado seria um organismo responsável pela perpetuação da sociedade, ou seja, sociedade e Estado são fruto orgânico do determinismo do meio. Nas relações da sociedade com o Estado, existem conflitos, e estes se efetivam no território. Por isso, Ratzel considera o território como substrato/palco de efetivação da vida humana, uma “parcela do espaço, delimitada, com ou sem a presença do homem; com ou sem modificações provocadas pelos povos e com ou sem a presença e domínio do Estado.” (RATZEL, 1988)

A definição de Ratzel foi amplamente utilizada pela geografia Tradicional e causou polêmicas, porque essa abordagem serviu para ajudar a expansão territorial e dominação do Estado Alemão. Ratzel se embasou numa visão naturalista do território herdada de ciências como a Biologia. Sua proposta teórico-metodológica fundamentou-se no Positivismo, com obras de caráter institucional e burguês. (RATZEL, 1995)

Porém, essa definição foi muito importante para a evolução do pensamento geográfico e para a compreensão do conceito de território, suscitando novas abordagens territoriais. Assim, as abordagens territoriais produzidas pós Ratzel perpetraram novos rumos, imbricados na evolução dos paradigmas da Geografia. E, a partir de Ratzel, muitos geógrafos esqueceram em suas obras, dos demais conceitos-chaves e passaram a formular teorias territoriais na procura de abarcar a complexidade do desenvolvimento capitalista e também para o planejamento do território.

Todavia, o preocupante nesse processo é a confusão entre noções de espaço, região, paisagem e território. Algumas vezes se faz uma distinção entre

essas noções, outras vezes as noções de espaço, região, paisagem e território acabam por serem sinônimos umas das outras. Étienne Juillard (1962, p.224), estudando o conceito de região, expôs sua preocupação sobre essa confusão conceitual, alertando sobre a moda que se vincula na geografia. Segundo a autora essa moda, faz com que os geógrafos transformem os conceitos-chaves em noções de território. Com suas palavras ela argumenta:

Ora, a região não é mais, hoje em dia, esse domínio um tanto confidencial da pesquisa geográfica, nem esse quadro folclórico em que se comprazem certas ideologias reacionárias. Nos meios de ação econômica e social, pensa-se cada vez mais, no desenvolvimento, em termos de planejamento do território. (JUILLARD, 1962, p.224)

E a “moda territorial” é observada particularmente em estudos sobre a sociedade contemporânea. Nessa moda os estudos geográficos passam geralmente a vincular a configuração do território a uma “organização do espaço”, regida pela economia, e os territórios passam a ser abordados tendo como referencial os espaços mundializados.

Para Hannah Arendt (2007), essa abordagem economicista do território, é a herança deixada por Karl Marx e tem seu marco inicial na Modernidade. Em seus estudos ela argumentou que a sociedade atual produziu uma vertente de explicação econômica, porque “a tradição de nosso pensamento político teve seu início definido nos ensinamentos de Platão e Aristóteles. Creio que ela chegou a um fim não menos definido nas teorias de Karl Marx”.

Além disso, Arendt escreveu que a corrente filosófica política Ocidental do Marxismo requer uma rediscussão crítica. Essa revisão tem o objetivo central de desmistificar a tendência do determinismo econômico. Para a autora o determinismo econômico desloca a solução dos problemas vivificados pela sociedade na economia, fato que direciona a necessidade do entendimento da corporação do modo de produção capitalista. Nesse sentido, ela se refere que:

[...] a confusão da ação política com a produção da história remonta a Marx. Ele esperava, depois de Hegel ter interpretado a história da humanidade, ser capaz de ‘mudar o mundo’, ou seja, *produzir* o futuro da humanidade. O marxismo pôde ser desdobrado em uma ideologia totalitária por causa de sua perversão, ou incompreensão, da ação política como a produção da história. (ARENDR, 1994, p. 396)

De um lado, a crítica ao pensamento de Marx elaborada por Hannah Arendt produziu uma contribuição ao entendimento da organização da sociedade. Com essa crítica ao pensamento marxista, Arendt, conduziu muitos autores a uma reformulação das ideologias e proposta política do pensamento econômico. Mas, por outro lado, não se pode admitir que as obras de Karl Marx limitaram-se apenas a uma tendência de deslocamento econômico, porque foram estudos que responderam a muitas das inquietações da sociedade de sua época, contribuindo para a organização do espaço geográfico. As obras de Marx representam uma filosofia revolucionária que procurava demonstrar as contradições internas da sociedade de classes e as exigências de superação das contradições.

Portanto, foi com os estudos de Karl Marx, que a preocupação teórica metodológica em definir o conceito de território, passou a ser um enfoque necessário para a compreensão da realidade contraditória, de exploração do modo de produção capitalista. Contudo, foi a própria sociedade, emaranhada pelas contradições capitalista, a responsável pelo surgimento e evolução das abordagens e perspectivas territoriais. Essa sociedade, em sua organização passou a priorizar o desenvolvimento econômico em detrimento ao desenvolvimento social e com isso foi submetida à regência em sua conjuntura do denominado e criticado “Determinismo econômico”.

Por conseguinte, se apresenta respectivamente ao pensamento de Raffestin, o pensamento de Saquet (2000) que afirma ser o território o resultado das múltiplas relações que se expõem no decorrer da organização do espaço geográfico. Afinal, na construção do território capital e da Coamo, a determinação do modo de produção capitalista possibilita o estabelecimento das ações que envolvem a compreensão da totalidade a que se insere a contextualização histórica que agrega os princípios cooperativistas e a materialização do espaço em qual a cooperativa está atuando e/ou se expandindo.

Logo, a contribuição de Marcos Saquet (2007) é muito importante para se entender a formação do território da Coamo, justamente porque esse autor realizou um exame crítico sobre a evolução do conceito de território, produzindo um panorama que apresenta a necessidade da abordagem territorial para a compreensão da conjuntura capitalista. Nesse mosaico de diferentes definições, ele elaborou uma interpretação das abordagens e concepções de território na geografia. Segundo Saquet (2007, p. 14), existem estudos consistentes no Brasil na

perspectiva da escola francesa e inglesa sobre o território, como os de Hasbaert (1997, 1999, 2004 e 2004 a). Mas, ele percebe pouco conhecimento de abordagens já clássicas da literatura italiana sobre as análises territoriais. Não obstante, ele consegue caracterizar e identificar a partir dos anos 1950-1960 e particularmente pós 1970, quatro abordagens sobre o conceito de território:

a) uma centrada na discussão teórico-metodológica, a partir das obras de Dematteis (1964, 1967, 1969, 1970, e 1975), Vagaggini e Dematteis (1976) Deleuze e Guatari (1976[1972]), Quaini (1974 e 1974 a), Bagnasco (1978) e Raffestin (1976 e 1978); b) outra, pautada na compreensão da dimensão geopolítica do espaço, como fazem Gottmann (1947, 1952, 1973/2005 e 1975), Soja (1971) e Raffestine Guichonnet (1974); c) outra, ainda, voltada à explicação do desenvolvimento territorial, da reestruturação do capital e de movimentos sociais, a partir dos estudos de Muscarà (1967), Bagnasco (1977 e 1978), Magnaghi (1976), Becattini (2000 [1979]), Dematteis (1981[1979]) e de Indovina e Calabi (1974) e, uma quarta, semiológica, como faz Eco (1984 [1972]), entre outros. (SAQUET, 2007, p.14)

Em sua discussão sobre as tendências do conceito de território, Saquet (2007) observa que a separação da primeira tendência das demais é apenas didática. Alguns autores das tendências buscam uma discussão teórico-conceitual, e também existe nas tendências: diferentes perspectivas metodológicas; Interações e unidade em nível do pensamento e movimento de reelaboração das ciências sociais.

Contudo, na apreciação do território Coamo é interessante o entendimento das divergências e avanços científicos em termos do reconhecimento do conceito de território. Essas abordagens sofreram e sofrem alterações, no decorrer do contexto histórico para conseguir responder as inquietações das diferentes épocas. Para Milton Santos, essas alterações impõem uma limitação aos cientistas, que passam apenas a tarefa de testar e verificar teorias, sendo capaz apenas de criar aquilo que já conhece. Por isso ele questionou:

[...] é imenso o que temos que reformular e a reconstruir, sobretudo porque em nosso campo de trabalho se continua a integrar novas teorias aos velhos conceitos de espaço, como se os elementos formadores deste último não houvessem, eles próprios, mudado de significação. Cada vez que omitimos os elementos novos e sua exata significação, torna-se difícil, senão impossível, atingir uma conceituação adequada. (SANTOS, 2002a, p. 194)

Seguindo a perspectiva de Milton Santos ao estudar o território da Coamo, a contextualização conceitual é importante na apreensão da realidade, sendo necessário também alicerçar as teorias em referenciais teóricos. Portanto, o cientista precisa compreender teorias diversificadas, para poder criar novas teorias, já que o conhecimento é uma continuidade constante. Como afirmaram Marx e Engels (1984, p. 23):

Não tem história, não têm desenvolvimento, são os homens que desenvolvem a sua produção material e o seu intercâmbio material que, ao mudarem esta sua realidade, mudam também o seu pensamento e os produtos do seu pensamento. Não é a consciência que determina a vida, é a vida que determina a consciência. [...] Lá onde a especulação cessa, na vida real, começa, portanto, a ciência real, positiva, a representação da atividade prática, do processo de desenvolvimento prático dos homens.

Nesse aspecto de evolução do conhecimento as idéias de Marx e Engels levam a reflexão da história dos homens e ajuda a compreender a vida real e “não é admissível pôr em questão o próprio conhecimento” (LEFEVRE, 1979). Então, todo o conhecimento produzido faz parte da: “a) história das ciências e de seus métodos particulares; b) história das formas, métodos e instrumentos gerais do conhecimento; a preparação dos mesmos para as atuais condições do saber humano; c) história social das ideais.” (LEFEVRE, 1979, p. 56). Enfim, é examinando os conhecimentos produzidos que se pode aperfeiçoar, “penetra-los, unir-se e identificar-se com eles, para assim reencontrar a unidade do mundo, a conexão objetiva desses diferentes aspectos concretos, do devir” (LEFEVRE, 1979, p.156)

Assim, na busca da totalidade, a partir do estudo sobre o espaço dialético territorial da cooperativa Coamo, considera-se o pensamento de Alfredo como basilar para analisar a implementação do capital no campo e metamorfose do cooperativismo, mesmo que esse autor não tenha trabalhado a abordagem da categoria território. Isso porque de acordo com Raffestin (1993, p.143) “espaço e território não são termos equivalentes”.

Claude Raffestin foi um dos pioneiros dos estudos territoriais e muito tem marcado o desenvolvimento da geografia brasileira, a partir da década de 1980 e, particularmente na década de 1990. Ao analisar o pensamento de Raffestin (1993), verificou-se que a noção de território se materializa no espaço político-administrativo. Esse espaço é delimitado e compartimentado por transações

relacionadas ao poder, e essa característica se coloca como hegemônica no contexto das atividades produtivas e atuação da Coamo.

Portanto, o poder define o território e a atuação da cooperativa Coamo se define justamente pelo poder exercido na manutenção das atividades produtivas na região de Campo Mourão e a conexão que esta realiza em redes de variados significados com as demais espacialidades geográficas. Igualmente, em sua atuação de poder a Coamo define as relações sociais que se apresentam em toda a “produção” que se apoia no espaço e no tempo. Esse território é relacional, pois é parte intrínseca de todas às relações sociais que engloba os diferentes setores da economia brasileira. Esse território da Coamo pode ser considerado como um circuito produtivo, que envolve “um processo de troca ou de comunicação quando, na relação que se estabelece, os dois pólos fazem face um ao outro ou se confrontam”. (RAFFESTIN, 1993. p. 53)

Nesse pensamento, Marcos Saquet (2007) ao escrever sobre os componentes da concepção de Raffestin elaborou uma reflexão sobre o conceito de poder de Raffestin. Para Saquet mesmo que o conceito de território de Raffestin possua um caráter político delimitado por relações de poder, essa abordagem se diferencia de abordagens como de Ratzel, Gottmann e Sack. Saquet aponta em sua obra questionamentos e críticas, particularizando a definição do conceito de território de Raffestin. Na perspectiva de Saquet:

Claude Raffestin elabora uma explicação da realidade material, entendendo que o objeto de estudo da geografia é formado pelas relações sociais efetivadas entre os sujeitos e o objeto, ou seja, as relações que se concretizam no território e significam territorialidades. E é questionando e criticando concepções que privilegiam o poder do Estado, na geografia política, que problematiza sua argumentação em favor da multidimensionalidade do poder, do território e da territorialidade, em vez de centrar sua abordagem no conceito de espaço. (SAQUET, 2007. p.75)

Seguindo o que consta na citação de Saquet (2007) observa-se que os questionamentos e críticas, elaborados por Raffestin, foram atribuídos com base em sua definição sobre os conceitos de espaço e território, em que o espaço antecede o nascimento do território, e o território configura-se a partir das noções de espaço. Sobre essa distinção Raffestin discorre que:

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida

por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação) o ator “territorializa” o espaço. (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

Segundo Raffestin, verifica-se que na materialização da atuação organizativa espacial pela Coamo esta contemplou múltiplas relações que imprimiram sua força no espaço rural. Assim seu território se apoia no espaço, mas não é o espaço, ele é regido por diferentes atividades humanas que a partir de uma representação, implantaram as malhas, nós e redes com base na cooperação do trabalho associativo. As malhas, os nós fazem parte da composição da rede, que interliga a produção, pelo processo de circulação e transformação, que está na comercialização e industrialização dos produtos pela cooperativa.

Nesse processo, a rede se forma pelo sistema de linhas que desenham tramas, podendo ser abstrata ou concreta, invisível ou visível (RAFFESTIN, 1993), bem como desenhando as fronteiras expansivas que asseguram a comunicação e os limites de força que se encontra esse território. As redes traduzem-se a infraestrutura que atualmente o território da Coamo possui, sendo uma imagem de poder da dominação exercida pela cooperativa sobre o espaço.

Em sua atuação, as atividades desenvolvidas nas redes da Coamo são também influenciadas por um sistema territorial, resultado das relações de poder do Estado, das empresas, grupos ou indivíduos ou outras organizações. Portanto, esse sistema territorial se traduz por uma organização hierarquicamente, que assegura o controle da apropriação, distribuição, alocação do espaço, permitindo a coesão e integração dos territórios. Portanto, a Coamo forma um sistema territorial, como o descrito em Raffestin (1993) como produto e meio da produção. Como produto e meio da produção, esse território estabelece o sistema territorial que é tecido por territorialidades dinâmicas, suscetíveis a variações no tempo.

No entanto como escreve Saquet (2007, p.176), não é suficiente a compreensão (i) Material e coerente do (s) território (s), o importante é que a abordagem territorial é a base para “a construção de uma sociedade mais justa, que possa construir sua autonomia e se autogovernar, produzindo um novo território”.

Não obstante ao pensamento de Saquet e Raffestin (1993), Alfredo (2005) considera necessário pensar a construção de uma sociedade mais justa no interior do movimento cooperativista, porque a sua concepção está impregnada na análise

da Modernidade por relações de forças que se expressam no espaço, admitindo a noção da abordagem territorial. É em Alfredo (2005, p. 28) que se reitera que, “[...] na modernidade, os processos são os de realização das abstrações e não somente os de abstração do concreto”. Trata-se de uma inversão na qual a análise da realidade se coloca na contramão de “[...] uma sociabilidade produtora de valores de uso, mas cuja finalidade é a reprodução sem fim do valor” (ALFREDO, 2005, p.28). Nessa realidade, o universal “[...] se dá por uma categoria que é a própria impossibilidade necessária, para a reprodução do *modus*, do conceito” (ALFREDO, 2005, p.28). Essa categoria pode, porém, permitir “[...] desvendar uma forma de sociabilidade como lógica que repõe os pressupostos do capital, aderindo-se a sociabilidade à noção do *modus*” (ALFREDO, 2005, p.28).

Nesse ponto específico do pensamento de Alfredo (2005) relaciona a possibilidade de tratar a conjuntura das relações sociais e sua representatividade no modo de produção capitalista nos diferentes territórios em que esse modelo consegue adentrar. Além do mais, Alfredo (2005) insere a sociabilidade do objeto pesquisado, permitindo pensar na formação do território do capital e na atuação da Coamo, porque a sociabilidade das relações constituídas no decorrer da territorialização do espaço Coamo foram repercutidas no processo social material como um todo.

Teoricamente perfazendo apreciações sobre a Coamo, seguindo o que o pensamento cooperativo representa para essa atividade, denota-se que essa cooperativa necessariamente precisa seguir os ideais de seus cooperados, contribuindo significativamente com ações sociais de desenvolvimento regional. O que não significa uma reformulação estrutural, mas o estabelecimento de acordo que contemple as reais necessidades dos cooperados. E, esse procedimento decorre do fato de que a figura dos cooperados constitui os principais personagens utilizados para a territorialização do capital, e sua hegemonização nas atividades agrárias.

Entretanto, no encaminhamento da territorialização do capital, a cooperativa é o caminho adequado no que se refere ao desenvolvimento econômico, tornando-se uma força combatente do modo de produção capitalista e nutrindo a ordem vigente. Seus cooperados formam a organização da própria cooperativa, sendo em conjunto responsáveis pela territorialização do capital.

Assim, com o objetivo de crescer cada vez mais na atuação dos mercados globalizados, as cooperativas “enfrentam continuamente a pressão exercida pelo fato de que, se não estiverem crescendo, estarão se encaminhando para a extinção.” (LYNCH apud KOTZ, 2007, p. 26) Logo de acordo com Kotz (2007, p.29):

Para que sejam eficientes, precisam ter clareza para distinguir o social do econômico. Para que sejam competitivas, precisam, dentre outras atitudes, adotar as seguintes estratégias: enxugar custos; buscar escala de produção; compatibilizar agilidade na tomada de decisões, em processo democrático; buscar a modernidade na gestão; ser inovadoras e compatibilizar atividades. Crescer, para as cooperativas, é uma necessidade de sobrevivência.

O pensamento apresentado de Kotz (2007) permite pensar, conforme entende Marx (1984), nas diferentes metamorfoses produzidas pelo capital, metamorfoses que aprisionam de tal forma os trabalhadores que, quando oprimidos pela ordem, conseguem encontrar a libertação da opressão por meio da própria ordem, mantendo a estrutura vigente.

Com base em Marx (1984), considera-se que os agricultores agregados a cooperativa são inseridos no modo de ser e de pensar do capitalismo, vivendo como escravos do trabalho, ou seja, do modo de produção capitalista. Como escravos do capital, os cooperados da Coamo conseguiram formar seu território por meio da participação pluralista e, acima de tudo, pela formação e pela atuação capitalista da diretoria da cooperativa.

É preciso, portanto, pensar a construção do espaço geográfico a partir da análise que se engendra nas relações capitalistas que se inserem na produção agrícola dos cooperados da Coamo e posterior comercialização dos seus produtos. Essa construção deve ser analisada e compreendida por meio das relações sociais e das manifestações de poder e controle que esse território exerce sobre a sociedade. Trata-se na realidade da territorialização das relações capitalistas que se manifestam no campo por meio do cooperativismo e sua ideologia, abarcando a inserção do capital no campo na materialização temporal da organização da Coamo. Para explicar essa situação expõe-se o pensamento de Candiotto (2010, p. 88) que entende o conceito de territorialidade como a representação dos:

[...] vínculos que determinado indivíduo e/ou grupo social possuem com um ou mais territórios materiais (físicos) ou imateriais (virtuais), algo subjetivo, ligado à percepção. A identidade individual ou coletiva é decorrente do

reconhecimento e da valorização das territorialidades, haja vista que as territorialidades são fundamentais para a construção de identidades.

Nesse sentido a territorialização capitalista produzida pela Coamo, representa as relações de poder exercidas pela atuação e influencia dessa cooperativa sobre os processos que se desencadeiam na organização social. Já para Raffestin a territorialidade é entendida como multidimensional e inerente a vida em sociedade, inscrevendo-se no quadro da produção, da troca e do consumo das coisas. Ela se manifesta em todas as escalas espaciais e sociais, mas possui limites, enquadramento e distinções, caracterizada por continuidades e des-continuidades.

Sobre a territorialidade, da Coamo verifica-se que esta se manifesta de formas tridimensionais que se instalam a partir da complexidade relacional de diferentes representatividades participativas que se voltam nas necessidades impostas pelo mercado globalizado, relações sociais e ideologia cooperativista para a promoção do processo de sua autonomia no espaço. Logo, “a vida é tecida por relações, e daí a territorialidade pode ser definida como um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema”. (RAFFESTIN, 1993, p.160).

Portanto, há que se considerar a dinâmica da territorialidade da formação do espaço Coamo. Para isso, Saquet (2007) esclarece que o movimento do território-relacional é difícil de ser compreendido. “O movimento está no território e o território está em movimento e no movimento” (SAQUET, 2007, p.161). Nesse sentido, ele enfatiza que:

O *velho* é recriado no *novo*, num movimento concomitante de descontinuidade e continuidade, de superações. A continuidade se dá na não-mudança, e na própria descontinuidade, que contém, em-si, elementos do momento e da totalidade anteriores. Com isso, o *velho* não é suprimido, eliminado, mas superado, permanecendo, parcialmente, no *novo*. [...] Os elementos principais da territorialidade também estão presentes na desterritorialização. [...] os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização estão ligados, complementam-se incessantemente e, por isso, também estão em unidade. Todos acontecem ao mesmo tempo, para diferentes indivíduos. (SAQUET, 2007, p.161)

Na dinâmica da territorialidade do espaço Coamo, o primeiro passo a ser percorrido foi a identificação, compreensão e análise do território e sua complexidade. Porque em sua territorialidade a atuação da Coamo sobre o espaço geográfico já possui identidade, exclusividade e compartimentação, por isso,

segundo Raffestin (1993, p. 163), a análise da territorialidade “só é possível pela apreensão das relações reais recolocadas no seu contexto sócio-histórico e espaço-temporal.”

Assim, atendendo o pensamento de Raffestin, apresenta-se o pensamento de Serra (1986) que contribuiu na desmistificação do poder incógnito adquirido pela cooperativa pelo espaço nacional e internacional. Esse poder da Coamo gradualmente hegemonizou as relações produtivas dentro do espaço regional de atuação da cooperativa. Para tanto, Serra (1996) argumentou que o desenvolvimento econômico das cooperativas conseguiu seu sucesso por meio, basicamente, da eliminação das intermediações.

Partindo do pensamento de Serra (1980), afirma-se que foram as chances de obtenção de maiores lucros, possibilitadas pela Coamo aos produtores rurais, tanto no momento da colocação dos produtos dos agricultores no mercado, como na compra de bens ou, ainda, na prestação de serviços, que fortaleceu o poder do território do capital nessa área geográfica, bem como pelo território nacional.

Assim, partindo do pressuposto de que as cooperativas caminham em busca do desenvolvimento econômico priorizando as diretrizes do modo de produção capitalista (o qual se realiza, sobretudo, na acumulação, na circulação e na reprodução de capital), na presente tese defende que a cooperativa Coamo, bem como as demais cooperativas agrícolas, por serem instituições a serviço do capital, devem ser consideradas cooperativas capitalistas.

Cabe frisar que essas organizações cooperativistas, por possuírem leis diferenciadas autorizadas na Constituição brasileira e por terem princípios organizativos distintos, são mais potentes que as empresas na conquista de mercado, em relação às quais conseguem a monopolização.

Monopolizando o mercado, a Coamo passou a controlar a estrutura econômica regional, sendo que esse fato ocorreu e ocorre camufladamente, de forma a nem mesmo os associados conseguirem perceber a imensa influência que a cooperativa exerce sobre suas vidas.

Alienados pelo capital, os cooperados seguem “Sobre o modo capitalista de pensar” (MARTINS, 1980) Por isso, o livro de Martins, *Sobre o Modo Capitalista de Pensar*, serve de sustentáculo para a elaboração presente tese de doutoramento, refletindo sobre o desenvolvimento desigual do modo capitalista na formação social capitalista.

Para Martins (1980), o desenvolvimento capitalista se fortalece constantemente e conectado às relações não capitalistas, relações que são aderidas e metamorfoseadas quando inseridas no processo capitalista de acumulação, de reprodução e de circulação do capital. Esse pensamento alenta o estudo da concretude da apropriação capitalista na organização cooperativista.

Na formação social capitalista, os agricultores cooperados da Coamo, mesmo não sendo latifundiários, sendo constituídos de pequenos e de médios produtores, com propriedades que não ultrapassam a 300 alqueires de terras, passam a pensar como o “Tio patinhas no centro do universo” (MARTINS, 1980, p. 3). A mentalidade de “Tio Patinhas” ficou evidente na maioria das falas dos agricultores associados da cooperativa que foram entrevistados para a construção desta pesquisa.

Tio Patinhas é o personagem mais rico do mundo apresentado pela Walt Disney, e criado pelo desenhista e roteirista Carl Barks, que foi analisado por Martins (1980).

Martins (1980), elaborando uma analogia entre a família desse personagem e a sociedade capitalista moderna constatou que apesar de ser Tio Patinhas, o pato mais rico do mundo, ele assim como os capitalistas mais ricos do mundo só pensam em acumular cada vez mais dinheiro, fixando uma fortuna cada vez maior. Na verdade, Martins encontra os valores que hegemonomizam as relações sociais, no modo de ser e pensar do capitalismo.

Assim, no afã da hegemonomização Patinhas, encontra a fonte de sua riqueza em sua moedinha número 1, que o torna cada vez mais avarento desprezando até mesmo sua família. Neste ponto, se inicia a crítica ao sistema capitalista, e o mais interessante é, no entanto, que a mentalidade do capitalismo clássico, reforça os valores que possuem significação e importância na organização do espaço geográfico. Fato esse que repercute-se como resultado do capitalismo, como sistema econômico e social, que domina mundialmente as relações produtivas, desde o final do século XVI. E na medida em que o capitalismo foi se evoluindo passou a transformar as relações sociais, atuando historicamente como agente transformador, até se tornar hegemônico. (MARTINS, 1980)

Além disso, o modo de produção capitalista possui um grande dinamismo reprodutivo na história de sua evolução, marcando a comercialização entre os países do globo. A princípio funcionava como acúmulo de capitais que se processava por meio da circulação de produtos na fase mercantilista da exploração,

promovendo o Estado a fim da propagação nacional na economia dos países. (MARX, 1989)

Entretanto, na fase industrial, o modo de produção capitalista funcionava como dinamizador para a produção e, para os avanços tecnológicos, potencializando a capacidade de transformação dos recursos naturais com a inserção de máquinas movidas a vapor, aumentando cada vez mais a quantidade de produtos, multiplicando a lucratividade dos produtores. Dessa fase, a partir do final do século XIX, com o aceleração da economia e o processo de concentração e centralização de capitais, se acresceu como consequência evolutiva o Capitalismo financeiro. (PRADO JÚNIOR, 1987)

No Capitalismo financeiro, acirra-se a concorrência entre as industriais, levando a fusões e incorporações resultantes em monopolização ou oligopolização de diferentes setores econômicos, marcando essa fase a expansão imperialista na virada do século XIX para o século XX. Entretanto, a consolidação efetiva do Capitalismo financeiro se processa somente ao término da Primeira Guerra Mundial, mediante ao fortalecimento das empresas que se tornaram poderosas e influentes acentuando a internacionalização de capitais. (PRADO JÚNIOR, 1987)

Todavia, nas diferentes fases do capitalismo, o mercado tende a ser cada vez mais competitivo, concentrando cada vez mais a mais valia. Assim, na história do capitalismo, observa-se um coerente processo de conquista da classe proletária e a transformação das leis sociais. (MARX, 1989)

Essa situação atesta que o desenvolvimento econômico atual tende a se pautar no processo que respeita a produção otimizada de bens, decorrentes da iniciativa privada, contabilizando os resultados sociais proporcionados. Essa tendência é inerente a lógica da expansão capitalista, e agrava as desigualdades sociais, que estabelece forças para defender seus interesses coletivos. (MARX, 1989)

Nesse particular, importante destacar que foi justamente a necessidade encontrada pela classe trabalhadora de se manter no capitalismo que historicamente fundou o movimento cooperativista, como um sistema formalizado a partir da ideologia de uma sociedade coletiva, sendo o fruto do poder exercido pelo capital sobre os trabalhadores.

Na realidade, o processo de desenvolvimento capitalista vem se movimentando pelas suas contradições e “Isto significa que, para seu

desenvolvimento ser possível, ele tem que desenvolver aqueles aspectos aparentemente contraditórios a si mesmo” (OLIVEIRA, 2001, p. 18).

Salienta-se, portanto, que o capitalismo cria e recria o capital “[...] para que a sua produção seja possível, e com ela possa haver também a criação de novos capitalistas” (OLIVEIRA, 2001, p. 20). Nesse entendimento, o conceito de capitalista de Oliveira apresenta uma definição auxiliar para esta tese de doutorado. Segundo o autor:

Capitalistas são, portanto, todos aqueles que, possuidores de capital, destinam-no à produção. Na agricultura, adquirem terras e outros meios de produção e contratam trabalhadores para trabalharem com eles em troca de um salário. [...] Isso significa que, para entendermos a distribuição social e/ou territorial das desigualdades e contradições do desenvolvimento capitalista, devemos compreender que elas estão ligadas aos processos históricos específicos de cada país ou nação. Ou seja, cada formação econômico-social concreta revela no seu interior esse processo desigual e contraditório espacial e temporalmente. (OLIVEIRA, 2001, p. 20).

Com base na definição de capitalista formulada por Oliveira considera-se que os agricultores associados da Coamo estão passando, gradativamente, por um processo de metamorfose. Portanto, verificam-se mais uma das contradições do próprio capitalismo, porque os agricultores associados à cooperativa são trabalhadores que sobrevivem de seu trabalho, poucos possuem renda acessória, sendo que, mesmo associados à cooperativa, não pensam no coletivo, e sim no individual, desconhecendo por completo os princípios cooperativistas.

Nesse processo, de um lado, já se presencia a formação de capitalistas no campo e, do outro, por causa das crises agrícolas, o capital não conseguiu transformar o agricultor em capitalista, mas conseguiu transformar a maneira de pensar. Afirma-se isso porque o agricultor, na maioria das vezes, tem somente sua propriedade e vive de seu sustento, mas só pensa em acumular terra e capital, tornando-se agente responsável pela mobilidade e expansão do território do capital.

No tocante a esse assunto, o relato de Gorga Neto (2006), sobre “Os Grandes Produtores e Cooperativas Agroindustriais: o caso na Comigo” contribui com argumentações para o entendimento comportamental dos agentes dinamizadores do capital, no caso particular, do território formado pela união capitalista com o movimento cooperativo. Neto, em sua análise, argumenta sobre o funcionamento das cooperativas e sobre os comportamentos competitivo e cooperativo, avaliando as relações entre as cooperativas e os grandes produtores. Em seu pensamento:

[...] uma análise mais acurada sobre as características atuais do agronegócio brasileiro, as cooperativas agroindustriais configuram-se como forma singular de governança, que podem ser escolhidas pelos agentes dentre um conjunto de arranjos institucionais factíveis [...] O surgimento de cooperativas agroindustriais decorre, na maioria das vezes, da necessidade de incremento da eficiência produtiva e se estabelece, tendo como premissa a paridade das atividades desenvolvidas no universo dos empreendimentos agropecuários individuais. (GORGA NETO, 2006, p. 2).

De acordo com Neto, fica, portanto, claro que, no patamar da governança, as cooperativas atingem a monopolização de mercado, decorrendo que essas instituições possuem, como fator determinante nesse processo, justamente os resultados econômicos obtidos por meio da conectividade entre capital e cooperativas agrícolas. Esse aspecto particular de junção consegue ser um fator de ampliação e de acumulação de capital, que condiciona e, ao mesmo tempo, justifica, de forma legal, a atuação das cooperativas, em particular a da Coamo, e a formação de seus territórios.

A formação, a consolidação e a ampliação dos territórios das cooperativas firmadas no capital recebem auxílio das ações, dos projetos e das leis governamentais. Como se observa nas argumentações do ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Roberto Rodrigues:

[...] temos trabalhado para fortalecer os diferentes ramos do setor, especialmente o agropecuário e o de crédito. Isso tem sido feito em duas frentes: implementação de ações públicas voltadas à capacitação de cooperados e à promoção do sistema e a elaboração de propostas para atualizar a legislação do cooperativismo, objetivando torná-lo mais competitivo no mercado. (RODRIGUES, 2006, p. 5).

Com auxílio governamental, a expansão do território das cooperativas agropecuárias faz com que, no processo de monopolização de mercado, as demais relações comerciais ocorridas sofram influência direta das ações cooperativistas. Na região em estudo, essa ação é exercida pela Cooperativa Agropecuária Coamo, fato que necessariamente viabiliza a projeção da atuação dessa cooperativa em toda a região mourãoense, bem como pelo território de sua expansão, que excede seus limites regionais e, em particular, adentrando pelos Estados de Santa Catarina e do Mato Grosso do sul, bem como por todo o âmbito nacional.

No sentido de expansão do território, na maioria das vezes como em todo o empreendimento capitalista, as questões econômicas são priorizadas e a sociedade em geral é deixada em um segundo plano. Dessa feita, parte-se do pressuposto de que, no território do capital, o cooperativismo assume um lugar representativo em

escala mundial, ampliando-se gradativamente e obtendo lugar de destaque, adquirindo um poder hegemônico no espaço geográfico, sendo considerado por Ávila (2002, p. 25) como “[...] um instrumento de penetração e de consolidação do capital”.

Já analisando o pensamento de Kautsky (1980, p. 142), salienta-se que a penetração capitalista modifica toda a organização social e cooperativista. Isso ocorre porque, “[...] na sociedade moderna, qualquer cooperativa de produção, desde que prospere, desde que se expanda, tende a transformar-se numa empresa capitalista.” Isso, entretanto, na realidade averiguada no território de atuação da Coamo, se confirma no decorrer da formação e da expansão de uma força ainda maior que um empreendimento empresarial.

A Coamo apresenta resultados demonstrativos econômicos melhores que qualquer outra empresa nacional do ramo. Daí decorre que a Coamo não é uma empresa e não é empresa justamente por representar uma força dinamizadora de capital. Hoje essa cooperativa representada pelo trabalho em união possuindo uma legislação específica, constitui-se numa potência para o movimento do capitalismo, como pode ser analisado pelos dados da Tabela 1.

Tabela 1. Coamo em números

Anos	Cooperados (em milhares)	Receitas	Sobras	Patrimônio
2005	19.400	R\$ 2,93 bilhões	R\$ 202,21 milhões	R\$1,12 bilhão
2006	20.261	R\$ 2,66 bilhões	190,3 milhões	R\$ 1,24 bilhão
2007	20.261	R\$ 3,47 bilhões	R\$ 236,92 milhões.	R\$ 1,44 bilhão
2008	21.172	R\$ 4,71 bilhões	R\$ 315,73 milhões	R\$ 1,69 bilhão
2009	22.158	R\$ 4,671 bilhões.	R\$ 289,61 milhões	R\$ 1,88 bilhão

Fonte: Coamo, 2011. Organizado pela autora (ONOFRE, 2011)

Demonstrado nos dados da tabela acima, fica evidente a importância econômica e expansiva do território da cooperativa Coamo, que é apontada por várias revistas como sendo a segunda maior empresa privada do Paraná e a 86ª maior entre as 500 empresas privadas do Brasil, conforme a revista

Exame, alcançando excelente performance no ranking das exportações brasileira, estando entre as maiores exportadoras do Sul (6ª posição), segundo a revista Expressão. A cooperativa também está na lista das 100 empresas mais ligadas do Brasil em TI – Tecnologia da Informação, ocupando a 39ª posição, segundo a revista Info. (COAMO, 2010)

Imperante no crescimento econômica, a Coamo tem em sua defesa os governos e a mídia, que promovem a vinculação do progresso e do desenvolvimento econômico do modo de produção capitalista por meio do cooperativismo. Segundo dados governamentais, a Coamo representa uma economia de bases e de valores mais justos e igualitários, que se mostram como hipótese de solução aos problemas da agricultura. Apresenta expressivo crescimento na economia paranaense gerada pela produção. Em geral, as cooperativas são consideradas como uma das saídas para o desenvolvimento socioeconômico do país (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, 2006).

É, no entanto, oportuno lembrar que o cooperativismo nasceu não para ajudar na ampliação e na reprodução do capitalismo, mas como defesa de sociedades de trabalhadores excluídos do mercado que tinham como meta melhorar as condições de sobrevivência por meio da cooperação, que é a responsável pela criação da força coletiva. Para Robert Owen, o objetivo principal e necessário de toda a existência do cooperativismo deve ser a felicidade de toda a sociedade e essa felicidade não pode ser obtida individualmente (RECH, 2000, p. 10).

Nesse ponto, necessário é questionar o significado da força do território do capital e da Coamo. Nesse questionamento, o conceito “território” precisa categoricamente atender à concretude das relações vinculadas na criação da força dessa cooperativa. Sem embargo, a amplitude atingida pelo território da Coamo, chama a atenção para as influências exercidas pelas diferentes ações que contribuem na organização social, como as mudanças políticas, as influências econômicas, sociais, culturais e ambientais que vêm ocorrendo mundialmente e são responsáveis pela formação e desenvolvimento do Modo capitalista de produção.

Todos esses fatores estão influenciando na organização do território da Coamo, e na compreensão de sua dinâmica sócio-espacial. E nessa discussão se considera os fatos concretos, a partir de sua temporalidade, reconhecendo que o estudo da materialização espacial deve deixar de ser uma “coleção de fatos mortos, [...], ou uma ação imaginada” (MARX; ENGELS, 1984, p.24), para dar lugar a um

conhecimento científico construído não apenas de especulações, mas resultado do processo de desenvolvimento prático dos homens. Como escreveu Marx e Engels (1984 p. 24): “Lá onde a especulação cessa, na vida real, começa, portanto a ciência real, positiva, a representação da atividade prática, do processo de desenvolvimento do homem prático”.

Nesse sentido teórico apontado por Marx e Engels, o pensamento de Saquet (2007) sobre a abordagem territorial desvenda o movimento do território em suas múltiplas relações. A partir da concepção de Saquet segue-se o estudo da cooperativa Coamo. Na materialidade Coamo verifica-se sua expressão espacial, que é o resultado concreto, mas, ao mesmo tempo, antagônico e contraditório ao pensamento de socialistas utópicos que refletiram essa organização como viés para a solidariedade e para união dos povos⁵.

Assim, portanto, decifrando o contexto histórico da Coamo desde a sua fundação, ressaltam-se informações temporais que são elementares à espacialização do cooperativismo e, posteriormente, à territorialização do capital no seio dessa cooperativa.

Nesses termos, o levantamento do contexto histórico dessa organização agrega fatores relevantes para a compreensão da territorialização e do estabelecimento da força de atuação de seu território, esquematizando o caminho percorrido no processo geoespacial de sua organização, no qual os atores envolvidos condicionaram relações políticas, econômicas e sociais do território, estruturado para atender à Coamo.

De maneira geral, pode-se dizer que, com a fundação da Coamo, o espaço regional foi apropriado, projetando o trabalho humano e, por consequência, revelando as relações que marcaram e projetam o poder da territorialização dessa cooperativa.

⁵ Sobre a origem ideológica do cooperativismo, consultar os livros de Charles Fourier, **“Théorie des quatre mouvements et des destinées générales (1808)”**. Disponível em: <http://classiques.uqac.ca/classiques/fourier_charles/theorie_quatre_mouvements/theorie_4_mouvements_pt1.pdf>. Versão eletrônica de Marcelle Bergeron. Parte 1 e 2, e o livro **“Traité de l’association agricole domestique (1822)”**. Disponível em: http://books.google.com.br/books?id=SWE9AAAAYAAJ&printsec=frontcover&dq=Charles+Fourier,+Trait%C3%A9+de+l'+association+agricole+domestique&source=bl&ots=QxHWkegt7R&sig=DUFqVsLm0avUU9_MUKwaPGsYmz0&hl=pt-R&ei=fm4fTMWwBYP68Aa3ponFDA&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=2&ved=0CBoQ6AEwAQ#v=onepage&q&f=fals. Digitalizado pelo Google.

Nesse aspecto da territorialização, Raffestin (1993) apresenta que o homem, ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), passa a ser o ator que “territorializa” o espaço. Já Henri Lefévre mostra muito bem como é o mecanismo para passar do espaço ao território. Para ele, a produção de um espaço (o do território nacional, por exemplo), começa como espaço físico, que é então balizado, modificado, transformado pelas redes, pelos circuitos e pelos fluxos que aí se instalam. Nessa perspectiva, o território é um espaço no qual se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder.

Decifrando, então, o contexto histórico da Coamo, sua fundação ressalta elementos temporais que são elementares à espacialização do cooperativismo e, posteriormente, à territorialização do capital no seio dessa cooperativa.

Especialmente, a Coamo teve o início de suas atividades num estabelecimento modesto, que correspondia a um escritório de 50 m² localizado no município de Campo Mourão. Seu capital social foi de Cr\$ 37.540,00, composto por somente 79 agricultores associados dos municípios da Mesorregião Centro Ocidental Paranaense, no ano de 1971.

Os dados iniciais de formação da cooperativa Coamo estão expressos no Quadro nº 1, que correspondem numericamente à quantidade de agricultores associados no início das atividades da Coamo, por ordem de matrícula e o respectivo município da unidade produtiva:

Quadro nº 1. Município da unidade produtiva dos cooperados pioneiros da Coamo

Nº de ordem	NOME DO COOPERADO PIONEIRO	MUNICÍPIO DA UNIDADE PRODUTIVA
01	Lourenço Tenório Cavalcanti	Campo Mourão
02	Joaldo Saran	Campo Mourão
03	Ervalino José Guadagnin	Luiziana
04	Theodoro de Andrade	Luiziana
05	João M. T. de Oliveira Sobrinho	Campo Mourão
06	Chafik Simão	Campo Mourão
07	Alcídio Brignoni	Mamborê

08	Ermindo Appelt	Mamborê
09	Sebastião Evangelista Bezerra	Campo Mourão
10	Etelvino Eduardo Manfrin	Luiziana
11	Franz Kaiser	Luiziana
12	Martin Kaiser	Luiziana
13	Orlando Palaro	Engenheiro Beltrão
14	Antoninho Luiz Guadagnin	Luiziana
15	Pedro Guerrero	Farol
16	Arnildo Guadagnin	Luiziana
17	Manoel Geraldo de Souza	Campo Mourão
18	Atilio Jacob Ferri	Luiziana
19	Takeshi Ojima	Luiziana
20	Sílvio Gomes	Barbosa Ferraz
21	Bruno Gehring	Campo Mourão
22	Benedito Rodrigues	Palmital
23	Balduino José dos Santos	Campo Mourão
24	Elias Semiguem	Campo Mourão
25	Crécio Costa	Campo Mourão
26	Felipe Costin	Luiziana
27	João Teodoro de Oliveira	Campo Mourão
28	Fioravante João Ferri	Campo Mourão
29	Ildefonso Cezar Ferri	Luiziana
30	Benido Ildefonso Ferri	Luiziana
31	Victor Alessi	Luiziana
32	Moacir José Ferri	Campo Mourão
33	Luiz Antonio Carolo	Campo Mourão
34	Jorge Gonçalves dos Santos	Campo Mourão
35	José Cazuza da Silva	Campo Mourão
36	Gedeão de Lima	Campo Mourão
37	João Cordeiro da Silva	Boa Esperança
38	Olindo Monti	Campo Mourão
39	Paulo Costa de Faria	Campo Mourão
40	Augusto Angelo Tonello	Campo Mourão

41	Raimundo Marques de Souza	Campo Mourão
42	Sussumu Takassu	Campo Mourão
43	Jaime Jovino Vendramin	Campo Mourão
44	José Alves Pereira	Luiziana
45	Emilio Gimenes	Mamborê
46	Joaquim Alves Feitoza	Campo Mourão
47	Lino Weber	Campo Mourão
48	Nelson Teodoro de Oliveira	Campo Mourão
49	Ewaldo Tierling	Campo Mourão
50	Dirceu Sponholz	Mamborê
51	Paulo Teixeira Duarte	Campo Mourão
52	Emenegildo Carlos Dolci	Campo Mourão
53	Gelindo Stefanuto	Campo Mourão
54	João Antonio Aguirre Lamezon	Campo Mourão
55	José Vercilio Moreira	Campo Mourão
56	Gustavo Taborda	Farol
57	Milton Coutinho Machado	Campo Mourão
58	Waldemar Koblitz	Campo Mourão
59	Noé José Monteiro	Quinta Do Sol
60	José Paulino de Carvalho	Campo Mourão
61	João Batista Vieira Filho	Campo Mourão
62	Emenegildo Geraldo da Silva	Campo Mourão
63	Juvenal Manoel dos Santos	Campo Mourão
64	Adolfo Geraldo da Silva	Campo Mourão
65	Waldomiro Alves dos Santos	Roncador
66	José Corsato	Campo Mourão
67	Romão Martins	Campo Mourão
68	Kazuki Yano	Campo Mourão
69	Jorge Elizardo Garcia Árias	Palmital
70	José Binote	Campo Mourão
71	Jakob Baumann	Campo Mourão
72	Waldir José Ferri	Luiziana
73	José Maria Pereira Sobrinho	Campo Mourão

74	Joaquim Inácio Ferreira	Campo Mourão
75	Durval Correia de Souza	Campo Mourão
76	Madeiraira Clauri Ltda	Campo Mourão
77	Indústria e Comércio Trombini S/A	Campo Mourão
78	Odonel Procópio de Oliveria	Campo Mourão
79	Rosalino Mansuetto Salvadori	Luiziana

Fonte: AVILA, 2002, p.167 a 169.
Organizado por: Gisele Ramos Onofre

Pelo Quadro nº 1, observa-se que, à princípio, a Coamo foi formada por agricultores regionais. Esse fator que leva ao entendimento de aspectos referentes à atual organização da Coamo e sobre as necessidades que se vincularam na região de Campo Mourão a partir do estabelecimento dessa cooperativa, como empreendimento para atender ao desenvolvimento agrícola.

É nesse entendimento que, logo de saída, se verifica que os dados disponibilizados na cooperativa revelam uma peculiaridade expressiva: “os agricultores eram donos de terra”. Ser dono de terra detona argumentações que encontram no pensamento de Martins (1995) o ápice compreensivo para a formação do território do capital e da Coamo.

Para Martins (1995), a terra, possuindo um proprietário, se ergue para o capital, que, ao incorporar o preço da utilização da terra ao preço do processo produtivo, contribui para que esses proprietários se capitalizem e expandam sua propriedade.

Ademais, o trabalho humano já apropriado pelo capital mostra que terra não é capital, contrapondo-se numa contradição que antepõe a terra ao capital. Por tudo isso, segundo Martins:

Quando o capitalista paga pela utilização da terra, está, na verdade, convertendo uma parte do seu capital em renda; está imobilizando improdutivamente essa parte do capital, unicamente porque esse é o preço para remover o obstáculo que a propriedade fundiária representa, no capitalismo, à reprodução do capital na agricultura. Essa imobilização é improdutiva porque ela sozinha não é suficiente para promover a extração de riqueza da terra, para efetivar a produção agrícola. O capitalista precisará ainda empregar ferramentas, adubos, inseticidas, combinados com força de trabalho, para que a terra dê os seus frutos. Os instrumentos e os objetos de trabalho, além da própria força de trabalho, é que são o verdadeiro capital, capaz de fazer a terra produzir sob o seu controle e domínio. (MARTINS, 1995, p. 162).

Pelo pensamento de Martins, considera-se que os proprietários regionais associados na Coamo tiveram a seu favor a propriedade da terra, tendo o direito de extrair uma renda direta da produção, sem a necessidade dos intermediários. Esta consideração, seguida da afirmação de Ávila (2002, p. 24), de que: “os agricultores que idealizaram a criação da Cooperativa Agropecuária Mourãoense Ltda. - Coamo, em 1970, não tinham ideias socialistas, mas, sim, capitalistas. Eram donos de terra”, chama a atenção da disseminação da lógica do capital no campo.

Inserida nessa lógica disseminadora, a cooperativa surge nesse momento conhecida pela denominação social de Cooperativa Agropecuária Mourãoense Ltda., assim identificada até o ano de 2003, quando passou a se chamar Coamo Agroindustrial Cooperativa.

Desde o início de suas atividades, a Coamo, de maneira cada vez mais notória, se desenvolveu em um contexto social urbano. Expandiu-se e continua se expandindo graças ao fato de que a produção de seus cooperados se trasladou do campo para as cidades, com a produção dos bens primários dando lugar aos serviços. Consequentemente, o campo sofreu muitas modificações decorrentes desse processo. E uma das maneiras de enfrentar essa situação vivificada no campo foi o incentivo governamental destinado para a formação de cooperativas.

No caso particularizado na formação da Coamo, sua materialização espacial veio acompanhando o desenvolvimento presenciado pelo cooperativismo, e, se estabeleceu a partir de fundamentos básicos para a sua gestão e organização, que foram regulamentados por um Estatuto aprovado em Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas no dia 22/8/1978 e respectivas alterações efetuadas de acordo com as Assembleias realizadas nos dias 3/7/1979, 2/7/1983, 28/2/1985, 18/7/1994 e 16/7/1997 (Ata da reunião da Assembleia constante do Anexo 1).

A partir das reuniões, o estatuto da Coamo foi aprovado, ficando regulamentada a sistematização organizativa da atuação da cooperativa. Pelo Estatuto da Coamo, percebe-se a finalidade essencialmente econômica, na qual o principal objetivo é o de viabilizar o negócio produtivo de seus associados junto ao mercado. Ao que tudo indica, no estatuto da Coamo, o princípio que rege essa organização é de melhorar a situação econômica individual de seus cooperados, solucionando problemas ou satisfazendo necessidades comuns, que excedam à capacidade de cada indivíduo de satisfazer isoladamente.

Por isso, ressalta-se a seriedade exigida para com os associados, que integrados a cooperativa, passam a seguir normas que auxiliam no fortalecimento econômico dessa organização, que retira sua capitalização a partir do trabalho do agricultor cooperado. No estatuto, ficam definidos:

- a área de atuação e objetivo da Coamo;
- condições de admissão, de demissão e de exclusão de associados;
- o capital e o valor mínimo das quotas-partes para a subscrição dos cooperados;
- forma de devolução das sobras líquidas e rateio das despesas;
- normas para a administração e a fiscalização da cooperativa, entre outros assuntos, como consta no próprio estatuto.

Regulando a atuação dos cooperados, o Estatuto é claro e não deixa brecha, afirmando que, caso haja qualquer irregularidade, essa será cobrada de todos os associados. Essa cobrança é assim estabelecida porque, pelo Estatuto da Coamo, os associados são os donos do patrimônio e os beneficiários dos ganhos que o processo, por eles organizados propiciará.

Entretanto, o capital cobrado pela cooperativa é administrado em prol da própria cooperativa, para que essa não sofra consequências econômicas diante da economia de mercado. Isso, de acordo com o Estatuto da Coamo, faz com que o cooperado que investiu seu fundo de reserva, mesmo recebendo as sobras que porventura restarem das relações comerciais estabelecidas pela Coamo, perca todo o ano um percentual, que, somado, não corresponde ao capital que ele obrigatoriamente destinou à cooperativa. Ou seja, no caso de crises econômicas de mercado, quem sofre é o agricultor cooperado, jamais a cooperativa e sem contar com o repasse dos valores relacionados ao trabalho prestado pelos cooperantes ou da venda dos produtos por eles entregues na cooperativa.

Além disso, o cumprimento do Estatuto da Coamo pelo cooperado corresponde à força que impulsionou essa organização a obter o *status* de maior cooperativa em termos de capital da América Latina. Salienta-se, não obstante, que as entrevistas realizadas com os cooperados da Coamo revelaram que todos os

entrevistados conhecem a existência de um Estatuto que regulamenta as atividades da cooperativa, mas não sabem sobre o que o Estatuto trata.⁶

O total desconhecimento do Estatuto pelos cooperados faz com que eles se tornem dependentes da cooperativa, conotando a confiabilidade construída na Coamo, mas, ao mesmo tempo, demonstrando a falta de interesse apresentada pelos cooperados na organização e administração da cooperativa. Assim, apesar do desconhecimento dos cooperados, foi a regulamentação do estatuto que possibilitou, desde a criação e implantação da cooperativa em Campo Mourão, o seu funcionamento e desenvolvimento econômico, tornando a cooperativa notícia de meios de comunicação, os quais normalmente objetivam enfatizar o desenvolvimento das organizações empresariais brasileiras.

Segundo entrevista realizada com o professor aposentado Jáder Libório de Ávila⁷, a Coamo vem investindo em sua imagem porque esse é um caminho por meio do qual a cooperativa definiu seu posicionamento e firmou sua imagem no mercado. Tal investimento feito pela Coamo utilizou-se dos recursos da propaganda institucional, favorecendo a cooperativa pelo *marketing* cooperativo num período de longo prazo.

Para Ávila, dentre os meios de comunicação, destaca-se o papel das revistas que a considera como sendo a segunda maior empresa privada do Paraná e a 18ª maior entre as 500 empresas privadas do Sul do Brasil, ocupando a 6ª posição entre as maiores exportadoras do Sul, conforme a Revista Amanhã e a Revista Expressão, alcançando excelente performance no *ranking* das exportações brasileira, perfazendo cerca de 3,3% de toda a produção nacional de grãos e fibras e 17% da safra paranaense. Ainda, de acordo com o Jornal da Coamo (2009), essa cooperativa se destaca na lista das 100 empresas mais ligadas do Brasil em Tecnologia da Informação (TI), ocupando a 39ª posição, segundo a revista Info.

Os dados apresentados por Ávila são importantes, porque, no processo de produção capitalista, cabe questionar: – O que significa ser a maior cooperativa agroindustrial da América Latina? – Qual é a importância desse *status* para o

⁶ Foi realizado um total de 43 entrevistas, nos municípios da região de Campo Mourão, em que a Coamo possui entrepostos. Segue em anexo o modelo das entrevistas.

⁷ A entrevista com Ávila foi importante no sentido de demonstrar a atuação da Coamo no decorrer do espaço e do tempo. Esse professor defendeu dissertação de mestrado sobre a Coamo no ano de 2002 pela Universidade Estadual de Maringá (como consta nas referências).

território brasileiro, em particular para a sociedade que forma esse país? É a partir desses questionamentos que se podem formular as respostas que traduzem aspectos conjunturais norteadores da política agrícola que rege o Brasil, em particular, a política que se vincula à promoção e ao desenvolvimento das cooperativas.

Assim, procurando as respostas dos questionamentos postos em discussão, pensa-se na origem da Coamo e nos princípios do cooperativismo, que foram se desmantelando nas relações capitalistas de produção no decorrer do tempo. No desmantelamento dos princípios cooperativistas, as rugosidades expressas por meio de sua ideologia demonstram fatores que nortearam o desenvolvimento dessa organização, que se insere na lógica do capitalismo, metamorfoseando-se num instrumento poderoso para a promoção econômica do e para o próprio modo de produção capitalista por meio do cooperativismo.

Assim, pode-se dizer que, com o desenvolvimento do modo de produção capitalista e o acirramento das suas contradições, a análise das cooperativas agrícolas torna-se um tema cada vez mais relevante. E, no fortalecimento e na territorialização da Coamo, os maiores defensores dessa cooperativa passaram a ser os governos e a mídia, que promovem a vinculação do progresso e do desenvolvimento econômico do modo de produção capitalista por meio do cooperativismo. Isso está bem expresso nas palavras do ministro Rodrigues:

Num mundo cada vez mais preocupado com a redução das desigualdades, o cooperativismo é o caminho ideal para a construção de uma sociedade mais justa, solidária, democrática e feliz. Por isso, não canso de repetir que o sistema cooperativo é a ponte entre o mercado e o bem-estar coletivo. Instrumento formidável para o desenvolvimento harmonioso das nações, ele pode contribuir decisivamente para que o Brasil consiga se transformar num País com maior geração de emprego e melhor distribuição de renda. (RODRIGUES, 2006, p. 5).

Pela fala do ministro, o cooperativismo encontrou a saída para o progresso econômico brasileiro. E, pelo posicionamento apresentado pelo ministro, constata-se que, por um lado, as cooperativas são instrumentos de política pública para a intervenção na agricultura e, ademais, a intervenção do Estado neste setor, por meio do cooperativismo, visa, como objetivo mínimo, estabelecer as condições de produção e, como objetivo máximo, a assegurar as condições de acumulação de segmentos produtivos privados agrários.

Tais pontos, entretanto, por outro lado, convergem a uma análise na trajetória cooperativista, por que o âmago dessa organização esteve ligado sempre às questões econômicas de sobrevivência no capitalismo, manifestando, na ajuda mútua entre os trabalhadores, o meio de adaptação e de produção em base capitalista.

Na adaptação cooperativa ao mundo capitalista impera sempre a perspectiva de crise elencada como uma obstinação, e os medos, as inseguranças, as incertezas individuais e coletivas são o resultado do desalento dos cidadãos. Por isso, o movimento cooperativismo, mesmo sofrendo as metamorfoses do modo de produção capitalista, produziu, com seu discurso de transformação, uma grande aceitação social aos seus ideais, abrindo um novo caminho ideológico no transcórre de sua territorialização, caminho que, agregado ao capitalismo, passa a comandar uma forma particular de manutenção desse sistema pelo cooperativismo. Desta maneira, o cooperativismo, enaltecido no capitalismo, foi bombardeado pela exacerbação do imediatismo e do individualismo por uma espécie de jogo degradante do *salve-se-quem-puder*.

Nesse jogo, a sociedade civil, o Estado político-administrativo e a ciência, com igual perplexidade, passaram a assumir os caminhos a serem seguidos para o desenvolvimento desse movimento, incumbindo-se de impotência e de irracionalidades produzidas conjuntamente pela ciência e pela razão, na qual a economia englobou as técnicas de gestão da produção e de gestão pública, criando uma ilusão de eficiência e de desenvolvimento. Como contribuição a essa análise sobre o capitalismo, cita-se o pensamento de Santos (2005, p.18), em que ele reconhece que:

Estamos de novo regressados à necessidade de perguntar pelas relações entre a ciência e a virtude, pelo valor do conhecimento dito ordinário ou vulgar que nós, sujeitos individuais e coletivos, criamos e usamos para dar sentido às nossas práticas e que a ciência teima em considerar irrelevante, ilusório e falso; e temos finalmente de perguntar pelo papel de todo o conhecimento científico acumulado no enriquecimento ou no empobrecimento prático das nossas vidas, ou seja, no contributo positivo ou negativo da ciência para a nossa felicidade.

Entende-se, portanto, que a necessidade de revisão dos pressupostos do movimento cooperativista sobre os quais se assenta a ideologia da sociedade capitalista é uma tarefa árdua, que requer nada menos que repensar e renegociar algumas das suposições mais fundamentais envolvendo a configuração da

sociedade atualmente existente. Essas suposições se fazem arraigadas tanto mais rapidamente por serem tácitas, invisíveis ou indizíveis para além de qualquer discussão ou disputa. Assumir esse posicionamento de revisão significa pensar em conformidade com Balman (2000), de que o problema da sociedade capitalista é que ela parou de se questionar. E nenhuma sociedade que esquece a arte do questionamento ou deixa que essa arte caia em desuso pode esperar encontrar respostas para os problemas que a afligem, e isso certamente não antes que seja tarde demais. Quando, porém, as respostas são corretas, já não são mais relevantes.

Esclarecidos esses pontos, a análise sobre o movimento do cooperativismo segue apresentando aspectos sobre o modo de produção socialista a partir do pensamento de Karl Marx. É nos escritos de Marx que se podem observar e compreender os dilemas envolvidos no modo capitalista de produção. Esse pensamento passa por um atual desuso ou por um aparente esgotamento após as fracassadas experiências do marxismo real. Salieta-se, todavia, para começar debatendo sobre o cooperativismo, o grande avanço do capitalismo de forma destrutiva e implacável sobre todos os Estados-Nação periféricos.

Mesmo com o fracasso da sociedade socialista, é necessário repensar a realidade da sociedade capitalista a partir de uma ótica desvinculada dessa lógica produtiva. Esse repensar deve ser realizado porque, no capitalismo, os proletariados deixaram de ser uma expressão de força e de luta da classe trabalhadora em oposição ao capital, e esse aspecto é evidente no seio das cooperativas.

Além disso, a concentração de indústrias deu lugar a uma dispersão produtiva por todo o planeta e o proletariado que se organizava a partir do modelo cooperativo se individualizou de forma fragmentada espacialmente, esvaziado de sua força coletiva, deixando de lado o poder e a ideologia adquirida por meio dos preceitos norteadores do cooperativismo germe. Em lugar do proletariado surgiu uma verdadeira multidão formada por autômatos.

Nessa nova sociedade, o cooperativismo passa a modular e a formatar seus cooperados para adaptar-se às realidades diversas e, também, modulares, impostas e ditadas pelo modelo de produção capitalista. Os cooperados, ao se inserirem nessa realidade, participam dessa sociedade como seres de comportamento *sui generis* de sua espécie, porque eles, em nenhum grupo ao qual pertençam, se sentem à vontade pertencendo por inteiro.

Nesse processo de metamorfose, as cooperativas passam a formar as suas redes territoriais (multirredes que se entrecruzam), formadas por homens e mulheres polivalentes que – assim como a mobília modulada – não têm formato certo, predeterminado, mas um conjunto variado de possibilidades, em relação às quais o cooperativismo assumiu um caráter híbrido e, ao mesmo tempo, contraditório. Como salientou Serra (2008, p. 8):

O caráter híbrido e ao mesmo tempo contraditório que vai marcar a atuação da cooperativa se prende ao sentido de manter, ao mesmo tempo, relação paralela entre uma categoria de produtores “livres” e uma categoria de produtores “integrados”. São “livres” os produtores associados à cooperativa que mantêm, por exemplo, uma relação de compra de insumos e venda da produção agrícola, obedecendo a certos princípios de mútua fidelidade. São “integrados” os produtores, também associados à cooperativa, porém compromissados por meio de contratos de parceria para a produção de determinada matéria-prima industrial, observando-se que tal forma de “prender” o associado a cláusulas contratuais fere o princípio de liberdade do cooperativismo.

Na nova fase do cooperativismo, em acordo com o pensamento de Serra (2008), verifica-se a produção de instabilidades, de irracionalidades, de brutalidades e de ignorâncias com relação às questões sociais. Os fatores econômicos passaram a ser o principal, segregando, excluindo e dominando, enfim produzindo uma mistificação no discurso e na participação cooperativa.

Analicamente, averiguado o caso da Coamo, destaca-se que essa organização passou a ser meramente regida pelas questões monetárias como mensuração para o valor social.

Em sua organização, a Coamo pleiteia sua repercussão midiática em torno de seus resultados contábeis de demonstrativos de eficiência econômica, erguendo-se em nome e em defesa do mercado, pelo poder avassalador da industrialização e do *marketing* governamental. De sobressalto consegue impor uma nova estrutura ao espaço de sua atuação, sendo que seu poder, enquanto comercializa produtos imperantes do mercado internacional, também produz mercadoria, organizando o espaço agrícola regional; enquanto organiza, fala e se expressa como autoridade, massifica o comportamento econômico de seus associados em prol do capital.

Na realidade, pode-se dizer que a organização da Coamo demonstra simplesmente a esmagadora força do capital. Essa força se instalou nas cooperativas porque o capitalismo, e mais acentuadamente o capitalismo financeiro, parasitário, especulativo e volátil, forçou essa mudança ideológica nos princípios das

cooperativas. A linguagem destrutiva do capital não encontra barreiras políticas, éticas ou morais para fazer circular as mercadorias tanto no comércio interno, assim como no comércio mundial. Nesse teor, segue a análise de Rosa Luxemburgo, que considera que:

O capital saqueia o mundo todo, obtém seus meios de produção de todos os cantos da terra, tomando-os, se preciso à força, de todos os níveis de civilização e de todas as formas de sociedade [...] Torna-se necessário que o capital gradualmente disponha cada vez mais de todo o globo, para dispor de uma escolha ilimitada de meios de produção, com relação tanto à qualidade quanto à quantidade, de modo a encontrar uma aplicação produtiva para a mais-valia que ele realizou". Na aquisição dos meios adicionais de produção, o capital relaciona-se com seu ambiente não capitalista e nele confia, mas não internaliza esse ambiente – ou, melhor, não o torna necessariamente capitalista. O exterior continua fora. (LUXEMBURGO apud HARDT & NEGRI, 2004, p. 52).

Predominante, a forma de dominação pelo dinheiro, está corrompendo o cooperativismo, atrofiando de seus cooperados os valores culturais e ideológicos, substituindo experiências, conceitos e práticas por modelos prontos e sem correlação com a sociedade que adota esses receituários. É a formação de um mundo cooperativo no qual a ajuda mútua é formada somente pelas aparências e pelas artificialidades.

Diante desse contexto de inerências entre capital e cooperativismo, a Coamo caminha para um alinhamento forçado ou conveniente de subordinação à organização global capitalista, como se a dominação econômica fosse irremediável ao desenvolvimento do cooperativismo. Nesse seu alinhamento, ocorre também, como efeito, a produção de um território de força a serviço do capital, território que vulnera e aniquila resistências e defesas a partir do discurso social do Estado, que tem por finalidade a própria expansão desse território em todo o âmbito nacional.

Por sua vez, as estratégias cooperativistas passam a ser as mais fortes do mercado para o processo de acumulação de capital, competindo e legitimando o modo de produção capitalista. Com essa afirmativa a respeito do cooperativismo, o que se pretende demonstrar no seio da Cooperativa Coamo é o esfacelamento do modo social de produção. Daí decorre a necessidade de repensar a relevância política e social representada pelas cooperativas agrícolas como uma proposta para o desenvolvimento da sociedade.

Para ser mais cientificamente convincente, argumenta-se que o cooperativismo, como doutrina, surgiu em um momento histórico crucial da

humanidade. Com ideologia associativa entre a classe trabalhadora, essa organização se manifestou tanto como uma filosofia de vida, bem como um modelo socioeconômico que nasceu com valores universais, por isso expandindo suas fronteiras por diferentes territórios.

Na gênese cooperativista, os trabalhadores idealizavam situar as relações sociais desenvolvidas no seio das cooperativas em princípios éticos e morais comuns a todos os integrantes da sociedade. Assim, ideologicamente foi estruturada a sociedade cooperativa, prevalecendo a ajuda mútua entre os trabalhadores. Sua doutrina tinha no ser humano a sua principal preocupação, procurando, por meio do “self-help” (ajuda-te a ti mesmo) e da associação democrática (ajudemo-nos uns aos outros), sanar os males do modo de produção capitalista, prestando serviços, eliminando os exploradores e os explorados.

Na idealização dessa sociedade, diferentes dilemas nortearam os pensamentos dos socialistas utópicos, assim denominados pelos partidários de Marx, estes últimos chamados de socialistas cientistas, ou seja, movimento social científico. De acordo com Marx, o movimento cooperativista revelava:

[...] uma vitória ainda maior da economia política dos proprietários. Referimo-nos ao *movimento cooperativo*, principalmente às fábricas cooperativas levantadas pelos esforços desajudados de alguns ‘hands’ [operários] audazes [...]. Pela ação, ao invés de por palavras, demonstraram que a produção em larga escala e de acordo com os preceitos da ciência moderna pode ser realizada sem a existência de uma classe de patrões que utiliza o trabalho da classe dos assalariados; que, para produzir, os meios de trabalho não precisam ser monopolizados, servindo como um meio de dominação e de exploração contra o próprio operário; e que, assim como o trabalho escravo, assim como o trabalho servil, o trabalho assalariado é apenas uma forma transitória e inferior, destinada a desaparecer diante do trabalho associado que cumpre a sua tarefa com gosto, entusiasmo e alegria. (MARX apud HADAD, 2003, p. 31).

Nesse ponto particular apresentado por Marx, adentra-se na ideologia do cooperativismo e, para abranger analiticamente a organização da Coamo, desmistificando as questões prementes no desenvolvimento dessa cooperativa, bem como nas demais cooperativas capitalistas, foram analisados alguns dos aspectos históricos que modificaram os padrões produtivos brasileiros, interferindo e metamorfoseando o movimento cooperativista. A interferência e a metamorfose ocorreram porque, segundo Serra:

Considerando seu distanciamento das bases ideológicas e sua conseqüente identificação com os valores econômicos e com a política dominante, bem

ao contrário do que diz a filosofia, as cooperativas brasileiras, de modo geral, foram estruturadas de cima para baixo, a partir de iniciativas governamentais e poucas vezes a partir de iniciativas das classes produtoras; se submeteram a um excessivo controle de órgãos governamentais, abrindo mão do direito de caminharem livremente; passaram a se preocupar muito mais em concorrer com empresas privadas capitalistas do que em prestar serviços a seus associados; passaram a se vincular muito mais com os modelos agrícolas voltados ao mercado externo do que com a produção de gêneros de consumo interno. (SERRA, 1986, p. 83).

Pela contextualização das nuances que permearam a organização cooperativa, bem como, a caracterização da atuação da Coamo agregado as argumentações citadas do pensamento de Serra, fica clara a metamorfose cooperativista, ficando em destaque o distanciamento da ideologia social cooperativa.

Eminentemente ao nível do discurso, a proposta de transformação do mundo via movimento cooperativista está longe de atingir o caráter de massividade transformadora da sociedade cooperativa da Coamo. Por sua história, em síntese, o sentido dos princípios cooperativos seria de instituírem um quadro de resistência ao capitalismo, materializando, numa atividade de tipo empresarial, uma lógica em consonância com a tradição do movimento operário, sem fins lucrativos. Essa lógica suscitaria uma relação em que todos são donos da atividade financeira, eliminando os patrões.

Com efeito, na lógica cooperativa, faz-se necessário entender questões sobre os diferentes rumos tomados pela Coamo no trâmite de sua evolução territorial. Nesses rumos, verifica-se a desvirtuação da herança genética anticapitalista e a sua rendição, por completo, à lógica imperante desse sistema produtivo, passando a funcionar apenas como um instrumento de desenvolvimento econômico e individual. E, por mais explícita que tenha sido a tramitação temporal da Coamo, essa situação metamorfoseante do cooperativismo atesta a necessidade do encaminhamento de critérios diferenciadores entre empresas e cooperativas, estruturando o caminho a ser percorrido para a desmistificação da territorialização do capital x Coamo.

E, mesmo que se constate um desempenho satisfatório do movimento cooperativista no Brasil, o funcionamento desse obscurece o fato de que, na estrutura do cooperativismo, opera uma limitação em sua capacidade de geração de mudanças necessárias a uma atuação compatível com o preconizado por sua

doutrina e pelos organismos internacionais e nacionais à sua retaguarda. Assim, portanto, o pensamento de Serra (2008, p. 2) evidencia o cooperativismo como um:

[...] sistema universal romanticamente baseado na filosofia do "um por todos, todos por um", da "união faz a força" e de uma série de outros slogans que incorporam a importância da união de pessoas e respectivas funções como caminho para a sua inserção nas relações capitalistas de produção e de trabalho, que vem sofrendo nos últimos tempos um processo de transformação muito forte, a ponto de não se ter em determinadas situações como separar uma cooperativa de uma empresa privada comum, dados os níveis de aproximação entre os segmentos privado e coletivo.

Seguindo o pensamento de Serra (2008), para a análise dos aspectos históricos que envolveram a organização da Coamo, acrescenta-se que, apesar da aproximação com as empresas, genericamente analisando o movimento como um todo, averigua-se que as organizações cooperativas possuem distintos aspectos legislativos.

Nos aspectos legislativos das cooperativas observam-se pontos divergentes e similares entre essas duas organizações, o que demonstra que são organizações diferentes, mas atuam como agentes na reprodução de capital. Compreender as facetas que norteiam esse paralelo entre cooperativa e empresa desmistifica os principais motivos do surgimento e da evolução das cooperativas.

No tocante à fundação da Coamo e seu desenvolvimento tanto em nível internacional, nacional, estadual e local, ficou clara a sua potencialidade para o fortalecimento do território capitalista, denotando a sua maior competitividade em relação às empresas. Essa competitividade maior foi possível porque a lei que regula o cooperativismo no Brasil (Lei Federal nº 5.764, de 1971) estabelece suas características fundamentais sempre vinculadas à promoção, à defesa e à melhoria da situação econômica dos cooperados, quer obtendo, para eles, ao mais baixo custo, bens e prestações de que necessitam, quer colocando, no mercado, a preços justos, bens e prestações por eles produzidos. Logo,

Trata-se da realização prática, no âmbito cooperativo, da regra conhecida como princípio de dupla qualidade. A empresa cooperativa não tem existência autônoma; sua natureza é eminentemente instrumental; criada, substancialmente, para servir aos sócios, viverá enquanto e na medida em que os mesmos dela se servirem. (FRANKE, 1973, p. 68).

Resguardadas essas características, no que a lei especial de sua regência for omissa, aplicam-se lhes as disposições referentes à sociedade simples. Dessa

forma, elas se excluem de eventual falência, ficando sujeitas à insolvência civil. Por esse caráter, seu registro é civil e sua atividade não é empresarial.

Ocorre, entretanto, que as cooperativas podem utilizar-se exclusivamente de meios empresariais para atingirem seu objeto social, pois a finalidade não é o lucro. Além disso, as cooperativas se estabelecem por meio de deliberação da assembleia geral dos fundadores, nomes esses constantes em ata ou em instrumento público que venha com esse fim a ser lavrado, como apresentado pelo Estatuto da Coamo, acima relacionado.

Não é demais enfatizar que as cooperativas, de acordo com a lei, visam bem firmar a natureza e a finalidade de sua organização, prelecionadas pela citada lei de 1971, a qual, em seu artigo 3º, preestabelece que "[...] celebram contrato de sociedade cooperativa as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica, de proveito comum, sem objetivo de lucro".

As cooperativas, na realidade, seguindo os preceitos acurados da lei, constituem sociedade de pessoas que prestam determinadas contribuições em associação democrática, viabilizando o exercício de uma atividade de interesse comum. Nessa sociedade, os preceitos regentes são os do movimento cooperativista, ou seja, as cooperativas são formadas por princípios ideológicos que não tenham por fim a obtenção de lucro ou a exploração empresarial de um pelo outro sócio. Isso não significa, todavia, que não possam os seus integrantes, organizados sem a intermediação de terceiros, alcançar melhores resultados com a atividade que se propõem executar.

Portanto, na legislação se observa que o movimento cooperativo possui a intenção de buscar mecanismos que possam servir a todos da sociedade, sem o favorecimento ou enriquecimento apenas de alguns. A evidência dessa realidade se constata a luz da legislação ordinária, no sentido de que não há óbice jurídico à constituição e à atuação das sociedades cooperativas, desde que sejam respeitadas as normas que se prestam a regulá-las.

Constata-se, no entanto, que a autorização para a constituição e a atuação dessa espécie associativa não se inscreve apenas na legislação ordinária. A Constituição Federal de 1988, ao cuidar dos direitos e dos deveres individuais e coletivos, prevê, em seu artigo 5º, de forma expressa, que "[...] a criação de

associações na forma da lei independe de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento" (inciso XVIII).

Ainda na esfera constitucional, ao cuidar da ordem econômica e financeira, o título VII determina que "A lei apoiará e estimulará o cooperativismo e outras formas de associativismo" (artigo 174, parágrafo 2º).

Não obstante aos fatos, ressalta-se que os aspectos legislativos do movimento cooperativista facilitam a compreensão da formação do território do capital e da cooperativa Coamo. Essa facilidade ocorreu porque a legislação cooperativa garantiu à cooperativa Coamo, desde sua fundação, seu crescimento econômico, bem como sua expansão territorial no decorrer de sua organização. O que se pode afirmar nessa expansão é que ela ocorreu sempre vinculada aos ideais do modelo de produção cooperativo, mesmo mediante a metamorfose presenciada por essa organização em virtude do modo vigente de produção, ou seja, em virtude do modo "capitalista" de produção.

Na metamorfose cooperativista destaca-se que, nos últimos tempos, o capitalismo, num processo de transformação muito forte, conseguiu desagregar os princípios cooperativistas. Contaminado por essa desagregação cooperativista, a Coamo se insere num estágio desenvolvimentista marcado pela ampliação de sua área de atuação, que teve e está tendo como resultado a elevação do número de associados e da produção agrícola entregue, e a implantação de indústrias.

Nesse novo estágio oligopolizado, por sua vez, um dos fatores que deve ser desmascarado na organização da Coamo diz respeito às contradições imperantes que viabilizaram o crescimento econômico da cooperativa, sua consolidação como maior Cooperativa capitalista da América Latina, mas que, contraditoriamente, esse crescimento ocorre à margem ou independente do corpo associativo. Isso não significa que os associados ficaram parados no tempo e no espaço, apenas assistindo à evolução da cooperativa da qual fazem parte; mas significa que não ocorreu uma relação direta entre o crescimento de um e a participação do outro. Considerando tais situações, é preciso averiguar a dinâmica mundializada do modo capitalista de ser e de pensar.

No capitalismo, todas as organizações precisam ser desenvolvidas unicamente à comando do setor econômico, girando a organização social em torno do consumismo exacerbado e a individualidade das organizações tendo como meta prioritária, para qualquer investimento de capital, a lucratividade.

O capital transforma a mentalidade social até mesmo dos agricultores, que passam a pensar a terra a partir da renda capitalizada. Essa mudança da mentalidade dos agricultores ocorre em todos os sentidos organizativos, em que organizações não capitalistas são apropriadas pelo capitalismo como forma contraditória ao modelo de produção para ampliar, reproduzir e acumular capital (MARTINS, 1980).

Nesse sentido de transformação capitalista, o cooperativismo é uma das formas contraditórias ao desenvolvimento do modo de produção capitalista, mas, ao mesmo tempo, é uma organização que gradativamente foi apropriada pelo e para o capital.

Na apropriação capitalista, as cooperativas passam por processos de adaptação ao capitalismo, mas continuam se distinguindo das empresas por suas características específicas, como: - variabilidade ou dispensa do Capital Social; - número mínimo de sócios para compor a administração da sociedade, sem limite para o número máximo; - limite para o valor da soma das quotas do Capital Social para cada sócio; - cada sócio não pode transferir suas quotas de capital a terceiros estranhos à sociedade, ainda que por herança; - número mínimo de associados, para compor a assembléia geral, estipulado a partir do número de sócios da cooperativa e do número dos sócios que estão presentes à reunião, e não no capital social representado; - todos os sócios possuem direito a um só voto nas deliberações, tenha ou não capital na sociedade, e qualquer que seja o valor de sua participação; - distribuição proporcional dos resultados, referente ao valor das operações efetuadas pelo sócio com a sociedade, podendo ser atribuído juro fixo ao capital realizado; - formação de um fundo de reserva para manter a cooperativa, que não será dividido entre os sócios, ainda que em caso de dissolução da sociedade (BOESCHE; MAFIOLETTI, 2006).

Pelas características das cooperativas, sinteticamente agregando uma abordagem de definição, entra-se no mérito categórico elencando a seguinte definição para as cooperativas, que reportam serem consideradas como organizações ideais para acumulação de capital. Elas constituem sociedades cooperativas de natureza civil, com forma jurídica própria, reguladas inicialmente pela Lei Federal nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, e modificada parcialmente pela Lei Federal nº 6.981, de 30 de março de 1982. Essas leis definem a “Política Nacional de Cooperativismo, instituindo o regime jurídico das Cooperativas”.

Quanto ao que está inserido na lei, a cooperativa é, entretanto, definida como uma associação de, no mínimo, 20 (vinte) pessoas com interesses comuns, economicamente organizada de forma democrática, isto é, contando com a participação livre de todos e respeitando direitos e deveres de cada um de seus cooperados, aos quais presta serviços, sem fins lucrativos.

Ademais, a cooperativa se constitui como organização econômica *sui generis*, não podendo ser um empreendimento lucrativo. Ela não é a expressão de uma economia comunitária, de tipo coletivista, mas também não é associação caritativa. Por isso se distingue conceitualmente das demais organizações por um traço altamente característico: enquanto nas organizações não cooperativas a pessoa se associa para participar dos lucros sociais na proporção do capital investido, nas cooperativas a razão que conduz à filiação do associado não é obtenção de um dividendo de capital, mas a possibilidade de utilizar-se dos “serviços” da sociedade para melhorar o seu próprio *status* econômico.

Para tanto, impõe-se ao sócio da cooperativa que ele seja, ao mesmo tempo, o seu usuário ou cliente. E isso ocorre, no caso da Coamo, porque a filiação do produtor permite-lhe a entrega de seus produtos a fim de sejam vendidos, por seu intermédio, no mercado consumidor, afastando a figura do empresário e do lucro adquirido com a detenção dos meios de produção.

É, pois, essencial, que o papel da Coamo como pessoa jurídica esteja voltada à defesa e ao fomento da economia individual dos associados, porque as cooperativas devem possuir um caráter instrumental ou auxiliar que permita amparar e propiciar melhores condições econômicas de seus cooperados.

Por conseguinte, foi preciso distinguir, no papel da Coamo, os resultados na melhoria econômica de seus associados, mediante a obtenção, por meio da cooperativa, de créditos ou de meios de produção, de ocasiões de elaboração e venda de produtos, e a consecução de poupanças. Dentro dos objetos da Coamo, enfatiza-se que a distribuição, entre os associados, do lucro auferido dos negócios da cooperativa com estranhos, implicaria a descaracterização da cooperativa.

Por esse caráter, no artigo 1º da lei que regulamentava o funcionamento das cooperativas, fica definido como “Política Nacional de cooperativismo a atividade decorrente das iniciativas ligadas ao sistema cooperativo, originárias de setor público ou privado, isoladas ou coordenadas entre si, desde que reconhecido seu interesse público”. E isso ocorre de forma obrigatória, porque as cooperativas,

segundo a legislação, constituem-se como sociedade simples, de forma que não dispõem de alternativas para a sua regulamentação, como ocorre com outros tipos societários, exceto com as sociedades anônimas. Por essa conceituação, as cooperativas diferem das demais sociedades empresariais, pela maneira e pelo fim de seu objeto social, visto que, enquanto essas visam, como finalidade maior, o lucro, aquelas podem se utilizar do “lucro” ou, melhor, das sobras líquidas para atingir seu fim maior, o qual não é o lucro, mas o bem-comum de todos os sócios, indistintamente, da sociedade cooperativa.

Por isso ficou evidenciado, em análise sobre a legislação brasileira, que a Coamo é uma organização tão semelhante às formas singulares de empresa quanto semelhante às sociedades empresariais e isso ocorre tanto nas suas formas de atuação, como na organização, nas estratégias adotadas, na relação com terceiros, no tratamento privilegiado fornecido pelo legislador, ou seja, a despeito de todas essas identidades existentes.

Ademais, permanecem as cooperativas sendo regidas por lei especial (a citada Lei Federal nº 5.764/1971), o mesmo ocorrendo com a Coamo, sendo as características fundamentais estabelecidas a partir do novo Código Civil, que regulamenta o papel e atuação das sociedades cooperativas.

Na regulamentação das cooperativas, a partir de 11/1/2003, por força do Novo Código Civil Brasileiro (Lei Federal nº 10406/2002), artigo 1.094, inciso II, deixou de haver número mínimo de associados fixado em lei, sendo necessário apenas que haja associados suficientes para compor a administração da cooperativa, levando em conta a necessidade de renovação.

Dessa forma, se os cargos do conselho de administração forem 3 (três), e o estatuto dispuser a renovação mínima de 1/3 (um terço), conclui-se que o número mínimo de associados deverá ser de 4 (quatro). Se, porém, houver contradição, deve sempre prevalecer a legislação especial, no caso a Lei Federal nº 5.764/1971 (que exige o número mínimo de 20 associados), podendo também prevalecer as normas contidas no Código Civil de 2002, visto ser uma lei posterior que dispõe sobre o mesmo assunto da lei de 1971, revogando a lei, portanto, no que dispuser em contrário.

Na lei de 1971, também, ficaram esclarecidas todas as características gerais da sociedade cooperativa. Novamente se frisa que, em acordo com o artigo 4º e seus incisos:

As cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados, distinguindo-se das demais sociedades pelas seguintes características: I - adesão voluntária, com número limitado de associados, salvo impossibilidade técnica de prestação de serviços; II - variabilidade do capital social representado por quotas partes; III - limitação do número de quotas partes do capital para cada associado, facultado, porém, o estabelecimento de critérios de proporcionalidade, se assim for mais adequado para o cumprimento dos objetivos sociais; IV - inacessibilidade das quotas-partes do capital a terceiros, estranhos à sociedade; V - singularidade de voto - podendo as cooperativas centrais, federações e confederações de cooperativas, com exceção das que exerçam atividade de crédito, optar pelo critério da proporcionalidade; VI - quórum para o funcionamento e deliberação da Assembléia Geral baseado no número de associados e não no capital; VII - retorno das sobras líquidas do exercício, proporcionalmente às operações realizadas pelo associado, salvo deliberação em contrário da Assembléia Geral; VIII - indivisibilidade dos fundos de Reserva e de Assistência Técnica Educacional e Social; IX - neutralidade política e indiscriminação religiosa, racial e social; X - prestação de assistência aos associados, e, quando previsto nos estatutos, aos empregados da cooperativa; XI - área de admissão de associados limitada às possibilidades de reunião, controle, operações e prestação de serviços.

Essa parte da lei é muito importante por revelar aspectos que norteiam a organização e administração da Coamo. Pela lei se verifica que a cooperativa deve atender os interesses econômicos para com seus associados, o que conduz à reflexão sobre o processo de territorialização espacial da cooperativa Coamo, que tem voltado seus interesses ao aumento de sua lucratividade econômica, entrando em contradição com a própria legislação cooperativista.

Nesse ponto contraditório, argumenta-se que a Coamo necessita de uma adequação à lei porque ela existe com o intuito de prestar serviços a seus associados, de tal forma que possibilite o exercício de uma atividade comum e economicamente viável, devendo deixar de priorizar a acumulação de capital. Essa contradição está posta porque, atualmente, sua força econômica está muito além da força atuante das empresas.

No requisito de adequação à lei, a Coamo precisa revigorar suas forças sociais numa perspectiva temporal, retomando a história inicial do cooperativismo e esse revigoramento deve ocorrer porque é um erro colossal considerar a cooperativa como sendo uma sociedade empresária. O erro está em que a cooperativa, tornando-se sociedade manifestamente empresária, adota uma organização técnico-econômica, que, pois, ordena o emprego de capital e trabalho para a exploração, com fins lucrativos, de uma atividade produtiva. Assim sendo, a cooperativa Coamo precisa se distanciar dos fins adotados pela sociedade empresária, marcada,

fundamentalmente pela finalidade lucrativa. Para tanto, é preciso retornar à gênese do cooperativismo, entendendo o sentido da fundação das cooperativas.

No caso da Coamo, as entrevistas realizadas com os cooperados demonstraram uma total falta de conhecimento sobre os fatores que regem o cooperativismo germe. Por isso se torna necessária a compreensão ideológica do pensamento cooperativista.

Em sua gênese, a organização cooperativista foi a forma encontrada pelos trabalhadores para a libertação do modelo capitalista de produção. Os trabalhadores, na tentativa de romper com os capitalistas, organizaram a sua força coletiva, ou seja, uma cooperação entre trabalhadores, formando um movimento denominado de cooperativismo. Com a união em força coletiva, os trabalhadores visavam amenizar os traumas econômicos e sociais que os assolavam.

No cooperativismo, primeiramente foram materializados seus ideais, a partir de meados do século XIX, estruturando sua configuração associativa junto com a Revolução Industrial. Seu objetivo foi assegurar os direitos dos trabalhadores, com a criação de princípios justos de produção e de repartição dos rendimentos (PINHO, 1977).

Nessa época, a sociedade assistia a uma evolução tecnológica rumo à chamada Revolução Industrial e as máquinas a vapor surgiam como promessa de progresso, pois conseguiam produzir mais do que o homem e em menos tempo. Assim não demorou muito para o trabalho humano passar a valer menos e para aumentar o desemprego. Por isso, a criação estrutural cooperativista acompanhou a primeira fase da Revolução Industrial (1760-1850), sendo seus princípios ideológicos conduzidos por idealistas como Robert Owen, Louis Blanc, Charles Fourier, entre outros, que defendiam propostas baseadas nas ideias de ajuda mútua, de igualdade, de associativismo e de autogestão (PINHO, 1977).

Esses pensadores, ao estudarem as formas de organização das civilizações antigas, descobriram que a cooperação é um instrumento revolucionário para a organização social, capaz de modificar o comportamento da sociedade.

Quanto ao primeiro movimento cooperativista, ele aconteceu somente no ano de 1844, quando, em Rochdale, distrito de Lancashire, Inglaterra, 28 tecelões, buscando melhorar sua situação econômica, fundaram a Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale. Nessa sociedade foram estabelecidos os princípios básicos

do cooperativismo, organizados em um estatuto, que se firmou como fundamento da doutrina cooperativista mundial (KEIL & MONTEIRO, 1982).

A implantação do movimento do cooperativismo foi um dos reflexos das consequências sociais geradas pelo processo de industrialização, que fez com que os artesãos e trabalhadores rurais migrassem para as grandes cidades, atraídos pelas fábricas em busca de melhores condições de vida. Essa migração resultou em excesso de mão de obra, aumentando a exploração do trabalhador de forma abusiva e desumana (HOLYOAKE, 2004).

Assim, diante das consequências sociais, é correto afirmar que o novo modelo industrial prejudicou grandemente os trabalhadores, substituindo o trabalho artesanal pela máquina, fato que gerou uma problemática social a ser resolvida e que encontrou, nas propostas dos idealistas do cooperativismo, uma válvula de escape ao problema. Por isso, a união de 28 tecelões do bairro de Rochdale resultou na criação de uma sociedade de consumo baseada nesses ideais.

Nessa sociedade, o cooperativismo foi a alternativa encontrada para os trabalhadores, que tinham como principal preceito a busca por uma sociedade econômica e socialmente mais justa do que a sociedade capitalista, concentradora de riquezas, e do que a sociedade do socialismo estatal que limitava o direito de autodeterminação dos indivíduos, e a cooperação e a ajuda mútua seria a saída para alterar e reestruturar a classe trabalhadora (HOLYOAKE, 2004).

O cooperativismo, por seus preceitos iniciais, não seria nem capitalista e nem socialista, pois seria uma terceira forma de organização da sociedade, forma que não admite poderes hierárquicos e em que todos têm que ter a mesma importância no decorrer do processo produtivo. A finalidade desse movimento está definida no atendimento das necessidades básicas de sobrevivência do homem, que, com seu trabalho, consegue sobreviver na dinâmica capitalista (HOLYOAKE, 2004).

Para se inserir na dinâmica capitalista é preciso seguir o objetivo central desse sistema, que é aumentar a lucratividade do processo produtivo, enquanto que, no movimento cooperativista, a solidariedade em comunidade é o ideal para manter a organização, mas a lucratividade também conta para que o movimento possa se sustentar. Na solidariedade cooperativista, os trabalhadores têm que se unir em cooperação, para vencer os riscos, bancar as despesas, distribuir igualmente o fruto do trabalho em nome da coletividade (KONZEN; KRAUSE, 2002 apud MARUCH; MAFIOLETTI, 2004).

É, justamente, a coletividade que estabelece os princípios solidários ao homem, fixados no decorrer do processo de afirmação do movimento. Como princípio inicial ficou estabelecido: a adesão livre, o controle democrático, o retorno dos excedentes em proporção às operações, a taxa limitada de juros ao capital social, a neutralidade política, religiosa, etc., a educação cooperativista e a integração cooperativa – princípios que só se estabeleceram e se fixaram por meio da propagação da proposta dos Rochdale, que representou:

[...] a capacidade das classes exploradas em tomarem as rédeas de seu destino e gerirem com autonomia seus empreendimentos sem necessitarem de uma classe parasitária de proprietários para dirigirem a economia. [...] seus princípios baseavam-se em atitudes democráticas, imersas na solidariedade igualitária, na participação na atividade produtiva, gestão e distribuição dos excedentes conforme a participação de cada um. (KEIL & MONTEIRO, 1982, p. 7).

Posteriormente, em 1895, em Genebra, foi criada a Aliança Cooperativa Internacional, que ratificou os princípios de Rochdale, princípios como a adesão voluntária e livre de seus membros; a gestão democrática; a participação econômica dos membros na criação e controle do capital; educação e formação dos sócios; intercooperação no sistema cooperativista (KEIL & MONTEIRO, 1982).

Essa Aliança Cooperativa existe até hoje e está agregando as cooperativas de consumo ao norte da Inglaterra, as cooperativas operárias francesas, que chegaram ao seu auge em 1848, e as cooperativas de crédito rural alemãs. Segundo Paul Singer (1998), não existe dado que possa dizer exatamente qual é o país de origem do cooperativismo, porém a criação desta Aliança na Inglaterra é um consenso entre os demais autores do marco oficial do funcionamento consciente e deliberado do cooperativismo.

Assim, presentemente, em fins de século XX e começo de novo século, com o bom funcionamento do cooperativismo e o fim do socialismo como modelo econômico, isso configurou um novo arranjo para o modo de produção capitalista. Nesse novo arranjo, o cooperativismo passa a ser uma peça fundamental para garantir a competição de mercado, o que, de acordo com Benecke (1980, p. 72), significa:

[...] dispensar maior atenção à capacidade competitiva das cooperativas, a fim de que realmente possam dinamizar a concorrência. O efeito da concorrência não é um fim em si, mas deve servir ao crescimento de toda a economia.

Na citação de Benecke (1980) se subentende que a concorrência é um dos atrativos para a apropriação capitalista da organização cooperativista, fato que está relacionado à expansão do território do capital na trajetória das cooperativas.

Nesse ponto específico, ao pensar na organização da Coamo, a expectativa de aumentar a competitividade no mercado resultou na agregação de novos valores organizativos, valores voltados na aceleração dos resultados econômicos em detrimento dos resultados sociais. Na concorrência de mercado, essa cooperativa, mesmo embasada nos princípios cooperativistas, tem no capital o fator para a hegemonização concorrencial.

Em geral, a concorrência foi o princípio responsável para que as cooperativas se metamorfoseassem em empreendimentos dinamizadores capitalistas, configurando uma alternativa para o processo de acumulação e de circulação de capital. Dotadas de legislação especial, as cooperativas burlaram a legislação empresarial, afirmando garantir direitos aos trabalhadores que outrora foram sendo deixados em segundo lugar, em detrimento aos interesses concorrenciais.

Verifica-se, entretanto, que a legislação brasileira auxilia as cooperativas justificando seu posicionamento na promoção do *status* de produção democrática e humanística no modo capitalista pelas cooperativas. Esse *status* promove o cooperativismo como sendo uma das ferramentas mais importantes para o Brasil conquistar um desenvolvimento mais equilibrado, justo e igualitário, de acordo com o presidente do Brasil, Luís Inácio Lula da Silva, em entrevista pública para a mídia. Cabe lembrar, entretanto, que, “Diante das transformações, as cooperativas regionais não assumiram qualquer posição em defesa dos produtores associados, principalmente dos pequenos, mergulhados em crise por não se adaptarem ao novo modelo” (SERRA, 2008, p. 5).

No processo gradativo de diluição, a cooperativa Coamo, no interior de sua organização, modificou os preceitos sociais para se tornar cada vez mais competitiva, moldando novos padrões organizativos, padrões que utilizam a cooperação somente para fortalecer as relações econômicas, reproduzindo as relações de trabalho capitalistas, culminando num processo que, de acordo com Pagoto (2005, p. 18), acontece nas demais cooperativas, sendo esse processo:

[...] uma forma de exploração do trabalho em bases cada vez mais exploradas e precarizadas. E os agentes envolvidos de modo associado, ao subordinar suas necessidades às exigências da produção e da comercialização, em grande medida não reproduzem seus meios de vida

segundo relações de solidariedade e de igualdade, não porque não querem, mas porque as condições não permitem.

As ideias de Pagoto (2005) já desde 1900 foram antevistas e analisadas por Rosa de Luxemburgo (2002), que defendeu o pensamento de que as cooperativas seriam, na realidade, uma forma de transformar os pobres em ricos, tratando-se de instituições de “natureza híbrida dentro do Capitalismo”, que, por meio da cooperação, realizam uma produção socializada, que é acompanhada por uma troca capitalista, que domina a produção.

Na produção, a concorrência exige da cooperativa uma postura impiedosa de exploração da força do trabalho, que resulta na intensificação do trabalho (encurtamento ou prolongamento), na contratação ou na dispensa de trabalhadores conforme as necessidades do mercado, o que significa que a cooperativa pratica todos os métodos de uma empresa capitalista.

Nesse particular de intensificação do trabalho, analisando a organização e a materialidade da Coamo, percebe-se que os cooperados desempenham o papel de empresários capitalistas, porque essa cooperativa tem como principal meta a ampliação de seu capital fixo e circundante, assegurando sua existência no seio da economia capitalista. Assim, com objetivo de assegurar-se no capitalismo, é que a Coamo, bem como as demais cooperativas, mesmo abstraindo o seu caráter híbrido, não conseguem se desvincular do capitalismo. Por esse fato:

[...] uma reforma socialista baseada no sistema das cooperativas abandona a luta contra o capital da produção, quer dizer, contra o sector fundamental da economia capitalista e contenta-se em dirigir os seus ataques contra o capital comercial, mais exactamente o pequeno e médio capital comercial. Só ataca os ramos secundários do tronco capitalista. (LUXEMBURGO, 2002, p. 83).

Como Luxemburgo observou, as cooperativas não romperam com o capitalismo. Ao mesmo tempo cabe dizer que a ideia de Fourier, um dos idealizadores do cooperativismo, de transformar o limão em limonada, não deu certo, como já afirmara Rosa de Luxemburgo (2002). Ao invés de limonada, a sociedade capitalista estabelece um muro cada vez mais alto para a concretização de uma sociedade socialista.

Essas ideias são evidentes pela análise realizada sobre a formação do território da Coamo, que, em seu desenvolvimento, se tornou mais uma forma da reprodução do capital, estabelecendo-se como uma instituição a serviço do capital e

que se utiliza da força coletiva dos seus cooperados para formar capitalistas e aumentar sua força econômica.

Para tanto, Serra (1986) argumentou que o desenvolvimento econômico das cooperativas conseguiu seu sucesso por meio, basicamente, da eliminação das intermediações. Com base em Serra (1986), pode-se afirmar que foram as chances de obtenção de maiores lucros possibilitadas pela Coamo aos produtores rurais, tanto no momento da colocação dos produtos dos agricultores no mercado, como na compra de bens ou, ainda, na prestação de serviços, que fortaleceram o poder do território do capital nessa área geográfica, bem como se estendendo pelo território nacional.

Essa realidade analisada na Coamo acontece quase que genericamente nas cooperativas agropecuárias, que, com maior força econômica que as empresas, conseguem acumular riquezas, expressando a objetividade capitalista.

Na nova objetividade cooperativista, conforme escreveu Marx (2002), a utilização da força coletiva é uma forma descoberta pelas empresas, sendo também, no caso específico das organizações empresariais cooperativas, utilizada para aumentar a lucratividade. A utilização dessa força coletiva significa dizer que está ocorrendo um nivelamento das cooperativas com as empresas ditas comuns, pois a lucratividade foi incorporada ao padrão produtivo do movimento das cooperativas agrícolas. (SERRA, 1986)

Com nova objetividade centrada no lucro, a Coamo, em sua trajetória, encontrou na cooperação a saída para que sua organização se estruturasse como moderna cooperativa capitalista, em condições de atuar em nível de igualdade com o grande capital industrial, no mesmo segmento econômico. De início, essa cooperativa atuou em função de recebimento e de comercialização de matérias-primas entregues por seus associados e, em seguida, atuando como unidade de transformação e de industrialização dessas mesmas matérias-primas, repassando ao mercado consumidor, direta e indiretamente, não mais matérias-primas, mas produtos elaborados. Dessa maneira conseguiu agregar valores a partir da transformação de matérias-primas em produtos industrializados, agregação de valores que foi ampliada até que atingisse o capital necessário para se tornar a maior cooperativa da América Latina.

Diferentemente, entretanto, e considerando a genuína ideologia cooperativista, a força da cooperação utilizada pela Coamo para se capitalizar

deveria estar sendo direcionada para o movimento cooperativista, criando o alento necessário para que os trabalhadores pudessem combater as empresas e sobreviver no capitalismo, ou seja, deveria ser uma união para o tão almejado progresso social (MARX, 2008).

Conforme Marx (2008), para poderem crescer economicamente, os trabalhadores se uniram, criando, por meio da força coletiva, o movimento cooperativista, que, apesar de possuir preceitos diferenciados das empresas capitalistas, com o decorrer dos tempos perdeu gradativamente a solidariedade, defluindo para uma nova organização, agora baseada em uma lógica capitalista de reprodução e de acumulação de capital.

Com a perda dos ideais sociais, como previu Marx, afirma-se que o cooperativismo ajudou a estabelecer a hegemonia do território do capital, e a Coamo foi e continua sendo, por meio da estabilidade econômica adquirida, a organização ideal para a territorialização cooperativista firmada no e para o próprio modo de produção capitalista.

Com relação às considerações de Luxemburgo, no entanto, discorre-se que Luxemburgo não poderia observar, no século XIX, o desenrolar da história do século XXI. E, na realidade, as cooperativas, por possuírem leis diferenciadas na Constituição Federal brasileira e por terem princípios organizativos, não podem ser empresas, como Luxemburgo sugeriu, ao contrário são cooperativas. São, pois, instituições que, por terem uma estruturação diferenciada das empresas, são ainda mais potentes na conquista de mercados, para a formação de seu território. Por isso conseguem monopolizar o mercado.

Com o mercado monopolizado, na formação do território capitalista, a cooperativa assume um lugar representativo em discussões políticas e sociais, em escala mundial. Como averiguado na expansão e na organização da materialidade espacial da Coamo, ela, por ser a maior cooperativa da América Latina, vem influenciando, de forma direta e indireta, a economia em todas as escalas geográficas, fechando os mercados concorrenciais paliativamente para fortalecer seu território.

Considerando tais situações concretas, passa-se a análise para o segundo momento da pesquisa, momento no qual são apresentados os dilemas prementes na consolidação e na expansão da Coamo pelo mercado nacional e internacional.

Para tanto, evidencia-se o crescimento econômico dessa organização, bem como a metamorfose capitalista desencadeada desde a gênese dessa cooperativa.

Enfim, entre os fatores da estruturação e da organização da Coamo, dá-se destaque aos que ocultam em seu interior contradições e ambiguidades desencadeadas pelo distanciamento das filosofias do cooperativismo, sofrendo uma ruptura social como sustentação para essa organização, que passa a ter em seu capital a motivação para sua existência como organização capitalista.

Ao analisar a formação, consolidação e a expansão da cooperativa Coamo verifica-se que, assim como as demais cooperativas agropecuária existente em território nacional, a Coamo também reforça o modelo de produção capitalista, concebendo um alicerce poderoso para a reprodução, ampliação e acumulação do capital no campo.

Sua organização cooperativa, representada pela união dos agricultores possibilita a coletivização da venda dos produtos agrícolas e a compra de insumos e outras mercadorias necessárias para a produção agrícola de seus cooperados. Desta maneira, consegue por meio do barateamento dos custos parciais na comercialização, circunstanciar toda a relação de colocação da produção no mercado, garantindo a sua circulação.

Assim, considera-se que no processo de circulação de mercadorias, é relevante entender toda a força motriz expansiva que produziu a consolidação temporal dessa cooperativa que atualmente constitui-se na maior representatividade do ramo cooperativo agropecuário da América Latina em acumulação de capital.

A sua expansão tem no modelo capitalista a base para suas estratégias administrativa, passando a funcionar como centralizadora de capital dos cooperados. Na centralização de capital, a Coamo produz no seio do movimento cooperativista, as relações capitalistas de produção.

Nesse movimento organizativo, esta cooperativa atingiu um índice elevado de acumulação de capital. Esse índice quando comparado aos índices obtidos por qualquer outra organização empresarial do mesmo ou até de maior porte infra estrutural, sempre atinge melhores resultados de desempenho financeiro.

Em seu funcionamento estratégico, o seu desempenho financeiro tem como meta os investimentos em tecnologia, o recebimento de produtos agrícolas, a comercialização de máquinas agrícolas e insumos agropecuários, a industrialização e exportação dos produtos agrícolas, contribuindo para o crescimento da estrutura

de faturamento de seus setores internos. Nesse particular os dados da Coamo expressam que:

O bom desempenho econômico-financeiro [...] é resultado do trabalho incansável da diretoria na busca do crescimento e manutenção da cooperativa, do comprometimento dos funcionários às diretrizes estabelecidas e da participação ativa do quadro social nas operações e atividades da cooperativa, representando a correta gestão administrativa e financeira que vem sendo adotada ao longo de sua existência. (COAMO, 2009)

Dessa maneira, diante dos excelentes indicadores contábeis, essa cooperativa se configura na realidade como uma “brecha” para a atuação do capital no campo. Esse fato segundo Martins elenca na realidade a concretização da atuação do movimento cooperativista, que se configura como dinamizador para o desenvolvimento do território do capital, e como dinamizador capitalista no cooperativismo:

Os ganhos sociais da cooperação não estão principalmente na comercialização, mas na produção. [...] É o que nos coloca diante de um problema sério: onde a produção foi drasticamente ampliada através da cooperação no trabalho, agrícola ou industrial, o capitalismo já está presente para se apropriar de ganhos que deveriam ser sociais porque frutos do trabalho social; onde a produção permanece em bases artesanais e tecnicamente modestas, a cooperação tolerada se restringe à circulação das mercadorias produzidas e não à produção e ao trabalho. Com isso, mesmo o produtor cooperativo acaba trabalhando para o grande capitalista. Como os preços dos gêneros alimentícios são fixados em nosso país de cima para baixo, através de tabelas e preços mínimos, os produtores procuram no cooperativismo manipular esta estreita faixa de alternativas, retendo para si o que antes se destinava ao comerciante-intermediário, mas sem afetar o preço que os consumidores pagariam por seus produtos. Ao invés de estenderem a cooperação ao conjunto do processo de produção, apenas reforçam as condições da sua submissão ao capital industrial que continua a explorá-los. (MARTINS, 1991, p. 57 – 58)

Não obstante ao pensamento de Martins, percebe-se que na manipulação do mercado, a Coamo, também contou no decorrer de sua trajetória com fatores históricos específicos que foram responsáveis por sua difusão territorial e sobressalto econômico demonstrado pelos índices financeiros desde sua fundação na região de Campo Mourão. Por isso, a análise temporal desses resultados, revelam as condições criadas pelo capital para a expansão do seu território por meio do movimento cooperativista.

Com a expansão da atividade cooperativa da Coamo averígua-se a concretude da espacialização, consolidação, em consequência da territorialização do capital por meio da atuação dessa cooperativa. Na verdade, como sugeriu Martins (1995) nesse processo de expansão das cooperativas o capital conseguiu reestruturar o movimento cooperativista, tornando esse movimento uma nova forma para o desenvolvimento do modelo imperante de produção capitalista, baseado, sobretudo no uso constante de capital.

Nesse movimento, a cooperação, princípio base da organização da Coamo, não se constitui num meio de defesa para os agricultores se manterem na organização capitalista, mas serve para ajudar no processo produtivo individual, auxiliando os agricultores na implementação do capital na agricultura. De acordo com Marx (2008, p.379), a cooperação na realidade vai ser a base para o desenvolvimento capitalista, fato que revoga o significado do movimento cooperativista como transformador da realidade social.

Para Marx (2008), para se entender o significado de cooperação é preciso partir da forma como ela se dá, sendo que a cooperação é: “a forma de trabalho em que muitos trabalham juntos, de acordo com um plano, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferente, mas conexos”. É a cooperação a fortalecedora da capacidade de realização de cada trabalhador, “provoca emulação entre os participantes, animando-os e estimulando-os”, amplia a produtividade. Isso porque:

A força do homem isolado é mínima, mas a junção dessas forças mínimas gera uma força total maior do que a soma das forças reunidas, bastando a simples união delas para diminuir o tempo e aumentar o espaço em que se executa a operação. (MARX apud CARLI, 2008. p. 382)

Com a união de forças se produz “a força coletiva”, que se utiliza dos meios de produção. E no processo produtivo o capitalista vem se apoderando desta força, para sua capitalização individual aumentando a sua capacidade da produção e acumulação de riquezas. Pela força coletiva, os trabalhadores, reunidos em um mesmo local, executam todas as etapas do processo produtivo, aumentando cada vez mais a produtividade a serviço do detentor de capital. Sobre essa questão Ferreira, argumentou sobre as vantagens proporcionadas pela utilização da cooperação no modo de produção capitalista, salientando que:

[...] economias de escala (economia de capital constante decorrentes da ampliação da escala média de produção); aumento da produção em decorrência da emulação que se estabelece - e é estimulada pelo capital - entre trabalhadores no seio do coletivo operário; possibilidade de se realizar determinadas espécies de trabalho que requerem o concurso de elevado número de forças de trabalho simultaneamente, etc." (FERREIRA, 2000. p. 3).

Além do argumentado por Ferreira (2000) complementa-se que o princípio de cooperação do modo de produção capitalista, faz com que o trabalhador perca o pleno controle do processo produtivo, na medida em que o controle e direção passam a ser exercidos pelo capital, começa uma separação entre o planejamento e a execução direta do trabalho. Para Marx (2008), essa alienação é fundamental para a reprodução do Capitalismo, o homem em seu contato social, supera os limites da individualidade, fazendo com que o trabalho coletivo, seja sempre maior do que a soma dos trabalhos individuais. O capitalista passa a explorar cada vez mais a força de trabalho, por meio da máxima produção de mais valia, sem precisar pagar pela força coletiva, gerada pela cooperação.

Dessa forma, Marx (2008) reflete sobre a cooperação, observando ainda que o próprio capitalismo requer condições para se manter em sua hegemonia, e a cooperação sendo a forma fundamental do Capitalismo, torna esse modo de produção subordinado ao trabalhador, que com seu trabalho produz mercadorias, que são a fonte dos lucros dos capitalistas. Como contrapartida, o modo capitalista de produção tem que inventar e reinventar formas para manter sua dominação, por meio do aumento do grau de exploração da força de trabalho pelo capital; pela utilização da cooperação; pela alienação produzida pela divisão do trabalho; pela criação de exército de mão-de-obra de trabalhadores, por meio do advento dos maquinários e tecnologias; pela redução dos salários, para aumento da lucratividade ou, aumento da circulação de mercadorias; entre muitas outras contradições geradas em seu próprio modo de produzir, para tornar o trabalhador vulnerável e dependente de sua organização.

Nessa linha de pensamento, considerando que o modo capitalista de produção é contraditório em seu desenvolvimento, os novos padrões de acumulação e exploração capitalista se inseriram no movimento cooperativista e gradativamente

passaram a subordiná-lo. Assim reproduzindo aquilo que Karl Marx reclama dos homens na produção social da vida, de que:

[...] os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção, essas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas pela consciência a partir das contradições da vida material, a partir do conflito existente entre as forças produtivas sociais e as relações de produção. (MARX, 1974, p. 135 – 6)

Decorre daí, portanto, que no campo brasileiro desde a década de 1960, as abstenções históricas, fizeram do cooperativismo um movimento plausível para a difusão da reformulação produtiva desencadeada no espaço nacional em consonância com a política em rigor no mercado internacional.

Em geral, considerando todas as diversidades geoespaciais da economia nacional, a materialização do espaço Coamo, constitui o primeiro passo para a identificação, compreensão e análise do território - Capital e Coamo, mediante a sua complexidade.

Trata-se agora nesse segundo momento de encaminhamento da pesquisa, de entender que a identidade que se caracteriza no decurso da territorialidade, gera no espaço geográfico uma exclusividade em sua compartimentação, por isso segundo Raffestin (1993. p. 163) a análise da territorialidade “só é possível pela apreensão das relações reais recolocadas no seu contexto sócio-histórico e espaço-temporal”.

Assim, na abordagem territorial da formação contraditória do cooperativismo pelo espaço geográfico, e conseqüente elementos desencadeadores da formação do território de capital e Coamo, alça-se o entendimento didático desse processo a partir da definição construída com base no pensamento de Saquet (2008, p. 161 e 162) que compreende o movimento a partir do território. Para ele “o território está em movimento e no movimento”, e com constantes renovações que estão sendo criadas e gerenciadas com base no modo de produção capitalista. Assim o território retrata essa organização e suas mudanças, constituindo-se como um “retorno a si mesmo, sem sair de si, na relação entre indivíduos que vivem, sentem, percebem, compreendem [...]”.

Prontamente, o pensamento de Saquet desvenda o movimento do território em suas múltiplas relações. Assim, a partir da concepção de Saquet (2008), nesse estudo, sobre a formação do território do capital e Coamo, é possível abranger a magnitude da apropriação capitalista em suas diferentes metamorfoses organizativas da própria sociedade no decorrer do contexto histórico, em particular as metamorfoses ocorridas na agricultura por meio da atuação do cooperativismo.

Também em consonância com Karl Marx, tem-se que considerar a contradição do modo de produção, quando se analisa a maior cooperativa da América Latina em termos de capital. Por isso, a definição conceitual de território produzida por Oliveira (1999) se embasa na perspectiva marxiliana, contribuindo para o estabelecimento da contradição presente na organização da Coamo para com o modo capitalista de produção.

Na perspectiva de Oliveira (1999, p.74), o território evidencia as contradições organizacionais da sociedade, se definindo como:

[...] síntese contraditória, como totalidade concreta do processo/ modo de produção / circulação / consumo e suas articulações e mediações supraestruturais (políticas, ideológicas, simbólicas etc.) em que o Estado desempenha a função de regulação. O território é assim um produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de sua existência. Sociedade capitalista que está assentada em três classes fundamentais: proletariado, burguesia e proprietários de terra.

A partir do movimento de transformação e recriação que as coisas apresentam, em qual o novo tem em si o velho como salientado por Saquet (2008) a síntese totalizadora de elementos que agregam em si a contradição dialética de representatividade das ações de poder no espaço geográfico como muito bem esclarecido na citação de Oliveira (1999) permite-se o encaminhamento dialético para o entendimento da lógica da reprodução da territorialização da Coamo, por meio do próprio capital. Essa lógica foi estruturada temporalmente no seio do próprio movimento cooperativista que presenciou o distanciamento da coletividade social historicamente, catalisado pela modificação de suas doutrinas que encontraram no próprio capitalismo formas que levam ao enriquecimento.

Nas transformações históricas elementares ao desenvolvimento da agricultura e, sobretudo ao próprio capitalismo, em âmbito nacional, a intensificação do capital no campo foi marcada por transformações políticas produzidas pelo poder militarista

de regime ditatorial em qual a produção expressiva do ciclo cafeeiro conviveu com projetos de erradicação promovidos pelos governos federais e estaduais. Esse momento também conhecido como era de “democracia relativa” agenciou a racionalização da cafeicultura brasileira, atingindo a região de Campo Mourão. (MORO, 1980)

Dessa maneira impositiva, o declínio da atividade cafeeira na região de Campo Mourão e também das atividades extrativistas madeireira, entre 1960 e 1970, desencadeia a necessidade de se desenvolver novas formas de produção para manter a economia regional.

Por isso, um breve relato histórico sobre as crises e decadências econômicas provocadas pelas atividades socioeconômica na região de Campo Mourão, representa o significado concreto da materialização da cooperativa Coamo e a expansão de seu território. Isso porque, “Em cada momento histórico as novas formas representam o modo usual de produção. Mas é a formação socioeconômica que lhes dá sua significação real-concreta dentro do sistema” (SANTOS, 2003, p. 200)

3 AS ATIVIDADES ECONÔMICAS DA REGIÃO DE CAMPO MOURÃO E A COOPERATIVA COAMO

No processo de construção espacial do território da Coamo, as atividades socioeconômicas foram temporalmente se desencadeando por fases distintas de apropriação das terras, implicando na determinação das formas de produção que a caracteriza atualmente. No decorrer desse processo verificam-se os fatores condicionantes tanto para o fim de reserva de valor como para a produção, na qual a tecnologia passou a ser o critério norteador que contribuiu para o desenvolvimento do capitalismo nas atividades agrícolas após a fundação dessa cooperativa na década de 1970 em Campo Mourão.

Neste sentido, verifica-se que na apropriação das terras mourãoenses a distribuição territorial e as relações de produção foram construídas baseadas em atividades produtivas nas quais envolviam os moradores da região, que obtinham sua subsistência por meio da realização de atividades econômicas, como a pecuária, plantio de café, menta, arroz, feijão, soja e extração de madeira, atividades essas desenvolvidas em sintonia com os recursos disponíveis e a experiência dos pioneiros. (CAMPO MOURÃO, 1969)

Contudo, cabe salientar que a primeira atividade econômica que se processou na região de Campo Mourão foi a pecuária, que motivou a posse das terras pelos primeiros habitantes, todavia, não prosperando economicamente, em parte por causa das características físicas locais. Como destaca o Plano Diretor de Campo Mourão:

Condições climáticas inadequadas, com águas muito frias; inexistência de campos em abundância, fazendo com que os rebanhos fiquem expostos às doenças, e a própria estrutura fundiária, com predomínio de pequenas e médias propriedades e conseqüente necessidade de adoção de técnicas de alimentação e manejo de gado, vem se constituindo um entrave ao seu incremento (...) constitui-se numa atividade de auto-consumo de complementação econômica às empresas rurais. (CAMPO MOURÃO, 1969, p. 7)

No desenvolvimento da pecuária o caminho de tropas foi importante, contribuindo não somente para o transporte do gado como também para a comunicação, circulação de mercadoria e crescimento demográfico. Na trajetória do

gado, os acessos para a região de Campo Mourão constituíram uma sequência direta da expansão do tropeirismo. (TEIXEIRA, 2001)

Na expansão tropeira, a chegada da família Pereira em Campo Mourão foi um fato expressivo para a pecuária desenvolvida no Paraná Tradicional. Como consequência desse fato, primando alargar os acessos ao interior do Paraná e o desenvolvimento econômico do Estado, foi aberto, em 1906, o caminho denominado Picadão, ligando Campo Mourão ao Estado de Mato Grosso, o que permitiu a passagem das tropas em seu percurso, conforme observa Teixeira (2001, p.5):

O picadão nessa época era muito importante para o desenvolvimento geoeconômico do Estado. Em virtude do fato, em 10 de julho de 1918, o cidadão Manoel Mendes de Camargo, com o intuito de melhorar e ampliar o picadão, estabelecendo uma rota comercial com o Estado do Mato Grosso, viabilizando o transporte de animais para os grandes centros, obteve uma concessão do governo, que tinha o interesse por esse grande empreendimento que ligaria o Estado do Paraná com Mato Grosso, facilitando a comercialização entre os mesmos.

Esse caminho atualmente é conhecido como “Estrada Boiadeira”, denominação atribuída em função da passagem do gado nesse percurso (Foto nº 2). Segundo Teixeira (2001, p. 5), inicialmente a “Estrada Boiadeira” foi elaborada partindo de Guarapuava em direção a Pitanga, numa extensão de 103 km, percorrendo mais 132 km até a localidade de Campo Mourão, seguindo mais 125 km até as barrancas do rio Paraná, totalizando aproximadamente 60 léguas⁸.

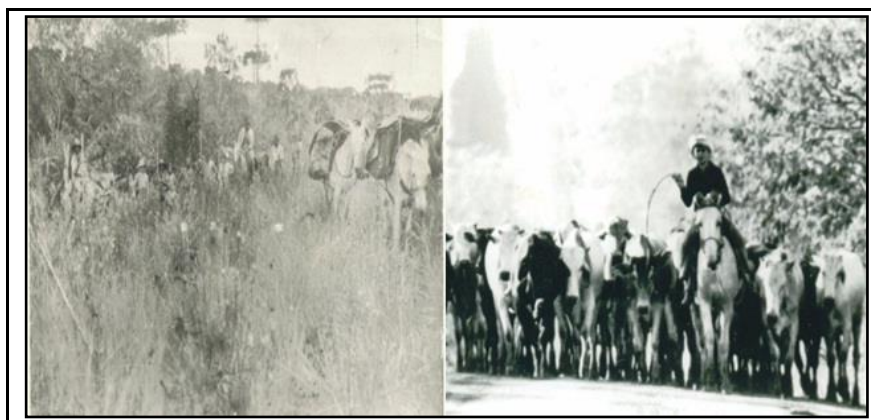


Foto nº 2. 1920: estrada boiadeira, passagem do gado.
Fonte: Acervo particular de Sidy Sauer.

⁸ Antiga unidade brasileira de medida itinerária, equivalente a 3.000 braças, ou seja, 6.600m; légua brasileira.

Para executar os serviços técnicos de elaboração e ampliação do caminho, Manoel Mendes de Camargo contratou os serviços do agrimensor Edmundo Mercer e de sua equipe, que construíram a “Estrada Boiadeira”, sendo que:

[...] durante a construção do caminho, ao longo dessa via, Manoel Mendes de Camargo determinou a feitura de roças e construção de paióis, deixando no seu interior algumas painelas e tarimbas para facilitar e permitir um pouco de bem estar aos viajantes. Ao lado desses casebres havia local destinado a abrigar os animais. Dessas roças, os viajantes tiravam para sustento dos animais, milhos e abóboras. (TEIXEIRA, 2001. P. 5)

Outros acessos e picadas foram abertos, ampliando as possibilidades de desenvolvimento do interior do estado. Diante da importância das vias de entrada, é interessante observar que após a abertura das estradas a mobilidade populacional avançou mais intensamente, estruturando e organizando o interior paranaense. Nesse sentido, considera-se que durante a ocupação, organização e estruturação espacial paranaenses, os caminhos contribuíam para o fortalecimento da frente de expansão, facilitando a chegada dos caboclos e colonos à região de Campo Mourão. No entanto, esse processo de expansão do povoamento ocorreu de forma lenta e gradual, como esclarece Bernardes (1953, p. 40):

[...] verifica-se que de 1900 a 1920 e 1940 [...] o desbravamento progrediu enormemente, ao longo dos divisores Ivaí-Piquiri e Piquiri-Iguaçu conquistando à mata virgem largas faixas de terras. Até 1940 não se pode, no entanto, distinguir nesta zona nenhuma frente pioneira ativa, no sentido da expressão. Houve de fato, o avanço da fronteira demográfica, mas este avanço não se processou para dar lugar a uma ocupação efetiva e a um aproveitamento econômico real das áreas desbravadas[...] embora em alguns pontos seu povoamento já date de meio século ou mais, conserve ainda um certo caráter pioneiro, dada a escassez de sua população, a falta de contacto com os grandes centros e o primitivismo que caracteriza o aproveitamento da terra por seus povoadores.

Além de contribuir para a chegada de novos moradores em Campo Mourão, os caminhos abertos para a passagem dos tropeiros facilitaram o abastecimento local, propiciando maior fluxo de circulação de mercadorias e diminuição nos custos das viagens e, conseqüentemente, do preço das mercadorias, evidenciando uma melhoria na vida dos moradores de Campo Mourão.

Ademais, como consequência direta do tropeirismo paranaense configurou-se o primeiro marco econômico de desenvolvimento para a região mourãoense, contribuindo na capitalização social dessa região. Foi nesse contexto que começou

a instalação de núcleos ocupacionais que deram origem aos núcleos urbanos dos municípios que fazem parte da região de Campo Mourão. Acerca desse período, Linhares (2000, p. 51) destacou as seguintes assertivas:

De resto, o ciclo econômico da pecuária foi no Paraná mais importante que o do ouro, não só no sentido de ter maior duração e estabilidade que este, como também no que se refere à instalação das fazendas, consideradas as melhores do país.

No entanto, essa atividade não foi tão expressiva, entrando em declínio, forçando as primeiras famílias que habitavam Campo Mourão a se dedicarem à agricultura familiar. Para garantir a sobrevivência os moradores comercializavam os excedentes entre si, além de criarem animais, obtendo maior lucratividade na criação de porcos cuja produção inclusive era exportada para fora do estado⁹.

É importante mencionar que a suinocultura desenvolvida neste período denominava-se de safras. De acordo com estudo de Wachowics (2002, p. 182), os porcos eram “criados soltos num milharal isolado na mata (safra), eram adquiridos por um comerciante, o *safrista*. Este comprava 500, 800 ou 1.000 porcos e levava-os tropeando, isto é, a pé, até os grandes mercados de comercialização”.

Na comercialização dos porcos eram adotados procedimentos curiosos, destacados em entrevista citada nos estudos da historiadora Casagrande (1996, p. 38). A entrevista foi realizada em 1993 com o senhor Chafic Simão (já falecido), que chegou em Campo Mourão no ano de 1945. Em seu relato, Chafic destacou a forma utilizada pelos condutores dos porcos durante as viagens, argumentando que

Para esses homens dormirem nas noitadas que passavam pelo mato, eles faziam grandes e altos cercos de galhos e colocavam os porcos dentro, porque até chegar ao destino, eles levavam muitos dias. Quando eles iam para Apucarana, tinham que atravessar o Ivaí, eles passavam de 3 a 4 porcos de cada vez porque não tinha ponte, era uma balsa pequena e eram muitos porcos, chegava a juntar 200, 300 porcos em cada viagem para ser conduzidos. Agora, imagine o tempo que levava para chegar lá e voltar pra casa. (CASAGRANDE, 1996, p.38)

Na criação de porcos além da comercialização dos suínos, ainda era possível aumentar substancialmente o lucro com a produção e comercialização de derivados. como a banha de porco, que servia para conservar a carne, temperar a comida e

⁹ Informações obtidas nas entrevistas e confirmadas em livros, monografias sobre Campo Mourão.

iluminar as casas. É interessante a maneira como a banha era usada como fonte de iluminação que, de acordo com entrevista realizada por Casagrande (1996) com pioneiros de Campo Mourão, “esta era colocada em um candeeiro com um pavio de pano, substituindo a querosene, pois na época não havia luz elétrica”.

Na agricultura, destacava-se o plantio de milho, arroz, mandioca, batata, trigo e cana-de-açúcar¹⁰. Observando a foto número 3, nota-se a plantação da cana e mandioca, com ênfase ao tamanho das mandiocas que foram colhidas na região de Campo Mourão, demonstrando a fertilidade do solo para o plantio das culturas de subsistência nesta primeira fase de uso do solo.



Foto nº 3. Década de 1950: Plantação de cana e mandioca
Fonte: Acervo museu municipal Deolindo Mendes Pereira.

Além da atividade agrícola, as famílias comercializavam a erva-mate, o mel e cera de abelha, e peles de animais silvestres para aumentar a renda num momento de ocupação pouco expressiva, que se adensou no decorrer do tempo. Gradualmente chegaram famílias procedentes de Minas Gerais, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, atraídas pela terra e riquezas florestais existentes (IBGE, 1950).

Para atender esse contingente populacional foi iniciada a implantação na região de casas comerciais. Por essa razão, considera-se que o setor comercial teve seu crescimento vinculado à ocupação, ou seja, na medida em que foram chegando as famílias e melhorando a infraestrutura regional, o comércio aprimorou-se para atender as necessidades de consumo que passaram a exigir maior diversificação de produtos.

¹⁰ Estes dados foram obtidos por meio de análise dos dados do IBGE , Censo de 1950.

Entretanto, salienta-se que mesmo diante de melhorias o setor comercial somente começou a crescer expressivamente na década de 1970, quando a Coamo foi fundada nessa região, passando a atender de forma regionalizada os produtores rurais e contribuindo para a organização econômica e implantação de técnicas modernas na agricultura.¹¹

A fundação da Coamo tratava-se da busca por uma solução para um período crítico de declínio das atividades econômicas regionais. Todavia, anterior a fundação da Coamo, mesmo com pouca tecnologia no campo e precária infraestrutura urbana, os pioneiros plantavam e comercializavam produtos garantindo a sobrevivência e a permanência de suas famílias em pequenos e médios estabelecimentos rurais.

Já com a Coamo enquanto alternativa para a implantação do capital no campo, constatam-se novas condições de produção nas quais as atividades agrárias passam a ter fins comerciais. Para tanto, foram incorporados ao campo a mecanização, o uso de novos elementos e insumos químicos e biológicos, bem como a aplicação de novas formas de trabalho, as transformações na produção agropecuária. Dessa maneira, de um lado houve um ganho de produção e produtividade com um conseqüente aumento da renda agrícola. Do outro lado, são apresentados trágicos resultados como a expulsão da mão-de-obra rural para os centros urbanos ou outras áreas de fronteira agrícola, como também a exclusão de produtores que não conseguiram incorporar-se a esse processo.

Diante desses fatores distorcidos da construção do espaço agrário mourãoense, destaca-se em dois momentos a relevância pioneira e o surgimento da Coamo. Em ressalva, afirma-se que mesmo diante de um contexto de dificuldades, os agricultores produziram os alicerces necessários para o desenvolvimento social e econômico, sendo oportuno lembrar que na materialização do espaço atual as relações econômicas iniciais se configuraram em meio à agricultura camponesa responsável pela troca e comercialização dos produtos, além da exploração madeireira.

Porém, até a década de 1930, as madeiras existentes nessa localidade não tinham ainda valor comercial, sendo extraídas em pequena escala somente para liberar espaço para as lavouras cujas árvores eram utilizadas como carvão, de forma limitada (VEIGA, 1999).

¹¹ Informações obtidas em entrevistas, comparadas com dados estatísticos do censo do IBGE de 1960, 1970 e 1980.

Com o passar dos anos, esse quadro gradativamente foi modificando, juntamente com o crescimento socioeconômico do estado do Paraná. Com o aumento da demanda por madeira, essas passaram a ser uma valiosa fonte de renda, sinalizando riqueza na região. Já na década de 1950, em detrimento da valorização das madeiras e das terras, são registradas em Campo Mourão lutas sangrentas e conflitos sociais.¹²

Dessa forma, afirma-se que a verdadeira riqueza econômica da região de Campo Mourão foi a de origem vegetal, ou seja, a grande variedade de espécies de madeiras de lei existentes. Essa diversificação impulsionou a extração madeireira, que constituiu a principal base econômica regional, contribuindo para a estruturação de Campo Mourão da década de 1950 até meados da década de 1980. Isso porque Campo Mourão era, para Coelho Junior (1946, p. 59),

[...] uma clareira de gramados rodeados de soberbos pinheirais, no divisor de águas do Piquiri-Ivaí, no centro do mais vasto e opulento sertão do Paraná. Dele para a periferia, atravessa-se, rumo ao Norte, mais ou menos 20 quilômetros dos característicos bosques de pinheiros, para depois penetrar na selva tropical, onde domina a “peroba” e mais madeira de lei, até ao rio Paranapanema, nas famosas terras roxas.

Para visualização da natureza, na foto nº 4, verifica-se ao fundo, a floresta em meio à moradia dos pioneiros, demonstrando a beleza natural da região de Campo Mourão. A floresta era formada por variedades de madeiras, sobressaindo a araucária, que caracterizava a região como um “Campo aberto bordado por araucária” (MAACK, 2002). De acordo com Ab’Sáber (2003, p. 101), a beleza das regiões de Araucária serviram de atrativo para a ocupação dos campos do interior do Paraná, caracterizando-se pelos seguintes aspectos:

O mato é baixo e relativamente descontínuo, com pinhais altos, esguios e imponentes – um tanto exóticos e homogêneos – em face da biodiversidade marcante dos sub-bosques regionais. De vez em quando, de permeio à altamente predada região das araucárias, surgem pequenos mosaicos de campos entremeados por bosquetes de pinhais, que oferecem uma das mais lindas paisagens do território brasileiro. Um cenário de marcante originalidade ecológica (AB’SABER 2003, p. 101).

¹² Sobre as lutas e conflitos ocorridos nessa região ver: ONOFRE, Gisele Ramos. *Campo Mourão: Colonização, uso da terra e impactos socioambientais*. Maringá. UEM. (Dissertação de Mestrado). 2005.



Foto nº 4. No meio florestal a moradia dos desbravadores.
Fonte: Acervo particular de Sidy Sauer

A extração, o aproveitamento e a comercialização das reservas florestais propulsaram a chegada à região de Campo Mourão de um contingente populacional originário do sul brasileiro, com experiência na extração madeireira paranaense¹³. Essa experiência foi adquirida inicialmente por meio da extração da madeira do litoral. Segundo as pesquisas de Lavallo (1981, p.13), a madeira no estado do Paraná foi retirada primeiramente do litoral, em virtude da dificuldade de comunicação com o planalto. Com o advento da ligação ferroviária com o planalto foram abertas novas oportunidades de exploração madeireira, movimento no qual “As serrarias passaram, no século XX, a se concentrar no centro-sul paranaense, deslocando-se para oeste, à medida que se esgotavam as reservas de pinho mais próximas das ferrovias” (LAVALLE, 1981, p.13).

O deslocamento do processo de extração madeireira proporcionou um impulso no desenvolvimento socioeconômico, caracterizando a região de Campo Mourão como centro exportador de pinho (CAMPO MOURÃO, 1967). A atividade madeireira de acordo com Wachowicz era como sendo:

[...] a serraria uma atividade nômade, não se integra na região em que está estabelecida. Esgotada a floresta, a serraria é transferida para outro lugar e forma, em torno de si, um núcleo populacional característico, com dezenas

¹³ Informações obtidas em entrevistas realizadas com pioneiros e jornais informativos sobre Campo Mourão.

de casas para operários, mercado, farmácia etc, tudo pertencendo à companhia exploradora (WACHOWICZ, 2002, p.210-211).

Apesar de a atividade extrativista madeireira ser caracterizada como nômade, no caso de Campo Mourão, grande parte da população que chegou na região para a exploração fixou residência. Este fato ocorreu em virtude de Campo Mourão se localizar no terceiro planalto, ou seja, o deslocamento madeireiro encontrava-se quase que terminado, em razão do esgotamento das madeiras. As terras de Campo Mourão com a implantação da modernização agrícola também passaram a ser cultivadas, atravessando um processo de valorização e estimulando uma nova fonte de renda para os moradores¹⁴.

Contudo, destaca-se que foi a partir da extração madeireira que se apresenta o palco impositivo ao produtor rural, que pode incorporar novas terras ao processo produtivo com a retirada da madeira. Com a terra desnuda, o denominado “pacote tecnológico norte-americano” da revolução verde pode introduzir nas terras dessa região novas culturas, como a soja e o trigo, denominadas *modernas*.

Outro fator que contribuiu no estabelecimento regional foi a exploração paralela de outros recursos naturais durante a extração madeireira como a argila, a erva-mate e a pedra. Nesse momento, a exploração desses recursos serviu como complementação ou fonte de renda para muitos moradores da região, que não se dedicavam na exploração da madeira (CAMPO MOURÃO, 1967).

A argila foi encontrada em grande quantidade em vários pontos da região, matéria prima de qualidade regular, aproveitada nas indústrias oleiras para a fabricação de telhas e tijolos. A extração deste material era realizada por meio de métodos tradicionais de escavação, com produção voltada para o suprimento do consumo interno e demanda dos municípios vizinhos (CAMPO MOURÃO, 1967).

Também se extraía em Campo Mourão a pedra com a qual realizavam o britamento, sendo muito encontrada na região a do tipo basáltica, utilizada especialmente nos fundamentos das construções civis (CAMPO MOURÃO, 1967).

Já o processo de exploração da erva-mate era semi-elaborado no próprio local e consistia no “sapecar das folhas”, isto é, expor levemente as folhas ao calor para retirar a umidade. Em seguida essas folhas eram ensacadas para a comercialização (CAMPO MOURÃO, 1967).

¹⁴ Informações obtidas em livros de memórias de famílias de pioneiros e em entrevistas.

Nesta fase de apropriação natural, destacados os principais recursos explorados na região de Campo Mourão, é importante salientar a falta de preocupação com a conservação ambiental, levando em consideração que não existiam procedimentos, nem técnicas para amenizar os impactos na natureza, sobretudo porque os recursos a serem explorados eram abundantes. No entanto, como consequência da grande exploração, em pouco tempo as reservas de recursos naturais foram reduzidas.

Acerca dessa discussão, vários profissionais da imprensa vincularam notícias em jornais denunciando esta problemática tentando encontrar soluções para amenizar os impactos causados pela intensa exploração natural. Uma forte crítica à problemática está presente na denúncia do jornalista Eloy Maciel que elaborou uma previsão bastante preocupante. Segundo Maciel, “até 1980 desaparecerão os pinheiros da região, se não houver uma intervenção governamental”, já que

[...] o pinheiro no ritmo como vem sendo abatido terá de ter fim brevemente, os responsáveis pelo bem estar das gerações futuras e pela própria estrutura econômica do país, têm-se mantido de braços cruzados, à espera da eclosão de uma crise que poderá desencadear-se no Brasil com a escassez das reservas madeireiras do nosso território, cuja devastação de selvas, quer para fins comerciais com a extração da própria madeira, quer para fazer desaparecer a madeira consumida pelo fogo das queimadas para dar lugar à lavoura, aumenta de ano para ano, e as constantes nudez com que o solo vem sendo exposto, será um fator que poderá determinar a criação, a formação de desertos, ou de terras insólitas. (MACIEL, 1962, p.1)

Aparentemente a previsão de Maciel é bastante trágica, notadamente com relação à formação de áreas desertificadas na região, mas não deixa de ter fundamento. Hoje é um fato verídico o esgotamento das reservas de pinheiros, restando somente na região alguns exemplares desta espécie.

Nesta sequência pode se considerar o esgotamento do pinheiro, árvore símbolo do Paraná, como um grande prejuízo regional. Assim cabe destacar as palavras escritas por Wachowicz (2002, p.211), que retratam uma parcela da realidade observada após o período madeireiro na região. Segundo ele

A serraria deixa, por onde passa, uma região devastada, sem ter contribuído para a fixação duradoura da população [...]. Calculava-se, em 1920, que no Paraná teria reservas florestais de pinheiros para 370 anos [...]. A falta de mentalidade bem formada da população provocou, em poucos anos, o esgotamento das reservas. (WACHOWICZ, 2002, p.211)

Desta forma, a análise sobre o desmatamento ocorrido em Campo Mourão revela que é preciso repensar sobre o que vem a ser “desenvolvimento” que tanto o homem tem buscado. Isso porque toda ação humana é condicionada por fatores que visam uma organização, ou seja, a intervenção na natureza é necessária. Neste sentido o homem interage sobre a natureza visando sua sobrevivência, mas é obvio que esta interação precisa adotar medidas para não esgotar os recursos naturais versando sobre o bem coletivo.

Além da atividade extrativa da madeira, em algumas propriedades da região era plantado café, mesmo Campo Mourão não sendo uma região propícia para o cultivo dessa cultura. Isso porque, de acordo com Mota Sobrinho (1978, p. 8), “Tanto êxito financeiro lhe foi proporcionado, que não demorou a ser seguido por todos quantos, no Rio e no resto do país, de norte a sul, compreenderam que uma nova mina havia aparecido. Da cor atraente das esmeraldas, produzia frutos de rubi”.

Desta maneira o café, espalhado por todo o território paranaense, obteve grande importância econômica e figurou como tendência na agricultura. Contudo, esse fruto tão lucrativo não conseguiu, pelo menos na região de Campo Mourão, apresentar uma produção expressiva, em decorrência notadamente dos fatores climáticos. Por isso, em concordância com Hespanhol (1993, p. 23):

De fato, na região de Campo Mourão o café não chegou a ser protagonista da história como foi no restante do Norte do estado. Apesar de importante, o café não foi predominante, sobressaindo além da exploração madeireira, a policultura (milho, arroz, feijão, hortelã, café, algodão, etc) e a suinocultura (praticada, sobretudo, pelos colonos provenientes do sul).

Hespanhol ressaltou que, além dos fatores climáticos, muitos outros fatores contribuíram para que o café não se desenvolvesse em Campo Mourão, entrando em total decadência a partir do início da década de 1970. Por isso, Hespanhol afirmou que

Além das limitações de ordem climática (a área se localiza ao sul do Paralelo 24°), podem ser apontados mais dois fatores que contribuíram para a menor expressividade da cafeicultura na região de Campo Mourão: - significativa presença de migrantes sulinos, sem tradição no plantio de café; - o processo de ocupação sistemática da área, se deu, em grande parte, no decorrer da década de 1960, quando a cafeicultura se apresentava pouco atrativa e já se colocava em práticas políticas oficiais de desestímulo à lavoura (HESPANHOL, 1993, p. 23).

Diante das características físicas e da ausência de experiência nesta cultura, verificou que entre a maioria dos agricultores ocorreu um fracasso econômico na produção desse fruto que com a falta de lucratividade se tornou obsoleto, não conseguindo configurar uma atividade lucrativa para a região.

Entretanto, a tendência do cultivo do café a partir da década de 1920, tomou conta de muitas propriedades da região, uma vez que esta cultura se encontrava no auge de sua comercialização, sendo seu preço bastante elevado. Neste período além do café possuir um comércio garantido, e um bom preço no mercado, para o bom desenvolvimento da cultura se exigia fatores climáticos propícios. De acordo com Mota Sobrinho (1978, p. 20) o café necessitava era de: “muita terra virgem e quatro anos para produzir, mas depois, se bem tratado e em solo recomendável, poderia frutificar quase por meio século. Tal, porém jamais ocorria, porque nos primórdios cultivava-se o café como aventura para o enriquecimento”.

Nesta aventura muitos trabalhadores vieram cultivar o café na região mourãoense, mesmo diante das condições físicas inadequadas a esse cultivo. Esses trabalhadores de acordo com Monbeig (1984, p. 207) engrossaram as frentes de ocupação, em qual:

Campo Mourão parece ser atualmente o extremo de uma corrente migratória que vem do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, migração essa também de “safristas” que tudo ignoram das culturas tropicais. Atualmente as duas correntes pioneiras superpõem-se curiosamente, os paulistas procurando as boas terras roxas, que ficam nas partes baixas do vale do Ivaí, enquanto que os “safristas” vindos do sul preferem os solos pobres dos altos. Entretanto, essa estratificação não parece ter chance de durar, porque os plantadores de café sabem muito bem que suas plantações não resistirão às geadas brancas dos vales e que terão de abandonar as terras roxas e subir para o alto dos espigões. De uma ou de outra maneira, o problema do limite colocar-se-á em pouco tempo.

Os trabalhadores que conseguiram desenvolver um bom cafezal (foto nº 5), geralmente possuíam propriedades localizadas em uma altitude mais baixa com clima mais quente, como salientou Bernardes (1953, p. 23):

As glebas situadas na vertente do rio Ivaí, pertencentes à colônia Mourão especialmente as do vale do rio claro, gozam de grande vantagem: situadas a uma latitude mais baixa (400 a 650 metros) e sob clima mais quente, aí se desenvolve a mata latifoliada subtropical e a famosa terra roxa, propícias à cultura do café que aí tem seu limite meridional. Têm ainda a seu favor a maior proximidade das ricas zonas do norte do estado, cujo desenvolvimento vertiginoso as está contaminando.

Infelizmente na maioria das propriedades o desenvolvimento cafeeiro não alcançou os resultados esperados. O café necessitava de condições climáticas propícias: solos férteis e cuidados especializados, sendo que, no geral, a região não possuía nem clima, nem solo e, sobretudo, poucas pessoas com experiência nesta cultura. Desta forma, por causa das características físicas da região e da falta de experiência na produção cafeeira, muitos agricultores perderam suas terras por causa dos grandes prejuízos desencadeados com o cultivo desta cultura (CAMPO MOURÃO, 1967).

Não há dúvida quanto ao fato de o café simbolizar a riqueza para Campo Mourão e a pobreza para muitos agricultores, bem como proporcionar uma desvalorização nas terras de Campo Mourão, que ficaram conhecidas como “terra barata, que não serve para café”.

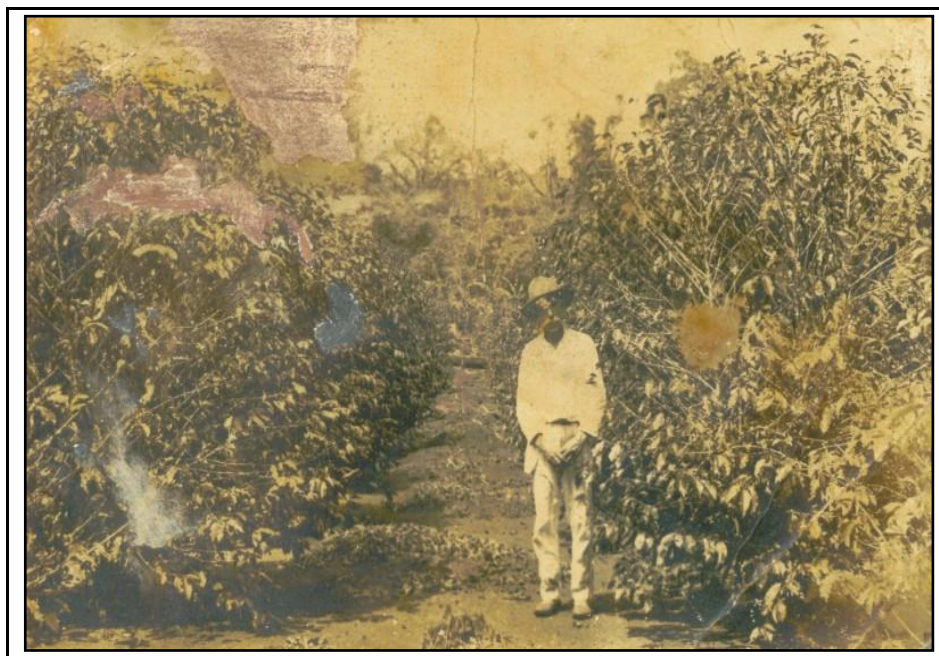


Foto nº 5. Cultura do café em 1920: Predominante em algumas localidades da região mourãoense. Fonte: Acervo particular Sidy Sauer.

No entanto, não há como negar que atraídos pela ideia de plantar café, os novos contingentes populacionais intensificaram a exploração regional. Segundo Westphalen: “Vieram colonos de todo o Brasil, desenvolvendo grande riqueza agrícola que, embora tivesse seu ponto de apoio na cultura cafeeira, expandiu-se com a pequena propriedade e com a policultura” (WESTPHALEN, *et alli*, 1968, p. 3).

Durante a expansão cafeeira, Campo Mourão sofreu penetração direta da frente pioneira oriunda do norte, apesar de sua ocupação ter ocorrido bem antes. Serra (1999) explicou que este episódio foi favorecido justamente porque essa região era formada por uma vegetação de campo, uma vez que a ocupação se dera em áreas de campo, seguida pelas de mata fechada, o que justifica a ocupação de Maringá anterior a de Campo Mourão.

A população que se deslocou para englobar a frente norte de ocupação procedia basicamente de duas frentes de expansão: a frente norte e a frente sudoeste (figura nº 1). A primeira frente, refere-se à população de colonizadores que se deslocaram de antigas fazendas de café que não deram certo, sobretudo a população das fazendas da região de São Paulo e Minas Gerais. A segunda frente era composta por colonos oriundos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Comentando sobre o encontro das duas frentes de colonização, Balhana (1969, p. 22) concluiu que

[...] a onda de colonizadores gaúchos e catarinenses ultrapassa o rio Iguaçu, seguindo pelo rio Paraná até a altura de Campo Mourão onde se defronta com a frente de colonização do café, formada de paulistas, mineiros, nordestinos que ao contrário, vinham do Norte pra o sul.

Como ponto elementar a ser discutido sobre as atividades econômicas, ressalta-se que o avanço cafeeiro por um lado propiciou um rápido crescimento populacional contribuindo para o desenvolvimento econômico regional. Mas, por outro lado juntamente com o “desenvolvimento econômico”, a natureza de Campo Mourão sofreu fortes impactos e muitos posseiros morreram em conflitos pela propriedade da terra.

No que diz respeito aos impactos causados em virtude da plantação cafeeira, foram devastadas grandes áreas florestais em pequeno prazo. Durante a devastação não havia preocupação alguma com relação à flora e à fauna da região, mesmo com o descobrimento de um remanescente indígena que segundo Maack (2002, p. 73)

Ninguém suspeitava que um pequeno grupo de índios muito primitivos ainda se abrigava na espessa mata pluvial-tropical entre os rios Ivaí e Piquiri. Este grupo, pertencente à tribo tupi-guarani, sobreviveu mais três séculos, até por acaso foi descoberto. Em 1955, quando da expansão das plantações de café e destruição das matas, foi obrigado a recuar e viver num espaço demasiadamente limitado, não tendo mais saída de espécie alguma. Esta tribo foi conhecida como xetá.



Figura nº 2. Avanço das frentes pelo Estado do Paraná. Fonte: BARTHELMESS (1954). Adaptado pela autora. Produção: Vilson Gabriel Ramos Onofre, 2011

Os indígenas foram expulsos de suas terras, nas quais os prejuízos ambientais inseridos na história cafeeira regional engendraram a materialização espacial organizada mediante o avanço das frentes populacionais. A vinda desse fluxo de pessoas propiciou uma segunda ocupação caracterizada pela ferocidade na apropriação da natureza.

Em suma, o café no contexto regional desencadeou uma problemática na qual a soma contraditória dos fatores econômicos, sociais e ambientais arrolados no decorrer histórico privilegiam obviamente, sob a hegemonia do sistema capitalista, o desenvolvimento econômico. Pela história, afirma-se em acordo com Oliveira (1986, p.83) que “É, pois, por esses caminhos contraditórios que o modo capitalista de produção se desenvolve, e, desenvolvendo-se, cria as condições para a sua reprodução ampliada, mas cria também as contradições desse processo”.

Portanto, para concluir o raciocínio necessário sobre as atividades econômicas é possível afirmar que foi nesse contexto arrolado que a Coamo surgiu

como uma forma alternativa para a economia, mediante a colaboração na inserção do capital no campo. Ao mesmo tempo, incorporou os produtores à lógica e dinâmica do Complexo Agroindustrial em vigoroso processo de expansão em todo o estado do Paraná. No decorrer de sua trajetória, essa cooperativa tem buscado fortalecimento agregando valor aos produtos primários e ampliando a participação dos produtores nas cadeias produtivas.

Além disso, analisa-se que a Coamo contribuiu para atingir os interesses do Estado, atuando de um lado como instrumento da penetração do capitalismo no campo e de outro desencadeando um desenvolvimento econômico regional, segundo o modelo agroindustrial-exportador implantado justamente nos anos de 1970 (MEDEIROS, 1997, p.5).

Enfim, no entendimento da importância da cooperativa Coamo para a intensificação do capital no campo, se faz necessário a elaboração panorâmica de uma série de fatores que nortearam a implantação em território nacional de um modelo agrícola baseado em padrões norte-americanos de produção.

3.1 A participação da Coamo no processo de intensificação do capital no campo

De um estágio de produção a outro, de um comando do tempo a outro, de uma organização do espaço a outra, o homem esta cada dia permanentemente escrevendo sua história, que é ao mesmo tempo a história do trabalho produtivo e a história do espaço. Trata-se de início, da história de um grupo isolado, de um punhado de homens e de um pedaço de Natureza mediatizado pelas técnicas que o próprio grupo inventou para assegurar sua sobrevivência. [...] Agora, o problema é o de saber como os grupos humanos, mudando, alterando suas relações com a Natureza, mudam dessa forma a história; outro problema é o de também localizar as respectivas e múltiplas cadeias de causas e efeitos. (SANTOS, 2002, p. 204)

Na região de Campo Mourão, observa-se após a década de 1970 um processo de intensificação do capital no campo, que marca no espaço geográfico transformações significativas, relativas à reestruturação dos modos de produção e estrutura fundiária. A compreensão desse processo é fundamental para se entender a construção do espaço geográfico, demonstrando a significância da participação da Coamo nessa região para a territorialização capitalista, bem como evidencia as articulações da dinâmica do campo mourãoense com a dinâmica produtiva do país.

Para tanto, almejando a construção teórica necessária a esse estudo, firma-se um caminho a partir das ideias expostas em Santos (2002, p. 203) que conduzem a reflexões sobre a organização do novo modelo agrícola em substituição ao modelo anterior desenvolvido até então através de técnicas tradicionais, configurando um novo padrão de desenvolvimento no qual a agricultura passa a ser responsável por fatores que condicionam uma reestruturação espacial. Nessa linha de entendimento, verifica-se em Santos informações baluartes para a análise da formação do território capital e Coamo, que por ser uma ordenação criada pela própria sociedade, envolve um processo de aceitação e articulação de elementos temporais, sociais e econômicos. Ao que se nota, conforme o autor,

Essa ordem espacio-temporal não é aleatória, ela é um resultado das necessidades próprias à produção. Isso explica porque o uso do tempo e do espaço não é feito jamais da mesma maneira, segundo os períodos históricos e segundo os lugares e muda, igualmente, com os tipos de produção. (SANTOS, 2002, p. 203)

Permeado pelo pensamento de Santos, considera-se que o modo de produção capitalista tem massificado a história social para torná-la em uma história econômica regida pela hegemonia do capital. Nessa história, a racionalidade capitalista penetra nas relações sociais e sem sombra de dúvida manipula de tal forma que qualquer organização passa a priorizar a expansão de seu capital.

Para aclarar o pensamento sobre essa ordem que é regida pelo capital, agora há como alvo o pensador da organização capitalista Adam Smith e as teorias que ele esboçou no livro *A Riqueza das Nações*, no ano de 1776. A importância desse livro consiste justamente em pensar a intensificação do capital no campo a partir da organização, consolidação e expansão do território capital e Coamo.

Nesse aspecto panorâmico, o território da Coamo representa algo concreto, uma organização real formada por pessoas, trabalhadores do campo, que se associaram à cooperativa e conduzem no seio dessa organização um empreendimento responsável pela produção e circulação de mercadorias produzidas pela agricultura. Entretanto, a mentalidade sobre o processo de apropriação privada da terra e a acumulação de riquezas está imposta como uma linha de pensamento que rege a sociedade e que Smith tentou explicar essa realidade.

Nessa linha de pensamento, de acordo com Smith, a organização espacial se exalta no progresso, justamente a partir da contraposição de domínio do homem

sobre a natureza. A inversão de valores éticos é entendida por Smith como uma troca egoísta que busca a racionalidade dos próprios interesses, conduzindo ao bem-estar de todos na sociabilidade expressa no livre comércio.

Além disso, a noção de progresso smithiana considera o indivíduo como ser livre na busca de seus interesses e supostamente no alcance da felicidade, em que a contraposição entre homem e natureza nesse pensamento se estabelece com valores éticos legítimos. Por isso, nesse teor de argumentação, o autor continua sua discussão apresentando a teoria do valor-trabalho e sua visão de sociabilidade mercantil, afirmando a necessidade de assegurar a coesão social eliminando qualquer intervenção política na sociedade.

Nessa sociedade, o capitalismo em sua evolução dispensa a política, isso porque, para Smith (1996), a partir do momento em que a terra passou a ser uma propriedade privada, os trabalhadores deixaram de desfrutar do seu trabalho para receberem um salário. Agora, elementos conflitantes passam a abarcar diferentes interesses e os patrões só querem pagar o mínimo possível para a sobrevivência dos trabalhadores. Portanto, Smith elabora nesse pensamento uma apologia sobre a liberdade existente no mercado como um caminho necessário ao crescimento de todos, afirmando que nas disputas os empregados em geral levam a vantagem por ser uma grande força conjunta. No entanto, ele coloca um conflito de interesses motivado pela necessidade do mercado e pelo valor da mercadoria, que comandará ou impor-se-á sobre o trabalhador.

Pelo pensamento de Smith, de 1776, é evidente que qualquer organização regida pelo modo de produção capitalista se tornará necessariamente capitalista, mesmo que seus ideais sejam sociais, isso porque a acumulação sempre será algo presente na ideologia de sobrevivência do Capitalismo.

Todavia, considera-se, além do pensamento de Smith, a realidade posta em David Ricardo (1996) para a compreensão da organização, consolidação e expansão do território capital e da Coamo a partir da intensificação capitalista no campo. Em Ricardo (1996), há continuidade em relação ao pensamento de Smith. Entretanto, elementos analíticos dão base para que se esclareça o problema da movimentação do capital a partir da distribuição do produto e do excedente de produção.

De acordo com esse autor, a acumulação de terras gera problemas na produtividade, dando origem à questão das rendas diferenciais, interferindo

diretamente no valor-trabalho. Por isso, quanto mais terra acumulada, menos pessoas poderão trabalhar e mais capital tende a ser concentrado.

Além disso, tanto em David Ricardo (1996) como em Smith (1996), se coloca novamente, a oposição entre capitalista e trabalhador, admitindo como uma saída plausível ao desenvolvimento do capital a lei da população de Malthus. Nessa lei, Malthus apresenta algumas saídas para regular o processo de abastecimento social, em que o salário deve ser regulado pela fertilidade da população, ou seja, quanto maior o excedente de trabalhadores no mercado, menor será o valor dos salários. Seguindo a orientação de Malthus, toda a argumentação de Ricardo gira em torno dessa problemática.

Considerado Malthus, tanto Ricardo, como Smith admitem a criação de valor para o trabalho como uma luta política contra os proprietários de terra. Entretanto, esses dois autores consideram o capitalismo como o modelo ideal para o progresso, mas que se enreda a partir das lutas sociais, envolvendo um antagonismo entre as classes sociais.

Por isso, nas obras de Ricardo percebe-se que a burguesia nascente veio com o intuito de propor uma nova sociedade que se expressa a partir da análise econômica, revolucionando por meio dos ideais capitalistas a sociedade preexistente. Assim, considerando Ricardo, a concretude do território Coamo se faz como uma evolução sociabilizada do próprio movimento cooperativista, que deixou suas raízes sociais para enveredar totalmente ao que Ricardo denota como progresso revolucionário do capitalismo, e as cooperativas, bem como a Coamo, se tornaram mais potentes que qualquer empresa no desenvolvimento do progresso capitalista, por isso novamente frisa-se a tese desse estudo que *as cooperativas na realidade são capitalistas, servem ao capitalismo, muito mais que qualquer outra organização empresarial.*

Entretanto, um adversário combatente aos pensamentos sobre a organização econômica da sociedade de Smith e Ricardo foi Karl Marx, que não escondeu sua admiração pelo poder revolucionário do capitalismo, colocando em suas teorias a necessidade de continuidade da crítica no âmbito da economia política. Para Marx (2002), na realidade a capacidade da burguesia nascente de revolucionar a organização da sociedade, rompe definitivamente sem piedade com os laços feudais, não deixando vínculos de um homem e outro além do interesse pessoal estéril e o pagamento em dinheiro.

Entre suas considerações, Marx (2002) revela a força brutal imposta pela burguesia no decorrer de sua construção espacial, a um tempo destruidor e criador, subvertendo toda a existência humana e dissolvendo no ar tudo que é sólido. Por isso, a história de todas as sociedades foi até então a história da luta de classes, ou seja, para ele a luta de classes é a própria história.

Assim, na obra de Marx e Engels – *Manifesto do Partido Comunista* – encontra-se o ponto fundamental para o entendimento da organização da sociedade capitalista. Para Marx e Engels (1998), todas as sociedades são historicamente formadas e dissolvidas no interior da luta de classes, que se trava entre proletários e burguesia, envolvendo a produção material e sua distribuição. Nesse ponto do pensamento de Marx e Engels, constata-se a partir do estudo da Coamo que na realidade o cooperativismo tornou trabalhadores em comandantes do capital a serviço do território da cooperativa Coamo por meio da nova ordem da agricultura capitalista.

A partir de Marx, volta-se ao pensamento que foi citado de Santos (2002) sobre a existência dos homens a partir do estabelecimento de relações determinadas e independentes de sua vontade, relações de produção que correspondem ao determinado grau de desenvolvimento alcançado pelas forças produtivas materiais. Nesse desenvolvimento, considera-se que mesmo o cooperativismo sendo um movimento social teria que se dissolver na ordem vigente para alcançar o progresso imposto pela sociedade capitalista, que perde a noção coletivizada para se fechar na individualidade social.

No individualismo do próprio movimento cooperativista, pensa-se por meio dos escritos de Marx (1989) no livro *Contribuição para a crítica da economia política* o conjunto das relações produtivas e sua constituição na estrutura econômica da sociedade, como a base concreta da superestrutura jurídica e política que determina as formas de desenvolvimento das consciências sociais. Por isso, o modo de produção vigente condiciona a vida da sociedade. Não é a consciência dos homens que determina o jeito de ser e pensar, mas é a própria sociedade como um todo que, inversamente determina sua consciência. O desenvolvimento dessa sociedade entra em contradição com as relações de produção existentes, por isso, essas relações se transformam em entrave ao desenvolvimento do capitalismo, ocorrendo à necessidade de intervenção do modo de produção, que privilegia a determinação

dos interesses materiais na história das sociedades e suas conexões com as produções ideológicas.

Pelo pensamento de Marx (1989), verifica-se a materialização geohistórica do cooperativismo a serviço da intensificação do capital no campo, representando para a região de Campo Mourão transformações no espaço agrário resultantes de céleres mudanças no padrão técnico, científico e informacional. Mudanças tais, que se configuraram como estratégias da atual fase do modo de produção capitalista que objetiva expandir seu território por todas as áreas do globo, implacavelmente intensificando a mundialização capitalista da economia.

No processo de mundialização econômica do capital, a análise sobre a cooperativa Coamo e a formação de seu território capitalista, enseja um debate teórico, sobre o novo padrão de produção que foi implantado na região de Campo Mourão, como exigência do mercado internacional. Esse novo padrão visou em específico o crescimento econômico, avançando seu adensamento na criação de cadeias produtivas de transformações agroindustriais, ingressando num novo negócio da agricultura: o Agronegócio (OLIVEIRA, 1999).

De qualquer modo, as transformações no campo mourãoense constituíram-se como uma das metáforas apresentadas em Marx (1989) sobre a base do desenvolvimento da superestrutura produtiva que tenta sempre a sua superação. Nessa superação, a superestrutura está sempre privilegiando, em última instância, os interesses materiais da história das sociedades e suas conexões com as produções ideológicas do progresso capitalista. Por isso, Marx (1989) coloca o embrião sobre a teoria da estruturação existente das contradições no interior da sociedade capitalista.

E foi justamente a contradição desencadeada entre a agricultura tradicional e a agricultura capitalista, sua movimentação financeira e capacidade de produção o fator responsável pela inserção dos agricultores no modelo produtivo capitalista e conseqüentemente no agronegócio que propiciou a sustentação da Coamo e seu grande desenvolvimento econômico. Mas, se de um lado observou o chamado progresso capitalista, de outro lado presencia-se diretamente as alterações na economia regional, com conseqüências sociais diretas das modificações gradativas da substituição da exploração das terras agrícolas baseadas em pequenas propriedades e mão-de-obra campesina até 1960, para uma reestruturação do espaço agrário a partir de 1970.

Nesse particular de transformações, comentando sobre a exploração das terras agrícolas de Campo Mourão Carneiro (1997, p. 7) descreve que “o processo inicial de colonização de Campo Mourão, contemplou o pequeno produtor, já que os filhos iam recebendo de seus pais um pedaço de terra, onde as plantações eram voltadas às culturas de subsistência e pequenas criações”.

Entretanto, com a nova dinâmica exploratória ocorreram mudanças profundas e extensivas em Campo Mourão, que tiveram como estímulo o apoio governamental com pretensões de colocar em ação um novo modelo de desenvolvimento para a agricultura, baseado em padrões norte-americanos de produção. Por isso, de acordo com Ávila (2002), o governo estimulou a criação de cooperativas e a fundação da Coamo, que assinala na região de Campo Mourão uma nova ordem econômica ao processo produtivo, rompendo com os padrões tradicionais de produção que eram praticados por meio do emprego do trabalho humano e animal; em contrapartida a mecanização e os insumos eram poucos utilizados.

Na realidade, cabe frisar que na busca por modificação na agricultura, averigua-se que nesse período ocorreram as mais significativas alterações, em termos de estrutura fundiária, econômica, demográfica, social, distribuição de renda, implementação de tecnologia e utilização do solo agrícola entre outros fatores que transformaram o espaço de Campo Mourão em um espaço regido pelo capital e sua movimentação (CAMPO MOURÃO, 1969).

Desse período fato evidente é que o modo de produção capitalista, atingiu intensamente a agricultura, desmantelando as estruturas socioeconômicas existentes, substituindo-as por outras que para sua adesão necessitam de capital. Por isso, a Coamo, em auxílio dos agricultores se tornou a principal responsável pelos fatores que condicionaram a reestruturação espacial mourãoense, procurando alternativas que viabilizassem a integração dos agricultores nesse novo padrão de produção, em que o Estado foi o principal estimulador da implantação de cooperativas agrícolas além de fazer uso destas como instrumento para a difusão dos novos padrões tecnológicos de produção na agricultura. De acordo com Ávila (2002, p. 20), “As cooperativas desempenharam importante papel na modernização da agricultura e nas transformações do espaço agrário”.

Na dinâmica de integração no novo padrão de produção surgiram em Campo Mourão diversas cerealistas e pequenas cooperativas de agricultores. Todavia, dentre as organizações agrícolas a que obteve melhor crescimento econômico foi a

cooperativa Coamo, que gradativamente conquistou os agricultores para se associarem a ela.

Com a grande aceitabilidade da Coamo, muitas pequenas cooperativas e cerealistas perderam seu espaço, não conseguindo se manter na região. Dessa forma, a agricultura regional transita “da monocultura comercial do café, assim como [...] de outras atividades produtivas como pastagens e lavouras brancas pela cultura associada da soja e trigo” (MORO, 1980, p. 31).

Como observou Moro, apresenta-se que a criação da Coamo coincide com estes acontecimentos, conduzindo na reformulação da estrutura fundiária, sendo que para a solidificação das relações entre cooperativa e cooperados, foi necessária uma cooperação em conjunto desde o surgimento dessa organização. Cabe frisar que a relação cooperado/cooperativa se estabeleceu na década de 1970, como uma relação de amor, como expressa a sigla da cooperativa que significa “cooperativa com amor”. E, buscando novos meios para competir e se manter no mercado, a criação da cooperativa significou o caminho necessário para o desenvolvimento da agricultura, melhorando a renda e conseqüentemente a qualidade de vida dos agricultores.

Para os agricultores, como a Coamo nasceu justamente intrínseca numa história de amor, a confiabilidade ao termo conferiu maior aceitação e credibilidade para a fundação dessa cooperativa, isso porque esse termo possui uma diversificação em sua significação.

Entre os seus significados, de acordo com o *Dicionário Aurélio*, destaca-se que o amor é um sentimento que se predispõe a desejar o bem de outrem, ou ainda pode ser uma dedicação absoluta de um ser a outro, ou a uma causa, ou seja, amor é uma devoção extrema.

A partir da significação de amor segundo o *Dicionário Aurélio*, prossegue-se ao desvendamento de como uma história de amor consegue creditar desenvolvimento e crescimento econômico que vai ampliando em área e produzindo o modo de ser e pensar do modo capitalista de produção.

Cabe enfatizar que a história de amor foi conduzida mediante ao próprio sonho idealizado para a cooperativa, quando essa sigla foi sugerida pelo agricultor Gelindo Stefanuto e aprovada por unanimidade, pelos 79 cooperados pioneiros que compunham e fundaram essa cooperativa (foto nº 6)



Foto nº 6. Constituição da Coamo, aprovada por unanimidade entre os sócios.
Fonte: COAMO, 2010.

E a unanimidade na aceitação da sigla, pelos agricultores pioneiros, representou a credibilidade por parte dos cooperados na própria cooperativa, constituindo um dos fatores responsáveis pelo grande desenvolvimento da Coamo. Entretanto, é claro que além da credibilidade depositada por seus cooperados, os incentivos governamentais ofertados a partir da “Política Nacional de Cooperativismo”, pela Lei nº 5.764, de 1971, garantiu o êxito da cooperativa.

Como observado anteriormente, ressalta-se que pela legislação a cooperativa se tornou uma organização empresarial, de caráter auxiliar, por cujo intermédio uma coletividade de consumidores ou produtores promove, em comum, a defesa de suas economias individuais. Assim, é levado em consideração que a cooperativa seja mais eficiente do que uma empresa na acumulação de capital, porque a legislação garante um patamar elitizado para essa organização que se torna superior no ramo empresarial por ser regida por leis especiais.

De acordo com Marx (2008, p. 379), as cooperativas por meio da cooperação conseguem atingir elevados patamares para o desenvolvimento capitalista. Cabe frisar que Marx ao discorrer sobre a categoria analítica da cooperação, esclareceu ser esta a base para o entendimento do cooperativismo. De início, ele explica a forma como ela se dá, sendo que para ele a cooperação é “a forma de trabalho em que muitos trabalham juntos, de acordo com um plano, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes, mas conexos”. É a cooperação a fortalecedora da capacidade de realização de cada trabalhador, que “provoca

emulação entre os participantes, animando-os e estimulando-os”, amplia a produtividade. Isso por que

A força do homem isolado é mínima, mas a junção dessas forças mínimas gera uma força total maior do que a soma das forças reunidas, bastando a simples união delas para diminuir o tempo e aumentar o espaço em que se executa a operação. (MARX apud CARLI, 2008, p. 382)

A cooperação é a força fundamental da organização cooperativista, através da qual, pela união dos trabalhadores, gera uma força produtiva excedente, “a força coletiva”, na utilização dos meios de produção. A organização cooperativista, utilizando dessa força, adquire um patamar elevado para a reprodução do capital, e por essa característica o modo de produção capitalista apoderando desta força consegue aumentar ainda mais a sua capacidade da produção, acumulação e concentração de riquezas, com o auxílio das cooperativas. Segundo Ferreira, a utilização da cooperação no modo de produção capitalista proporciona vantagens como:

[...] economias de escala (economia de capital constante decorrentes da ampliação da escala média de produção); aumento da produção em decorrência da emulação que se estabelece - e é estimulada pelo capital - entre trabalhadores no seio do coletivo operário; possibilidade de se realizar determinadas espécies de trabalho que requerem o concurso de elevado número de forças de trabalho simultaneamente, etc. (FERREIRA, 2000, p. 3).

No final das contas, a organização cooperativista passa gradativamente por um distanciamento de seus princípios iniciais, denotando muito mais como sustentáculo econômico para a produção capitalista do que para o desenvolvimento social. E por tudo isso, a história geoespacial da Coamo representa todos os meios necessários para o desenvolvimento do território do capital.

Em verdade, afirma-se que nesse processo os cooperados da Coamo, perderam a ideologia social, deixando a história da cooperativa com amor de lado, distanciando um dos outros, agindo como trabalhadores oprimidos pela ordem vigente, perdendo o pleno controle do processo produtivo, objetivando aumentar cada vez mais sua produtividade e quantidade de terra. Para tanto, trabalham cada vez mais para obter capital, tornando-os alienados no trabalho.

Para Marx (2008), a alienação do trabalho é fundamental para a reprodução do capitalismo. E, propondo nova argumentação a partir de Marx, Martins argumentou “Sobre o modo capitalista de pensar”, que descreve os caminhos permeados pelo capital na busca da alienação do trabalho. A partir desses autores, verifica-se que na procura de aumentar seu capital, os cooperados da Coamo seguem *Sobre o modo capitalista de pensar*. (MARTINS, 1980)

Portanto, no território capital e Coamo, mesmo trabalhando coletivamente, os cooperados são explorados não mais por capitalistas, mas agora a exploração está na própria organização cooperativa, que incentiva o progresso econômico. E, almejando resultados, seus cooperados aumentam cada vez mais a quantidade de trabalho e de produção por meio da incorporação de novas técnicas que são vendidas na cooperativa ou subsidiadas por ela.

Todo esse processo, na realidade representa nada mais do que a própria apropriação capitalista da organização cooperativista, que já vem ocorrendo em qualquer outra empresa do campo. Entretanto, essas argumentações representam pontos culminantes que resultaram no sucesso da Coamo, que passou a desempenhar tanto o papel de comercializadora dos produtos dos cooperados, quanto de fornecedora de produtos para a produção e industrialização realizada pela própria cooperativa, que conseqüentemente obtém lucros em ambos os lados.

Além disso, destaca-se a questão dos subsídios recebidos pelas cooperativas para proporcionar créditos aos agricultores. Nesse caso específico, a Coamo ao proporcionar créditos recebe os juros dos cooperados e os incentivos do governo, o que torna a cooperativa a condição necessária que o modo capitalista de produção requer para manter sua hegemonização nas relações de produção.

Para Martins (1980), o desenvolvimento capitalista se fortalece constantemente, conectado as relações não-capitalistas, que são aderidas e metamorfoseadas quando inseridas no processo capitalista de acumulação, reprodução e circulação do capital. Esse pensamento alenta o estudo da concretude da apropriação capitalista na organização da Coamo.

Seguindo o pensamento de Martins (1980), verifica-se que a Coamo, consegue subordinar as demais relações de produção por meio de sua administração e princípios legislativos. E a cooperação propiciou desde sua fundação elevados patamares de índice de crescimento econômico, configurando a Coamo na maior cooperativa de capital da América Latina. Entretanto, a

hegemonização das atividades agrícolas pela Coamo, desencadeia uma concentração nessa organização do processo de circulação do capital referente às demais organizações agropecuárias existentes em sua área de atuação, estendendo o domínio da Coamo pelo território brasileiro.

Como contrapartida, o processo de circulação produz a acumulação, e assim o capital internacional começou a ter interesse no agronegócio comandado pela Coamo. E, no interior dessa organização, o capital internacional representado pelas grandes multinacionais e outras empresas privadas vendedoras de produtos agrícolas adentra nessa cooperativa passando a exercer influência tanto nos representantes administrativos como na vida dos cooperados.

A Coamo, outrora comandada por seus cooperados, passa a ser subordinada por um novo agente, o capital internacional, versando em negociações que aumente cada vez mais sua lucratividade. Essa realidade foi detectada por meio das reivindicações dos cooperados cedidas em entrevistas.

De acordo com entrevistas, a Coamo em parceria com as empresas multinacionais visa mais a venda de produtos do que ofertar a assistência técnica em acordo com a real necessidade da lavoura. Isso porque as multinacionais oferecem benefício para aumentar as vendas de seus produtos na cooperativa. Assim, “os engenheiros agrônomos querem vender produtos, ofertando até mesmo produtos desnecessários para a produção, o que encarece o processo produtivo. Havendo necessidade de ter uma assistência técnica, além da ofertada pela cooperativa”. Essa realidade averiguada pela fala de entrevistados demonstra que a Coamo precisa rever sua prioridade, que deve ser seus cooperados e sua comunidade.

Feitas essas colocações, é importante retornar a fatores históricos existenciais da própria cooperativa, que garantiram o desenvolvimento do território capital e da Coamo, porque o crescimento de qualquer organização agropecuária se refere aos estabelecimentos e a qualidade incorporada ao tipo de solo no qual esse estabelecimento irá representar e desenvolver uma atividade produtiva. Com relação ao solo, anteriormente à Coamo, a região de Campo Mourão era conhecida como “a terra dos três ‘S’ – sapé, samambaia e saúva”. E, considerando essa realidade, o engenheiro agrônomo José Aroldo Galassini incentivou os agricultores regionais para se integrarem ao novo modelo produtivo em vigor em todo o território nacional.

Segundo a nossa história da Coamo foi o engenheiro agrônomo recém-formado, José Aroldo Gallassini, o principal responsável por tornar o cooperativismo uma alternativa viável para uma reestruturação produtiva em Campo Mourão. Como esclarece os dados da cooperativa (COAMO, 2010):

Gallassini conduziu os primeiros experimentos de trigo na região de Campo Mourão no período de abril a setembro de 1969 com pesquisa de competição de variedades, adubação, calagem e época de plantio. Depois foi a vez da soja. Os agricultores, então, passaram a ter uma outra preocupação: afinal, para quem vender a produção? Foi assim que começou a ganhar força a ideia de se montar uma cooperativa de produtores rurais. Como funcionário da Acarpa, Gallassini sabia que a formação de uma cooperativa era fundamental para o desenvolvimento da agricultura regional. Foram identificadas as lideranças do setor e iniciou-se uma série de reuniões e encontros para debater o assunto. Foi assim que, em 28 de novembro de 1970, nasceu a Cooperativa Agropecuária Mourãoense Ltda.

Pelos dados histórico obtidos da Coamo, apresenta-se fatores materializantes responsável pelo poder atingido pela Coamo na construção de seu território em Campo Mourão. Em consideração aos dados, argumenta-se que a associação dos agricultores na Coamo mediou dois pressupostos centrais que norteiam toda a realidade capitalista da reprodução e ampliação do território capital e Coamo.

Esses pressupostos serão discutidos no decorrer da pesquisa, proporcionando uma visão esclarecedora sobre o processo de intensificação do capital no campo, que foi responsável pela territorialização do capital na região de Campo Mourão, e que teve na participação direta da cooperativa Coamo seu principal alicerce de reprodução.

O primeiro pressuposto vem à tona mediante a passagem da agricultura de subsistência, de produtividade considerada fraca por causa da acidez do solo e desvalorizada por consequência, para uma região de agricultura capitalista, que tem terras de elevada produtividade e de grande valor de mercado.

Assumido essa verdade, há que se considerar ainda de que a agricultura capitalista, ao mesmo tempo em que eleva o índice de produtividade em virtude da correção do solo, produz gradativamente a concentração de terras, porque exige investimento de capital para o desenvolvimento das atividades do campo. Assim, o agricultor necessita capitalizar, para se manter na atividade, engendrando-se no modo de produção capitalista, e caso isso não ocorra o agricultor terá que vender seu estabelecimento.

Desta feita, o novo modelo consegue as alterações necessárias para sua expansão, pelas modificações desencadeadas na forma de exploração da terra. Por isso, desmantela as estruturas socioeconômicas existentes, substituindo-as por outras, que conseguem reproduzir no campo as relações capitalistas de produção. Portanto, essas alterações constituem preocupações que devem ser analisadas com base no pensamento evidenciado por Martins (1995, p. 166 -167) de que

A terra abre para o capitalista que nela emprega o seu dinheiro possibilidades diferentes de enriquecimento em relação às possibilidades que lhes são abertas pelo seu capital. O dinheiro empregado na terra será recuperado mais tarde, com acréscimo. Com o passar do tempo, com o trabalho, a terra não se desgasta, ela melhora, ela se enriquece, ela enriquece o proprietário. [...] Por isso o dinheiro empregado na terra não opera como capital. Sendo compra de renda, do direito de extrair uma renda da sociedade no seu conjunto, é *renda capitalizada* e não capital.

Pela citação de Martins, analisa-se que a estruturação capitalista nas atividades agrárias produziu novas necessidades para aumentar a renda capitalizada do produtor. Entretanto, a capitalização das atividades exigiu a criação de alternativas para viabilizar a integração no novo padrão de produção pelos agricultores.

Na integração na agricultura capitalista, em Campo Mourão, a renda capitalizada da terra foi um fator acessório para que os agricultores começassem acreditar na organização cooperativista como alternativa para as conseqüentes crises desencadeadas na economia da agricultura regional, e por isso fundar a Coamo.

Entretanto, aumentando a renda capitalizada do agricultor, este passa a ter capital para investir em mais terra. Por isso a estrutura fundiária seguiu objetivando concentrar, e ao mesmo tempo excluir cada vez mais os trabalhadores rurais, que foram paliativamente sendo substituídos pela tecnologia. Assim, verifica-se uma alteração direta na economia regional, produzindo uma imbricação entre o trabalho assalariado e a inter-relação entre as novas formas de gestão do processo produtivo e intensificação do trabalho precarizado, tanto no campo como na cidade.

Desta feita, destaca-se que a agricultura capitalista no comando das relações de produção provocou um grande descompasso entre o ritmo de reprodução da força de trabalho e a expansão da oferta de emprego no campo, provocando o maior

êxodo rural da história brasileira. (MARTINE, 1987). Contudo, de acordo com Ehlers (1999, p. 40), é analisado que

[...] O rápido processo de motomecanização e o aumento da concentração fundiária da agricultura brasileira contribuíram para o intenso processo do êxodo rural e, conseqüentemente, para a concentração populacional nos centros urbanos mais industrializados.

Além disso, outro pressuposto a considerar refere-se a reestruturação, que se desencadeou em Campo Mourão por causa do declínio da atividade cafeeira e da atividade extrativista, que produziu cenário propício para o desenvolvimento da Coamo. A crise agrícola fez com que muitos agricultores vendessem sua propriedade a preços baixos, sendo que os agricultores que conseguiram permanecer no solo tiveram que encontrar novas formas de produção para desempenharem suas atividades. E uma das saídas foi a associação na Coamo. Assim, esse pressuposto levanta a discussão da própria agricultura capitalista e suas conseqüências sociais.

Para começar essa discussão, faz-se necessário o entendimento das organizações cooperativas e a influência que estas passaram a exercer na vida do agricultor para a adesão do novo modelo produtivo. Nesse entendimento, o estudo sobre a organização da Coamo expressa fatores analíticos reveladores das rugosidades engendrados nas atividades agrárias por meio da política de intensificação do capital no campo, implementada entre as décadas de 1950 e 1970 em todo o território nacional (MARTINE, 1987).

Essa política, também conhecida como revolução verde, nada mais foi do que a expressão da denominada “modernidade” do capitalismo em sua movimentação constante na busca da territorialização e hegemonização das relações econômicas.

De forma contundente, na territorialização do capital, o campo juntamente com a cidade assumiram novos contornos sociais, culturais, políticos e econômicos que, em certa medida, são o resultado da própria história do capitalismo que vai construindo a modernidade e o moderno, no modo de vida e de produção. Por isso, alguns autores têm uma leitura sobre a adesão pela agricultura ao novo modelo como o período que modernizou o campo, o que se constitui num grande equívoco historiográfico, porque a modernização da agricultura vem acontecendo desde o momento em que o homem passou a praticar o cultivo do solo e os sistemas criatórios. (SUZUKI, 2007)

Daí não ser possível entender a modernização da agricultura a partir de um período específico, precisando considerar a mistificação do moderno em torno do desenvolvimento do capitalismo na agricultura. Isso porque, esse período modernizante significou o avanço da individualidade ao pensamento do agricultor rural, que passou a ser dependente do capital, por meio do advento tecnológico ao processo produtivo, incorporando técnicas produtivas mais avançadas caracterizadas pelo uso intensivo de adubos, fertilizantes químicos e biológicos, de sistema de drenagem e irrigação, de sementes selecionadas, do controle de pragas, da mecanização e automação do trabalho entre outros procedimentos.

Na implantação da nova política agrícola, o capital se tornou a principal válvula viabilizadora dos meios de produção, passando a reger a forma de pensar e agir da sociedade, territorializando e monopolizando o espaço, trazendo à tona novos sujeitos sociais e novas articulações (OLIVEIRA, 1987).

Por fim, considerado esse pressuposto, ressalta-se que na realidade, o novo modelo de produção proporcionou o desenvolvimento de oligarquias no campo, por meio da capitalização das atividades agrícolas, passando a desempenhar o papel de subordinação dos agricultores aos interesses internacionais do modo de produção capitalista.

Para essa adesão, em Campo Mourão, a união dos agricultores, por meio da fundação da cooperativa Coamo, produziu um quadro adequado para que acontecesse uma (re)organização tanto rural como urbana, no qual o capital conseguiu dominar as relações sociais. Por isso, destaca-se que o novo modelo agrícola implantado a partir das políticas públicas estatais colocou, na atuação da Coamo, o papel principal para a saída dos problemas agrícolas de Campo Mourão. (COAMO, 2010)

Entendido dessa maneira, chega-se a uma conclusão concreta de que essa cooperativa atendendo aos interesses do capital na agricultura, se configurou numa alternativa necessária para subsidiar toda a infraestruturação para a produção de trigo, milho e soja. Isso é demonstrado pelos dados obtidos na Coamo, pois revelam que:

Com a Coamo, veio o crescimento da produção de trigo na região, o que obrigou a cooperativa a alugar armazéns para receber a produção. Em 1971 já haviam sobras do exercício, o que se tornou uma tradição na cooperativa, e, no ano seguinte, saiu o primeiro armazém próprio (COAMO, 2010).

Além disso, a partir da fundação da Coamo, para aclarar a análise ressalta-se que essa cooperativa agiu como agente dinamizador da penetração do capital nas atividades agrícolas. Tal fato, reflete a necessidade de um resgate desse processo, por meio de uma visão dialética embasada na contextualização do pensamento de Kaustky (1980) sobre a penetração capitalista e suas consequências em toda a organização social e cooperativista, abrindo assim caminhos de entendimento da trajetória de atuação dessa cooperativa. Isso porque "na sociedade moderna, qualquer cooperativa de produção, desde que prospere, desde que se expanda, tende a transformar-se numa empresa capitalista" (KAUTSKY, 1980, p.142).

E a Coamo, inicialmente configurada como um agente do Estado, recebendo incentivos para o desenvolvimento da política agrícola federal, tornou-se muito melhor do que qualquer empresa do ramo, constituindo-se como uma organização cooperativa capitalista, seguindo os ditames do mundo capitalista. Por isso, de acordo com Ávila (2005, p. 156), "É nesta visão capitalista que a cooperativa procura estender seu raio de ação para outras regiões do estado e mesmo para outros estados, países e continentes (pela exportação)".

Para tanto, dos setores administrativos governamentais foram vinculadas notícias argumentando que o arcaico setor rural, seria o entrave para o desenvolvimento da economia brasileira. Por isso, seriam necessárias medidas governamentais para garantir a adesão ao novo processo produtivo. Desta feita, a intervenção do Estado foi significativa, expressando o avanço do capitalismo de forma contraditória por meio da apropriação cooperativista para o campo. Por tudo, cabe afirmar, em concordância com Mendonça (2008, p. 5), que:

[...] é exatamente nesse instante que se acelera o processo de modernização da agricultura nos países periféricos (impulsionada pela Revolução Verde), com destaque para o Brasil, precisamente nas áreas de cerrado. A conjuntura internacional favorável a produção de commodities, principalmente a soja, assume proporções significativas mediante o aparato técnico e científico disponibilizado pelo Estado, além da infra-estrutura necessária ao processo de ampliação e reprodução do capital em suas diversas expressões.

Interessante destacar ainda que, na reestruturação espacial da agricultura da região de Campo Mourão, com a incorporação das inovações tecnológicas, a agricultura passou a ser movimentada e regida pelo investimento de capital. Por

isso, a partir de uma óptica generalizada nacionalmente, o governo adotou medidas concedendo créditos rurais, financiando os investimentos para a aquisição das inovações tecnológicas, além de regulamentar os preços mínimos de produção, criando meios para o fornecimento de assistência técnica por meio de diferentes organizações e estimulando a produção de produtos de maior cotação comercial. Dentre as medidas governamentais de apoio às cooperativas na expansão da agricultura capitalista, de acordo com Cunha Filho (2010, p. 7), destaca-se:

1) a reforma bancária introduzida pela lei nº 595, em dezembro de 1964; 2) o decreto lei nº 5.212, de janeiro de 1943, completado com a lei nº 1.506, de dezembro de 1951, que criou a Comissão de Financiamento da Produção (CFP), cujo decreto determina os preços mínimos para o financiamento, controla os preços, através da aquisição da produção; além de estabelecer a assistência técnica como obrigatória para a aquisição de financiamento; 3) a criação do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária – PROAGRO, que livraria o produtor rural de pagar o crédito quando sua safra for frustrada; 4) Resolução do Banco Central que obrigava os bancos privados a utilizarem 10% dos depósitos livres dos depositantes em crédito rural; passando, posteriormente, esse valor para 15% e sobre os quais não se pagaram juros e nem correção monetária, garantindo ao governo evitar transferências de recursos do orçamento oficial para o crédito rural; 5) e por último a concessão de crédito, via cooperativa, que favorecia tanto o pequeno produtor como aos próprios bancos, que permitem apenas um cheque em nome da cooperativa.

Essas medidas contribuíram no avanço do papel da Coamo como agente disseminador das políticas governamentais e sua capitalização. Entretanto, os agricultores entrevistados reclamaram do governo e, sobretudo, da política de preços mínimos, como pode-se observar pela fala de um dos agricultores entrevistados que segue abaixo:

A política de preços mínimos no Brasil não funciona, pois se tem uma garantia para se produzir, mas na hora que precisa receber o preço mínimo não se tem, pois são descontados alguns encargos, pois o preço mínimo que é estipulado deve seguir as normas, pois senão jamais se paga os custos de produção ocasionando a uma perda agrícola. Eu sempre participo das reuniões que são promovidas pela cooperativa dando sugestões para melhoria da cooperativa, e não tenho conhecimento de auxílios governamentais nem de financiamentos, pois nunca precisou de auxílios do governo. Mas, precisaria de um grande apoio do governo em auxílio de preços mínimo para os produtos do agricultor assumindo o compromisso de preço mínimo poderia se ter uma maior garantia de lucratividade para o agricultor, pois não tem como o agricultor plantar uma cultura que se tem o custo de R\$23,00 para produzir e ter que vende num preço de R\$14,00 que se não desta maneira não há agricultor que consiga sobreviver, por exemplo, a soja, quando se planta o preço pode cobrir os custos, mas no momento em que se vende a produção para poder liquidar as dívidas que seguem

prazos não existe preço para cobrir os custos, e onde muitos agricultores se quebram.

Essa entrevista apresenta a reflexão do agricultor cooperado da Coamo, sobre sua maior dificuldade no momento da comercialização de sua produção. Além disso, verifica-se que todos os entrevistados entram em um consenso quando o assunto se refere às políticas de preços estipuladas pelo mercado, e todos consideram ser essa a maior dificuldade, que influencia diretamente no processo de produção produzindo a defasagem no preço de venda do produto. Dessa realidade, analisa-se com receio esse momento, pautado no pensamento proposto por Mészáros, que colocou em evidência aspectos referentes aos últimos limites da dominação capitalista, enfatizando que o capitalismo em:

[...] sua autoexpansão se apoia na produção destrutiva, consumo e destruição são levados à identidade funcional, as forças produtivas, literalmente, “as forças abstratamente ‘produtivas’ da sociedade” se tornam ‘contra-produtivas’ por causa de sua incrustação social capitalista e dissipação destrutiva”, cujo efeito negador das necessidades humanas tem sua expressão mais brutal, indelével e universal no desemprego estrutural, ou seja, na crescente ejeção, dissipação e destruição de força de trabalho, que “não pode ser revertida por fatores e medidas conjunturais” (MÉSZÁROS,1996, p.14).

Obviamente que os impactos produzidos pela autoexpansão capitalista, como observado por Mészáros (1996), promoveram sérios impactos na organização da sociedade. Embora, observado os impactos sociais desde a implantação do novo modelo produtivo, é notório que os principais estímulos foram e continuam sendo os governamentais para a adoção de tecnologia na agricultura.

Em consequência ao desenvolvimento da agricultura capitalista e dos respectivos estímulos governamentais, na região de Campo Mourão, há o crescimento da indústria pesada, de máquinas e de insumos agrícolas, tornando a agricultura dependente de outros setores da economia. Em outras palavras, o campo em seu processo de produção se tornou cada vez mais dependente da produção de outros setores da economia e mais intensivo no uso de capital fixo e circundante. Nesse processo tecnificado, a cooperativa calcou o pé na industrialização, encontrando sustentação, em concordância com Serra (2008, p.10), no seguinte quadro para aumentar sua força de hegemonização sob seu cooperado.

Teoricamente, passou a existir “uma” cooperativa vinculada ao corpo associativo e “outra” independente dele, mas funcionando com o mesmo nome e no mesmo endereço; uma que presta contas de suas atividades e outra que dispensa tal papel. • Como o patrimônio da cooperativa pelo menos em parte cresceu independentemente da participação direta dos associados, deixou de existir o poder de decisão da assembleia geral em torno de “qualquer” assunto, continuando a existir apenas em relação à “alguns” assuntos, estes relacionados à cooperativa vinculada ao corpo associativo. • No caso da distribuição de sobras, estas acabam sendo separadas, considerando que uma parte foi gerada com a participação dos associados e outra foi gerada em função de outras atividades desenvolvidas pela empresa, sem a participação direta do quadro social. As sobras não distribuídas e não contabilizadas na conta capital dos associados, não podem, da mesma forma, ser apropriadas por qualquer outro segmento social: a diretoria, por exemplo. O destino é serem transformadas em novos investimentos que vão acelerar o crescimento da empresa e, por exemplo. O destino é serem transformadas em novos investimentos que vão acelerar o crescimento da empresa e, contraditoriamente, o seu distanciamento das bases sociais.

Considerando as situações expostas por Serra (2008), salienta-se que as inovações tecnológicas impostas pela industrialização da Coamo fizeram com que seus cooperados tivessem seus interesses deixados de lado. Com novos objetivos prementes do capitalismo, a cooperativa passou a atender acima de tudo seus próprios interesses.

Assim, na adoção das inovações, a ajuda deliberada do Estado foi responsável para subsidiar a agregação de valores capitalizados e convertidos em máquinas e equipamentos, que vão explicar e justificar o capital agregado nas atividades da Coamo.

No processo de agregação capitalista na Coamo, o Estado além de priorizar a industrialização dessa cooperativa, na deliberação de investimento e crédito também privilegiou os médios e grandes produtores, uma vez que estes possuíam mais condições para obter recursos financeiros, pois preenchiam os requisitos necessários ao acesso ao crédito rural. Possuindo o capital para investir em tecnologia e terra para produzir, os agricultores passaram a se dedicar em especial à prática dos novos cultivos se atrelando nas necessidades do mercado externo. (IBGE – CENSOS AGROPECUÁRIOS, 1996)

Com capital, o campo gradativamente se industrializou, “reunificação agricultura-indústria”. A industrialização passou a comandar a direção, as formas e o ritmo da mudança na base técnica agrícola, e a Coamo cada vez mais se enviesa para esse redor. Nesse aspecto, ressalta-se que a industrialização dos produtos agrícolas constituiu para a Coamo, mais um caminho estruturante para seu capital

assegurar maior lucratividade econômica nas negociações e expandir e fortalecer seu território com e para o capital.

Todavia, destaca-se que com o aumento da lucratividade na cooperativa, a industrialização agrícola produziu um quadro de diferenciação socioeconômica dos produtores rurais e da população que reside no campo, acirrando as desigualdades sociais. Desta forma, as “propriedades campesinas perderam terreno, para as propriedades capitalistas estruturadas pela implementação do capital” (OLIVEIRA, 1991, p. 24).

Por tudo isso, com a industrialização no contexto rural, verifica-se a acentuação, ainda maior, das diferenças entre classes, monopolizando a agricultura. Nesse teor de entendimento, para Oliveira (1991, p.24):

A industrialização da agricultura, também desigual no campo brasileiro, revela que o capitalismo está contraditoriamente unificando o que ele separou no início de seu desenvolvimento: indústria e agricultura. Esta unificação está sendo possível porque o capitalista se tornou também proprietário das terras, latifundiário portanto. Isso se deu porque o capital desenvolveu liames de sujeição que funcionam como peias, como amarras ao campesinato, fazendo com que ele produza, às vezes, exclusivamente para a indústria.

Na nova realidade produzida pela industrialização agrícola, pensando a partir de Oliveira (1987), discorre-se que grandes foram as consequências sociais dessas transformações que interferiram diretamente na vida da população rural, intensificando a acumulação capitalista na região de Campo Mourão. Para a explicação da penetração do modo capitalista no espaço rural, Oliveira (1987, p. 7-8) apresenta duas linhas teóricas diferentes de desdobramentos distintos:

a) Um seria produto da destruição do campesinato ou pequeno produtor familiar de subsistência, através de um processo de diferenciação interna provocada pelas contradições típicas de sua inserção no mercado capitalista. Ou seja, o camponês, ao produzir cada vez mais para o mercado, tornar-se-ia vítima ou fruto desse processo, pois ficaria sujeito às crises decorrentes das elevadas taxas de juros (para poder ter acesso à mecanização, por exemplo) e os baixos preços que os produtos agrícolas alcançam no momento das colheitas fartas. Assim, muitas vezes a grande produção pode ser sinônimo de falência, em função da queda dos preços no mercado. No ponto de chegada desse processo de integração do camponês ao mercado capitalista ter-se-ia a configuração de duas classes sociais distintas: os camponeses ricos, que seriam os pequenos capitalistas rurais, e os camponeses pobres, que se tornariam trabalhadores assalariados, proletarizar-se-iam portanto [...]. b) O outro caminho seria dado pelo processo de modernização do latifúndio, via introdução no processo produtivo de máquinas e insumos modernos, o que

permitiria a esses latifúndios evoluir para empresas rurais capitalistas. Assim, os latifundiários tornar-se-iam capitalistas do campo. De certo modo, para esses autores os interesses dos camponeses ricos (pequenos capitalistas) e os latifundiários (grandes capitalistas) estariam unificados, homogeneizados, e os camponeses pobres seriam transformados em trabalhadores assalariados, a serviço do capital (industrial ou agrário).

A partir desses dois caminhos, o modo de produção capitalista se enviesa entre dois grupos de produtores metamorfoseando-os: o pequeno produtor (exploração camponesa) e o grande produtor (exploração capitalista) e também resulta na expulsão do trabalhador que, com a introdução da mecanização, acarretou uma modificação na estrutura do emprego agrícola, na qual substituiu-se grande parte do trabalho humano. As relações de parceria e colonato perderam a importância, uma vez que a oferta de trabalho assalariado temporário garante ao proprietário o cultivo de suas terras sem a necessidade de utilizar parte da propriedade com trabalhadores residentes (IBGE, 1996).

Entretanto, observa-se que desde a fundação da Coamo e a imposição da agricultura capitalista, a região de Campo Mourão, outrora dependente de uma infraestrutura precária para atender seus habitantes, em um curto período aproximado de 10 anos, presenciou uma evolução econômica considerável. Emaranhado na capitalização agrícola, Campo Mourão conseguiu alterar a infraestruturação do centro urbano, como pode ser vislumbrado na sequência de fotos apresentadas a seguir (nº 7), apresentando melhorias no centro urbano, produzidas basicamente em virtude da movimentação de capital proporcionada pela atividade agropecuária.

Essas melhorias consistiram em fatores indispensáveis na adesão do novo modelo de produção e capitalização da Coamo. E assim, definitivamente se atribui como notória a relevância histórica da Coamo e sua evolução econômica, que com sua política, conseguiu se materializar como uma das maiores cooperativas agrícolas da América Latina.

Todavia, destaca-se que a expansão capitalista da Coamo, em sua materialização, obedeceu na realidade às necessidades impostas para a formação territorial do capital no campo, representando regionalmente os paradigmas produtivos implementados em todo o território nacional do modelo agrícola baseado em padrões norte-americanos de produção.

Além disso, no paradigma produtivo capitalista, as transformações do campo foram visíveis em todas as regiões produtivas do estado e do país, sendo importante

fixar que as alterações no modo de produzir, reformularam a organização da produção agrícola provocando mudanças estruturantes no espaço geográfico, que teve que ser adequado as novas condições de produção que foram determinadas, em geral, seguindo os interesses dos Estados e dos grupos econômicos capitalistas. E, em todo o território nacional, inserido no paradigma produtivo de transformações do campo, o papel das cooperativas foi essencial, sendo que “As cooperativas agropecuárias constituem um elemento de fundamental importância para a compreensão do processo histórico de modernização da agricultura paranaense e consolidação do capital no campo”. (FAJARDO, 2008, p.21-22)



Foto nº 7. As fotos revelam a melhoria na infraestrutura urbana, estando apresentadas na seguinte sequência: Vista aérea 1960, vista aérea 1973, avenida Capitão Índio Bandeira (principal avenida de Campo Mourão) em 1960 e 1972.

Fonte: Acervo museu municipal Deolindo Mendes Pereira.

Nessa realidade de transformação produtiva, o fator responsável pelas mudanças foi a imposição dos avanços do meio técnico-científico e informacional e sua adesão pelos agricultores para a realização do novo modelo produtivo. Considerado esses aspectos, Martine (1987, p.135) argumentou que

Essas transformações significam mais do que uma simples substituição de culturas, porque foram acompanhadas de profundas alterações na base técnica de produção. Culturas como arroz, feijão, milho e mandioca, em que a organização da produção se baseava em técnicas tradicionais, foram substituídas por culturas como a soja e trigo, que exigem a adoção integral da nova tecnologia.

Claro que, como salientado, a imposição técnica teve um caminho certo para sua implementação a partir das políticas públicas desenvolvimentistas voltadas para agropecuária, fundamentais para tornar o espaço mourãoense até então improdutivo num grande celeiro agrícola.

Em verdade, destaca-se que a Coamo, atuou em Campo Mourão como um agente do processo de intensificação capitalista na agricultura, mediado pelo Estado. Essa cooperativa, na medida em que concorria com as empresas privadas disputando na comercialização da produção agrícola, foi se adaptando com o mercado, redimensionando seus objetivos, reestruturando e implantando tecnologia para o caminho da industrialização da produção. Nesse caminho, segundo Serra (2008, p.8),

A inserção da cooperativa na fase da industrialização vai garantir como consequência direta, sua inserção no Complexo Agroindustrial, graças aos setores ligados à indústria de transformação de matérias primas agrícolas, ou agroindústrias, que instala a jusante do CAI. Os novos setores viabilizam o crescimento econômico da cooperativa, sua consolidação como empresa capitalista de grande porte, mas, contraditoriamente, esse crescimento ocorre à margem ou independente do corpo associativo.

Tal preocupação de Serra conduz a pensar que a Coamo independente de seu corpo associativo, passou a lançar mão dos métodos organizacionais e operacionais utilizados pelas empresas para se tornar competitiva no mercado e atingir a eficiência. Por isso, de acordo com Fajardo (2008, p. 23 – 24),

O estudo das grandes cooperativas agropecuárias paranaenses e das multinacionais (tradings e agroindústrias) em conjunto representa uma tentativa de compreensão dos resultados da ação dessas empresas no espaço geográfico, como agentes dinâmicos. [...] A inter-relação entre as cooperativas, as grandes tradings agrícolas e agroindústrias, além dos outros agentes sócio-econômicos no espaço geográfico, resultam numa territorialização passível de ser investigada.

No entanto, apesar de se dedicar a industrialização no caso da formação do território da Coamo, sua perspectiva de expansão areal está centrada na

produtividade, que esteve sempre voltada para o cultivo da cultura de soja. Assim, frisa-se que desde sua fundação, o desenvolvimento de suas atividades se baseou na produção da soja, complementando sua rentabilidade econômica também por meio da industrialização dessa *commodity*. Sua segunda atividade é a comercialização de insumos e outros produtos (chamada de “consumo” pela cooperativa). Outros produtos são o algodão, o trigo, o álcool, o feijão e o café (COAMO, 2010).

Portanto, reforça-se que com a Coamo, o capital encontrou o espaço ideal para sua movimentação, levando a região de Campo Mourão a sofrer as mais significativas alterações, em termos de estrutura fundiária, econômica, demográfica, social, distribuição de renda, implementação de tecnologia e utilização do solo agrícola entre outros fatores que passaram a movimentar e reger o espaço regional para o capital em seus diferentes liames.

Entretanto, fica evidente que o novo padrão de produção implantado via cooperativa na região de Campo Mourão, produziu uma subsunção formal para a subsunção real do capital no campo promovendo uma (des)construção no espaço geográfico regional para adequação das necessidades agrícolas centradas na intensificação, movimentação e circulação de capital, viabilizado pela integração cooperativista da Coamo.

Dessa maneira, na (des)construção do espaço regional essa cooperativa produziu seu território pautado no progresso técnico-científico das atividades agrícolas, introduzindo o agricultor em uma nova dinâmica exploratória em que um dos resultados centra-se na concentração da terra. A concentração de terras é uma das exigências para a produção dos novos cultivos agrícolas e da tecnologia incrementada ao processo produtivo do novo modelo de produção.

Para Moro (2001, p. 101), a partir da década de 1970, a concentração da posse da terra “foi de tal magnitude que deixaram de existir 100.385 estabelecimentos agropecuários” em todo o Estado do Paraná. Nota-se bem a questão exposta por Moro pelos dados da Tabela 2, que expressa o número de estabelecimentos agropecuários por grupo de área na Mesorregião Centro Ocidental Paranaense entre as décadas de 1970 e 1980.

Conforme os dados expressos na tabela 2, verifica-se que entre as décadas de 1970 a 1980 os estratos inferiores a 10ha foram reduzidos sensivelmente. Essa concentração aconteceu nos estabelecimentos rurais da região de Campo Mourão

tanto pela compra da terra, bem como pelo arrendamento, buscando o atendimento do cultivo de soja, trigo e milho para a exportação internacional. Sobre o assunto, Hespanhol (1993, p. 23) destacou que:

A partir dos primeiros anos da década de 1970, passou a haver a expansão das lavouras de soja em bases técnicas modernas na região de Campo Mourão [...]. A expansão do binômio soja/trigo (sobretudo da sojicultura) na região de Campo Mourão [...], se deu num ritmo bastante acelerado, atendendo aos desígnios do poder público, que carregou um montante crescente de recursos às duas lavouras e às atividades de suporte do binômio (cooperativas, agroindústrias, etc) no decorrer de toda a década de 1970.

Tabela nº 2. Mesorregião Centro Ocidental Paranaense em número de estabelecimento – décadas de 1970 a 1980

	1970	1980
0 -10 ha	36.266	16.665
10 – 100 ha	17.536	14.103
100 – 1000 ha	969	1.739
+ de 1000 ha	48	64

Fonte: IBGE. 2007. Organização: Onofre, Gisele Ramos, 2011.

Para visualizar a dinâmica reestruturada da década de 1970, na tabela 3, retrata-se por meio dos dados dos censos agropecuários, o grande aumento de produção dos novos cultivos compreendendo o período de 1970 até 1980, no qual a agricultura capitalista se estruturou em Campo Mourão.

Pelos dados da Tabela 3. Observa-se que as culturas temporárias no ano de 1970, apresentavam maior área cultivada com culturas de subsistência como a do milho (30.952 ha), arroz (18.321 ha) e feijão (14.619 ha). Entretanto a soja (4.340 ha) e o trigo (2.809 ha) ocupavam juntas uma pequena área de 7.149 hectares cultivados.

A partir de 1975 pode-se verificar uma substituição de culturas entre as lavouras temporárias, em virtude da expansão das áreas com soja e trigo. As áreas cultivadas com soja em 1970 correspondiam a 4.340 hectares, aumentando em 1975 para 52.620 hectares. Já a área cultivada com trigo em 1970 correspondia a

2.809 hectares, crescendo em 1975 para 34.622. Com relação às culturas alimentares básicas, o feijão é o produto que apresentou maior redução.

Tabela nº 3. Campo Mourão: distribuição das propriedades tituladas até o ano de 1955

Tamanho da Propriedade	Quantidade	%
Menos de 10.....	765	25
10 a menos de 50.....	825	27
50 a menos de 100.....	333	11
100 a menos de 500.....	1.017	34
500 a menos de 1.000.....	39	1
1.000 e mais.....	52	2
Total.....	3.031	

Fonte: Campo Mourão (1957). Organizada por: ONOFRE, Gisele Ramos (2011)

Outrossim, essas transformações foram diminuindo paliativamente “a separação entre a cidade e o campo, entre o rural e o urbano, unificando-os numa unidade dialética” (OLIVEIRA, 1994). E, dotado da unificação dialética campo/cidade, o capital passou a dominar cada vez mais a agricultura, alterando todos os setores da produção agrícola. Invertendo a paisagem agrária como num toque de mágica, uma reviravolta. Assim, as colocações de Serra (1991, p. 170) trazem um esclarecimento sobre o processo de modernização da agricultura que:

De maneira geral [...] não significou apenas uma palavra: foi um processo abrangente que em questão de poucos anos, no máximo cinco, fez uma reviravolta [...] mudando completamente a estrutura do espaço agrário. Como processo que inverteu a paisagem agrária, como num toque de mágica.

Nessa reviravolta, a Coamo apoiada governamentalmente, demarcou o território agrícola, assinalando uma nova ordem econômica ao processo produtivo. Nessa ordem, aponta-se que as transformações, mediadas pela Coamo, representaram as mais significativas alterações em termos de estrutura fundiária,

econômica, demográfica, social, distribuição de renda, advento de tecnologia e utilização do solo agrícola, entre outros fatores que transformaram o espaço de Campo Mourão em um espaço regido pelo capital e sua movimentação. A respeito desta nova realidade verificada não só em Campo Mourão mais em todo o Estado do Paraná, Serra (1991, p. 180) argumentou que:

Como resultado, os efeitos da metamorfose ocorrida no campo se propagaram, desde seu início, de maneira desigual. E sendo desigual, serviram para acelerar o processo de diferenciação econômica entre trabalhadores e pequenos, médios e grandes proprietários que, na prática, já existia desde a época das culturas tradicionais, mas que vai ser consolidada com o advento das culturas mecanizadas.

Com o aceleramento de diferenciação econômica dos agricultores, a renda capitalizada produziu o enriquecimento de uma parcela dos cooperados da Coamo, que se tornaram capitalistas do campo. Por isso, no território da Coamo reestruturado pelo capital, o campo se tornou um investimento rentável, diferente como outrora era conhecido e podia ser caracterizado pela perspectiva do pensamento de Diniz (2000) como paisagens bucólicas, ou até mesmo por zonas remotas, atrasadas e com tradições ancestrais, ou lugares em quais se produz alimentos e matérias-primas para o setor secundário. Nesse novo espaço ideológico da agricultura capitalista, destaca-se a incorporação de quatro elementos ou noções, que seguem as projeções pensadas por Almeida (1997b, p. 39):

[...] (a) a noção de crescimento (ou de fim da estagnação e do atraso), ou seja, a ideia de desenvolvimento econômico e político; (b) a noção de abertura (ou do fim da autonomia) técnica, econômica e cultural, com o conseqüente aumento da heteronomia; (c) a noção de especialização (ou do fim da polivalência), associada ao triplo movimento de especialização da produção, da dependência à montante e à jusante da produção agrícola e a inter-relação com a sociedade global; e (d) o aparecimento de um tipo de agricultor, individualista, competitivo e questionando a concepção orgânica de vida social da mentalidade tradicional.

Não obstante as projeções de Almeida, referencia-se Ceron (1985), apresentando que a expansão da agricultura capitalista provocou transformações no campo, sendo que na medida em que o campo presenciou as alterações na estrutura produtiva sofreu adequações, modificando as formas de produzir e conseqüentemente modificando as relações de trabalho, passando a sofrer um

conflito entre formas tradicionais e formas novas. Com esse processo, há para o espaço rural, conforme Ceron (1985, p. 18), as seguintes funções básicas:

-fornecedor de mão-de-obra, abundante e barata, para o setor industrial, a custo da migração campo-cidade, a qual foi particularmente intensificada nos anos 50; - fornecedor de matérias-primas e alimentos para satisfazer a demanda crescente de bens agrícolas de baixo preço e também diminuir a pressão sobre os salários; - produzir para as exportações com a finalidade de captar divisas necessárias para a sustentação do crescimento econômico global e ampliar a capacidade do setor como consumidor de bens industriais e serviços urbanos.

Em suma, a Coamo contribuiu para Campo Mourão presenciar as transformações que foram apresentadas por Ceron. Com esse auxílio, o uso intensivo de capital e tecnologia foi viabilizando ao agricultor, que produziu no decorrer de seu trabalho mudanças significativas na estrutura fundiária e nas relações de produção da região de Campo Mourão.

Assim, no caso dos cooperados da Coamo, o que ocorreu foi a capitalização de grande parte dos pequenos e médios agricultores, que gradativamente foram se tornando em capitalistas do campo. Fato este constatado por Ávila (2002, p. 109) em entrevistas realizadas para a sua dissertação de mestrado, na qual aponta que:

[...] somente 4,76% dos proprietários [cooperados da COAMO] reduziram sua unidade produtiva; 26,19% continuaram com a mesma área e, 69,05% ampliaram a propriedade rural. [...] até o final de 1980 era viável economicamente as unidades produtivas de 50 a 80 hectares, no entanto, a partir de 1990, tornou-se inviável esta prática, em virtude das culturas de exportação [...]. [Diante disso] as posses fundiárias dos cooperados, quando da aquisição, constituíam-se em área média de 130,48 ha que, foi ampliada para 213,36 ha, em média, uma ampliação na unidade produtiva de 63,52%.

Os dados apresentados por Ávila (2002) comprovam a capitalização do cooperado, demonstrando a influência direta das transformações na estrutura fundiária de Campo Mourão, contribuindo para a concentração da terra. Entretanto, de acordo com Fleischfresser (1988), os financiamentos que auxiliaram os agricultores a adquirir terras e todos os materiais necessários para a produção foram discriminatórios, favorecendo uma minoria de médios e grandes agricultores. Por isso, segundo a autora

Enquanto os demais – na maioria, sem recursos e com pouca terra para a garantia do crédito e para a escala de produção requerida por essa tecnologia – diferenciam-se cada vez mais daqueles, até o limite extremo,

com a perda da terra e, conseqüentemente, o assalariamento no campo ou na cidade (FLEISCHFRESSER, 1988, p.139).

Além disso, pelos dados apresentados por Ávila (2005), destaca-se o papel que a cooperativa exerceu no crescimento econômico dos cooperados, sendo que a Coamo foi implantada desde o início com objetivos específicos de viabilizar para o agricultor sua inserção no processo produtivo de soja, trigo e milho, intensificando o uso de capital para o desenvolvimento dessas atividades produtivas, cumprindo a risca esse objetivo.

Entretanto, como Fleischfreser (1988) alertou, analisa-se que de um lado a contribuição da cooperativa para a capitalização de seus cooperados, e por outro lado a nova estrutura do campo, que desencadeou a migração de expressivo número de trabalhadores que deixaram o campo, rumando para a cidade, à procura de trabalho, ocasionando uma urbanização acelerada e inúmeros problemas urbanos, resultado da concentração da terra nas mãos de uma pequena parcela de proprietários rurais.

Essas questões são importantes, porque tanto a concentração de terra como a migração é o fruto que foi colhido pelo território capital e Coamo, evidenciando a hegemonia desse território que, paliativamente, foi territorializando e expandindo o capital no campo. E, assim, a Coamo foi a via encontrada para a consolidação do território capitalista na agricultura.

E mais, com a expansão territorial do capital, os pequenos agricultores que conseguiram permanecer em suas terras recorreram complementarmente ao assalariamento de um ou mais membros da família. Também ocorreu uma maior incorporação do trabalho feminino e infantil entre os trabalhadores assalariados e parceiros, embora, ainda, predomine o trabalho masculino no campo (IBGE, 1996).

O estudo dessas situações expressa as conseqüências desencadeadas pelo processo contraditório de diferenciação camponesa, que está gradativamente conduzindo na territorialização e monopolização capitalista da agricultura, especificamente no que se refere à região de Campo Mourão, que por causa da cooperativa e sua política econômica tem fortalecido essa metamorfose camponesa.

Contudo, esse processo resultou no território capitalista firmado na Coamo, que vem utilizando, no seu processo de territorialização, os princípios cooperativos juntamente com a industrialização e comercialização de produtos, constituindo na forma ideal para a territorialização do capital, não somente em Campo Mourão, mas

por todo o território mundializado, em que a cooperativa exerce influência por meio do poder adquirido por seu capital.

Nesse prisma de territorialização da Coamo, segue-se na afirmação de que a partir da formação do território capitalista, as cooperativas se fixam em suas contradições. Nesse processo advoga-se que a Coamo se tornou um agente indispensável na dinamização e territorialização capitalista na agricultura brasileira. Enfim, em seu fortalecimento, o capital produziu novas moldagens nas cooperativas que passaram a praticar todos os métodos conhecidos por uma empresa para enfrentar a concorrência do mercado.

No caso da Coamo, essa cooperativa se transformou na forma ideal para reprodução e acumulação do capital, fazendo com que os agricultores se transformem em ricos, participando da exploração impiedosa do trabalho e da completa dominação exercida pelo capital.

3.2 A expansão do território capitalista da Coamo

Desde a fundação da Coamo, em todo território nacional tem-se verificado um cenário produtivo de grandes mudanças econômicas que assolam os agricultores, interferindo diretamente nas políticas agrícolas. Mas, tais preocupações, foram responsáveis pelo início das atividades e consequente expansão do território capital e Coamo, que atualmente se expande por todo o Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul, mantendo 92 unidades de recebimentos de produtos agrícolas em 53 municípios, tendo como meta ampliar cada vez mais sua área de atuação.

No estado do Paraná, a Coamo atua nos municípios de Altamira do Paraná (início das atividades: 11 de junho de 1982), Araruna (início das atividades: 13 de março de 1984), Bragantina (início das atividades: 29 de dezembro de 1994), Barbosa Ferraz (início das atividades: 17 de setembro de 1979), Boa Esperança (início das atividades: 16 de fevereiro de 1978), Boa Ventura de São Roque (início das atividades: 26 de setembro de 1986), Campo Mourão - Administração Central (início das atividades: 02 de fevereiro de 1983), Cândido de Abreu (início das atividades: 22 de dezembro de 1989), Candói (início das atividades: 05 de fevereiro de 1999), Cantagalo (início das atividades: 05 de março de 2003), Clevelândia (início das atividades: 12 de dezembro de 2003), Coronel Domingos Soares (início das

atividades: 03 de setembro de 2002), Coronel Vivida (início das atividades: 26 de março de 1993), Corumbataí do Sul (início das atividades: 17 de novembro de 1983), Engenheiro Beltrão (início das atividades: 06 de setembro de 1974), Farol (início das atividades: 28 de julho de 1994), Faxinal (início das atividades: 05 de maio de 2003), Fênix (início das atividades: 06 de fevereiro de 1976), Guarapuava (início das atividades: 05 de fevereiro de 1999), Honório Serpa (início das atividades: 13 de março de 1984), Iretama (início das atividades: 15 de setembro de 1978), Ivaiporã (início das atividades: 15 de setembro de 1998), Jardim Alegre (início das atividades: 15 de setembro de 1998), Juranda (início das atividades: 05 de janeiro de 1979), Luiziana (início das atividades: 16 de agosto de 1989), Mamborê (início das atividades: 06 de setembro de 1974), Mangueirinha (início das atividades: 01 de janeiro de 1979), Manoel Ribas (início das atividades: 03 de julho de 1986), Marilândia do Sul (início das atividades: 29 de julho de 2003), Moreira Sales (início das atividades: 16 de maio de 2002), Nova Santa Rosa (início das atividades: 02 de janeiro de 1995), Nova Tebas (início das atividades: 06 de março de 1986), Ouro Verde do Oeste (início das atividades: 29 de dezembro de 1994), Palmas (início das atividades: 11 de julho de 1978), Palmital (início das atividades: 11 de junho de 1982), Paranaguá (início das atividades: 26 de novembro de 1990), Peabiru (início das atividades: 16 de fevereiro de 1978), Pinhão (início das atividades: 13 de outubro de 1999), Pitanga (início das atividades: 17 de setembro de 1979), Quinta do Sol (início das atividades: 06 de março de 1986), Roncador (início das atividades: 15 de setembro de 1978), São João do Ivaí (início das atividades: 06 de março de 1986), São Pedro do Iguaçu (início das atividades: 29 de dezembro de 1994), Toledo (início das atividades: 29 de dezembro de 1994), Tupãssi (início das atividades: 29 de dezembro de 1994).

Já no estado do Mato Grosso do Sul, a Coamo expande seu território nos seguintes municípios: Amambaí (início das atividades: 10 de outubro de 2003), Aral Moreira (início das atividades: 27 de setembro de 2004), Caarapó (início das atividades: 09 de dezembro de 2003), Laguna Carapã (início das atividades: 27 de setembro de 2004). E no estado de Santa Catarina encontramos entreposto da Coamo em Abelardo Luz (início das atividades: 19 de outubro de 1984), Ipuçu (início das atividades: 01 de janeiro de 1989), Ouro Verde (início das atividades: 19 de outubro de 1984), São Domingos (início das atividades: 19 de outubro de 1984).

Todos esses municípios são administrados a partir da sede em Campo Mourão, expressando em área a estratégia de expansão horizontal e o crescimento da territorialização física concreta que a Coamo, conseguiu atingir no decorrer dos seus 40 anos de atuação, como demonstrado pela figura nº 2. Do mesmo modo, como descrito por Fajardo (2008, p. 271),

A Coamo adota uma estratégia de expansão horizontal e o seu crescimento em área de atuação, que abrange boa parte do território paranaense avançando também nos estados de Mato Grosso do Sul e Santa Catarina, demonstra esse fato.

Segundo seus administradores a expansão em unidades responsáveis pelo atendimento aos cooperados demonstra a preocupação da cooperativa em propiciar uma localização estratégica para facilitar o desenvolvimento de suas atividades, proporcionando aos cooperados e sociedade um barateamento dos custos de transporte que serão integrados aos custos gerais da produção, agilizando a comercialização e circulação dos produtos Coamo. Além de aumentar a quantidade de empregos fornecidos para a população nos municípios em que a cooperativa se faz presente.

Pelos dados apresentados na Coamo, suas principais atividades visam fornecer assistência técnica para acompanhamento da produção de seus cooperados, ofertando cursos, treinamentos, encontro, suporte para o planejamento do plantio, comercialização da safra, definição de estratégias de diversificação da produção, formas de crescimento via integração vertical e horizontal, entre outras decisões gerenciais que são planejadas e organizadas por meio da diretoria e dos funcionários da cooperativa (COAMO, 2010).

Nos dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic/Secex), a Coamo lidera o ranking como a maior exportadora do estado, estando na frente das empresas Sadia, Bunge Alimentos, Cargill Agrícola, Volskwagem, Renault e ADM do Brasil.

Para a realização da pesquisa, o Mdic/Secex analisou as 40 maiores empresas exportadoras do Paraná, durante os primeiros cinco meses de 2009, nos quais, no ranking divulgado em julho, a Coamo ocupa a 25ª colocação entre todas as empresas exportadoras do país.

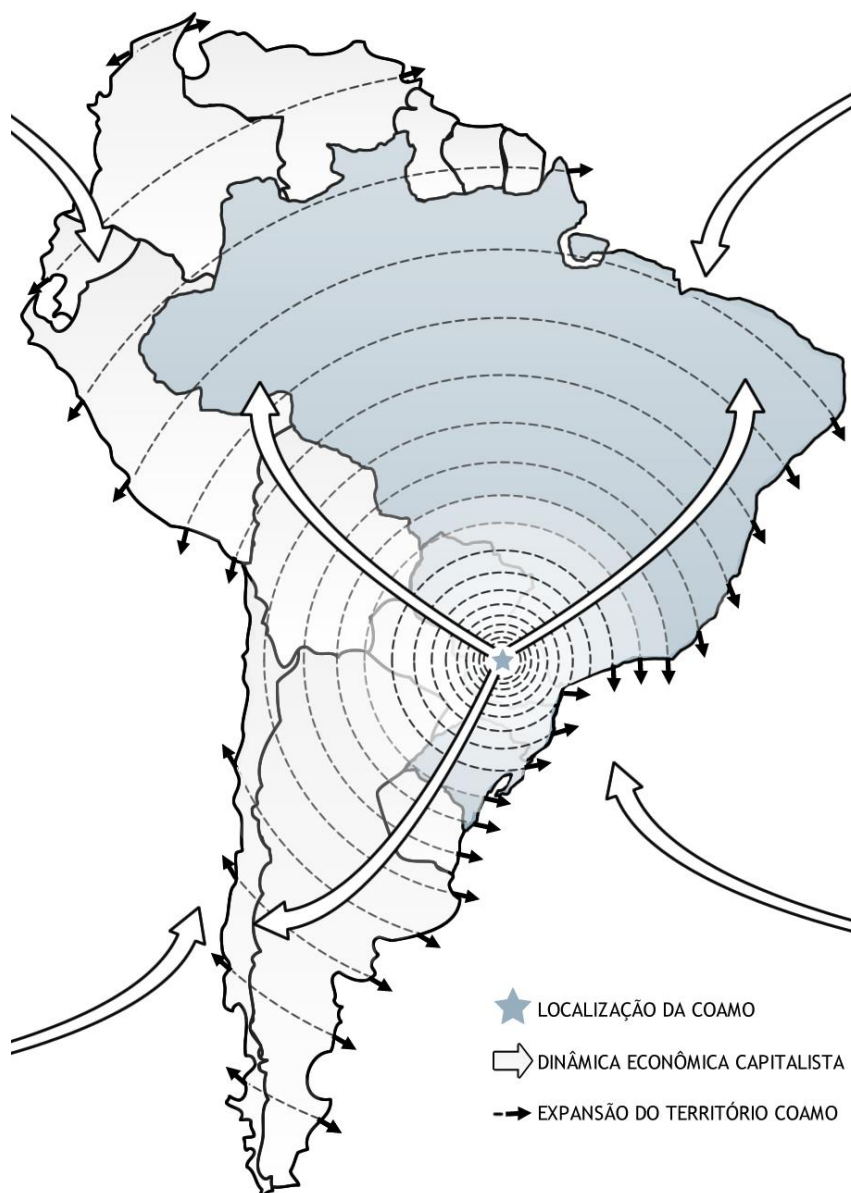


Figura nº 3. Território Capital e Coamo: na reprodução do território da Coamo, a dinâmica econômica capitalista exerce influência em todos os municípios que a Coamo possui entreposto, tornando a Cooperativa na maior representatividade capitalista da América Latina. Organização: ONOFRE, Gisele Ramos. Produção: ONOFRE, Vilson Gabriel Ramos. (2011)

Nessa colocação, a Coamo juntamente com as demais cooperativas paranaenses representaram 42% do total exportado pelas cooperativas brasileiras, seguida pelas cooperativas paulistas que representaram 26% das exportações. Somadas as cooperativas dos dois estados temos um total que perfaz 68% do total das exportações das cooperativas brasileiras.

Todavia, na análise da expansão territorial da Coamo, sua materialização representou os objetivos proposto por projetos governamentais de intensificação do capital no campo. Nessa proposta, a fundação da Coamo na realidade se ateve a

sanar as principais dificuldades econômicas dos agricultores que se apresentavam mediante a imposição da agricultura capitalista como modelo produtivo. Entre as dificuldades destacam-se as relacionadas com a armazenagem e com a comercialização da produção, o encarecimento dos produtos por causa dos intermediários, a ausência e necessidade de assistência técnica, de assistência financeira para aquisição de insumos e equipamentos agrícolas, dentre outros aspectos implantados pela Coamo para que os agricultores cooperados pudessem acompanhar as diretrizes do modo de produção capitalista. Na discussão dessas questões, Urban (*apud* FAJARDO, 2000, p. 45) afirmou que:

[...] no caso das cooperativas, estas já estão cientes da necessidade de se estruturarem da melhor forma possível para enfrentarem a crescente competitividade do setor. A clareza da importância que assume a atividade agroindustrial para seu processo de acumulação de capital as tem levado a buscar todos os mecanismos possíveis para romper algumas amarras formais e institucionais que limitam sua atuação empresarial, já se aventando a hipótese de formação em sociedade anônima a integração empresarial com cooperativas europeias. A união de cooperativas em investimentos comuns também já se coloca como forma de atuação e de fortalecimento no setor

Nesse direcionamento apontado por Urban (*apud* FAJARDO, 2000), ao analisar a trajetória expansiva da Coamo verifica-se seu fortalecimento juntamente com a agricultura capitalista, que se constituiu como um elo entre a engrenagem estatal, técnica no discurso e política no comando, e a fina flor da dominação econômica local, revelando que:

[...] a absorção da ideia cooperativa pelo sistema capitalista inviabilizou as possibilidades da cooperação total e, com exceção de algumas experiências em países com tradição cultural coletivista, as cooperativas capitularam quase sempre ao predomínio do capital e acabaram por pender muito mais em direção a empresas com características profundamente comerciais. (RECH, 2000, p. 17)

Assim, seguindo o pensamento de Rech (2000), examina-se que esse fortalecimento proporcionado pela agricultura capitalista ao território da Coamo, foi o fator responsável da expansão tanto vertical como horizontal de sua área de atuação, produzindo como consequência à estruturação necessária para o desenvolvimento de suas atividades desde o início de sua fundação.

E a Coamo desde sua fundação, como as demais cooperativas, vem atuando como meio presidido pela alta competitividade, impulsionado pelo lucro, inseridas

em regras capitalistas de mercado. Por isso, em sua gênese foi constituição de uma diretoria formada de agricultores regionais, que conheciam e vivificavam as necessidades do campo.

Nessa diretoria, como Presidente: Fioravante João Ferri; Vice-presidente: Gelindo Stefanuto; Diretor Secretário: Nelson Teodoro de Oliveira; Membros efetivos: Jorge Garcia Árias, Rosalino Manuseto Salvadori e Susumo Takasu; Membros Suplentes: José Binote, Sebastião Evangelista Bezerra e Martin Kaiser; Conselho Fiscal: Odonel Procópio de Oliveira, Joaldo Saran, Theodoro de Andrade, Emílio Gimenes, Lourenço Tenório Cavalcante e Armindo Appelt.

Já, atualmente a Coamo, conta com a atuação de mais de 21 mil agricultores associados e um quadro funcional de mais de 4 mil colaboradores efetivos. E, essa estrutura organizacional garante a Coamo e seus cooperados, uma remuneração compensadora pelo seu capital. Nesse aspecto organizativo, Ricciardi *ett ali* (2000, p. 74): afirmou que "a empresa cooperativa é a reunião de pessoas dispostas a utilizar seus recursos (capital) e dedicar seus talentos (trabalho) com a intenção de oferecer à sociedade os resultados que conseguirem alcançar (produtos ou serviços)." E, claro que contando com mais de 21 mil cooperados, a administração da Coamo tem conseguido segurança, garantindo seu território firmado pela expansão de seu capital.

Ainda, Ricciardi (2000, p.74), analisando as questões administrativas, afirmou que: "administrar é coordenar os esforços de todos os integrantes de uma organização, tendo em vista o atingimento do objetivo desejado por todos". Entretanto, a Coamo, objetivando atingir os resultados capitalistas, tendeu-se a concentrar-se na elevação dos índices econômicos, e isso não pode ser diferente quando a cooperativa está emaranhada por um esquema produtivo em qual o capital se tornou a principal forma de ser, pensar e agir.

Nesse esquema produtivo, Rech (2000, p. 123) define os princípios e orientações que norteiam o modo capitalista de produção. Para esse autor:

[...] é muito difícil propor um esquema que funcione para todos [...] a base é definir um sistema de decisões que tenha ampla participação. Depois, um sistema de ações que tenha autonomia e possa realmente levar adiante a vida da cooperativa. E um sistema de informações que possa manter os associados cientes do que está acontecendo na cooperativa e permita que as assembleias e outras instâncias sempre decidam com pleno conhecimento dos detalhes sobre os assuntos que estão decidindo. (RECH, 2000, p. 123)

E, de certa forma a estrutura administrativa das cooperativas não diferem muito uma das outras, às vezes o que muda é somente a terminologia das funções. Com relação a estrutura organizativa da Coamo, está é bem definida como se pode observar no organograma expresso na Figura nº 3.

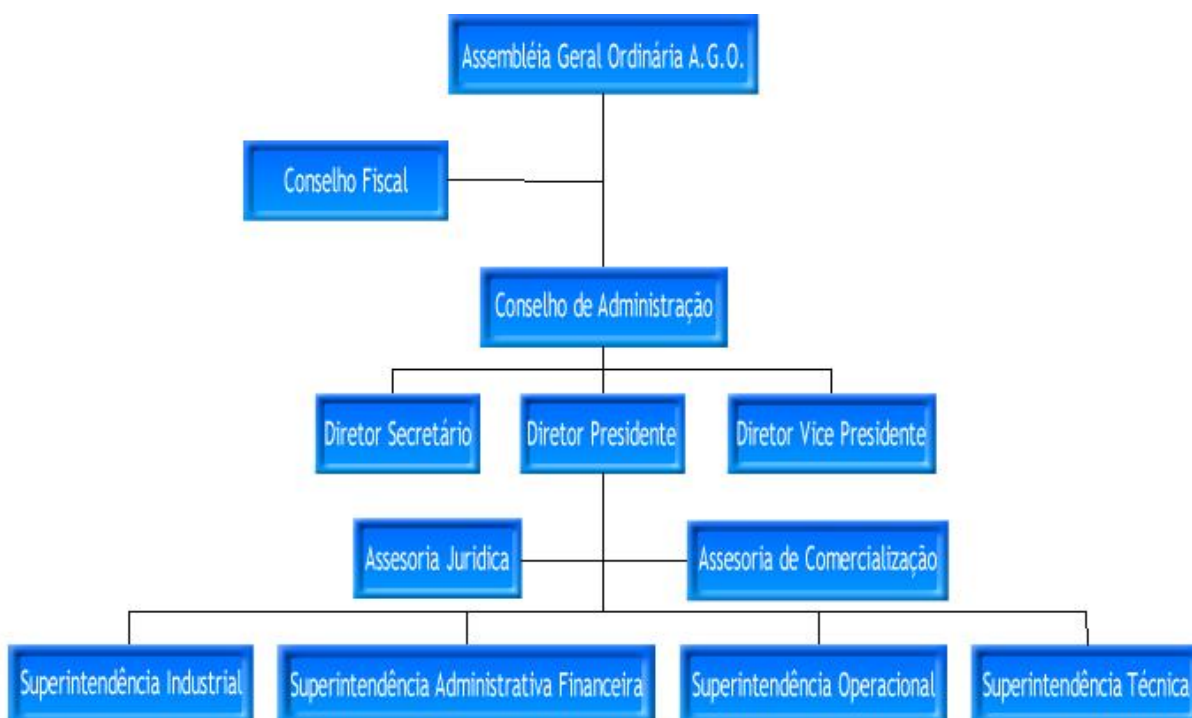


Figura 4. Organograma representativo da estrutura organizacional da COAMO.
Fonte: COAMO, 2010. Organizado por: Gisele Ramos Onofre.

Pelo organograma da estrutura organizacional da Coamo (Figura nº 3), mostrado acima, verifica-se que:

1. A Assembleia Geral Ordinária, sempre estará no topo por ser o órgão supremo da cooperativa. Cabe a ela a decisão plena da sociedade, eleger seus dirigentes, diretoria executiva e seus conselheiros fiscais.

2. O Conselho Fiscal fica acima da diretoria ou conselho de administração sem, no entanto, ter hierarquia (poder de mando) direta sobre os mesmos. É a autoridade que têm a capacidade de controlar, podendo ter acesso a todos os órgãos componentes da estrutura, sendo o responsável pela verificação dos resultados obtidos. Não deve tomar nenhuma providência deliberada ou executiva.

Compete-lhe apresentar relatórios que sintetizem o controle dos resultados, trazendo recomendações essencialmente preventivas.

Na cooperativa, o conselho fiscal tem o papel de assessorar a assembleia geral, principalmente na aprovação do balanço patrimonial, suas demonstrações e prestação de contas.

3. O conselho de administração representa a hierarquia do Diretor Presidente, seguido por o Diretor Vice-Presidente e o diretor secretário.

4. Abaixo ficam as assessorias do setor Jurídico e de Comercialização quase que totalmente de execução, que são divididas em Superintendências: Industrial, Administrativa Financeira, Operacional e Técnica. (COAMO, 2010)

Na Coamo, as reuniões com a diretoria são realizadas duas vezes por ano, juntamente com os cooperados. Segundo seus representantes, os objetivos das reuniões estão centrados no planejamento geral, direção, controle e comando dos atos e fatos da cooperativa, debatendo sobre os problemas sociais, a situação da agricultura nacional e viabilidade dos programas governamentais em prol das cooperativas e do aumento da produtividade e renda dos cooperados. (COAMO, 2010)

A diretoria da cooperativa sofreu várias modificações desde a fundação da cooperativa. Atualmente, a gestão do conselho administrativo (2008 – 2011) está representada pelos seguintes cooperados:

Diretoria executiva:

Diretor Presidente – Engenheiro Agrônomo. José Aroldo Gallassini

Diretor Vice-Presidente - Engenheiro Agrônomo. Cláudio Francisco Bianchi Rizzato

Diretor Secretário: Engenheiro Agrônomo. Ricardo Accioly Calderari

Membros vogais:

Nelson Teodoro de Oliveira

Joaquim Peres Montans

Alcides Brunetta

João Marco Nicaretta

Tarcisio Albertini

Humberto Vonsowski

Conselho Fiscal/2009**Efetivos**

Alessandro Gaspar Colombo

Anselmo Coutinho Machado

Ademir Braz Martins

Suplentes

Airton Spilka

Vicente Barcarol Soares

José Antonio Furlaneto

SUPERINTENDENTES

Antonio Sérgio Gabriel

Alcir José Goldoni

Divaldo Corrêa

Antonio Granado Martinez

José Varago

De acordo com as entrevistas realizadas com cooperados da Coamo, essa diretoria tem realizado um bom trabalho, consolidando um modelo de gestão eficiente, proporcionando vantagens competitivas para a cooperativa. Entretanto, precisa se aproximar mais do produtor rural e de seus dilemas, porque a cooperativa está se distanciando dos cooperados para acolher seus objetivos empresariais, em particular, o objetivo de aumentar cada vez mais a lucratividade em seus produtos industrializados, como afirmou um de seus cooperados em entrevista¹⁵:

Pelo fato da Coamo ter crescido e capitalizada em formato de uma empresa acredita-se que ela poderia se voltar um pouco mais para seus cooperados e lhes proporcionar uma melhoria na renda familiar, favorecendo a vida em cooperação. Apesar de ter uma pequena retribuição de retorno, ela poderia se descapitalizar um pouco, em beneficiando a todos, e com isto gerar um melhor pagamento dos produtos que são entregues para ela, sendo uma empresa sólida e segura, contudo fazendo parte de um sistema porque se têm o agricultor que cultiva e entrega seus produtos para a cooperativa. Assim ela dispondia de comercialização com

¹⁵ Todos os nomes dos entrevistados não serão divulgados, com o objetivo de resguardar a imagem do cooperado em relação a cooperativa. Entretanto, todas as entrevistas foram filmadas e editadas.

preços melhores, e por ela ter um parque industrial poderia ofertar uma melhoria no preço final. Pois se têm a transformação da matéria prima poderia ter um maior retorno para com os cooperados. Outra sugestão seria de ofertar os produtos que são industrializados em um valor menor para com os seus cooperados já seria um auxílio para o agricultor, seria sugestões que estamos reivindicando da cooperativa.

Nas entrevistas, ficou evidente que a cooperativa precisa estar atenta aos interesses dos cooperados, interagindo com todos os demais fatores que fazem parte de seu universo administrativo. No entanto, a Coamo, desde seu iniciou esteve centrada em atividades com características tipicamente comerciais, se mantendo ao lado das empresas líderes do setor. E isso de acordo com Ávila (2002, p. 100) fez com que a Coamo:

No transcorrer de sua evolução histórica, acompanhando todas as vicissitudes da política econômica do país e do exterior [...] estruturou-se como uma mega empresa capitalista distanciando-se do dogma do cooperativismo. Como empresa capitalista o seu principal objetivo é obter lucro em seus empreendimentos, proporcionando uma boa remuneração para a produção de seus associados.

No sentido das informações apresentadas por Ávila, é importante questionar a entrevista do atual presidente da cooperativa José Aroldo Gallassini¹⁶ que considera as indústrias importantes para a capitalização da cooperativa, porque agregam valores à produção dos cooperados e valorizam os produtos para a competição no mercado globalizado.

Seguindo o comando de sua diretoria, a Coamo, para com o objetivo de se manter em competitividade no mercado passou a se dedicar na industrialização de seus produtos. Entretanto, será que a industrialização dos produtos da cooperativa contribui para a melhoria na qualidade de vida de seus cooperados, ou a industrialização só visa aumentar a acumulação de capital para a cooperativa?. Essa incógnita segue a pesquisa por meio das informações apresentadas no transcorrer da materialização expansiva dessa cooperativa.

Contudo, enfatiza-se que a Coamo para realizar sua expansão contou com leis específicas, auxílio governamental e apoio de seus cooperados, conseguindo aumentar sua capacidade de ação, passando a ser um dos destaques da economia brasileira. E, justamente os resultados econômicos verificados em todos os setores dessa cooperativa e que formam o território capital e Coamo, a partir de

¹⁶ Entrevista cedida ao Jornal Tribuna do Interior, Domingo, 28 de outubro 2004. p.11

contradições que se expressam na dialética capitalista da realidade mundializada. Por isso, em acordo com Fajardo (2008, p.265):

Ao se tornar gigante do setor agroindustrial, através dos investimentos a Coamo colocou os próprios produtores associados na lógica competitiva do setor. E como participantes do conjunto do agronegócio, na medida em que um ou outro associado deixe, eventualmente, a cooperativa, mas continua com a atividade, acaba se inserindo do jogo de outra forma, como fornecedor de uma outra empresa do ramo.

Em seu território, sua administração garante a promoção e o planejamento das ações estabelecidas no mercado, permitindo aumentar os ganhos dos cooperados. Mas, nesse processo o que é priorizado é o crescimento econômico da própria cooperativa, e em segundo plano os interesses sociais, como advertido por Fajardo (2008, p. 272), que:

A Coamo adota como uma das metas, fortalecer o capital fixo (seu patrimônio é de quase um bilhão de reais). 51% dos ganhos anuais da cooperativa é reinvestido, transformado em fundos indivisíveis ou entra no capital de giro. Isso permite a estabilidade administrativa [...] é a garantia que a cooperativa não fique dependendo do capital dos cooperados, que no saldo final acaba sendo insignificante diante de toda estrutura da cooperativa. (FAJARDO, 2008, p. 272).

Claro que Fajardo (2008) também argumentou sobre os investimentos sociais realizados pela cooperativa, apresentando uma série de dados sobre o papel social que atinge mais de 100 mil pessoas beneficiadas diretamente, entre cooperados e funcionários. Como se pode averiguar nos dados apresentados pela Coamo em 2009 (Quadro nº 2)

Entretanto pelos dados de beneficiamento social projetado no quadro nº 2, questiona-se que a atuação da Coamo justamente por causa de seus interesses empresariais, vem priorizando a lucratividade.

Com esse questionamento argumenta-se que mesmo beneficiando grande número de pessoas, sua participação se limita a um beneficiamento em qual uma empresa privada poderia estar ofertando, sendo que os lucros sociais proporcionados pelo cooperativismo ao processo produtivo, como barateamento das mercadorias não são repassados para a sociedade, fato que deveria ser levado em consideração por ser a Coamo a maior da América Latina e seus produtos comercializados nos mercados interno e externo, de significância para o consumo da sociedade.

Quadro nº 2. Perfil geral da Coamo em 2009.

Coamo em Números Exercício 2009
Cooperados: 22.158 (data-base 31/12/09).
Mais de 100 mil pessoas recebem benefícios diretos do cooperativismo (Cooperados, funcionários e familiares).
Recursos humanos: 4.974 funcionários diretos e média mensal de 1.476 colaboradores (temporários e terceirizados).
Treinamentos para funcionários: 1.898 eventos e 17.167 participantes.
Receitas Globais R\$ 4,671 bilhões.
Sobras Líquidas R\$ 289,61 milhões.
Ativo total R\$ 3,24 bilhões.
Patrimônio Líquido R\$ 1,88 bilhão.
Capacidade de Armazenagem (Estática): 4,03 milhões de toneladas.
Recebimento da Produção: 4,50 milhões de toneladas de produtos agrícolas.
% Participação (Brasil/Paraná) 3,3 % da produção agrícola do Brasil e 16% da produção paranaense.
Exportação – Foram exportados pelo terminal portuário de Paranaguá, no Paraná, pelo Porto de Santos, em São Paulo, e pelo porto de São Francisco, em Santa Catarina, montante de US\$ 704,13 milhões.
Eventos realizados: 1.412 eventos técnicos, educacionais e sociais para o desenvolvimento de cooperados e familiares, totalizando 74.424 participantes.
Impostos, taxas e contribuições: R\$ 207,62 milhões – Contribuição para a sociedade brasileira, além da criação de riquezas, geração de empregos e divisas para o país.
Alimentos Coamo: Área alimentícia registrou o montante de R\$ 340,59 milhões, representando 7,9% do faturamento total da Coamo.

*a Coamo adota o termo “colaboradores” para designar os funcionários.

Fonte: COAMO (2010)

Atualmente as mercadorias produzidas pela Coamo possuem qualidade reconhecida, com uma grande variedade de opção na linha institucional no ramo da alimentação de óleo refinado de soja, café torrado, moído e à vácuo, farinha de

trigo, margarinas Coamo e Primê e gordura vegetal hidrogenada, além das commodities farelo e óleo degomado de soja. (Figura nº 4).



Figura nº 5. Alimentos Coamo, linha consumidor e industrial.
Fonte: COAMO, 2010. Organizada por: ONOFRE, Gisele Ramos, 2011.

Com essa variedade de produtos, verifica-se uma grande aceitação de mercado “[...] graças à observância de rigorosos padrões de controle de produção, como os programas ISO 9000, BPF/APPCC, sistemas certificados internacionalmente para segurança alimentar” (COAMO, 2010), o que proporcionou aos produtos Coamo a alcançar o consumidor, estendendo a comercialização dos produtos além do território nacional. Com a ampliação de seu mercado consumidor, essa cooperativa está produzindo uma rede de comercialização com abrangência extensiva além do território nacional.

Não obstante a expansão da Coamo, Tavares (1986, p. 63) avalia os fatores que criam necessidades expansivas para o processo de comercialização industrial do modo de produção capitalista, destacando que:

[...] no mundo dos nossos tempos, é inegável que a colocação de qualquer produto nas mãos do consumidor, não é uma tarefa simples, qualquer que seja a fórmula adotada, qualquer que seja o caminho que os produtos devam percorrer, há sempre a possibilidade de encontrar novos métodos e novos meios, sempre objetivando levar avante a tarefa de distribuição econômica de forma cada vez mais eficiente.

Reconhecida a perspectiva apresentada por Tavares, apresenta-se como dilema a necessidade de coletivização dos lucros obtidos também pelo processo de

industrialização. De acordo com os cooperados da Coamo, seria justo que fosse atribuída uma porcentagem nos lucros obtidos pela industrialização dos produtos, tanto pelos cooperados como pela sociedade em geral. No entanto, o capital promove-se pela sua ampliação, e os objetivos tanto das sociedades empresariais como das cooperativas está voltado a maximização de resultados econômicos.

De acordo com Tavares (1986) como a clientela das cooperativas está representada pelo quadro de associados, ocorre uma dupla comercialização - a cooperativa deve vender a produção de seus cooperados, e, ao mesmo tempo, oferecer-lhes produtos de consumo, insumos agrícolas, maquinaria, assistência técnica etc.

Para Serra (1986), a comercialização dos produtos industrializados pelas cooperativas atingiu o efeito que se encaixa perfeitamente no individualismo criado no seio do movimento cooperativista. E, os produtores mesmo cooperados, são considerados consumidores dos alimentos Coamo, que estão disponíveis à venda em todo o país e também no exterior. (COAMO, 2010)

Vale mencionar que a industrialização dos produtos, é fruto do trabalho dos cooperados da Coamo, porque a produção dos associados pelo processo de industrialização ganha maior valor, gerando competitividade no mercado globalizado. Por isso “O trabalho dos agricultores está impresso na força da marca Coamo”, chegando diretamente a mesa dos consumidores. (COAMO, 2010)

Para Serra (1986), a industrialização da produção entregue pelos cooperados das cooperativas agropecuárias foi uma arma para atingir um elevado grau de crescimento, tornando-as menos vulneráveis ao jogo concorrencial de mercado, dentro ou fora do próprio sistema. Para Serra:

Assim, logo após a consolidação das lavouras mecanizadas de soja e trigo, como nova base da agricultura paranaense, em substituição ao café, as entidades ensaiaram os primeiros passos para a implantação da agroindústria, com pretexto de que uma vez podendo transformar a produção entregue pelos associados, teriam condição de repassar os lucros para eles. (SERRA, 1986, p. 91)

E, a Coamo por estar inserida no modelo capitalista de produção tangenciou formas e procedimentos como um plano estratégico para o desenvolvimento do processo de industrialização. Estabelecendo e definindo normas e produtos, bem

como as formas como iriam ser comercializados, firmando-se temporalmente como pode ser observado pela linha do tempo, estabelecida pela Coamo:

1981 – Início operações da indústria de esmagamento de soja, em Campo Mourão; **1986** – Início operações da fiação de algodão, em Campo Mourão; **1990** – Início operações do terminal portuário e indústria de esmagamento de soja em Paranaguá; **1996** – Início operações da refinaria de óleo de soja, em Campo Mourão; **1999** – Início operações da hidrogenação, em Campo Mourão; **2000** – Início operações da fábrica de margarinas. **2001** – Início produção da margarina Primê; **2007** – Início operações da indústria de envase de óleo de soja em pet. (COAMO, 2010)

Pela linha do tempo estabelecida nos dados disponibilizados no site da Coamo (2010) pode-se perceber o percurso da verticalização dessa organização, que com a intensificação capitalista no campo na década de 1980, a Coamo, contando com linhas especiais de financiamento, pode investir na agroindustrialização. Observa-se nesse processo de acordo com Fajardo (2007, p. 236) que: “A verticalização, ainda que importante para a cooperativa, que inovou inclusive produzindo margarinas (a primeira cooperativa a investir no produto), não expandiu em termos de instalações físicas (fixos no território) além do município de Campo Mourão”.

Portanto, nessa expansão vertical a primeira agroindústria da Coamo foi instalada no ano de 1981, com o objetivo de esmagamento de soja, atingindo uma capacidade de 1 mil toneladas/dia, produzindo 820 toneladas/dia de farelo e 180 toneladas/dia de óleo degomado (Foto nº 8). Todavia, a partir do ano de 1990, verificou-se uma necessidade de ampliação da produção, sendo adquirido para tanto a indústria de óleo de Paranaguá, obtendo com essa aquisição um aumento de capacidade de esmagamento de soja que passou para 2 mil toneladas/dia. Conforme destaca Zylbersztajn *et alii.* (2011, p. 5)

A cooperativa tem duas unidades para extração de óleo, uma em Campo Mourão operando desde 1981 e uma segunda anexa ao terminal portuário em Paranaguá. Esta foi adquirida no início da década de 90, como parte da negociação cujo objetivo principal era a unidade portuária, mas acabou fazendo parte da negociação, com vantagens para a cooperativa, segundo Gallassini. A capacidade de industrialização é de 610 mil toneladas de soja/ano.

Em sua industrialização salienta-se que no processo de produção, comercialização e industrialização da soja, a Coamo recebe e comercializa 4% da

produção brasileira, ou seja aproximadamente 1 milhão de toneladas. Além disso, Ávila comentando sobre a capacidade de produção da indústria de esmagamento de soja (2002, p.75) destacou que:

No ano de 2001, a COAMO produziu em suas indústrias de óleo instaladas em Campo Mourão e Paranaguá e, também em indústrias conveniadas: 188.284 toneladas de óleo de soja bruto; 85.058 toneladas de óleo de soja refinado e 757.132 toneladas de farelo de soja. Estes números atingidos no ano de 2001, resultam de um crescimento constante da produção desde o início dessas atividades industriais [...].



Foto Nº 8. Indústria de óleo de soja Coamo: Primeira agroindústria da Coamo instalada no município de Campo Mourão.

Fonte: FAJARDO, 2007, p. 236. COAMO, 2010.

Outra indústria importante para o abastecimento dos veículos da Coamo e movimentação de capital, correspondeu a destilaria de álcool (Foto nº 9), instalada no município de Campo Mourão no ano de 1983, que representou uma capacidade de produção de cento e cinquenta mil litros de álcool por dia, sendo que cem mil litros de Álcool Etílico Anidro Carburante - A.E.A.C., utilizado na mistura de gasolina e, cinquenta mil litros de Álcool Etílico Hidratado Carburante - A.E.H.C, utilizado para queima de motores a álcool (ÁVILA, 2002). A Instalação dessa indústria revela o processo de verticalização da Coamo que consolida seu processo de agroindustrialização com a expansão de seu território.

Contudo, essa indústria foi desativada no ano de 2001, o que segundo Fajardo (2007) ocorreu pelo fato da cooperativa voltar-se a prioridade do desenvolvimento e aprimoramento do setor de recebimento da soja e da industrialização de óleo de soja.

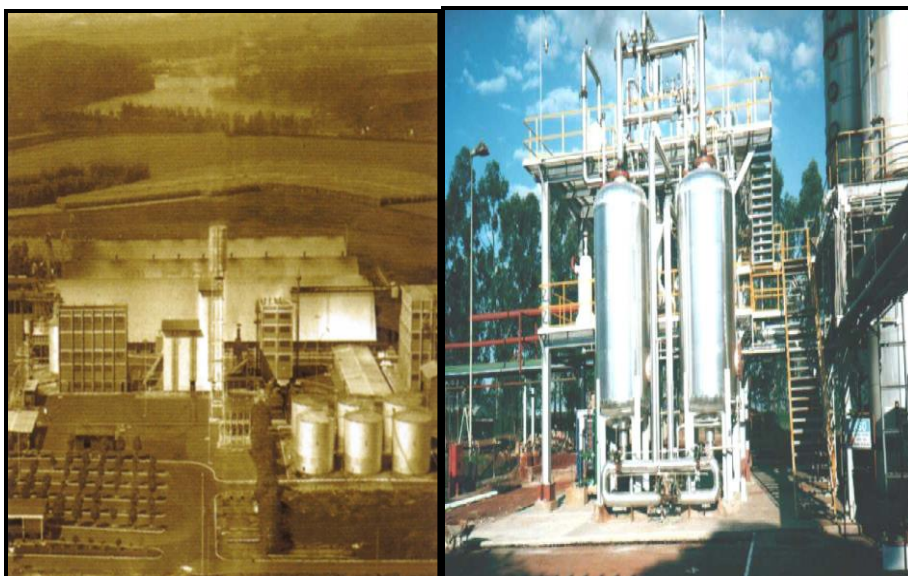


Foto nº 9. As fotos relatam na sequencia a instalação da destilaria de álcool da Coamo (1983) e o seu funcionamento, que se estendeu até o final de 2001. Fonte: ÁVILA, 2002, p. 93. COAMO, 2010.

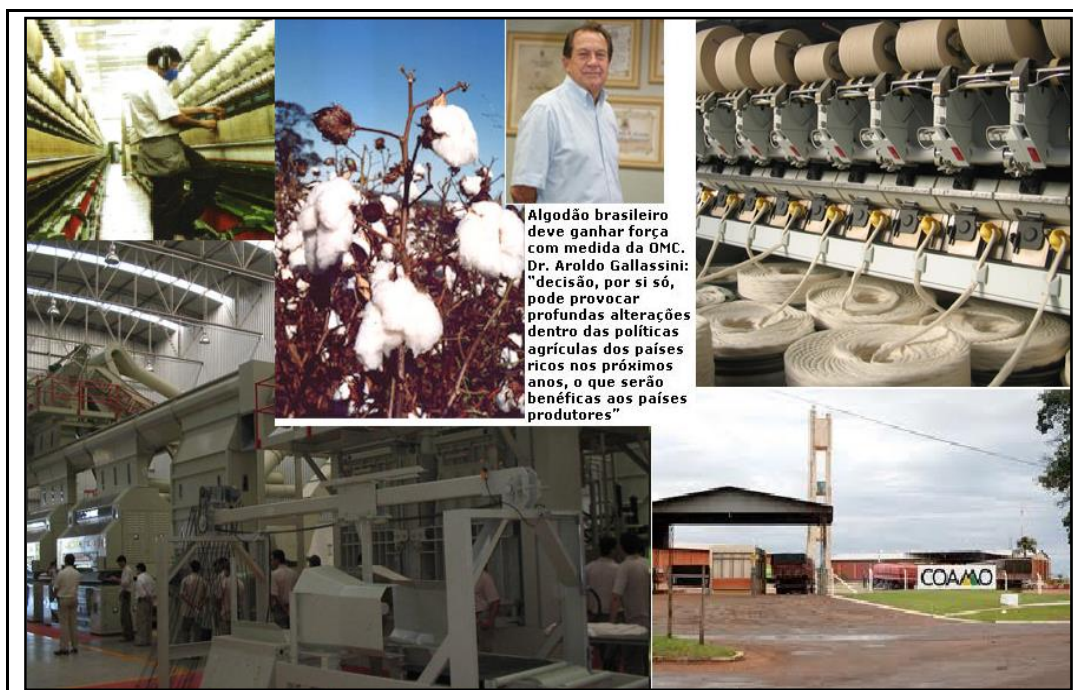
Entretanto, a Coamo, no processo de industrialização, construiu seu território se tornando em números a maior cooperativa capitalista da América Latina. De acordo com Ávila (2002, p. 96):

Toda essa produção é comercializada com o mercado interno, atendendo vários estados brasileiros. Grande parte da matéria prima é produzida pelos cooperados e, pequena parcela é adquirida de produtores de outras regiões, principalmente, da região Nordeste de Brasil.

Portanto, seu crescimento agroindustrial, seguiu rumo à diversificação de atividades, sendo implantado no dia 17 de maio do ano de 1985 o beneficiamento de algodão em caroço, por meio da indústria de Fiação de Algodão, com uma capacidade de dezessete toneladas dias. Essa indústria constituiu-se na quarta unidade agroindustrial instalada em quinze anos de atuação da cooperativa, sendo três de grande porte: a indústria de óleo de soja, a destilaria de álcool (desativada em 2001) e a indústria de fiação de algodão, incluindo-se no contexto das mais modernas indústrias do Estado e do país (Foto nº 10). Sobre essa indústria Zylbersztajn *et alii* (2011, p.5-6) destacou que:

O sistema algodão é importante para a cooperativa, em especial nas regiões de Fênix, Boa Esperança, Roncador, São João do Ivaí, Juranda, Iretama e Campo Mourão. Esta atividade vem tendo problemas de competitividade ao nível nacional, tendo o Brasil reduzido a sua produção de modo drástico. [...] A atividade de fiação encontra dificuldades para

competir com o produto importado, em especial as possibilidades abertas para a indústria de adquirir o produto no mercado internacional pagando a prazo e a juros do mercado internacional.



Algodão brasileiro deve ganhar força com medida da OMC. Dr. Aroldo Gallassini: "decisão, por si só, pode provocar profundas alterações dentro das políticas agrícolas dos países ricos nos próximos anos, o que serão benéficas aos países produtores"

Foto nº 10. Indústria de Fiação de algodão da Coamo. As fotografias demonstram a modernização na produção de fios de algodão pela cooperativa que acompanha o produtor desde o plantio de algodão, sua industrialização e comercialização.

Fonte: COAMO, 2010. Organizada por: ONOFRE, Gisele Ramos, 2011.

Também em sua industrialização, a fábrica de margarida é destaque, sendo instalada no município de Campo Mourão no dia 28 de novembro de 2000 (Foto nº11). De acordo com os dados da Coamo, foi investido na instalação dessa fábrica uma quantia de R\$ 15.000.0000,00 (quinze milhões de reais), objetivando agregar maior valor à produção dos cooperados. Dessa indústria Ávila (2000, p. 97) ressalta que:

Os equipamentos desta fábrica foram importados da Alemanha e Dinamarca, constituindo-se em uma das mais modernas da América Latina. Para garantir a inviolabilidade do produto, as embalagens são produzidas através de um processo totalmente automatizado, dentro da própria fábrica. A linha de produção suporta uma capacidade de 100 toneladas por dia de margarina e sessenta toneladas de gordura vegetal hidrogenada. Esta produção de gordura hidrogenada supri a demanda da própria fábrica e, como também abastece o mercado industrial.

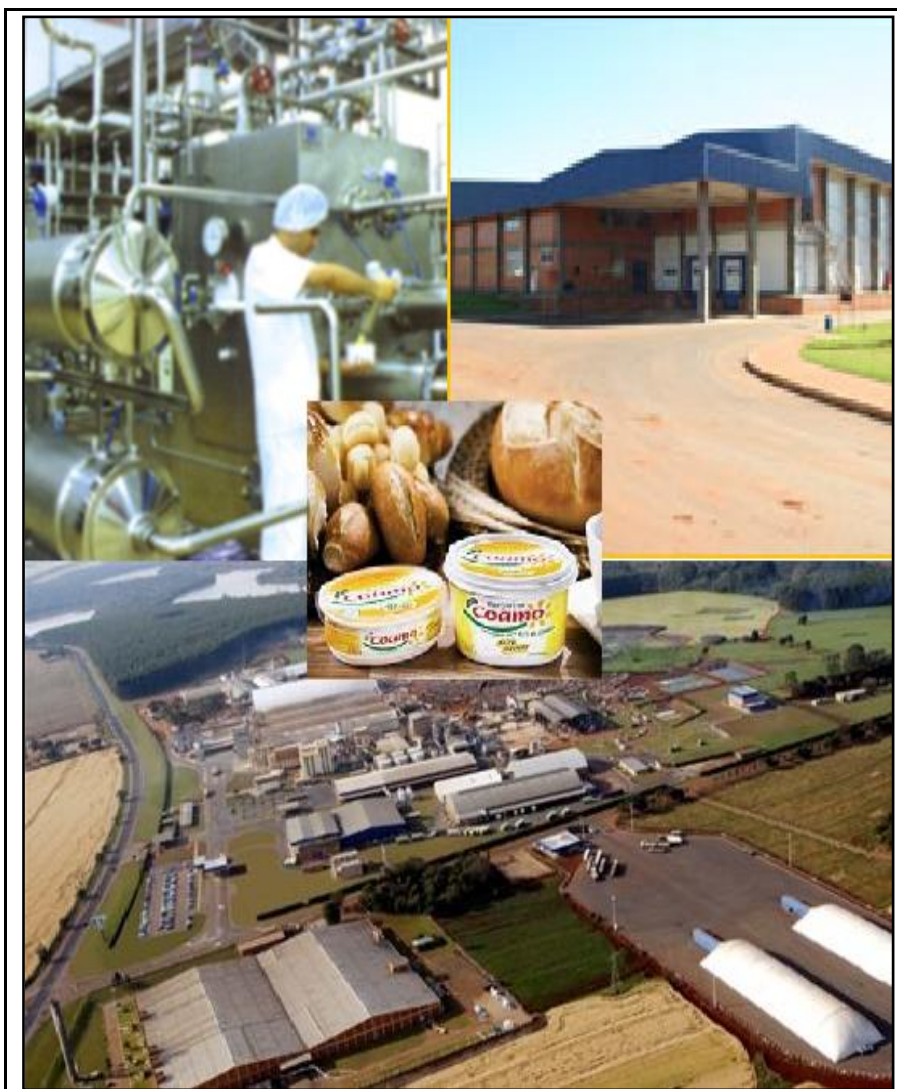


Foto nº 11. Fábrica de Margarina da Coamo. Nota-se pela foto a produção de margarina, em sua indústria, instalada no parque industrial da Coamo.

Fonte: COAMO, 2010. Organizada por: ONOFRE, Gisele Ramos, 2011.

Para complementar a análise descritiva sobre o setor agroindustrial da Coamo, não pode esquecer-se de sua mais nova indústria, inaugurada a no dia 01 de setembro de 2009, a indústria de torrefação e moagem de café, implantada no município de Campo Mourão dentro do complexo industrial Coamo. (Foto Nº 12) Seu prédio possui 700 metros quadrado de área construída, com capacidade para produção de até 450 toneladas por mês. Como salienta seu presidente José Aroldo Gallassini em entrevista, vinculada no Jornal show riso (set, 2009):

A nova indústria produzirá em grande escala. A industrialização visa agregar valor à produção dos nossos cooperados. E com este trabalho, estamos colocando alimentos de alta qualidade na mesa de milhares de consumidores do Brasil e do exterior, afirma o diretor-presidente da Coamo, José Aroldo Gallassini. Segundo ele, “o café com a marca Coamo é um produto que vem aumentando sua participação no mercado consumidor e

com a nova fábrica teremos possibilidade atender novas demandas existentes”.



Foto Nº 12. Nova indústria de torrefação e moagem de café, inaugurada no município de Campo Mourão. Fonte: COAMO, 2010. Organizada por: ONOFRE, Gisele Ramos, 2011.

Também juntamente na inauguração da nova indústria foram apresentados os novos produtos Coamo que são: Café Sollus extra-forte, em embalagem tipo almofada de 250 e 500 gramas; farinha de trigo Anniela, em pacotes de plástico de 1 quilo e de papel de 1 e 5 quilos; Gordura Vegetal Coamo, em sachê de 500 gramas; e a Margarina Coamo Família em sachê de 1 quilo, provenientes de soja não-transgênica. (COAMO, 2010)

Em síntese, pelos dados disponíveis sobre o parque industrial da Coamo, analisa-se a grande capacidade de industrialização atingida por essa cooperativa, que congrega atualmente cinco indústrias de esmagamento de soja, entre próprias e terceirizadas, cujas capacidades de produção somadas é de 6 mil toneladas/dia, resultando na industrialização de 2 milhões de toneladas de produtos/ano. (foto nº 13). De acordo com os dados da Coamo (2010):

Todo esse complexo industrial transforma mais de 1,7 milhão de toneladas de produtos por ano, agregando valor à produção dos cooperados e criando empregos e divisas nas regiões em que atuam. E deste parque industrial saem os produtos Coamo que, junto com as commodities agrícolas, são comercializados nos mercados interno e externo.



Foto nº 13. Complexo agroindustrial da Coamo que abrange também uma indústria em Paranaguá. Fonte: COAMO, 2010.

Além das indústrias citadas, a Coamo vem apoiando e participando do programa nacional para o desenvolvimento do “Biodiesel”, produzindo em sua unidade piloto de desenvolvimento de gorduras, localizada no parque industrial em Campo Mourão, vários lotes de biodiesel a partir de óleo de soja e etanol (éster etílico). (Foto nº 14) Sua produção foi elaborada mediante a solicitação do Instituto Tecpar, de Curitiba (Capital do Estado), constituindo uma produção de testes deste combustível e sua utilização em motores veiculares. (BIOCOMBUSTÍVEIS, 2006) No que diz respeito à produção de biodiesel pela Coamo, Fajardo (2008, p.275) salientou que: “Esse fato demonstra a importância das cooperativas agropecuárias para as políticas públicas que buscam energia renováveis”. Além disso, cabe relacionar duas indagações com relação a produção do biodiesel:

A Primeira seria em relação à soja, que mesmo não sendo o produto de maior teor de óleo é imensamente superior em termos de área cultivada no Brasil. Produtos como a canola, mesmo com teor bem superior de óleo se comparado à soja, tem o óleo vendido a um preço muito mais alto justamente devido à reduzida produção. A outra questão seria quem realmente ganharia com o biodiesel e o chamado H-bio). (FAJARDO, 2007, p.246)

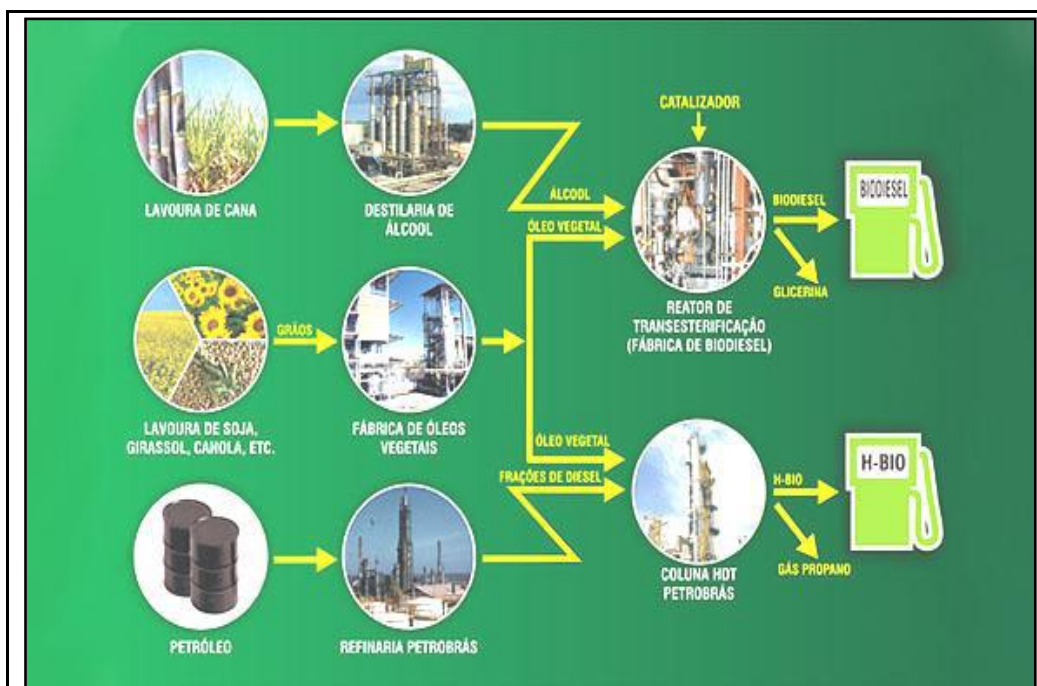


Figura nº 6. Esquema de produção de Biodiesel e H-Bio.

Fonte: FAJARDO, 2007, p. 247.

Porém, cabe ressaltar que a maior parte da receita da Cooperativa, vem diretamente da produção agropecuária da cultura da soja. Na participação na produção de soja, a Coamo atua tanto no fomento e comercialização dos produtos agrícolas, bem como no recebimento, exportação, venda de insumos e sementes. Já com relação à produção de sementes se destaca economicamente como sendo a terceira maior produtora do Brasil. (MOTOMURA, 2005, p.42).

No recebimento da produção dos seus cooperados, a Coamo mantém 90 unidades localizadas nos estados do Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul. E de acordo, com todos os entrevistados, a armazenagem é algo indiscutível na importância para a produção agrícola, porque segundo as entrevista é inviável economicamente a construção de um sistema de armazenagem para pequenos e médios produtores. Assim, a Coamo, tem investido nesse setor, contando com uma estrutura, que garante o recebimento e comercialização de 16% da produção paranaense e de 3,3% de toda safra de grãos e fibras produzidas no Brasil, sendo sua capacidade global de armazenagem de 4,3 milhões de toneladas. (COAMO, 2010)



Foto nº 14. Unidade de armazenamento e recebimento da Coamo.
Fonte: COAMO, 2010.

Já com relação a secagem dos produtos, está é realizada com madeiras produzidas por reflorestamento pela própria cooperativa, em fornalhas à lenha, com capacidade total de 7 mil toneladas/hora. Para o escoamento da Produção, a Coamo conta com frota própria de 270 carretas e caminhões, e mais de 350 veículos de terceiros. (COAMO, 2010) (Foto nº 14)



Foto nº 15. Sistema de secagem de produtos - Secador capacidade 100 t/h; - Câmara Anti-fagulha fornalha –visão interna; - Fornalha à lenha–vista externaSecador.
Fonte: COAMO, 2010.

Outro dado da expansão da Coamo se refere a sua atuação na comercialização dos produtos e informações sobre produção. É evidente que na atual fase do mercado globalizado, para a colocação de um produto no mercado é

importante manter profissionais especializados que possam responder pelas flutuações de mercado e entender os percalços que se vinculam as crises econômicas. E, segundo entrevista com representante de sua diretoria “Os cooperados são informados diariamente sobre tudo o que acontece nos mercados, podendo decidir melhor sobre a comercialização da produção”. E, não obstante, sobre informações de mercado, todos os cooperados entrevistados se mostraram satisfeitos. Além disso, os dados disponibilizados pela cooperativa revelam que:

No mercado externo são comercializadas as commodities agrícolas nos sistemas FOB e CIF, com certificado de rastreabilidade, que garante o controle do produto Coamo do campo até o seu destino. Anualmente, a Coamo exporta grandes volumes de farelo de soja, milho e algodão, entre produtos próprios e de terceiros, sendo destaque como grande exportadora de produtos. Cerca de 11% das exportações de todas as cooperativas brasileiras cabe à coamo, que está entre as maiores empresas exportadoras do país. (COAMO, 2010)

Outro fator que dá suporte a expansão da Coamo e as suas exportações, é o terminal portuário próprio em Paranaguá, no estado do Paraná (Foto Nº 15). Esse terminal foi criado para facilitar o escoamento da produção, no dia 09 de outubro de 1990. Atualmente, esse terminal conta com uma capacidade de embarque de até três mil toneladas de produtos por hora. De acordo com Ávila (2002, p. 96), a cooperativa Coamo:

Visando facilitar o escoamento de seus produtos de exportação, em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 09 de outubro de 1990, os cooperados aprovam a aquisição de uma fábrica de óleo de soja e a instalação de um Terminal Portuário em Paranaguá. Estas duas importantes unidades do complexo agroindustrial da COAMO entram em funcionamento no dia 26 de novembro do mesmo ano.

Além desse terminal, uma parte das exportações também é realizada pelo porto de São Francisco do Sul, no estado de Santa Catarina. (COAMO, 2010)



Foto Nº 16. Terminal Portuário de Paranaguá.
Fonte: COAMO, 2010.

Já com relação a assistência técnica, essa fica a cargo do departamento técnico, que segundo os dados de 2010 obtidos na Coamo, esse departamento conta com mais de 180 profissionais, entre engenheiros agrônomos e florestal, técnicos em agropecuária e médicos veterinários. Esses profissionais, além de prestar assistência técnica aos agricultores, são responsáveis ainda pelas experiências desenvolvidas na Fazenda Experimental, como também, pela implantação dos projetos, ministrar cursos aos cooperados, proferir palestras e reuniões técnicas.

Ainda, sobre esse departamento, de acordo com entrevista realizada a um engenheiro agrônomo da Coamo, os cooperados podem contar com o acompanhamento de sua produção e suporte necessário desde o planejamento do plantio até a comercialização da safra. Porém, cerca de 70% dos entrevistados demonstraram alguma insatisfação com relação à assistência técnica. Essa insatisfação se refere tanto a falta de funcionários, como ao mau atendimento dos profissionais, que não conseguiram corresponder as expectativas dos associados.

Agora, com relação à Fazenda Experimental, 100% dos entrevistados concordam que esta é fundamental na assistência técnica da Coamo. Porque, essa fazenda contanto com 170 hectares de terra vem funcionando como um laboratório a céu aberto. Nesse laboratório são realizados e comprovados testes com variedades, produtos químicos, máquinas ou novas técnicas de produção, cujos

resultados são repassados para os cooperados. (Foto Nº 16) De acordo com dados da Coamo, a fazenda experimental atua como:

Além de unidade de validação e transferência de novas tecnologias agrícolas, para cooperados e técnicos, a Fazenda Experimental Coamo ainda atua como fonte de referência para pesquisadores de órgãos oficiais e particulares. É reconhecida em todo o país como uma das mais bem estruturadas unidades de pesquisa sendo visitada todo ano por mais de 4 mil pessoas, entre cooperados, pesquisadores e estudantes.



Foto nº 16. Fazenda Experimental da Coamo.

Fonte: COAMO, 2010.

Considerar toda essa expansão econômica, é perceber a territorialidade da Coamo, que materializa em suas ações o território capital e Coamo. Para tanto, esse crescimento, tem exigido a busca constante de recursos para financiar suas atividades. Isto implica tomar continuamente decisões sobre financiamento, e a Coamo para atender e apoiar o cooperado nas suas atividades financeiras, criou a Cooperativa de Crédito Rural Coamo Ltda: CREDICOAMO, no ano de 1989, com o objetivo de fomentar a produção agrícola.

A CREDICOAMO está instalada nos entrepostos da Coamo, com a finalidade de propiciar ao cooperado assistência financeira concernente às atividades agropecuárias. Os associados, que necessitam de crédito, podem contar com mais esse auxílio disponibilizado pela Coamo, que oferta créditos com taxas especiais para o setor agropecuário, além das seguintes modalidades: conta corrente; empréstimo para capital de giro; financiamento para a agricultura e pecuária; investimentos; financiamento complementar; financiamento para veículos, computadores e outros bens, como também, seguros residenciais, de vida e para máquinas e implementos agrícolas. E tudo, isso de acordo com os dados da Coamo (2010):

[...] para garantir um produto de excelente qualidade e na hora certa para plantar, a Coamo [...] garante aos seus cooperados linhas de financiamentos para aquisição de máquinas e implementos, investimentos em fertilidade do solo e calcário. Tudo pode ser pago em até 3 anos, sem burocracia e com agilidade. Além da permuta a prazo de safra para a aquisição de insumos para a implantação das lavouras.

Além do crédito ofertado pela Coamo, averiguou-se a existência de uma série de programas de incentivo para a diversificação da propriedade agrícola, isso porque a expansão territorial dessa cooperativa facilita sua atuação em diversos municípios de característica geográfica diversificada. De acordo com a diretoria da Coamo, esses programas contam com assistência técnica da cooperativa, constituindo mais uma alternativa para que o homem do campo possa se manter economicamente em sua propriedade.

Dentre os programas citam-se os dados disponibilizados pela cooperativa, de função e objetivo de cada um:

- **Programa Colono:** Tem como objetivo a promoção de cursos, treinamentos e palestras voltadas ao aperfeiçoamento dos agricultores na produção de leite, suínos, galinhas, pomares, hortas, piscicultura e outros. (COAMO, 2010)
- **Programa gado leiteiro:** Objetiva compartilhar informações por meio de assistência técnica e oferta de financiamento para aquisição de até 5 animais. (COAMO, 2010)
- **Programa gado de corte:** Oferece aos seus cooperados assistência técnica veterinária e financiamentos para a compra de animais e insumos para o desenvolvimento da atividade. (COAMO, 2010)
- **Programa café adensado:** Tem como objetivo o fornecimento de insumos com o pagamento por meio de permuta por café em grãos. Também oferece mudas produzidas pela Coamo para seus cooperados a preço de custo. (COAMO, 2010)
- **Programa calcário:** Tem como objetivo o financiamento e a aplicação do calcário na terra dos cooperados visando a correção do solo. (COAMO, 2010)

- **Programa fertilidade do solo:** Objetiva oferecer aos cooperados da Coamo, técnicas para o equilíbrio dos nutrientes do solo, aumentando a produtividade e conservação do solo. (COAMO, 2010)

- **Programa TA - Tecnologia de Aplicação:** Oferece cursos, treinamentos e assistência técnica para os cooperados na verificação e manutenção dos pulverizadores e aplicação do de defensivos nas lavouras. (COAMO, 2010)

- **Programa integração lavoura-pecuária:** Oferece treinamentos e assistência técnica objetivando auxiliar o agricultor, durante a estação de inverno, transformando parte da área de lavoura em pastagem para engorda de gado. (COAMO, 2010)

- **Programa devolução de embalagens vazias de defensivos agrícolas (destaque prêmio Andef):** Oferece treinamentos em parceria com entidades oficiais com o objetivo de melhorar a qualidade de vida para os cooperados e seus funcionários, além da preservação do ambiente produtivo rural. (COAMO, 2010)

- **Programa distribuição de mudas para preservação do meio ambiente:** Tem como objetivo fornecer mudas nativas aos seus cooperados e entidades de sua área de reflorestamento e preservação ambiental. (COAMO, 2010)

Programa de aperfeiçoamento em gerenciamento rural “Na Ponta do Lápis”: Consiste em treinamentos, cursos, palestras e técnicas que repassadas aos seus cooperados oportuniza o conhecimento da realidade financeira por meio de anotações habituais de todos os gastos (produção e despesas em gerais). Segundo os dados disponíveis na Coamo (2010), esse programa é um instrumento eficaz para melhorar o gerenciamento do produtor rural e para a sua profissionalização.

Além de ofertar diferentes programas, a Coamo no decorrer de sua trajetória vem firmando parcerias com diferentes empresas e Cooperativas, ampliando sua estrutura. Sua estratégia de crescimento segue no investimento de infraestrutura também por parceria de arrendamento como o firmado com a Coagel no dia 29 de abril de 2009. De acordo com o ex. Presidente da Coagel Osmar Pomini:

[...] o arrendamento entra em vigência de imediato e foi a melhor alternativa para beneficiar os cooperados da Coagel que buscava uma parceria com outra cooperativa para resolver os seus problemas. A Coagel vem enfrentando algumas dificuldades do passado e nos últimos dois anos procurava uma parceria que viesse contemplar os nossos associados e a Coamo foi a cooperativa que mais se encaixou dentro do perfil desejado, e o sucesso da parceria realizada entre a Coamo e a Coagel nos anos anteriores para fornecimento dos insumos e a comercialização da produção foram determinantes para que escolhessemos a Coamo.[...] o arrendamento é total para a Coamo que passa a operar em todas as unidades da Coagel e da fiação de algodão. Buscamos para os associados da Coagel o que tem de melhor no agronegócio e a Coamo é a maior do Brasil e da América Latina. Esperamos que após a Coagel resolver os seus problemas financeiros e tributários aconteça a incorporação das suas unidades pela Coamo, considera, afirmando que este acordo tem o apoio dos associados da Coagel. (NASCIMENTO, 2009)

No contrato de arrendamento, a Coamo passou a exercer sua atuação nas unidades da Coagel de Goioerê, de Janiópolis, de Quarto Centenário, de Rancho Alegre do Oeste, de Mariluz, de Alto Piquiri, de Paulistânia e de Brasilândia do Sul, e também em Bredópolis e em Arapuan - distritos de Janiópolis, e Bandeirantes do Oeste – distrito de Quarto Centenário (Foto nº 17). Os cooperados dessas unidades poderão se associar à Coamo, assim se beneficiando de toda a assistência ofertada pela cooperativa. De acordo com Nascimento (2009):

O presidente da Coamo, José Aroldo Gallassini, avalia como positivos os resultados das negociações que culminaram com o arrendamento da Coagel pela Coamo e tranquiliza os associados de Goioerê e região, que terão a mesma qualidade oferecida pela Coamo nas demais regiões. “A Coamo é uma empresa forte voltada para os seus associados e a partir deste arrendamento estaremos beneficiando também os associados da Coagel, que terão toda a estrutura com assistência técnica, lojas de peças e veterinária, fornecimento de insumos, recebimento e armazenagem da produção, Credicoamo e Via Sollus Corretora de Seguros, a exemplo do que estamos realizando para os nossos associados nos outros 53 Municípios da nossa área de ação”, garante Gallassini.

Em suma, esse é um breve panorama sobre a atuação da Coamo e as transformações que foram se materializando no espaço geográfico resultantes da fundação e da expansão dessa cooperativa na região de Campo Mourão. Nessa trajetória verificam-se as metamorfoses do cooperativismo, que fugiu de sua conotação socialista, tornando-se um instrumento de penetração do modo de produção capitalista. Dessa feita, o resultado é a transformação que denota a cooperativa como um grande empreendimento capitalista responsável pela expansão do território do capital.



Foto nº 17. Parceria de arrendamento Coamo e Coagel – 2009.
Fonte: NASCIMENTO, 2009.

Nesse empreendimento, os cooperados da Coamo, alienados pela hegemonia capitalista, foram gradativamente perdendo os ideais socialistas e, para o desenvolvimento de suas atividades agrícolas, desconhecem os preceitos cooperativistas. Salienta-se, no entanto, que esse desconhecimento dos seus ideais socialistas não faz com que eles deixem de acreditar na cooperativa, pois mais de 80% dos entrevistados são totalmente fiéis à cooperativa e nela compram tudo o de que necessitam para a sua produção e também vendendo toda a produção para a Coamo.

Dessa forma, nessa fidelidade se encontra a principal força dessa cooperativa, força calcada no fato de que os cooperados depositam na Coamo grande credibilidade. Além disso, as entrevistas demonstraram que 100% dos entrevistados acreditam ter a Coamo grande estabilidade econômica no interior dos mercados produtivos. E todos os argumentos analisados apontam para a grande expansão do território capitalista da Coamo, isso como resultado da reviravolta que a agricultura capitalista produziu em Campo Mourão, revertendo o quadro de estagnação econômica em que essa região se encontrava anteriormente à criação da cooperativa.

Nesse pressuposto, teorias cooperativistas, como de Benato (2003, p. 48), auxiliam na análise sobre o quanto cada cooperado espera de sua cooperativa, porque, para Benato, os cooperados têm como objetivo principal a sobrevivência no mundo capitalista, por isso:

a) Sobreviver: é (sobre viver); é viver. É superar-se, é sobrepor-se. Para sobreviver é necessário que haja uma estrutura patrimonial onde o capital próprio da sociedade seja compatível com suas necessidades de imobilizações e volume de operações. b) Expansão: expandir é evoluir. A expansão, calculada e medida adequadamente em todos os seus fatores circunstanciais quer de produção, quer de mercado, quer de imobilização ou quer de participação, não acarretará danos irrecuperáveis. Pelo contrário: solidificará a empresa no contexto do mercado. c) Integração social: a sociedade é de homens que reciprocamente se interagem. O sócio, célula viva desta sociedade, vive e sobrevive através de sua cooperativa. Ambos se complementam, ambos se auxiliam e ambos formam a sociedade perfeita. (BENATO, 2003, p. 48).

Certamente esse entendimento de Benato, como acima citado por Ronkoski, indica o plano material de desenvolvimento dos cooperados diante do modo de produção capitalista. Esse plano segue e caracteriza as diretrizes de qualquer empreendimento capitalista, por isso, para abarcar as contradições imperantes nesse modo de produção que foram responsáveis pelas transformações cooperativistas, abarca-se um novo direcionamento analítico do território da Coamo, apresentando o último capítulo, que se desenrola cheio de informações a respeito do modo de ser e de pensar dos cooperados da Coamo e as perspectivas, a partir de indicativos coletados em entrevistas, sobre as relações imperantes nesse território e suas perspectivas porvindouras.

4 TERRITÓRIO COAMO: REALIDADE E PERSPECTIVAS

O passado apenas pode ser contado como realmente **é**, não como realmente **foi**. Pois recontar o passado é um acto social do presente, feito por homens do presente e afectando o sistema social do presente [e do futuro].(WALLERSTEIN, 1974, p. 20).

Expostas as informações sobre a organização, consolidação e expansão do território da Coamo, passa-se nesse momento para a realização de reflexões geográficas sobre a realidade do mundo capitalista que norteia as perspectivas que o território dessa cooperativa pode abarcar, tanto no sentido de desenvolvimento social, bem como, do crescimento econômico.

Do ponto de vista econômico, tem-se que entender o território da Coamo inserido nos aspectos estruturantes da realidade capitalista, que se impõe como poder transformador que busca a mundialização da economia de cima para baixo entre os países que lutam entre si para ampliação e expansão de seus mercados. Nesse sentido discursou Milton Santos (2000) que no mercado globalizado o que

importa e a competitividade exitosa entre as empresas, que impõem suas forças “de modo que cada um não perca terreno frente ao outro”. (SANTOS, 2000, p. 72)

Com efeito, da mundialização da economia, deve-se deixar explícito que em âmbito nacional o modo de produção capitalista produziu como sentença de sua atuação uma estrutura agrária debilitada e o cooperativismo ideologicamente agregado a noção de coletividade, surgiu como alternativa sócio econômica para evitar os conflitos rurais. Então, o governo brasileiro se colocou em prol desse movimento de modo a apoiá-lo, dirigindo o seu encaminhamento. “Sendo assim, muitos dos princípios cooperativistas perderam o significado para os princípios econômicos”. (FAJARDO, 2008, p. 197).

Por sua vez, o cenário do campo paranaense foi fortemente influenciado pela agricultura capitalista, que teve no movimento cooperativista o alicerce para a estruturação do capital no campo. Entretanto, o ponto de partida que deve embasar as perspectivas que fundamentam a interpretação desse território objetiva a contemplação analítica das informações contidas no Relatório da Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Sociedade: Educação e Conscientização Pública para a Sustentabilidade, organizada pela Unesco (Tessalônica – Grécia) em dezembro de 1997, feita por Gadotti (2000, p. 33) que destacou:

[...] entre outros fatores do agravamento da situação da vida no planeta: a) o rápido crescimento da população mundial e a mudança na distribuição; b) a persistência da pobreza generalizada; c) as crescentes pressões sobre o meio ambiente devido à expansão da indústria em todo o mundo e o uso de modalidades de cultivos novos e mais intensivos; d) a negação contínua da democracia, as violações dos direitos humanos e o aumento de conflitos e de violência étnica e religiosa, assim como a desigualdade entre homens e mulheres; e) o próprio conceito de desenvolvimento, o que significa e como é medido.

Nessa feita, pensando no emaranhado de informações que abrangem o processo de produção capitalista e que acaudilha todo o crescimento econômico e social, verifica-se que atualmente as questões prementes no movimento cooperativista estão atreladas ao “progresso econômico”. Entretanto, Franco (2000 *apud* Martinelli, 2004, p. 15) é enfático ao afirmar que: “[...] não se pode mais aceitar a crença economicista de que o crescimento do PIB representa tudo e vai resolver por si só todos os problemas econômicos e sociais do país.”

Por conseguinte, é importante lembrar que, o movimento cooperativista vem atuando justamente como um instrumento necessário a dinâmica de reprodução do

capital. E que foi o “complexo soja”, o princípio básico para a acumulação e industrialização que se infligiu como norte produtivo a partir da década de 1970. E, essa organização, consolidou a agricultura capitalista na região de Campo Mourão causando uma reestruturação do campo, denotando de maneira genérica na formação de uma nova conjuntura para o espaço geográfico, sobretudo, por causa da fundação da Coamo.

Logo, com a nova conjuntura do espaço agrário, foi a dinâmica econômica mundial de comercialização o fator primordial para a materialização do capital de diversas naturezas, magnitudes e complexidades que caracterizam o novo momento do capitalismo. Da nova realidade, sabe-se que não só a agricultura recebeu a influência do capital, mas todas as articulações dos setores produtivos expressam as conexões econômicas da organização da sociedade. E como registra Montenegro (2010 p. 13) o campo passa por sérios conflitos pela terra e pelo território, ampliando a questão agrária na América Latina, destarte que:

Conflitos pela concentração fundiária, conflitos pela demarcação de terras indígenas, conflitos pela preservação ambiental, conflitos pela extração devastadora de recursos naturais, conflitos pela construção de megainfraestruturas, conflitos pela expansão do agrohidronegócio, conflitos pelo controle da produção de alimentos, conflitos pela manutenção de formas de vida tradicionais, conflitos pela expropriação, expulsão e exclusão dos camponeses e dos povos e comunidades tradicionais, conflitos pela implementação de estratégias de desenvolvimento.

E, nessa discussão, vários intelectuais realizaram distintas interpretações que possuem cada uma delas em sua perspectiva, diferentes denominações adequadas a hegemonização que o capital produz no cerne da organização do espaço geográfico. Essas diferentes interpretações, muitas vezes díspares e conflitantes entre si, conduzem a refletir sobre os rumos tomados pela sociedade no decorrer do tempo, que foram responsáveis pela organização atual do espaço rural.

De acordo com o pensamento de Milton Santos, na nova fase do capitalismo as respostas para que seja possível a compreensão do espaço geográfico centra-se a partir do entendimento de um período denominado por ele de técnico-científico-informacional que possui na mundialização da economia e do consumo um de seus pilares analíticos. (SANTOS, 2000) Nesse período, a globalização desencadeou a perversidade, portanto:

De fato, para a grande maior parte da humanidade a globalização está se impondo como uma fábrica de perversidades. O desemprego crescente torna-se crônico. A pobreza aumenta e as classes médias perdem em qualidade de vida. O salário médio tende a baixar. A fome e o desabrigo se generalizam em todos os continentes. Novas enfermidades como a SIDA se instalam e velhas doenças, supostamente extirpadas, fazem seu retorno triunfal. A mortalidade infantil permanece, a despeito dos progressos médicos e da informação. A educação de qualidade é cada vez mais inacessível. Alastram-se e aprofundam-se males espirituais e morais, como os egoísmos, os cinismos, a corrupção. A perversidade sistêmica que está na raiz dessa evolução negativa da humanidade tem relação com a adesão desenfreada aos comportamentos competitivos que atualmente caracterizam as ações hegemônicas. Todas essas mazelas são direta ou indiretamente imputáveis ao presente processo de globalização. (SANTOS, 2000, p. 9)

De fato, seguindo o pensamento de Milton Santos, pensar a globalização como perversidade contextualizando historicamente o movimento cooperativismo e, em particular a atuação da maior cooperativa da América Latina, permite dimensionar a relevância que a capacitação técnica-científica passou a exercer no aumento da competitividade capitalista. Nesse entendimento cria-se um caminho para desmistificar as relações sociais no interior do desenvolvimento do modo de produção capitalista, porque “Há uma relação de causa e efeito entre o progresso técnico atual e as demais condições de implantação do atual período histórico”, que marca a capacidade social em modificar seu espaço como medida para sua organização. (SANTOS, 2000, p.12)

Além disso, como ressaltou Milton Santos (1997) a partir do término da segunda guerra mundial, a técnica passou por novas dinâmicas interativas vinculadas aos avanços tecnológicos e comunicativos largamente difundidos pela mundialização dos mercados. Portanto, para Santos a técnica:

[...] converteu-se no objeto de uma elaboração científica sofisticada que acabou por subverter as relações do homem com o meio, do homem com o homem, do homem com as coisas, bem como as relações das classes sociais entre si e as relações entre as nações” (1997, p.11).

Diante da complexidade da realidade exposta pelo pensamento de Santos (1997), na criação do novo modelo organizativo, o modo de produção capitalista passou a influir cada vez mais nas estruturas sociais e físicas do espaço geográfico, protegido na ideia de crescimento dos índices econômicos.

Como resultado dessa complexidade organizativa em que a técnica e o conhecimento científico atuam em prol da hegemonização do capitalismo, o

movimento cooperativista gradativamente foi redirecionando seus objetivos adotando novas estratégias adaptativas as novas condições vigentes nas políticas de mercado. Em outras palavras, tal encaminhamento permitiu a criação de um mito desarticulador da ideologia cooperativista, delineando o que Celso Furtado (FURTADO, 1976, p. 118) alertou sobre:

[...] a ideia de desenvolvimento *econômico* é um simples mito. Graças a essa ideia, diz ele, tem sido possível desviar as atenções da tarefa básica de identificação das necessidades fundamentais da coletividade e das possibilidades que abre ao homem o avanço da ciência, para concentrá-lo em objetivos abstratos, como são os investimentos, as exportações e o crescimento.

É dentro dessa linha de raciocínio proposto por Furtado (1976) que apresenta-se a questão mistificadora que envolve o processo de construção das teorias voltadas a explicação das características estruturais do desenvolvimento. Igualmente, segue o pensamento de Fajardo (2008) de que é plenamente justificável que seja elaborada uma abordagem geográfica sobre a atuação das cooperativas agropecuárias no espaço rural, para explicar a produção do espaço geográfico, esclarecendo as contradições da realidade do processo de produção capitalista.

Com base em Fajardo (2008), compreende-se que o capitalismo está em constante aprimoramento para aumentar sua produtividade. E, a ciência geográfica, como uma ciência social deve encaminhar a compreensão da realidade a partir da totalidade que envolve “o processo de apropriação do espaço natural e de construção de um espaço social pelas diversas sociedades ao longo do tempo”. (MORAES, 2000, p. 33) Nesse sentido:

Toda sociedade se reproduz cria formas, mais ou menos duráveis, na superfície terrestre, daí sua condição de processo universal. Formas que obedecem a um dado ordenamento sócio-político do grupo que as constrói, que respondem funcionalmente a uma sociabilidade vigente, a qual inclusive regula o uso do espaço e dos recursos nele contidos, definindo os seus modos próprios de apropriação da natureza. Daí o caráter pleno e exclusivo de processo social, impulsionado pelas ações e decisões emanadas do movimento das sociedades. (MORAES, 2000, p. 33)

E, é justamente a contextualização histórica do modelo produtivo vigente que permite a compreensão da atuação e reprodução do discurso cooperativista inserido na nova dinâmica econômica. Portanto, de fato, as informações traçadas no decorrer da pesquisa sobre a totalidade que se insere a organização do modo de produção

capitalista, abre o caminho necessário para que a análise seja estabelecida, fundamentando a compreensão do território do capital e Coamo.

Esse território denota-se como uma representatividade do movimento cooperativista, mas que vem se expandindo em termos de capital, atingindo um poder que também se expressa globalmente, recebendo forças não somente do capital interno, mas também da junção com outros capitais, tanto de empresas privadas como de organizações governamentais de nível internacional ou mesmo nacional. Ilustrando essa situação, Fajardo (2008, p. 15 - 16) mostra que:

A atuação de empresas denominadas cooperativas (agropecuárias) no espaço agrário paranaense é considerável. [...] Têm destaque essas organizações como incorporadoras de esforços das políticas públicas de desenvolvimento econômico regional. Ou seja, diretamente orientadas pelos interesses aliados dos Estados e dos capitais: nacional e internacional. Chega-se à constatação de que as cooperativas passam não mais a constituir um modelo alternativo ao capitalismo, mas uma estratégia (alternativa) para alguns grupos acumularem.

Nesse ponto que abrange a expansão da Coamo, observam-se diferentes estratégias para a expansão, com o objetivo de ampliação do faturamento. A cooperativa continua se expandindo em territórios, inaugurando entrepostos em todo o estado do Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do sul. (Foto nº 18) Em sua extensão territorial atinge cerca de 4 milhões de hectares, com capacidade global de armazenagem de 4, 3 toneladas de grãos. (COAMO, 2010)



Foto nº 18. Fachada do entreposto inaugurado em Candido de Abreu em 2005, como parte do cronograma de investimento em entrepostos adotado pela cooperativa, que continua inaugurando entrepostos cada vez mais distantes de sua área de atuação original.
Fonte: COAMO.

Nesse sentido de ampliação territorial, acrescenta-se em acordo com Becho (2005) que em todo o Brasil a atuação, organização e expansão das cooperativas agropecuárias seguiram a sofisticação e o ingresso de capitais na agricultura (produção) e na pecuária (criação) inserindo a atividade rural num processo que vai da produção à comercialização final, tornando essa atividade num negócio extremamente lucrativo denominado de agronegócio ou *agribusiness*. Nesse parecer Guanziroli (2010, p. 3) considera que:

Hoje o agronegócio, entendido como a soma dos setores produtivos com os de processamento do produto final e os de fabricação de insumos, responde por quase um terço do PIB do Brasil e por valor semelhante das exportações totais do país. A soja foi uma das principais responsáveis pelo crescimento do agronegócio no país, não só pelo volume físico e financeiro envolvido, mas também pela necessidade da visão empresarial de administração da atividade por parte dos produtores, fornecedores de insumos, processadores da matéria-prima e negociantes.

Por conseguinte, na avaliação do crescimento capitalista do território da Coamo, é preciso ponderar que no mundo capitalista as transformações no espaço geográfico são regidas a partir da velocidade e do fluxo de informações com um objetivo único de obter cada vez melhores resultados econômicos por meio do aumento da lucratividade. E, a técnica e a tecnologia dinamizaram o crescimento do cooperativismo brasileiro que se tornou uma imponente força no país, formada por “7.355 cooperativas singulares dos diversos ramos, com 5.762 milhões de cooperados, gerando de forma direta, cerca de 182 mil empregos.”(COAMO, 2010)

Atualmente, o movimento cooperativista se compõe por 13 ramos de atividades econômicas, destacando-se em termos de faturamento no ramo agropecuário. Com relação ao número de cooperativas e número de empregados, também o destaque está no ramo agropecuário. Já com relação ao número de associados, a proeminência está no ramo de cooperativas de créditos. Como pode ser observado nos dados apresentados no quadro nº 2 abaixo:

Quadro nº 2. Números do cooperativismo por ramo de atividade (31/dez/2010)

Ramo de Atividade	Cooperativas	Associados	Empregados
Agropecuário	1.548	943.054	146.011
Consumo	123	2.297.218	9.892
Crédito	1.064	4.019.528	56.178
Educacional	302	57.547	3.349
Especial	12	397	14
Habitacional	242	101.071	1.676
Infra-estrutura	141	778.813	5.775
Mineral	63	20.792	144
Produção	235	11.454	3.669
Saúde	852	246.265	56.776
Trabalho	1.024	217.127	3.879
Transporte	1.015	321.893	10.787
Turismo e Lazer	31	1.368	32
T O T A I S	6.652	9.016.527	298.182

Fonte: Organizações estaduais e OCB

Elaboração: OCB/Gemerc, 2010.

Com os dados expressos no quadro nº 2, verifica-se a participação das cooperativas no cenário da economia brasileira. Entretanto, é interessante observar concomitantemente ao quadro nº 2, os dados expressos no quadro nº 3, que expressam o crescimento do cooperativismo no Brasil em 2010.

Quadro nº 3. Crescimento do cooperativismo brasileiro em 2010

Ramo	Número de Cooperativas			Número de Associados			Número de Empregados		
	Posição 2010	Posição 2009	%	Posição 2010	Posição 2009	%	Posição 2010	Posição 2009	%
Agropecuário	1.548	1.615	-4,1%	943.054	942.147	0,1%	146.011	138.829	5,2%
Consumo	123	128	-3,9%	2.297.218	2.304.830	-0,3%	9.892	9.702	2,0%
Crédito	1.064	1.100	-3,3%	4.019.528	3.497.735	14,9%	56.178	42.802	31,3%
Educacional	302	304	-0,7%	57.547	55.838	3,1%	3.349	3.716	-9,9%
Especial	12	15	-20,0%	397	469	-15,4%	14	9	55,6%
Habitacional	242	253	-4,3%	101.071	108.695	-7,0%	1.676	1.406	19,2%
Infraestrutura	141	154	-8,4%	778.813	715.800	8,8%	5.775	6.045	-4,5%
Mineral	63	58	8,6%	20.792	20.031	3,8%	144	103	39,8%
Produção	235	226	4,0%	11.454	11.396	0,5%	3.669	2.936	25,0%
Saúde	852	871	-2,2%	246.265	225.980	9,0%	56.776	55.709	1,9%
Trabalho	1.024	1.408	-27,3%	217.127	260.891	-16,8%	3.879	4.243	-8,6%
Transporte	1.015	1.100	-7,7%	321.893	107.109	200,5%	10.787	8.660	24,6%
Turismo	31	29	6,9%	1.368	1.489	-8,1%	32	30	6,7%
T O T A L	6.652	7.261	-8,4%	9.016.527	8.252.410	9,3%	298.182	274.190	8,8%

Fonte: Organizações estaduais e OCB

Elaboração: OCB/Gemerc, 2010.

Pelos dados expressos nos quadros número 2 e 3, discorre-se que mesmo em momentos que se anuncia uma crise na economia mundial em diferentes noticiários tele visíveis e impressos, com efeitos economicamente negativos sobre os índices econômicos mundiais, nota-se quantitativamente o crescimento nos índices do cooperativismo no Brasil.

Esses dados revelam o caráter dimensional da subordinação do movimento cooperativista ao modelo de acumulação do capitalismo no Brasil. Na verdade, a hegemonização do modo de produção está acontecendo não somente como um caso particularizado na formação do território capital e Coamo. A hegemonização está atingindo toda a construção do território do cooperativismo, representando como uma territorialidade geográfica do cooperativismo por todos os estados brasileiros. Como se observa nos dados do quadro nº 4 dos números do cooperativismo por Estado brasileiro.

Também, é preciso ressaltar no exame dos dados do quadro nº 4 que pela vasta extensão que caracteriza o território brasileiro, verifica-se uma diversificação ao que diz respeito ao número do cooperativismo em cada Estado. Fato esse que está relacionado ao processo de formação territorial e organização e estruturação histórica do movimento cooperativista.

Portanto, cabe sublinhar a tendência demonstrada pelo movimento cooperativista, na evolução dos principais ramos de atividade e associados desde 1990, período em que se consolidou a intensificação do capital no campo, denotando um novo esforço para a análise do movimento cooperativista (Gráficos nº 1 e 2).

Nesse sentido, observa-se que não foi a crise econômica que dissolveu os contornos ideológicos do movimento cooperativista. Na verdade, os gráficos expressam a sinalização da horizontalidade do crescimento do cooperativismo na formação de redes territoriais no decorrer da contextualização histórica.

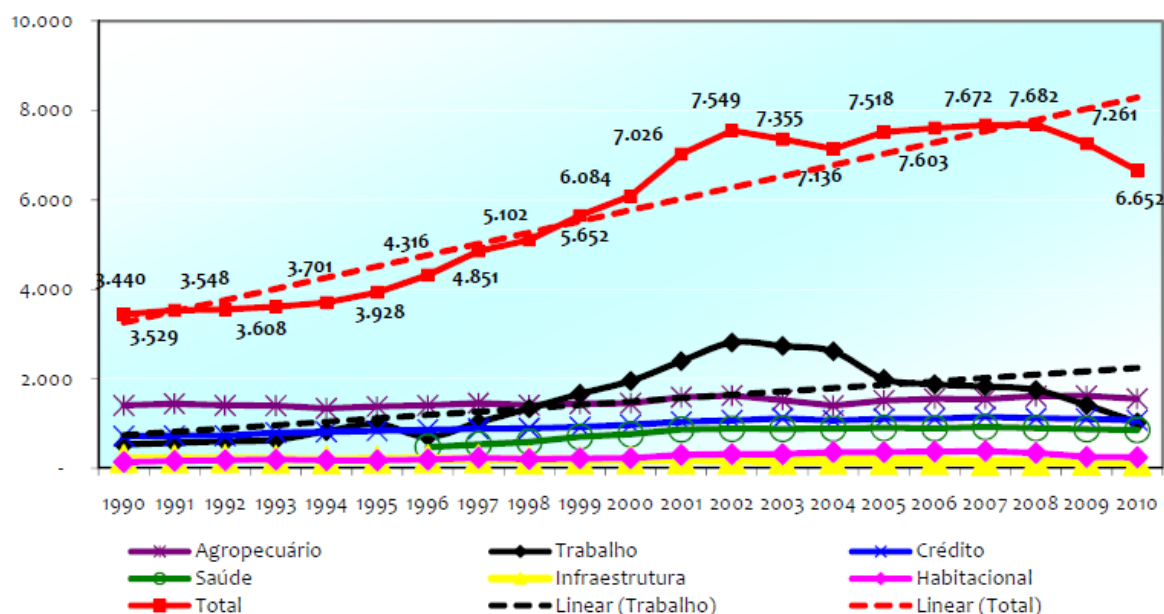
Esse crescimento ocasionado paliativamente desde 1990 até 2010, (gráfico nº1 e 2) apesar das oscilações nos índices, demonstra a circulação de bens de capital, serviços, informações que contempla as diferentes modalidades de cooperativas. Nesse fenômeno temporal evolutivo verifica-se pelos dados o dinamismo perspectivo do crescimento das cooperativas em todo o território nacional.

Quadro nº 4. Números do cooperativismo brasileiro por estado (31/dez/2010)

Unidade Federação	Cooperativas	Associados	Empregados
Acre	51	8.370	222
Alagoas	101	20.086	3.358
Amazonas	131	12.203	1.523
Amapá	61	4.617	547
Bahia	659	422.470	6.109
Ceará	158	78.019	5.654
Distrito Federal	169	142.654	1.828
Espírito Santo	141	151.347	5.959
Goiás	221	126.407	6.404
Maranhão	244	12.636	676
Minas Gerais	781	925.701	29.829
Mato Grosso do Sul	106	92.906	3.445
Mato Grosso	154	221.894	6.238
Pará	276	45.959	1.694
Paraíba	121	45.365	2.631
Pernambuco	212	105.949	3.172
Piauí	54	6.623	482
Paraná	237	534.232	57.526
Rio de Janeiro	452	229.895	7.693
Rio Grande do Norte	108	66.636	1.746
Rondônia	129	38.656	1.831
Roraima	70	4.298	336
Rio Grande Do Sul	728	1.924.384	49.072
Santa Catarina	262	1.007.496	31.886
Sergipe	61	11.542	617
São Paulo	911	2.765.614	66.803
Tocantins	54	10.568	901
T O T A I S	6.652	9.016.527	298.182

Fonte: Organizações estaduais e OCB, 2010.

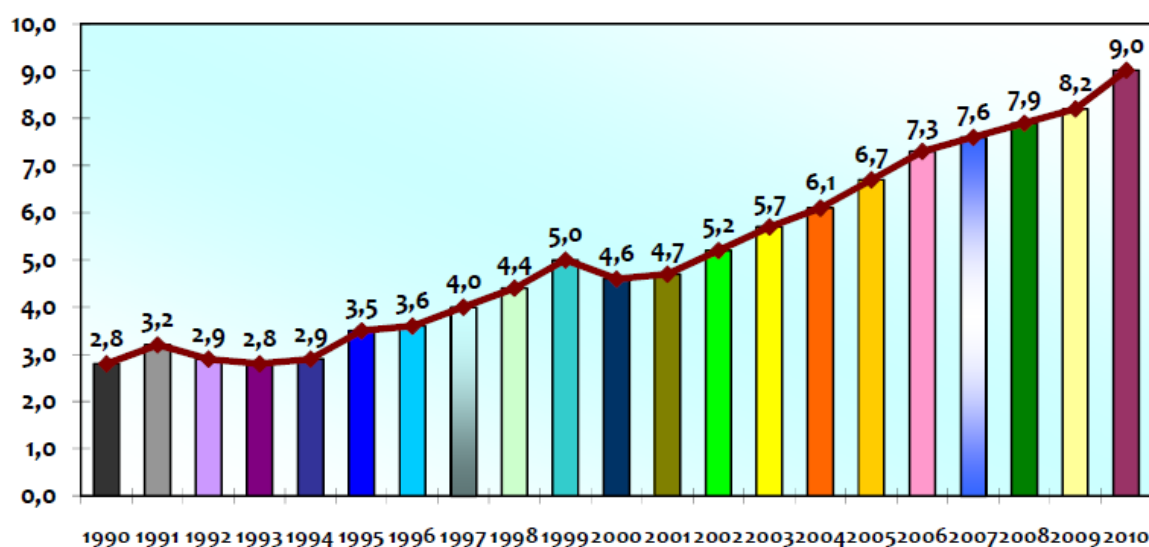
Elaboração: OCB/Gemerc

Gráfico 1. Evolução dos principais ramos desde 1990.

Obs.: 1.) de 1990 a 1995 as cooperativas médicas faziam parte do ramo de trabalho. A partir de 1996, elas foram excluídas daquele ramo. 2.) Ano 2002 - As cooperativas de transporte estão incluídas no Ramo Trabalho, apesar de ter sido criado o Ramo Transporte em julho/2001.

Fonte: Organizações estaduais e OCB, 2010.

Elaboração: OCB/Gemerc

Gráfico nº 2. Evolução do número de associados

Fonte: Organizações estaduais e OCB, 2010.

Elaboração: OCB/Gemerc

Na verdade, no tocante ao cooperativismo agropecuário, a importância de assinalar esse crescimento, ilustra o caráter massificador do desenvolvimento econômico imperante no processo produtivo do campo. Esta situação demonstra a

hipótese da limitação desse sistema em gerar transformação social, condicionada justamente pela dinâmica de acumulação que se expressa na competitividade econômica tendencial do próprio modo de produção capitalista. Assim compreende Milton Santos (2000, p. 14) de que:

A atual competitividade entre as empresas é uma forma de exercício dessa mais-valia universal, que se torna fugidia exatamente porque deixamos o mundo da competição e entramos no mundo da competitividade. O exercício da competitividade torna exponencial a briga entre as empresas e as conduz a alimentar uma demanda diuturna de mais ciência, de mais tecnologia, de melhor organização, para manter-se à frente da corrida.

Com a competitividade expressa nas organizações que ensejam no processo produtivo, no caso das cooperativas agropecuárias, há-se uma necessidade de buscar o desvencilhar do capitalismo, por meio da compreensão das artimanhas criadas por esse modelo econômico que se impõe como ordem na redefinição de todas as organizações, inclusive do cooperativismo, tornando-se fundamental considerar as probabilidades e estratégias a serem adotadas por qualquer organização associativa e não somente pela Coamo.

Não obstante, mesmo tratando em específico sobre a cooperativa Coamo, a observação e análise dos dados apresentados, estabeleceu-se criteriosamente a dinâmica reprodutiva do modo de produção capitalista. O que em verdade, redefiniu o foco sobre o encaminhamento analítico sobre a territorialidade da cooperativa Coamo, aprofundando o entendimento entre o ideal abstrato proposto pelo movimento cooperativista e a real experiência vivificada por uma cooperativa que se organiza no seio do capitalismo.

Nesses termos de entendimento da organização da Coamo, seria um erro não labutar no acompanhamento do aceleração das transformações capitalistas como modelo de produção vigente. Como exemplo as transformações ocorridas nas relações sociais, ambientais, econômicas, políticas das articulações clássicas teóricas que abordam o capitalismo como foco generalizado para o entendimento totalizante das dimensões de tempo que ocorre na simultaneidade, vinculados pelas contradições e metamorfoses organizativas, nas quais o movimento cooperativista tem se enveredado em nome da produção. (SERRA, 1993)

Com efeito, na perspectiva de análise do território capital e Coamo, não se pode esquecer que o “espaço é resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço intermediados pelos objetos naturais e artificiais” (SANTOS, 1996, p.71).

Enfim, nessa ação, criam-se as rugosidades que expressam as características materializadas de interações entre todos os processos nos quais: “Tem-se, portanto, um espaço produzido herdado [...] que condiciona continuamente o uso dos lugares a cada momento, abrindo, possibilidades analíticas para uma dimensão geográfica na interpretação da história humana” (MORAES, 2000, p. 34)

Portanto, os geógrafos devem considerar a relação dialética existente entre espaço e sociedade, incorporando em sua compreensão as artimanhas criadas pelo modo de produção capitalista. Além disso, deve-se considerar o movimento social juntamente do processo produtivo, porque os fluxos informativos e evolutivos estão cada vez mais rápidos, constituindo o próprio resultado da estrutura global numa compreensão particular. Nesses termos, Oliveira (1978) sublinhou que: “É nessa totalidade que estão as explicações dos mecanismos, que permitem a reprodução das condições materiais da produção”. Mas, certamente a produção geográfica carece de uma abordagem sobre a:

Apropriação, transformação, perenização, construção: características caras à perspectiva de geografia que se assume. Captar o movimento interno da valorização do espaço – entendendo a lógica que presidiu a execução das construções e dos arranjos locais – seria seu objetivo primeiro. O outro seria apreender os condicionamentos do resultado de tal processo em diferentes momentos, isto é; as influências da estruturação do espaço transformado e produzido com que se defronta uma sociedade numa dada conjuntura histórica. (MORAES, 2000, p. 36)

Assim, refletindo sobre as questões de encaminhamento de estudo geográfico, em especificidade nessa pesquisa tratando dos desdobramentos que se articulam na dinâmica produtiva do campo e, da cooperativa Coamo, averigua-se que as pesquisas de geografia agrária estão em débito com a análise dos pensamentos clássicos como Adams Smith, David Ricardo, Karl Marx e outros, que se expressaram teoricamente sobre a organização do processo de produção capitalista.

Doravante, embasado com esses conhecimentos passa-se geograficamente a pensar a partir das emaranhadas do modo de produção capitalista, nas perspectivas

do território do capital e da Coamo na dinâmica totalizante. Assim, compreende-se que para pensar o modo capitalista antes de tudo:

O exercício teórico tem sentido e é necessário quando se submete o conhecimento a uma crítica fecunda. E só a História tem condições de fecunda-la. Só o compromisso com a transformação da sociedade pode revolucionar o conhecimento. [...] Através dessa crítica na própria ação é possível fazer frente ao modo capitalista de pensar, abrindo espaço por entre as contradições que ele expressa e contém no rumo de uma sociedade transformada. [...] Nós não reformamos a Geografia, viramo-la contra os nossos adversários. (OLIVEIRA, 1978, p.484 - 485)

Portanto, a partir do pensamento exposto na citação de Oliveira (1978), alça-se uma visão totalizadora da realidade, constituindo-se além de um simples direcionamento de pesquisa, uma compreensão do estágio atual de desenvolvimento do modo capitalista e suas perspectivas de avanço sobre a concretude do espaço geográfico que se expressa na atuação da maior cooperativa da América Latina, a Coamo. Neste caso, significa a ascensão de probabilidades de novos rumos de entendimento ao próprio modo de produção capitalista no direcionamento do movimento cooperativista no âmbito da ciência geográfica, sem esquecer de que:

É necessário compreender a produção geográfica historicamente, porque tudo é uma questão de tempo, mais alguns anos e as profundas transformações que a sociedade capitalista atravessa, em função do desenvolvimento do modo de produção capitalista, fatalmente transformarão tudo, quer queiramos ou não. (OLIVEIRA, 1978, p.462)

Com base no pensamento de Oliveira (1978), firmam-se os pilares norteadores em defesa da tese de que a hegemonização do território do capital, fez das cooperativas uma forma de acumulação, reprodução e ampliação de capital, constituindo as cooperativas agrícolas em verdadeiros alicerces para os produtores se tornarem capitalista no campo. Com essa tese, alicerçada nas informações traçadas sobre a Coamo, a contextualização histórica dessa materialidade cooperativista esclarece a utopia da proposta de socialização contida na doutrina cooperativista, frustrando a proposta da transformação social no âmago do desenvolvimento do modo de produção capitalista, com base nos princípios que regem o movimento cooperativista. E, certamente:

[...] urge que façamos em nossa produção científica uma análise profunda da sociedade brasileira, do estágio atual de desenvolvimento do modo de produção capitalista, das conjunturas políticas, pois só assim estaremos produzindo ciência, só assim estaremos contribuindo, ainda que pouco, para a transformação da sociedade brasileira e quiçá latino-americana. (OLIVEIRA, 1978, p. 483)

Não obstante ao pensamento de Oliveira, considera-se que ao tecer considerações sobre o modo de produção capitalista e sobre cooperativas, em particular considerando o estudo de caso sobre a formação do território do capital e da Coamo, que se alcança repercussões científicas em acordo com a materialidade existencial do próprio movimento cooperativista. Nesse sentido, na discussão do encaminhamento científico bem colocado por Oliveira (1978) discorre-se que da junção Coamo/modo capitalista de produção/movimento cooperativista, resulta-se a construção de um território, que se firma pela própria contradição que se expressa no interior da organização associativa da Coamo e se expande generalizadamente nas condições materiais de produção ao nível da produção mundial. No entanto, a contradição se tornou um fator necessário para a expansão desse capital, bem como para a organização da cooperativa Coamo. Tal colocação significa que:

[...] a produção das representações, das ideias e mesmo da consciência está, antes de mais nada, direta e intimamente ligada à atividade material, ou seja, condicionadas pelo modo de produção da sua vida material. Mas, estão também, no desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção, as contradições que liberarão elementos, para não só a transformação do pensamento e de seus produtos, mas da própria transformação dos modos de produção e conseqüentemente da história. (OLIVEIRA, 1978, p. 19)

Neste caso, a proposta de Oliveira (1978), aparece como fundamental ao raciocínio sobre o modo de produção capitalista, que comprova a concretude e as perspectivas constituídas pela junção categórica das abordagens organizativas que se expressam no processo produtivo por meio das relações cooperativistas oriundas como pano de fundo no contexto geohistórico do funcionamento da cooperativa Coamo.

Nesse caminho interpretativo, considera-se como fator de junção categórica para o encaminhamento dos novos rumos desmistificadores da organização social, os acontecimentos ocorridos em escala nacional, e notadamente no estado do Paraná, após a implantação intensiva do capital no campo. Em específico, destaca-

se como já observado anteriormente que esse período, foi responsável pela produção de uma reviravolta em todos os setores organizativos paranaense. Assim, alguns pontos consistentes devem ser mencionados da obra de Delgado (1986, p. 41) que aponta:

Todo esse processo de modernização se realiza com intensa diferenciação e mesmo exclusão de grupos sociais e regiões econômicas. Não é, portanto, um processo que homogeneiza o espaço econômico e tampouco o espectro social e tecnológico da agricultura brasileira.

Tal colocação de Delgado (1986) reforça que a intensificação do capital no campo, produziu por meio da exclusão social uma expansão da economia, articulando e desencadeando uma interdependência das relações de trabalho e reprodução do capital no espaço agrário. Nessa articulação o território se realiza no espaço rural de modo particular, que em sua territorialização no espaço de Campo Mourão produziu uma nova realidade que teve na Coamo as baldrames para seu desenvolvimento econômico, contrapondo-se com as questões ideológicas premente no movimento cooperativista. Dessa contraposição, não só em Campo Mourão como em todo o estado do Paraná observou-se uma liberdade total de toda a propriedade, na qual segundo Martins (1991. p. 152 -153):

Os trabalhadores expropriados são livres para vender o que lhes resta, a sua força de trabalho, a quem precise comprá-la, quem tem as ferramentas e os materiais, mas não tem o trabalho. [...] O capitalista compra a força de trabalho porque ela lhe tem utilidade: a força de trabalho é a única dentre todas as mercadorias que pode criar mais valor do que ela contém.

De acordo com a perspectiva de expropriação exposta por Martins salienta-se que o processo de transformações do espaço agrário gerou inúmeras consequências sociais, acentuando ainda mais a concentração da terra nas mãos de uma pequena parcela de médios e grandes proprietários. E, na escala regional, percebe-se que essa concentração foi uma das consequências desencadeada pela territorialização da cooperativa Coamo na região de Campo Mourão, que por sua lógica produtiva contribuiu para a reconfiguração de toda a dinâmica socioespacial mourãoense.

Portanto, ao considerar a área geográfica de Campo Mourão, verifica-se que a concentração fundiária, contribuiu para uma alteração significativa na distribuição

de terras, na qual predominava a pequena propriedade, como pode ser observado pela tabela nº 3, que se refere às propriedades tituladas até o ano de 1955.

Tabela nº 4. Campo Mourão: distribuição das propriedades tituladas até o ano de 1955.

Tamanho da Propriedade	Quantidade	%
Menos de 10.....	765	25
10 a menos de 50.....	825	27
50 a menos de 100.....	333	11
100 a menos de 500.....	1.017	34
500 a menos de 1.000.....	39	1
1.000 e mais.....	52	2
Total.....	3.031	

Fonte: Campo Mourão (1957). Organizada por: ONOFRE, Gisele Ramos (2004)

Desta feita, expressa os dados da tabela número 3, a representatividade quantitativa no percentual areal dos estabelecimentos entre 100 a menos de 500 hectares de terra. Trata-se nesse caso do caráter concentrador de terra que na região de Campo Mourão já antecede o ano de 1955, e com a instalação da cooperativa Coamo pós a década de 1970 e incentivos governamentais para a adesão da agricultura capitalista esse processo se intensificou gradativamente. Em suma, no Brasil a concentração de terra vem ocorrendo desde a escravidão até os dias atuais, explorando e dominando o espaço geográfico, que com a intensificação da concentração da propriedade da terra destrói paliativamente o campesinato. São para esses elementos que Fernandes chama a atenção:

Da escravidão à colheitadeira controlada por satélite, o processo de exploração e dominação está presente, a concentração da propriedade da terra se intensifica e a destruição do campesinato aumenta. O desenvolvimento do conhecimento que provocou as mudanças tecnológicas foi construído a partir da estrutura do modo de produção capitalista. De modo que houve o aperfeiçoamento do processo, mas não a solução dos problemas socioeconômicos e políticos: o latifúndio efetua a exclusão pela

improdutividade, o agronegócio promove a exclusão pela intensa produtividade. A agricultura capitalista ou agricultura patronal ou agricultura empresarial ou agronegócio, qualquer que seja o eufemismo utilizado, não pode esconder o que está na sua raiz, na sua lógica: a concentração e a exploração. (FERNANDES, 2011, p. 1 -2)

Ilustrando essa realidade levantada por Fernandes, a Tabela nº 4 revela a gradativa concentração de terra, ou seja, a realidade na região de Campo Mourão não mudou, ao contrário, a concentração nas mãos de poucos aumentou representativamente na Mesorregião Centro Ocidental Paranaense, significando em percentual uma alteração do número e área ocupada pelas pequenas propriedades rurais, após o ano de 1970. Portanto, fica evidente pelos dados que nesse recorte espacial a realidade agrária presenciou um processo de concentração da posse da terra, nos estabelecimentos acima de 100 hectares.

Tabela 5. Mesorregião Centro Ocidental Paranaense: Número de estabelecimentos agropecuários por grupos de área

Tamanho do estabelecimento	1970	1980	1996
	Número de estabelecimentos		
- 10	36.266	16.665	9.826
10 – 100	17.536	14.103	11.977
100 – 1000	969	1.739	2.160

Fonte: IBGE, 2007.

Organizada por: ONOFRE, Gisele Ramos (2011)

Ainda é importante ressaltar que os estabelecimentos de menos de 10 hectares declinaram em número, significando uma reestruturação produtiva determinada pela agricultura capitalista. Além disso, no ano de 1970, as unidades menores que 10 hectares, totalizavam um número de 36.266 minifúndios. Porém, já nos dados de 1996 verifica-se um desaparecimento de 26.440 estabelecimentos, o que revela o desenvolvimento contraditório e desigual espacialmente da agricultura capitalista, expressando a expropriação da terra e a proletarização do trabalho.

Por conseguinte, a redução em números atingiu somente os estabelecimentos menores de 100 hectares, presenciando um aumento considerável nos estabelecimentos de 100 a maiores que 1000. Em consequência dessa concentração verifica-se a anexação das pequenas propriedades às médias e, preocupantemente a relevante concentração espacial das grandes propriedades.

Todavia, cabe esclarecer que essa anexação aparece como resultado da agricultura capitalista em todo o território nacional entre as unidades camponesas, sobre isso Fernandes (2011, p. 2) ilustra que:

A fundação do agronegócio expandiu sua territorialidade, ampliando o controle sobre o território e as relações sociais, agudizando as injustiças sociais. O aumento da produtividade dilatou a sua contradição central: a desigualdade. A utilização de novas tecnologias tem possibilitado, cada vez mais, uma produção maior em áreas menores. Esse processo significou concentração de poder – conseqüentemente – de riqueza e de território. Essa expansão tem como ponto central o controle do conhecimento técnico, por meio de uma agricultura científica globalizada.

E no estudo do processo de concentração da terra e suas conseqüências, Oliveira (2002) deixa claro que o processo de ampliação da propriedade camponesa ocorre por meio de sua anexação aos médios e grandes estabelecimentos rurais. Portanto, com a anexação, constata-se um processo de expropriação no seio da própria produção camponesa, em qual o camponês médio ou rico anexa, por meio da compra o estabelecimento do pequeno produtor rural, que em alguns casos, migra para outros lugares comprando mais terras em outras regiões. Além dessas questões Oliveira (2001, p. 39) argumentou que:

Portanto, uma pequena parte do campesinato também tem elevado o grau de produtividade do trabalho familiar camponês. Em muitos casos, tem mesmo conseguido acumular uma poupança que reaplica na compra de mais terra, de seus vizinhos, por exemplo, que não tiveram a mesma possibilidade de acumulação ou que optaram pela migração ou ainda foram expropriados sumariamente. Assim, nas regiões predominantemente ocupadas pelos camponeses não é necessariamente o processo de expropriação direta pelo capital que comanda e determina o processo, expropriando a terra campesina. Mas o capital – talvez mais sabiamente – expropria as possibilidades de os filhos dos camponeses possuírem terra para continuar camponeses. Na maioria dos casos, os filhos se proletarizam. Ou seja, a proletarização não precisa atingir diretamente toda a família camponesa, mas atinge seguramente a maior parte dela. Esta distinção dos processos atuantes é fundamental para o entendimento geral do país.

Como argumentado por Oliveira (2001) a anexação e conseqüente redução dos pequenos estabelecimentos rurais ocorreu por todo o território nacional. E para justificar a concentração de terra, credita-se para a produção dos grandes estabelecimentos a maior parte da produção agrícola e da pecuária. Para exemplificar essa questão apresenta-se aspectos referentes a agricultura do Estado do Paraná, transcrito por Fleischfresser (1988, p. 41) que lembra de que:

[...] na década de 70 na agricultura paranaense – houve concomitantemente um processo de “seleção” entre os produtores. Esse processo atingiu em especial grande parcela dos produtores com unidades de até 20 hectares, porém mais duramente os com até 10 hectares, configurando entre esses um processo de diferenciação social mais acentuado, porque, na medida em que um grande número de pequenos produtores perdeu seus estabelecimentos [...], perdeu também seu principal meio de produção – terra - que permitia sua reprodução como produtores.

Porém na realidade a concentração de terras, representa a hegemonização do capital no campo, que procura cooptar a agricultura camponesa para defender o seu modelo de desenvolvimento. Entretanto, os dados do MAPA - Ministério da agricultura, Pecuária e abastecimento (2010) revelam que a agricultura camponesa é responsável por mais da metade da produção do campo, com exceção da produção de soja, cana e laranja.

Na cooptação da agricultura camponesa, todos os agricultores são considerados como iguais na competitividade do mercado, e também em seu relacionamento com a cooperativa. Na realidade, como argumentou Abramovay (1992) no modo de produção capitalista, o mercado domina a vida social e sua racionalidade econômica, tomando conta do comportamento individual, desconstruindo os laços comunitários que acabam por perder o poder agregador e os camponeses perdem seus objetivos em sua própria reprodução social.

Nesse particular exposto por Abramovay (1992), avaliando a organização da Coamo, que é formada em sua maioria por pequenos e médios produtores rurais, verifica-se a importância atribuída para o progresso da agricultura capitalista e conseqüente para a hegemonização territorial. Isso porque, a Coamo se expande em capital e em território, ultrapassando a linha limítrofe do Estado do Paraná, estendendo-se para os Estados de Santa Catarina e Mato Grosso, instalando seus entrepostos. De acordo com Martins (1995) a concentração de terra e a expansão territorial da atuação cooperativa é fundamental para a produção e exploração capitalista.

Por ventura, em todo o território nacional, recenseia-se a expansão da grande empresa capitalista na agropecuária brasileira. E a expansão conseqüentemente produz um quadro contraditório transformador do espaço agrário, que nas palavras de Magalhães e Kleinke (2000, p. 30) apresenta as seguintes alterações nas:

[...] relações de produção e de trabalho no campo, provocando a desestabilização das condições rurais de sobrevivência e a expulsão de enormes contingentes populacionais, até então vinculados às atividades agrícolas. Parcela significativa desses emigrantes rurais se transfere para os centros urbanos do próprio Paraná, em busca de oportunidades de trabalho e de obtenção de renda. Nesse processo, ampliam-se sobremaneira o grau de urbanização do Estado e a tendência de concentração da população nos centros urbanos de maior porte. Ao mesmo tempo extensas correntes migratórias dirigem-se às áreas urbano-industriais do Sudeste, particularmente para São Paulo, e às regiões de fronteira agrícola do Norte e do Centro-Oeste brasileiro. Dessa forma, o Paraná, de receptor, passa a constituir uma das principais áreas expulsoras de população do país, e se até esse período se destacava a apresentar o menor crescimento populacional dentre as UF brasileira.

Portanto, antes de tudo, ao pensar na constituição do território do capital e Coamo, note-se pela citação de Magalhães e Kleinke (2000) o caráter contraditório entre população e crescimento econômico, que com a intensificação do capital produziu uma reviravolta social. Nessa realidade, o cooperativismo, se impõe como uma economia alternativa para viabilizar a produção. Sobre essa questão, Loureiro (1981, p.133) ao analisar a reprodução camponesa no cooperativismo é bastante clara que: “[...] a cooperativa pode-se constituir em um eficiente instrumento de subordinação de agricultores camponeses ao capital”.

Nesse sentido, deve-se deixar explícito, portanto que na região de Campo Mourão, a Coamo, ao inserir-se ideologicamente nos princípios do capitalismo se tornou um rentável empreendimento econômico capaz de realizar a expropriação do camponês, constituindo-se em um eficiente instrumento de subordinação dos agricultores ao capital, estabelecendo a base de expansão territorial no modo de produção capitalista, e todas as relações sociais que se expressam na conjuntura desse território. Todavia, a Coamo transformada em agente do capital foi implantada e organizada pelo trabalho do homem e ao mesmo tempo para o homem, mesmo que a economia tenha sido colocada como o motor de todo o processo, os resultados foram sentidos diretamente pelo homem. E, foi nesse sentido que Serra (2008, p. 8) analisou que:

Ao operar com associados, terceiros e integrados, a cooperativa transformou-se numa empresa híbrida, cuja evolução independe de quesitos como representatividade e fidelidade do quadro associativo. Paralelamente, comporta-se como uma organização que, no âmbito da restrita atuação junto aos associados, pode não assumir o lucro como meta, vestindo desta forma a camisa ideológica do sistema cooperativista, onde, no lugar do "lucro", "sobra" constitui o termo mais adequado; mudando-se para os outros segmentos que atende, no entanto, o lucro passa a ser vital para a atividade econômica que desempenha. O caráter híbrido e ao

mesmo tempo contraditório que vai marcar a atuação da cooperativa se prende ao sentido de manter, ao mesmo tempo, relação paralela entre uma categoria de produtores “livres” e uma categoria de produtores “integrados”. São “livres” os produtores associados à cooperativa que mantêm, por exemplo, uma relação de compra de insumos e venda da produção agrícola, obedecendo a certos princípios de mútua fidelidade. São “integrados” os produtores, também associados à cooperativa, porém compromissados por meio de contratos de parceria para a produção de determinada matéria prima industrial, observando-se que tal forma de “prender” o associado a cláusulas contratuais fere o princípio de liberdade do cooperativismo.

Com tal constatação, avança-se cientificamente no pensamento sobre a expansão geográfica do território do capital e Coamo, considerando todas as estratégias utilizadas em sua produção, bem como as perspectivas para a sua reprodução. E nesse encaminhamento analítico, verifica-se que no estabelecimento das relações entre a Coamo e seus cooperados, o governo nacional por meio de suas ações, está contribuindo para que ocorra gradativamente a expropriação e reprodução campestre via cooperativa. Como salientou Loureiro (1981, p. 135 -136) sobre a atuação do Estado no interior do movimento cooperativista brasileiro, de que ocorre:

[...] o caráter autoritário e corporativo do movimento cooperativista brasileiro, imposto de cima para baixo, através de leis produzidas pelo Estado Novo como reflexo do fortalecimento da intervenção estatal na economia. Desde seu surgimento, de forma mais sistemática nos anos 30 até hoje, as cooperativas no Brasil sempre estiveram atreladas ao Estado, que não só regulamenta suas normas de criação e funcionamento, mas também as fiscaliza diretamente. O sentido histórico da utilização da cooperativa pelo Estado pode ser identificado a partir da percepção da necessidade de promover a expansão da produção agrícola.

No caso específico da Coamo, verifica-se claramente que esta serviu como mecanismo utilizado pelo Estado para a promoção da agricultura capitalista, ou seja, para a expansão do território do capital no campo. Nesse particular, arrolando as informações coletadas em entrevistas juntamente com os cooperados da Coamo, segue-se primeiramente o debate e questionamentos sobre o próprio modo de produção capitalista, procedimento que permite vislumbrar a organização hegemônica do que seria o território capital e Coamo, como alternativa para os agricultores. Para tanto, ponderando o exposto por Oliveira (1978, p. 461) que versa:

Em resumo, o que pode-se observar é um movimento cíclico do pensamento e disto há de partir a análise dos fatos, e a interpretação e explicação do conhecimento. Este movimento cíclico, [...] num sentido, vai

dos dados oferecidos pela realidade com que a prática põe o indivíduo pensante em comunicação e contato, resultando daí a elaboração do conhecimento, ou antes, reestruturação e reelaboração do conhecimento anteriormente elaborado, noutro sentido, o pensamento, na base do conhecimento elaborado ou reelaborado, retoma a prática que o pensamento provoca e dirige uma vez que a prática não é senão ação racional, isto é, determinada pelo pensamento. E colhe (o pensamento), com esta nova prática, nova experiência, novos dados com que se verificará o acerto ou desacerto, e em que medidas do conhecimento já elaborado, que com isto e na continuação do ciclo, se reelaborará e ajustará melhor aqueles novos dados.

Nesse ponto de esclarecimento, considerado na citação de Oliveira (1978) sobre o movimento do pensamento, como uma das abordagens possíveis para a interpretação do território capital e Coamo, emprega-se dialeticamente, entretanto com uma visão distinta, o pensamento de Pierre Vilar (1982) na contextualização temporal da totalidade da estruturação econômica do modo de produção capitalista. Na verdade, a apreciação de Vilar (1982) pressupõe um posicionamento que busca encontrar as origens da metamorfose cooperativista a partir do movimento produtivo, que se firma organizativamente por meio do desenvolvimento das relações entre o homem e seu trabalho, entre o homem e seu produto.

Com os pressupostos postos por Vilar (1982) argumenta-se que a Coamo, envolvendo uma ideologia organizativa para com seus agricultores no discurso de cooperação e eficiência no trabalho desenvolvem similitude de interesses e motivações dos membros. Por consequência tem-se a utilização de maior capacidade de trabalho conjunto, por meio de assinaturas de termos e acordo no coletivo, que versam para a ampliação do conhecimento técnico e profissional apropriado pelo coletivo e incorporado à produção, e a distribuição equitativa dos resultados do trabalho, conforme a contribuição real de cada um e do coletivo. Logo, cabe aqui pensar nas afirmações de Cláudio Francisco Bianchi Rizzatto, vice-presidente da Coamo, relatadas em entrevista realizada no ano de 2010 sobre o significado da Coamo para o processo produtivo brasileiro, paranaense e, sobretudo para os seus associados. Assim, conforme Rizzatto (2010) a cooperativa:

Para o associado tem uma extrema importância, pois é uma empresa do associado onde pode auxiliar na resolução de seus problemas econômicos e sociais dos próprios associados, presta os serviços que praticamente eles necessitam como assistência técnica, compra dos insumos, venda da produção, desenvolvimento de pesquisas, comercialização dos produtos em geral e se desenvolver a área social na medida em que pode, por meio de cursos e treinamentos técnicos para uso e cultivo do solo e também na área de cursos para a família em geral, ou seja, todos os tipos de serviço que

eles precisam para a melhoria da qualidade de vida. E a importância para o Brasil e Paraná é que a Coamo constitui a segunda maior empresa, é uma das maiores empresas em sua movimentação de capital, com a geração de empregos, sendo uma das maiores cooperativas do Brasil em exportações, tendo uma importante representação social.

Primeiramente, a partir das colocações de Rizzato (2010), inicia-se uma discussão embasada teoricamente em Vilar (1982), sobre o relacionamento entre os homens e a troca recíproca de técnicas e noções de trabalho e produção que são controladas por leis, tradições e costumes sociais. A partir desse pensamento, destaca-se um dos aspectos significativo para a expansão das cooperativas agropecuárias em território brasileiro, em particular analisando a expansão do território capital e Coamo.

Na organização cooperativista, a expansão territorial da Coamo, atingiu um ritmo mais rápido do que as empresas capitalista, demonstrando que na organização do modo de produção capitalista o cooperativismo estabelece-se como uma forma articuladora que integra os produtores e sua produção por meio de sua atuação na comercialização e industrialização dos produtos.

Nesse particular, Vilar (1982), analisa que a produção capitalista adota estratégias de organização social e reprodução da riqueza para a sociedade por meio da utilização dos dons da natureza e sua recriação. Para esse autor a articulação capitalista vem agravando o quadro de problemas sociais, sobretudo quando se analisa a questão da dívida externa brasileira e o aumento das desigualdades sociais. E, é justamente nesse contexto que no desenvolvimento do movimento cooperativista as transformações econômicas experimentadas nos últimos anos, resultaram na constituição de uma legislação específica em favor do desenvolvimento das cooperativas.

Entretanto, é importante reconhecer o afloramento no seio das cooperativas, de um processo de desequilíbrios socioeconômicos de todas as ordens, em particular referente a utilização dos recursos naturais e conseqüente modificações verificadas no espaço geográfico, que se estruturam cada vez mais visíveis permeados pela negligência dos direitos e deveres sociais. Assumido, portanto a premissa exposta argumenta-se por meio das colocações de Scheneider que:

O dilema que se coloca então para o cooperativismo, enquanto movimento e estratégia de desenvolvimento rural no sentido preconizado, é o de assumir um papel mais ativo frente às contradições que surgem, em favor

de mudanças estruturais mais profundas, sob pena de se perpetuar como um sistema apenas marginal frente aos interesses e necessidades reais da grande maioria da população que vive no campo. (SCHENEIDER, in LOUREIRO, 1981, p. 35)

Apresentado os questionamentos de Scheneider (1981), chama-se a atenção a necessidade de reflexão sobre a nova forma organizativa das cooperativas, que passaram a se reproduzir como mecanismos de defesa e reprodução do modo capitalista, provocando grandes transformações na estrutura geral do cooperativismo, influenciando diretamente na organização da sociedade. Prontamente, “De uma perspectiva global, a atuação da cooperativa é condicionada a reproduzir a dinâmica própria do modelo de desenvolvimento que implica o desenvolvimento diferenciado do setor agrícola”. (SCHENEIDER, in LOUREIRO, 1981, p. 25)

Com essas mudanças, enfatiza-se que no movimento cooperativista a metamorfose foi desenvolvida pela motivação de toda a dinâmica internacional que se configura pelo próprio capitalismo. Somada a essa particularidade, destaca-se que essas transformações se sustentaram não somente no cooperativismo, mas delineararam toda a economia nacional, estimuladas pelo governo, resultando na fundação da Coamo na região de Campo Mourão. Por conseguinte, a Coamo representa em acordo com a entrevista realizada com seu vice-diretor Rizzato (2010):

[...] uma empresa cooperativista, que representa empregos, geração de impostos, geração de renda, melhoria de qualidade de vida. Com isto sendo considerado como um modo de vida de seus cooperados, onde seus associados são os responsáveis e os próprios donos, com isto tudo que é gerado é para eles, se diferenciando de uma empresa mercantilista onde apenas uma pessoa é beneficiada com os lucros, com isso a cooperativa tem uma grande representação em relação as outras empresas e as operações que são realizadas e tomadas por todos os associados, produz bons resultados, e se produzir prejuízos são de todos também.

Entretanto, é preciso considerar que o cooperativismo caracteriza-se por suas transformações capitalistas que se estruturaram a partir da economia mundial que tem por base um conjunto de mudanças que vêm ocorrendo na estrutura das forças produtivas, em qual se fundamenta o capitalismo como modelo produtivo. (CAVENDISH, in LOUREIRO, 1981)

Nesse aspecto de transformação capitalista, o que de fato, está ocorrendo na expansão do território da Coamo, se relaciona diretamente com a noção de forças produtivas e a relação existente entre trabalho e valor, que em acordo com Vilar (1982) encarna o segredo da história social e de suas transformações temporais.

Por conseguinte, no conjunto das relações de produção desencadeadas na região de Campo Mourão, determina-se uma mistificação ideológica para forma da organização e expansão do modo de produção capitalista em qual mesmo que os agricultores sejam associados a Coamo, estes desenvolvem suas atividades, por meio da individualidade ou da exploração do trabalho de outros indivíduos.

Enfim, ao pensar nessas particularidades encontra-se o mito da formação de uma sociedade igualitária que se ajuste ao modo de produção capitalista. Essa sociedade já sonhada desde o socialismo utópico e a social-democracia até o comunismo e o anarquismo, alimenta um conjunto de teorias e pensamentos que materializam ideologicamente a abolição das desigualdades entre classes sociais na organização do espaço geográfico. Por conseguinte, esse mito se expressa analiticamente na totalidade que envolve as relações produtivas, em particular avaliado o mito pela expansão do território capital e Coamo, bem como, expresso elo estudo perspectivo desse território.

4.1 Expansão e territorialização do capital e Coamo: O mito do desenvolvimento cooperativo na formação de uma sociedade igualitária

O grau elevado de concentração da propriedade da terra e as relações de poder que daí decorrem, ao nível das comunidades locais, constituem – sem sombra de dúvida – os maiores obstáculos à cooperação entre produtores e à realização dos princípios básicos em que se apoia o sistema cooperativista. [...] O dilema que se coloca então para o cooperativismo, enquanto movimento e estratégia de desenvolvimento rural no sentido preconizado, é o de assumir um papel mais ativo frente às contradições que surgem, em favor de mudanças estruturais mais profundas, sob pena de se perpetuar como um sistema apenas marginal frente aos interesses e necessidades reais da grande maioria da população que vive no campo. (SCHENEIDER, in LOUREIRO, 1981)

Ao refletir sobre o mito do desenvolvimento cooperativo e a formação de uma sociedade igualitária no interior das cooperativas agropecuárias, em particular retratando a expansão e territorialização do capital e Coamo, verifica-se grandes

transformações ocorridas no campo, por intermédio do cooperativismo resultado das metamorfoses constantes de ideologias e pensamentos.

Nesse processo de transformação a década de 1970, fixou-se como um marco na territorialização do capital e Coamo, na região de Campo Mourão, área em qual se materializou com a chegada da cooperativa grandes transformações no processo produtivo. Portanto, a partir desse momento de fato, em nível de atuação o movimento cooperativista, não só representado pela atuação da Coamo, mas, bem como das demais cooperativas agropecuárias passou a atender as diretrizes capitalistas, mistificando o ideal da formação de uma sociedade igualitária por meio da cooperação.

Com efeito, interessante se faz entender a organização da Coamo e as mudanças radicais que se desencadearam no espaço geográfico com a intensificação do capital no campo e conseqüente industrialização da agricultura, que em certa medida revela uma dinâmica global das forças produtivas e das relações produtivas no seio do movimento cooperativista. No caso paranaense de acordo com Serra (2008, p. 8):

A inserção da cooperativa na fase da industrialização vai garantir como consequência direta, sua inserção no Complexo Agroindustrial, graças aos setores ligados à indústria de transformação de matérias primas agrícolas, ou agroindústrias, que instala a jusante do CAI. Os novos setores viabilizam o crescimento econômico da cooperativa, sua consolidação como empresa capitalista de grande porte, mas, contraditoriamente, esse crescimento ocorre à margem ou independente do corpo associativo. Isso não significa que os associados ficaram parados no tempo e no espaço, apenas assistindo a evolução da cooperativa da qual fazem parte; mas significa que não ocorreu uma relação direta entre o crescimento de um e a participação do outro.

O exame da proposição apresentada por Serra encaminha a compreensão sobre as relações que se instalaram no movimento cooperativista e no território do capital e da Coamo. Deste modo, o pensamento de Serra, contribui na desmistificação do modo de produção capitalista, tendo como pressuposto que a própria economia capitalista produziu em seu desenvolvimento condições estruturantes para determinação e funcionamento do movimento cooperativo.

É preciso, portanto, elevar a compreensão sobre a economia capitalista, medindo o distanciamento do idealizado na proposta original dos pioneiros de Rochdale, buscando uma compreensão das condições materializadas que determinaram essa distancia. Nesses termos, conforme Oliveira (1978, p. 61):

[...] na economia capitalista, os produtores diretos – os trabalhadores – não são donos das mercadorias que produzem [...] Na sociedade capitalista onde as empresas pertencem aos capitalistas individuais; onde os capitalistas são proprietários de suas empresas e as organizam de acordo com seus próprios interesses e não de acordo com os interesses da sociedade, a ligação entre os diferentes trabalhos, ou entre as diferentes empresas... realiza-se... somente através do intercâmbio dos produtos no mercado.

Logo, por meio das colocações de Oliveira (1978), analisa-se a subordinação dos trabalhadores ao modo de produção capitalista, situando a individualidade dentro do contexto produtivo, reproduzido no modelo de desenvolvimento do capitalismo. De tal modo, no tocante ao assunto exposto pelo pensamento de Oliveira, apresenta-se as argumentações de Vilar (1982), que considera a produção movimentada pelas forças produtivas que quando se colocam no movimento tudo se move juntamente, tanto do ponto de ampliação técnica, como do ponto de incremento social e psicológico.

Em verdade, considerado o pensamento de Vilar na análise da Coamo, ao mesmo tempo, em que se verifica o estabelecimento das relações sociais produtivas como regentes motivadores para a fundação dessa organização, sintetiza-se uma estruturação baseada em acontecimentos que marcam toda a estrutura produtiva do país. Essa situação atesta que quando as forças produtivas modificam o modo de produção enquanto conjuntos vastos de costumes e de estruturas simultaneamente técnicas, sociais e psicológicas também muda, e a partir desse momento, o modo de propriedade e as relações entre classes sociais também não podem ser mantidos. (SERRA, 1999)

O que se segue substancia a hipótese de que o movimento cooperativista, no seio da organização social, seguiu seus rumos mediante as bases criadas para seu desenvolvimento econômico no modo de produção capitalista. Entretanto, é evidente que em cada organização cooperativa as transformações capitalistas serão expressas de forma diferenciada, em acordo com a administração de cada organização cooperativa e, considerada a historicidade que marca a agricultura de cada região.

Em Vilar (1982) encontra-se o encaminhamento conceitual para o entendimento de modo produtivo, que em sua explicação segue a estrutura íntima de cada sociedade sem exaurir toda a sua historicidade. A rigor, está aqui uma

aproximação da história que evita uma visão idealista e reacionária da vida social e a sua percepção coletiva de organização e desenvolvimento social, tanto no interior do movimento cooperativista, bem como, no modo de produção capitalista.

Os pressupostos encontrados em Vilar sobre a organização social se sustentam naquilo que Marx (2002) destacou de que tudo o que existe merece perecer em favor de um mundo mais humano, entretanto, a hegemonização do capitalismo segue o sentido da acumulação e expansão do capital.

Não obstante ao fato considera-se a partir do pensamento de Marx, que embora esse autor arrogue ser materialista e cientificista, ele possui pressupostos ideológicos e éticos, distintos dos proclamados por Adam Smith, que ficou conhecido como o pai da economia moderna. Marx afirmou a necessidade de instituir novas formas de sociabilidade humana, superando a forma de sociabilidade dada no mercado. Por isso, ao considerar as transformações do próprio movimento cooperativista recoloca-se analiticamente o encaminhamento para a materialização de novas perspectivas para o futuro tanto do movimento cooperativista, como para a organização da cooperativa Coamo.

Assim, ao considerar o pensamento de Marx, pondera-se as informações obtidas com os cooperados e funcionários da Coamo por meio das entrevistas, chegando ao discernimento de caminhos diferenciados sobre as perspectivas organizativas que seguirão a expansão do território capital e Coamo.

Como perspectiva analítica desse território, o que se segue é uma tentativa de substanciar hipóteses para a construção ideológica de uma sociedade organizada, com base no ponto chave do movimento cooperativista - a coletividade social. Nesse aspecto de encaminhamento, observando o fluxo do movimento da natureza e a produção do conhecimento que vem necessariamente contemplando na atualidade o relacionamento da sociedade com a natureza, percebe-se um aumento nas ações alternativas de preservação dos recursos naturais, esboçando uma perspectiva que não permite continuar nas nuances contraditórias que se expressam hegemonicamente pelo modo de produção capitalista.

Tomando como referência esse caminho, admitem-se novos rumos de orientações administrativas para a cooperativa Coamo. Além de nos remeter a uma necessária reflexão sobre a atual forma de encaminhamento administrativo dessa cooperativa, que assumiu sua postura capitalista condimentada pelos cânones economicista. Nesse teor de explicação segue a opinião cedida por Rizzato (2010)

em entrevista sobre o que significa para a Coamo, ser a maior cooperativa em termos de capital da América Latina. De acordo com ele:

Quando tu és um espelho de muitas outras empresas, tem referencias muito boas, tem créditos suficiente e de maior facilidade, com um melhor relacionamento de mercado, com isto é melhor ser a maior e a melhor, pois tem algumas vantagens e benefícios que auxilia os seus cooperados.

Por conseguinte, analisando o exposto por Rizzato (2010) verifica-se que a Coamo por estar inserida no Modo de produção capitalista necessita ser uma empresa sólida de grande segurança na comercialização dos produtos de seus cooperados. De acordo com o código de ética os bons resultados tanto profissionais quanto os empresariais são resultados de decisões morais ou éticas e que tem como consequência os bons negócios a longo prazo. Assim, faz-se necessário, para o desenvolvimento integrativo da Coamo, o zelo por sua imagem, em meio a busca de resultados econômicos de forma honesta, justa e transparente, sobretudo por ser uma organização coletiva, necessita que seja valorizado o ser humano, sua privacidade, individualidade e dignidade, repudiando qualquer atitude de preconceitos e de discriminação. (ARRUDA, 2002) Porém, em entrevista com um dos seus cooperados constatou-se uma necessidade que precisa ser assumida pela Coamo com relação ao seu comprometimento perante seus cooperados e a coletividade social. Em entrevista, um de seus cooperados, declarou que:

[...] os agricultores se tornaram reféns da cooperativa e por causa disso, tendo que obedecer aos preços estipulados na cooperativa, muitas vezes acabando por definhar devido as frustrações que se acarretaram por causa de condições climáticas, crises econômicas entre outros fatores. Disso, vêm como consequência o endividamento com a própria cooperativa ou com o bando do Brasil e outras agências financiadoras, o que tem se tornado um grande problema para o desenvolvimento da agricultura brasileira, influenciando na concentração de renda e de terra.

Dessa maneira, as considerações apresentadas na entrevista pelo cooperado da Coamo ponderam as dificuldades na comercialização da produção agrícola, e justamente essas dificuldades produzem o endividamento do agricultor por meio da falta de uma margem de lucro suficiente. E assim, verifica-se que os maiores vilões dessa história se constituem a falta de controle de uma política de preços mínimos e o aumento dos preços dos insumos vendidos na cooperativa, que possuem seus preços vinculados as políticas internacionais. Tal situação faz com que:

O mercado passa a ser, assim, o cenário de uma dupla luta, entre os vendedores e os compradores, por um lado e por outro, entre os vendedores entre si. Quando o produtor se dirige com suas mercadorias para o mercado não sabe se produziu muito ou pouco, não sabe bem qual vai ser a aceitação que ele terá. Só através do preço que se fixa no mercado para sua mercadoria poderá perceber a importância que ela tem na produção. (CERON *apud* OLIVEIRA, 1978. p.62)

Ainda, é de destacar que a Coamo, acompanha a política de preços mínimos do mercado interno, respondendo às exigências da dinâmica do capitalismo, articulando a doutrina cooperativista as formas de organização econômica da produção capitalista. Portanto como considerou Duarte (1986) as cooperativas agropecuárias são uma forma híbrida de organização com uma prática discursiva completamente diferente de sua ideologia germe, construindo um discurso cooperativo com base na racionalização de novas instâncias de poderes e gerando saberes diferenciados com base na tecnologia e na economia. Além disso, cabe aqui lembrar a entrevista realizada com o professor Jáder Libório de Ávila (2010) que sublinhou ser:

A Coamo fora dos dogmas do cooperativismo, que foge dos pensamentos socialistas idealizados em meados do século XVIII. E que a princípio as cooperativas foram criadas com o caráter de puramente social e atualmente assumiram outro caráter de capitalista, onde elas crescem se agigantam e o objetivo principal passa a ser o lucro. Tanto da própria cooperativa, quanto de seu próprio quadro de cooperados, que visam a lucratividade.

Em síntese, essa realidade sublinhada por Ávila (2010) evidencia a apropriação capitalista da Coamo, permitindo pensar em novas possibilidades de encaminhamento administrativo para a Coamo que gradativamente concentraria seus esforços na execução de medidas relacionadas diretamente as necessidades apresentadas pela organização da sociedade, ou seja, todas as ações pensadas no seio da organização da Coamo teriam como base para o desenvolvimento de suas atividades, ações voltadas para melhorar a organização social e preservar o meio ambiente. Isso porque, para a Coamo (2011)

[...] a grandeza de seu desenvolvimento não está somente calcada no montante de seus bens de capital. A sua maior riqueza, que lhe dá a segurança para o futuro, está no setor humano, na qualidade dos seus mais de 4 mil funcionários e mais de 19 mil cooperados, constantemente preparados para desempenhar cada vez melhor as suas atividades profissionais.

E assim, nesse caminho de entendimento enfatizado na citação acima, vale analisar o pensamento de Marx (2002) que encontra respostas que admitem uma sociedade econômica diferente, com um novo indivíduo, uma nova coletividade. Para tanto, seria necessário que a Coamo assumisse seu compromisso ideológico dos pressupostos originários do cooperativismo, baseado nas relações entre indivíduos, coletividade e natureza, que amenizariam as distâncias construídas entre os homens quebrando a lógica de dominação da natureza e a noção de progresso como expressão da acumulação de riquezas.

Além de Marx, outro pensamento que conduz a repensar a atuação da Coamo, e construir uma nova perspectiva para o Cooperativismo rural, é as teorias proposta por Hobsbawm (2005). Para o autor, a força do pensamento marxista está justamente na existência do relacionamento social e sua dinâmica interna transformadora. Por isso, a sociedade sempre tenta romper com estruturas vigentes que não corroborem para a continuidade e manutenção de sua existência, criando novos caminhos capazes de revolucionar o encaminhamento da história. Na verdade, para Marx, é possível julgar os padrões organizativos de cada sociedade, comparando com sua capacidade de controle sobre a natureza externa e as reais necessidades organizativas que devem ser priorizadas.

Outro fator a destacar sobre Hobsbawm (1982), e que esse autor assim como Marx acredita na evolução unilinear universal, em que certos fenômenos sociais precisam ser desenvolvidos para que a sociedade possa aprimorar sua própria organização. E, do mesmo modo, o capitalismo, bem como sua influência administrativa só irá se dissolver pela própria necessidade social, que gira em torno das necessidades de consumo e produção.

Com efeito, observa-se que ao nível organizativo da Coamo, o desenvolvimento de relações comunitárias e a diversificação de suas atividades econômicas consistem no delineamento que já vem ocorrendo como cobrança junto a cooperativa por seus cooperados. Por conseguinte, verifica-se por meio dos depoimentos dos entrevistados os desejos e expectativas, tanto de colaboração e militância social, bem como de participação efetiva na preservação ambiental e no planejamento de políticas sociais voltadas a melhorar a vida não somente daqueles que participam da cooperativa mas dos funcionários e consumidores dos produtos Coamo.

Outra observação sobre essa perspectiva de encaminhamento do território do capital e da Coamo se estabelece na própria interpretação de passagens existem no livro de Karl Marx *O Capital*. Esse livro estabelece um manual para análise sobre o desenvolvimento do modo de produção capitalista e suas emaranhadas contraditórias resultantes da organização social.

Em primeiro lugar, no capital, Marx segue analisando as conexões internas do modo de produção capitalista, considerando a mercadoria como uma forma elementar da riqueza para a sociedade burguesa. Também pondera a forma valor do produto do trabalho e a sociabilidade mercantil, e todo o fetichismo que envolve a produção de mercadoria, bem como a alienação provocada pelo trabalho ao trabalhador. Toda essa análise empreendida por Marx demonstra as múltiplas relações esclarecedoras da natureza intrínseca do dinheiro e a diferença existente entre dinheiro e capital, desmistificando as tendências de desenvolvimento do capital como motor para as forças produtivas inerentes ao capitalismo.

Em segundo lugar, as leis de desenvolvimento do modo de produção capitalista expressas no capital afirmam tendências que o modelo capitalista pode criar na organização social. Essas tendências foram listadas por Oskar Lange (1972, p. 8) mediante a explicação:

1) O aumento constante da escala de produção que pela substituição da produção em pequena escala por grande escala, provocou a transição do capitalismo livremente competitivo do século XIX para a atual forma monopolista (melhor seria dizer oligopolista); 2) a substituição do *laissez faire* pelo intervencionismo e “planejamento”; 3) a transição do livre câmbio para o auto-protecionismo e nacionalismo econômico nas relações internacionais; 4) a constante expansão do método capitalista de produção por países não capitalistas que, enquanto a concorrência era livre, produzia pacífica saturação da economia capitalista e civilização ocidental em todo o mundo, mas que, com o capitalismo oligopolista intervencionista, provoca rivalidade imperialista entre as principais potências; 5) o agravamento da instabilidade do sistema capitalista que, ao destruir a segurança econômica e social da população dos países que o adotam, leva-os a rebelar-se contra o existente sistema econômico, qualquer que seja a ideologia, o programa em que se fundamente a rebelião (socialismo ou fascismo).

Essas leis listadas por Lange (1972) parecem ter pleno vigor ainda hoje, uma vez que o novo quadro de internacionalização produtiva e financeira sofre a influencia de uma hierarquização produtiva e oligopolizada de empresas que dominam politicamente a organização social. Além disso, com o fim do socialismo

real, o mundo se converteu ao fascismo do mercado e ao fundamentalismo liberal norte-americano.

Diante dos rumos tomados pela organização social, o caminho para o futuro será o ordenamento da história, por meio da própria compreensão dos fatores históricos. Para tanto, faz-se necessário o conhecimento das leis internas que regem o modo de produção capitalista, assim passar do plano teórico proposto por Marx para a compreensão da organização social e da materialidade expressa na organização da Coamo, reflete as mediações no âmbito da própria sociedade, passando a vivificar o conhecimento científico como algo real necessário a continuidade da vida, e funcionamento de todas as organizações humanas.

Por sua vez, no caso da Coamo, que se destaca internacionalmente como modelo cooperativo, essa ao criar uma estrutura democrática de poder, embebida num espírito comunitário abriria suas portas para exercer a forma cooperativa de produção, que repassa a sociedade todos os lucros sociais, mostrando-se como caminho para os problemas de renda e emprego decorrentes da fragilidade que se encontra atualmente a estrutura produtiva das pequenas propriedades. Claro que para isso, a própria história de desenvolvimento econômico do país será o reflexo para a mudança da postura organizativa não só da cooperativa Coamo, bem como para todas as cooperativas que produzem mercadorias de consumo. É, pois, com essa compreensão que se coloca o desafio para o futuro organizativo da sociedade, seguindo como baluarte o pensamento de Martins (2002, p. 12) de que:

A esperança não é um estado social, o do bem-estar, do consumo, e até dos privilégios de que já desfrutam minorias afluentes. A esperança só o é como o possível, o que pode ser, o que ainda não é mas está anunciado nas próprias condições sociais que os seres humanos foram capazes de construir até aqui, no esforço de todos e não só de alguns. Esse possível só o é, por sua vez, se mediado pela consciência social crítica, pelo conhecimento crítico – pela crítica que revê continuamente certezas e verdades, suas condições, suas limitações, seus bloqueios, sobretudo os bloqueios dos que crêem isentos de limites de compreensão.

Portanto, seguindo a visão perspectiva de Martins (2002) considera-se que na dinâmica própria da economia globalizada, rompe definitivamente com o economicismo criado como modelo de desenvolvimento do país, ao que parece demonstra a falácia criada como promessa histórica do capitalismo de integrar a todos pela igualdade, mediação de mercado e expansão do mercado interno. Isso porque, foi justamente a competitividade econômica e toda a gama de relações que

englobam a comercialização de mercadoria que seguindo os ditames da dominação externa produziu como consequência metamorfoses em todas as organizações produtivas, inclusive nas organizações cooperativas.

Nessa linha de argumentação, segue-se para uma exposição com base no pensamento de Caio Prado Junior (1954, 1987, 1994) sobre a organização espacial da sociedade, a partir do conjunto de processos que têm sido chamados de constituintes da modernidade, e da conquista e colonização do Novo Mundo. Desta feita, pelo pensamento desse autor se faz possível a visualização dessa perspectiva de mudança na organização tanto do movimento cooperativista, bem como da cooperativa Coamo.

Em seu pensamento, Prado Junior elaborou um contraponto sobre o pensamento marxista, sem modificar as categorias de análise. Trabalhou com a formação colonial brasileira, partindo do entendimento sobre a colonização portuguesa abrangendo uma visão sobre a acumulação primitiva europeia, ponderando à heterogeneidade nacional, as desigualdades, a ausência de soberania entre outras informações.

Contudo, a maior contribuição de Prado Junior centra-se particularmente em seu debate historiográfico sobre a nascente economia brasileira, acompanhando as vicissitudes do desenvolvimento econômico a partir da modernização e urbanização do espaço geográfico. Na verdade, Prado Junior, firmou um debate que envolveu características opostas, mediado por uma luta política para a consecução de um programa muito distinto do comunismo pensado pelo partido comunista brasileiro e pelo teórico Nelson Werneck Sodré.

Entretanto, a perspectiva de Prado Junior não desconsiderou o atraso econômico brasileiro, apontando como problema dos países periféricos não a propagação de técnicas modernas, mas sim a criação de condições para esse acontecimento. E, sobretudo, a colocação dessa técnica ao serviço da sociedade, porque de acordo com seu pensamento a realidade se manifesta como totalidade complexa e contraditória de uma radicalidade analítica que necessita pensar as questões econômicas a partir de suas determinações essenciais, para que seja possível alcançar o desenvolvimento econômico efetivo.

Com o embasamento teórico do pensamento de Prado Junior, surgem reflexões que encaminham segundo a necessidade de perspectivas para o desenvolvimento do conhecimento científico, alimentando a ideologia de

transformação social. No pensamento de Prado Junior, tem-se uma contribuição que vai além da teoria, atingindo a construção de teorias aplicadas ao efetivo processo de desenvolvimento econômico expressando a capacidade de mudança que cada organização pode atingir mesmo sendo hegemônica pelas relações capitalistas de produção. No caso específico da cooperativa Coamo, embasados pelo posicionamento teórico de Prado Junior, no particular expresso sobre as relações que englobam a estruturação econômica, gradativamente percebe-se que essa organização em termos administrativos necessita realizar um planejamento voltado ao desenvolvimento social, que consiste numa das principais diretrizes do movimento cooperativista.

Além disso, em Celso Furtado (1976), verifica-se por seu pensamento elementos necessários para o entendimento das perspectivas que seguirão o futuro a ser trilhado pelo território do capital e Coamo. Furtado com sua análise histórica sobre as relações capitalistas auxilia na compreensão do desenvolvimento e organização do território brasileiro, ainda que esse autor não se embase no pensamento de Marx. Apesar disso, Furtado argumentou sobre as condições criadas pelo capitalismo para subordinar os desígnios da coletividade, examinando os problemas do desenvolvimento econômico brasileiro sobre a ótica da acumulação. Para ele, o real desenvolvimento nacional necessita do estabelecimento de bases sociais, que presidam a incorporação do progresso por meio de padrões de consumo que possam ter um conteúdo civilizatório, aumentando o bem-estar do conjunto da população, premissas que devem estar presentes como sustentáculo para o entendimento dos movimentos comunitários e do próprio movimento cooperativista.

Nesse entendimento sobre o pensamento de Furtado (1976) considera-se sua redefinição sobre a noção de sistema econômico de tal maneira que sua abordagem se estende a utilização, regulação e aumento da eficácia do uso de recursos naturais escassos. No entanto, isso só é possível quando se estabelece um projeto nacional, recuperando o mercado interno como centro dinâmico da economia, revertendo o processo de concentração de renda que existe no país. Para tanto, se faz necessário no caso da administração governamental um rompimento cabal com a ordenação política administrativa existente no âmbito desenvolvimentista do modo de produção capitalista, que se estabeleceu sua estrutura a partir de poderes hierárquicos que se impõe coagindo ou mesmo em consentimento nas relações organizativas dos diferentes setores que envolvem o processo produtivo, estabelecendo relações de ordem

internacional que também se expressam pela imposição ou consentimento entre os poderes nacionais, regulamentando e determinando todo o sistema econômico nacional.

Nesse aspecto conjuntural, por considerar o rompimento total da ordenação política, como perspectiva organizativa para a sociedade, Furtado (1976) adverte sobre a importância da preparação das novas gerações de enfrentamento para os desafios que surgiram no decorrer do contexto histórico. Entre os desafios o autor destaca a preservação da herança histórica brasileira, salientando sobre a importância de continuar, a construção de uma sociedade democrática aberta para as relações internacionais como possibilidades de crescimento do mercado interno, com base nos dados de produção e desenvolvimento técnico, científico e informacional agregado às necessidades brasileiras.

Em resumo, a proposta de Celso Furtado afirma que será justamente o rompimento com a ordenação política que garantirá a sobrevivência do Brasil como nação, garantindo como consequência a transformação social justa e igualitária, por meio da preservação de sua independência política.

Portanto, pela proposta exposta por Furtado admite-se uma nova ordenação espacial, que considera o homem concreto, que analisa todos os homens como iguais e necessários para a sobrevivência. Nessa nova ordenação todas as organizações passariam a lutar pela justiça e igualdade social, entrando nesse ponto a participação das cooperativas, como meio de transformação da organização do espaço geográfico, uma vez que essas versam pela coletividade e ganhos sociais, como princípio ideológico, fator que se tornaria como imperante a desestruturação do modo de produção capitalista.

No caso da Coamo, que tem sua atividade baseada na agricultura, movimentando uma quantidade de capital considerável, essa poderia auxiliar no rompimento da ordenação política e enfrentamento dos desafios dos mercados internacionais, uma vez que essa cooperativa tem o seu crescimento econômico a partir da produção dos agricultores nacionais, voltando-se ao mercado interno atendendo as expectativas postas pelo pensamento de Furtado da construção de um país que seja capaz de influir no destino da sociedade.

Na mesma linha de pensamento de Furtado peregrinou o pensamento de Maria da Conceição Tavares, abrangendo enfaticamente os aspectos financeiros de subdesenvolvimento e as características do desenvolvimento de um capitalismo tardio e periférico. Com obras bastante diversificadas, apresentou uma forte

convicção ética e política em defesa da transformação da sociedade capitalista em uma sociedade mais justa e solidária.

Na construção dessa sociedade, primeiramente, deve-se destacar a luta ideológica travada por Tavares (1972) pela compreensão sobre a dinâmica das economias latino-americanas, em particular a economia brasileira, e a inserção dessas economias no mercado internacional. Com posicionamento social definido, Tavares, avançou na compreensão da distribuição de renda, evolução do progresso técnico científico, sistemas financeiros e suas ligações internas e externas entre outros problemas cujo seu equacionamento procurou contribuir.

Já apreciando o pensamento de Tavares, coloca-se a importância teórica resultante de sua luta no ataque em diferentes momentos de suas obras pela busca de uma chave que abre a porta em defesa dos interesses dos excluídos e explorados. Essa questão problematizada foi tratada por Tavares tanto teórica como historicamente, destacando a teoria de que o desenvolvimento não ocorria em todos os lugares da mesma forma, nem segue as mesmas etapas. Assim, o crescimento econômico dos países desenvolvidos logra a dinâmica de desenvolvimento dos demais países dependentes e periférico, por isso o mercado interno depende diretamente das importações.

Contudo, nesse ponto de análise sobre os países dependentes, que se encontra no pensamento de Tavares, argumenta-se sobre a importância do fortalecimento da organização da cooperativa Coamo para a dinâmica do mercado interno nacional.

Como consta historicamente, a Coamo em sua expansão teve sua movimentação financeira nitidamente caracterizada pela reprodução, acumulação e circulação do capital que se expressa pela produção agrícola de seus cooperados e colocação dessa produção no mercado. Na promoção da acumulação de capital, sobrepôs-se às ações de caráter social, portanto, considerada essa questão, uma administração social cooperativa impregnada de coletividade, estaria se desvencilhando da dependência econômica internacional, rompendo com o modelo sócio-econômico e político de exploração neoliberalista, que manteve o controle estatal sobre as organizações cooperativistas, que paliativamente vem limitando a participação efetiva dos cooperados dessa instituição. Adotado esse posicionamento, cabe analisar as relações que foram estabelecidas entre a cooperativa Coamo e seus associados, esclarecendo as perspectivas que devem

ser assumidas pela cooperativa e cooperados para a organização das atividades produtivas.

Inicialmente, a cooperativa deve aumentar os incentivos para os pequenos e médios agricultores para manter o controle da estruturação fundiária. E assim, reitera-se o que Tavares (1986) argumentou como necessário para garantir o desenvolvimento do Brasil.

Para Tavares (1986), as altas concentrações da propriedade privada e o regime de acumulação do capitalismo, permitem aumentar as extremas desigualdades na distribuição de renda, criando um consumismo exacerbado entre as elites detentora do capital.

Por fim, nas considerações de Tavares se redefine um novo rearranjo do poder econômico e financeiro global, que abre uma tênue esperança sobre as transformações sociais que terminariam por alterar a doutrina e a própria ordem hegemônica em favor da sobrevivência do homem. Aqui, chega-se a um momento importante de reflexão de seu pensamento, porque se não mudar a atual estrutura, como continuar mediante aos problemas socioambientais criados no decorrer do tempo?. Será possível sustentar uma ordem de acumulação e consumo, sem que está se rompa definitivamente?.

É diante desse contexto proposto por Tavares de transformações que se reflete sobre as perspectivas para o desenvolvimento do território capital e Coamo. Entretanto, destaca-se nesse momento reflexivo que somente o pensamento essencial sobre as necessidades criadas por esse território tanto para a sociedade, bem como para os seus cooperados, será uma das virtudes encontrada que responderá o encaminhamento das demais necessidades futuras.

A esse respeito perspectivo, vale lembrar ainda que a dialética ensina a pensar o novo a partir do velho, numa recriação constante, e que para “algo ser novo é necessário que as contradições internas do velho, da luta dos contrários ai desencadeada, surja o *novo*, na História, sempre em um nível mais alto que o anterior”.(OLIVEIRA, 1978, p. 340)

Ao considerar a dialética das transformações temporárias das diferentes relações perspectivas que norteiam a dinâmica da realidade que se vivifica na formação e organização do território capital e Coamo, o pensamento de Saquet (2006) encaminha um enfoque de estudo do espaço agrário condicente com sua movimentação, bem como para a compreensão de suas contradições e diferencialidades. Portanto, é fundamental de acordo com Saquet a reflexão sobre a circulação com base na teoria de valor

proposta por Karl Marx. Desta maneira, julga ser necessário a colocação de duas questões centrais:

a) as relações urbano-rurais e, b) o conceito de território. São questões inerentes ao movimento do *real* e do pensamento. Isto nos remete a pensar sobre elementos da renovação da geografia, principalmente, no que se refere ao que estamos denominando de abordagem territorial, como *um dos caminhos* que permite uma compreensão coerente do rural e do urbano e de suas relações ou tramas territoriais. (SAQUET, 2006, p. 61)

Assumida essas duas questões centrais, Saquet (2006) destacou que na compreensão do campo em-si-mesmo se estabelece uma desordem socioespacial que dificulta seu estudo, sendo necessária a realização de uma reflexão que contemple os aspectos do “movimento existente entre o campo e a cidade, entre o *urbano* e o *rural*”. (SAQUET, 2006, p. 61).

E concordando com a posição de Saquet, discutem-se questões referentes ao movimento que se cria por meio da atuação da cooperativa, entre campo e cidade. Isso porque a Coamo exerce um papel determinante na integração das funções socioeconômicas do meio rural que a envolve com a cidade. E aí, que se cria toda uma lógica territorial interdependente, com a movimentação e circulação de diferentes redes determinantes da organização tanto do urbano como do rural. Com isso, a integração territorial da Coamo no campo e na cidade significa a subordinação dos componentes existentes nessa espacialidade para com esse território.

De maneira geral, a apreensão desses componentes traz a luz do debate, as perspectivas que seguiram a lógica de reprodução, circulação e movimentação do capital da Coamo, consistindo num debate essencial de entendimento da crise agrícola em que o Brasil se encontra na atualidade. Essa linha de pensamento para a compreensão do campo encontra na abordagem de Saquet sua sustentação. Exemplificando sua abordagem teórica, Saquet, destacou ser fundamental esta reflexão:

[...] para além de debates e preocupações eminentemente políticas e ideológicas, para que possamos avançar na apreensão dos processos geográficos, ou melhor, de suas múltiplas formas, faces, conteúdos e contradições, subsidiando a elaboração de projetos de desenvolvimento para a construção de uma sociedade mais justa e de um arranjo territorial que contemple e condicione esta justiça social. (SAQUET, 2006, p. 62):

Com o posicionamento de Saquet, não se pode esquecer que pensar na criação do novo, significa pensar na afirmação de Karl Marx e Engels (1991) de que a transformação do mundo deve ser algo além de sua interpretação. Necessita ir além dos limites da sociedade capitalista, constituir numa transformação social impregnada por um processo amplo, complexo e gradativo de mudanças em termos organizativos, condicionados por inúmeras razões desencadeadas pelo surgimento das necessidades sociais de práticas, valores, princípios e sobrevivência, a partir de um exame temporal sobre quem somos, o que fazemos, o que necessitamos e o que realmente queremos.

Considerando a importância desse conjunto de questionamentos que, de certa forma, encontram-se acoplados à perspectiva de direcionamento do território da cooperativa Coamo, não se pode negligenciar o pensamento de outros autores necessários para a compreensão do modo de produção capitalista. Isso porque, será na criação de um espaço de reflexão que se substancia uma análise, remetendo a um caminho pretensamente ideológico sobre a representação do movimento cooperativista frente às necessidades de sobrevivência da sociedade.

Nesse aspecto de debate teórico, é importante evidenciar que mesmo abarcando as perspectivas dos caminhos que envolveram a formação do território capital e da Coamo, a análise segue uma abordagem geográfica do movimento cooperativista. Noutras palavras, tem por objetividade o estudo do espaço geográfico por meio de sua materialidade territorial, abstraída na concretude que envolve as relações de produção entre cooperativa Coamo e seus cooperados.

Com esse encaminhamento geográfico, a temporalidade expressa na análise econômica e social do movimento cooperativista, traz a tona o debate sobre as superestruturas que se proclamam na globalidade que envolve a hegemonização capitalista. Embora, não pareça quando se atinge uma noção embasada no conjunto das relações coletivizadas no interior da cooperativa Coamo fica evidenciado as ações políticas e jurídicas que determinam a consciência social que está presente na base do modo de produção capitalista.

Nesse ponto, o pensamento de Karl Marx correspondido nos volumes que formam o capital concede grande importância ao entendimento da superestrutura e das relações recíprocas que envolvem à produção e as forças produtivas, desmistificando as leis objetivas que se subjetivam no desenvolvimento do movimento cooperativista.

Portanto, no caso brasileiro, escrever sobre a cooperativa Coamo, é pensar materialmente na organização do cooperativismo e suas nuances expressivas no modo de produção capitalista. Além disso, essa temática denota significativamente aspectos referentes a reestruturação produtiva, desencadeada com o processo de intensificação capitalista no campo, em qual o Brasil ingressou tardiamente em relação aos países europeus.

Agora, outra questão é indagar que com a reestruturação produzida por meio da adesão da agricultura capitalista, os agricultores passaram a reproduzir aquilo que Adam Smith defendeu para a teoria de valor, na qual procurou explicar a especialização do trabalho como fonte de produção de valor e acumulação de riqueza. Para Smith (1996), na medida em que o capital se incorpora na produção, pode-se aprimorar o trabalho por meio da tecnologia e conseqüentemente aumentar os rendimentos. Assim, de acordo com seu pensamento, a incorporação de inovações técnicas e máquinas reduzem o tempo socialmente necessário e potencializa o esforço despendido pelo homem. Por isso, a introdução de tecnologia no processo produtivo, rapidamente foi substituindo o trabalho humano (capital variável) pela máquina (capital fixo).

Nessas premissas Smith considera a combinação da máquina (capital fixo), com o trabalho humano (capital variável) a melhor coisa possível. Isso porque naquela época, após a recém-derrocada do sistema feudal, (que durou toda era medieval, isto é, do século V ao século XV), essa combinação assinalou grande avanço na produtividade. Nesse momento, estabeleceu-se uma sociedade livre, com um novo modelo produtivo, desatrelado da propriedade da terra, e, portanto, do sistema feudal de produção. Certamente, por isso, conclui Smith, (1996, p. 54) que: “Assim sendo, todo homem subsiste por meio da troca, tornando-se de certo modo comerciante; e assim é que a própria sociedade se transforma naquilo que adequadamente se denomina sociedade comercial”.

Como contestação ao pensamento de Smith, estabelece-se que na medida em que as etapas sucessivas da produção tanto da indústria como da agricultura foram se reproduzindo, foi sendo criado um mercado que exige certos tipos de produtos, criando uma subjetividade para se entender o processo produtivo. Por meio da subjetividade foram forjadas condições tecnológicas condicionantes para que a produção possa se realizar tanto no campo como na cidade, gerando graves

problemas sociais. Sobre essa realidade Marx e Engel (2004, p. 53 -54) perceberam que:

[...] o primeiro pressuposto de toda a existência humana e, portanto, de toda a história, é que todos os homens devem estar em condições de viver para poder “fazer história”. [...]. O segundo ponto é que, satisfeita essa primeira necessidade, a ação de satisfazê-la e o instrumento de satisfação já adquirido conduzem a novas necessidades – a produção de novas necessidades é o primeiro ato histórico. [...]. A terceira relação que intervém no desenvolvimento histórico é que os homens, que cotidianamente renovam sua vida, passam a criar outros homens, a se reproduzir: é a relação entre homem e mulher, entre pais e filhos, a família.”

É exatamente a partir do pensamento de Karl Marx, que se refuta as declarações expressas por Smith a respeito da adesão ao processo tecnológico, como saída para atingir o desenvolvimento. Isso porque a agricultura gera a renda de trabalhadores que necessitam sobreviver, e como foi expressa, a tecnologia vai gradativamente substituindo o trabalho humano, fazendo com que aumente o número de expropriados pela máquina, interferindo diretamente na qualidade de vida daqueles que outrora sobreviviam de seu trabalho.

Por tudo isso, a que se considerar para o entendimento da agricultura capitalista e a formação do território capital e Coamo no espaço geográfico em estudo, que o processo produtivo, é fruto da própria sociedade a partir do que fazem, a partir do que herdaram das gerações passadas. Há, portanto uma desigualdade material, histórica que se reproduz e que conduz alguns milhares de cidadãos iguais em dignidade e em direitos, segundo a tese da legislação a serem materialmente desiguais, com uma evidente incapacidade de exercer alguma influência no panorama político do Estado.

4.2 Coamo: acumulação e as mudanças cooperativistas

O funcionamento das cooperativas parece, portanto, condicionado pela dinâmica do sistema capitalista vigente, cuja característica fundamental é o desenvolvimento desigual das diversas categorias que compõem seu quadro social. Assim, o processo de diferenciação sócio-econômica observado na sociedade reflete-se nas organizações cooperativas, que funcionam como um aparato do modelo desigual de desenvolvimento capitalista (VILELA, 1998, p. 306)

No contexto capitalista, a análise do funcionamento e organização da cooperativa Coamo, a que se procedeu no decorrer dessa pesquisa, sugere, numa

perspectiva macro, um confronto ideológico sobre a produção agrícola no modo de produção capitalista, bem como se fundamenta a partir dos dilemas que se desencadearam na dinâmica do movimento cooperativista.

Nesse cenário, de um lado se encontram condições estruturais que favorecem o desenvolvimento das cooperativas agropecuárias. Entretanto de outro lado, apesar da ideologia socialista que se vincula a esse movimento fica claro que na realidade o cooperativismo em seu processo evolutivo vem viabilizando o próprio modo produtivo, configurando-se de tal modo a primazia do econômico sobre o social.

Portanto, a cooperativa Coamo, revelou-se incapaz de neutralizar os condicionamentos estruturais hostis do capitalismo, atuando de forma a atender a doutrina e os princípios do próprio modelo de produção capitalista. E, nesse sentido deixou de ser a libertação para os agricultores que fundamentaram a gênese dessa cooperativa no amor. Este problema se configura como um fato expressivo comprovador de que as cooperativas agropecuárias, em particular a Coamo, na realidade atende a complexidade crescente de sobrevivência em competitividade no capitalismo, voltando-se objetivamente a acumulação de capital.

Em seguida, capitalizam-se grandemente, sobrepondo-se as ações de caráter social que serviram de motivação ao seu surgimento. Dessa maneira, faz-se necessário abrir aqui um parêntese de observação das tensões sociais que estão emergindo, das quais se verifica que milhares de sujeitos vivem em situações sub-humanas e, portanto, reproduzem a condição sub-humana em que vivem: subnutrição, *déficit* intelectual, analfabetismo, enfim ausência objetiva de participação como sujeitos coletivos, com capacidade de “fazer história” que se poderia denominar como *povo excluído do povo*. Esse povo (*excluído do povo*), passa pela vida de forma indelével, frágil, quase imperceptível, captado, quando muito, pelas estatísticas da miséria. São os sujeitos distantes do exercício autônomo e consciente dos direitos que lhe reservam, em tese, as constituições.

Nada obstante, o movimento cooperativista, respeita o próprio modelo de produção não intervindo de forma a transformação social, ou seja, como Rosa de Luxemburgo (2002) afirmou que esse movimento serve para a formação de ricos e não atende aos interesses da sociedade. E cada vez mais, as cooperativas capitalistas têm sua função voltada para o abastecimento do modelo produtivo

vigente de classes, em qual o processo de acumulação de capital está acima de qualquer outra idealização.

Partindo das premissas de Luxemburgo, no caso da cooperativa Coamo percebe-se que a viabilização proporcionada aos agricultores para a intensificação de capital na agricultura, impôs um modelo produtivo que estabeleceu uma diferenciação crescente entre os produtores rurais dinamizando o desenvolvimento capitalista desigual e combinado, atuando como um instrumento de transformação para as relações de trabalho e estrutura fundiária do espaço rural. Assim sendo, nos escritos de Marx (1977) encontra-se um paralelo entre o pensamento de Luxemburgo, servindo como pistas para a desmistificação do modo de produção capitalista e sua forma hegemônica sobre o movimento cooperativista, de maneira especial em seu texto “Introdução à crítica da economia política”, no qual ele assegurou que:

Em todas as formas de sociedade, é uma produção específica que determina todas as outras, são as relações engendradas por ela que atribuem a todas as outras o seu lugar e a sua importância. É uma luz universal onde são mergulhadas todas as outras cores e que as modifica no seio de sua particularidade. É um éter particular que determina o peso específico de toda a existência que aí se manifesta. (MARX, 1977, p. 172)

Neste texto de Marx, apesar dele se referir a ramos distintos da produção (Indústria, agricultura, capital e renda fundiária) pode-se facilmente compreender a dominação exercida pelo capital sobre a agricultura. Como complementação a essa afirmação, de acordo com Santos (2000, p. 89) evidencia-se que: “[...] a agricultura científica, moderna e globalizada acaba por atribuir aos agricultores modernos a velha condição de servos da gleba. É atender a tais imperativos ou sair”.

Seguindo a ideologia de Santos sobre a agricultura capitalista, levanta-se uma incógnita tanto com relação ao movimento cooperativista, como em relação a atuação da Coamo. A Coamo, seguida da ideologia cooperativista de ajuda mútua e social, não demonstrou em sua atuação sua capacidade para reproduzir um desenvolvimento rural, em todos os aspectos que este pode atingir. Desta feita, aclara-se que a atuação da Coamo, reproduz os moldes capitalistas, indicando as consequências sociais deixadas por sua trajetória, resultantes de sua imposição ao agricultor na adesão do novo modelo produtivo.

Portanto, a atuação da Coamo na realidade se aloca como um molde a modular a produção e comercialização da agricultura e assim sustentar o modelo capitalista, num processo de expansão de seu território. Esse território funciona como um elo para a formação da superestrutura que se estabeleceu temporalmente em permanente relação dialética e de contradição dentro do processo produtivo em que impera o capitalismo. Para concluir esse raciocínio sobre a atuação da Coamo, afirma-se em acordo com Bauman (2000) que os agricultores como seres humanos facilmente adaptáveis, foram modulados. E, para Bauman (2000, p. 161): “[...] O homem modulado é antes e acima de tudo, um homem sem essência.”

Desta feita a formação de um território em que o capital é o fator principal para o desenvolvimento de uma organização expressa a própria irresponsabilidade social tornando-se, neste contexto, um imperativo da ordem capitalista que se instala como algo natural. Aí começam os desafios de se pensar no território do capital e Coamo, por que:

Há que se considerar, assim, que o território é, ao mesmo tempo, um agente e um receptáculo do processo de produção capitalista, cuja lógica hegemônica inscreve os contornos dos arranjos existentes. Pensar em contorno é assim, negar a ideia de arranjo acabado, tendo em vista a confluência de embates movidos por interesses divergentes, e que não estão restritos aos conflitos entre as classes, mas também intra-classes e que, ao fim, impedem a delimitação dos espaços de poder ao gosto dos seus agentes, traduzindo-se sempre em rearranjos. (PAULINO, 2010, p. 75)

Por sua vez, Paulino (2010) no plano teórico advertiu sobre o funcionamento do desenvolvimento capitalista na agricultura que provoca uma alienação permanente, (histórica), dos valores do trabalho como força produtiva de mercadorias que se organizam na base econômica mundial, definindo o jogo de hegemonização econômica entre os Estados-nação. Nesse modelo produtivo, contrastam-se as relações de poder, forjando as bases para a produção dos sujeitos e a qualidade que esses sujeitos terão como atores ativos no processo de construção ou de desconstrução do Estado. (BAUMAN, 2000)

Por isso, o território constituído pelo capital e Coamo, se fez como um espaço de desconstrução do pensamento ideológico do cooperativismo, seguindo os interesses mercantis e do capital financeiro que comandam e dominam o Estado. Nesse espaço, os interesses sociais seguem como forma complementar da denominada responsabilidade social, como porções homeopaticamente ministradas,

em consonância com o calendário civil mais apropriado, servido em fatias de “generosidade”; “benevolência”; “caridade”; entre outras qualidades que a cooperativa se dispõe em prol das ações voltadas aos problemas sociais.

Aqui chega-se ao ponto concreto para o entendimento do movimento cooperativista e para o entendimento da territorialidade da Coamo. O que de acordo com o pensamento de Raffestin (1993) a territorialidade vai definir o conjunto de relações que originam um sistema “tridimensional sociedade-espço e tempo”, manifestando as diferentes escalas substanciais para o processo produtivo, essencial para todas as relações que se manifestam, sendo possível afirmar que a territorialidade é a “face vivida e a face agida do poder”. (RAFFESTIN, 1993, p. 162)

Na concepção de Raffestin, a identificação das identidades individuais ou coletivas expressa a organização do espaço geográfico. Portanto, o pensamento de Gawlak e Ratzke (2001) soa com clareza para o entendimento da territorialidade da Coamo. Seguindo o pensamento de Gawlak e Ratzke (2001) averígua-se que as cooperativas na realidade seriam instrumento em busca do sucesso das pessoas e de empreendimentos neste mundo globalizado e tão competitivo.

Desta forma esclarecedora exposta por Gawlak e Ratzke (2001), declara-se que a expansão das cooperativas funciona como estratégia para as crises empresariais, bem como para a redução de custos. Assim, no afã de sobreviver à competição, com base na ideologia cooperativista surgem questionamentos a respeito de qual desenvolvimento é preciso ser priorizado pelas cooperativas agrícolas e governo nacional para a organização espacial da sociedade, e qual desenvolvimento deve ser analisado entre a gama de conhecimentos geográficos?

Será o desenvolvimento do capital envolvido na produção agrícola que conseguiu tornar uma cooperativa de pequenos e médios produtores rurais na maior organização cooperativista da América Latina? Ou, será que o desenvolvimento almejado para a sociedade perpassa o âmbito da individualidade, tanto da organização cooperativista da Coamo, bem como de seus cooperados, atingindo a meta de melhorar a vida da sociedade como um todo?.

Na procura por essas respostas indaga-se que, caso priorizado o desenvolvimento do capital, os princípios cooperativistas não teriam importância alguma. Isso porque segundo Luxemburgo (1999) não pode organizações que se adaptam ao capitalismo, ser condições ou parte, germes para o socialismo. Da

mesma maneira essas organizações não têm consciência para com as necessidades da sociedade.

Com base nas argumentações de Luxemburgo (1999), cabe lembrar que a Legislação brasileira possibilita às cooperativas andar na frente das empresas na busca do tão “almejado desenvolvimento econômico”, passando a serem chamadas de maximizadoras de capital, com objetivo de obtenção do capital e não de repartição igualitária dos lucros com a sociedade, perdendo seus ideais históricos, passando a agir como mais um dos agentes dinamizadores do capital. (PINHO, 1984)

Como maximizadora de capital, no caso específico da Coamo, percebe-se pela caracterização de sua organização sua incorporação real e material ao modo de produção capitalista, conseguindo influenciar em toda a forma de pensar e agir dos cooperados. Por isso, o estudo do transcorrer da evolução histórica da Coamo é essencial para o entendimento das relações capitalistas de produção no âmbito da produção capitalista por intermédio do movimento cooperativista.

Sem dúvida alguma, contextualizando a materialização temporal da Coamo, muitas incógnitas foram colocadas e desmistificadas referentes aos dilemas da agricultura e movimento cooperativo. Por isso, pela organização da Coamo verifica-se a real importância cooperativista para a formação e ampliação do território do capital, redefinindo os seus reais reflexos nas instancias sociais existente no espaço mundializado nas diferentes escalas geográficas. Entretanto, o modo de produção capitalista “trata-se de um modelo que até então tem se mostrado insustentável”. (PAULINO, 2008, p. 220) Pela insustentabilidade do capitalismo “Resta assim a recusa a este modelo e a busca por aqueles que sejam emancipadores, já que somente ao capital interessa a homogeneização.” (PAULINO, 2008, p. 237)

Por conseguinte, considerado o posicionamento de Paulino (2008) ao pensar na organização do território capital e Coamo, verifica-se na realidade a contradição imposta como forma de manutenção do capitalismo, por meio da apropriação das organizações não capitalistas no caso específico das cooperativas.

Por sua vez, o capitalismo ao se apropriar das cooperativas em sua expansão vem produzindo significativas alterações resultantes do emaranhamento produzido pelo capital. Nesse processo, o resultado foi a perda social, que vem sendo camuflado historicamente pelo desenvolvimento econômico que na apropriação do cooperativismo esteve no decorrer do processo de firmamento desse movimento

mesmo com ideais sociais, contribuindo de forma sumária para o desenvolvimento das relações capitalistas no seio do desenvolvimento do processo produtivo.

Logo, a cooperativa Coamo, por ter uma mentalidade organizativa capitalista, passou ironicamente a ter como objetivo principal a competição no mercado, fatores que se revelaram analiticamente por meio da atuação da Coamo, e foram reforçados pelas falas dos agricultores entrevistados, cooperados dessa organização.

Aqui, portanto, incide-se a necessidade de frisar que a apropriação capitalista conseguiu neutralizar ideologias sociais, e pelas entrevistas realizadas, ficou evidente de que os cooperados foram alienados e metamorfoseados ao capital, mesmo fazendo parte de uma organização cooperativa, pensam muito mais individualmente do que na coletividade, tentando reproduzir e acumular capital por meio de sua atividade, como em qualquer outra organização regida pelo modo de produção capitalista. Portanto, é importante a exposição do depoimento de um cooperado entrevistado, que alegou:

Como sempre podemos pensar em função que sempre pode mudar, em algumas áreas como a cooperativa sempre trabalha com atividade que sempre tem um grande retorno para a cooperativa, onde não se preocupa com o agricultor deveria a necessita de se diversifica a atividade, pois se teve uma época em que a COAMO trabalhava com suinocultura, com cana de açúcar, mas terminou, pois não lhes dava lucro, mas mesmo que a margem de lucro fosse pequena tinha-se uma maior rentabilidade para o cooperado para manter o agricultor na atividade, como por exemplo, o agricultor que planta soja e milho poderia se ter a criação de frango, porco, podendo aumentar seu giro comercial e conseqüentemente à cooperativa também teria um maior giro, mas a cooperativa trabalha muito centralizando a diversificação a onde pensa no lucro para a cooperativa e não no lucro do cooperado.[...] porque o agricultor sempre trabalha com uma esperança de um ano melhor, mas o maior fator que seria necessário é a melhoria dos preços que nos deixa preocupado, para tanto deveria ter uma política séria, não queremos esmolas do governo, mas queremos apenas ter condições de se manter na agricultura com os 30% que precisamos para viver Com financiamentos acessivos para melhoria da agricultura, como melhoramento dos maquinários agrícolas, a onde com a diversificação de produtividade seria uma forma de diversificação de renda, não dependendo apenas de uma produção, como por exemplo, a produção de milho que deve uma queda conseqüentemente se deve uma perda na renda e não tendo como paga suas dívidas, pois se tem uma perda na produção fica difícil de reestruturar novamente, a onde com a diversificação de cultivares poderia se ter uma maior segurança sendo uma renda para se manter na agricultura.

Pelo depoimento, verifica-se a promoção e necessidade de acumulação que a ideologia capitalista exerce sobre o pensamento dos cooperados. Sinteticamente Marx (1984) ao analisar as diferentes metamorfose do capital, ressaltou que o

capital em seu desenvolvimento aprisiona de tal forma os trabalhadores que quando oprimido pela ordem, conseguem encontrar a libertação da opressão, por meio da própria ordem, mantendo a estrutura vigente. Portanto, no caso dos cooperados da Coamo, *os agricultores querendo ser mais que seres em si, temem por sua própria libertação que está justamente no modo produtivo capitalista na sua hegemonização da Coamo*. Doravante, faz-se necessário apresentar a sociedade a imagem produzida por essa realidade na materialização do espaço geográfico na atuação .

Além disso, o pensamento de Marx, admite explicitamente a crítica à visão economistas a respeito da acumulação capitalista, evidenciando que na tentativa de fortalecimento da organização cooperativista na ordem vigente pelos trabalhadores, as modificações dos princípios doutrinários do cooperativismo, deixaram de lado o cunho socialista para se tornarem organizações tipicamente capitalistas, que têm como objetivo em primeiro plano a renda; ou seja, empreendimento “em que pessoas se reúnem para produzir bens ou serviços com o propósito de receber a retribuição monetária”.(RICCIARDI *ett alli*, 2000, p. 58)

A partir das considerações elaboradas por Ricciardi *ett ali* (2000), percebe-se claramente no decorrer de suas argumentações a metamorfose cooperativista. E, pelo pensamento do autor que discorre ser a cooperativa a melhor empresa do século XXI, representando a alternativa para o desenvolvimento econômico dos países periféricos, adverte-se em contrapartida de que o capitalismo metamorfoseando no cooperativismo em suas diferentes dimensões de abrangência, atingiu diretamente a Coamo e seus cooperados.

Mediante aos fatos, enfatiza-se que as entrevistas com os cooperados da Coamo demonstraram claramente as diretrizes do Capitalismo e não as do cooperativismo no âmago do processo produtivo do campo. Diante do exposto, fica claro que os cooperados vivem como escravos do trabalho na aquisição de capital. E, de maneira geral estes, nem sabem o que é cooperativismo, às vezes, possuem uma vaga ideia. Portanto vivem alheios ao próprio movimento, ou seja, alienados no sentido da palavra em latim *alienus*, que tem como significado – aquilo que pertence a outro, no caso dos cooperados da Coamo, pertencem ao modelo produtivo capitalista. E, no capitalismo, vivem como escravos do capital, por meio de próprio trabalho, cooperação e participação pluralista alicerçando e fortalecendo a expansão do território da Coamo.

Nesse ponto de compreensão sobre o processo de alienação produzido pelo capitalismo, Wood (1998, p 178-181) esclarece que a ideia de “alienação refere-se, fundamentalmente, a uma espécie de atividade na qual a essência do agente é afirmada como algo externo ou estranho a ele, assumindo a forma de uma dominação hostil sobre o agente”. Nessa linha de pensamento Serra (2008, p. 6) arrolou que:

Hoje em dia há a tendência para utilizar o termo nos mais variados domínios, dando-lhe o significado extremamente lato de todo o processo mediante o qual o homem deixa de ser autónomo, de ser dono de si mesmo, para se tornar propriedade (escravo) de um outro – algo ou alguém - que por ele decide acerca da sua vida. É precisamente nesse sentido que se fala na “alienação” provocada pela ideologia, pela droga, pelo materialismo, etc.

Na verdade, o que se deve ressaltar é justamente a tirania do dinheiro como pilar da história organizativa imposta pelo capitalismo. “Sem o controle dos espíritos seria impossível a regulação pelas finanças. Daí o papel avassalador do sistema financeiro e a permissividade do comportamento dos atores hegemônicos, que agem sem contrapartida, levando ao aprofundamento da situação, isto é, da crise.” (SANTOS, 2000, p. 16).

Todavia, na crise que se encontra a atual fase do capitalismo, ressalta-se sobre a organização da Coamo que, além da contribuição exercida pelo trabalho dos cooperados para a territorialização, fortalecimento e expansão capitalista dessa instituição, o pensamento de Serra (1986), tributa aspectos para a desmistificação de um poder incógnito adquirido por meio das ações cooperativistas, tanto em escala nacional, bem como em escala internacional. Poder que gradualmente hegemonizou as relações produtivas entre cooperativa, cooperados e sociedade. Para tanto, Serra argumentou que o desenvolvimento econômico das cooperativas conseguiu seu sucesso por meio basicamente da eliminação das intermediações. Isso de acordo com Martins (1991. p. 57 – 58) se explica pela:

[..] coletivização da venda dos produtos agrícolas ou, até mesmo, a coletivização da compra de insumos e outras mercadorias necessitadas pelos lavradores, como se faz através do cooperativismo, não atinge o próprio processo de trabalho, a própria produção. Apenas barateia os custos parcialmente na comercialização. Os ganhos sociais da cooperação não estão principalmente na comercialização, mas na produção. [...] É o que nos coloca diante de um problema sério: onde a produção foi drasticamente ampliada através da cooperação no trabalho, agrícola ou industrial, o capitalismo já está presente para se apropriar de ganhos que

deveriam ser sociais porque frutos do trabalho social; onde a produção permanece em bases artesanais e tecnicamente modestas, a cooperação tolerada se restringe à circulação das mercadorias produzidas e não à produção e ao trabalho. Com isso, mesmo o produtor cooperativo acaba trabalhando para o grande capitalista. Como os preços dos gêneros alimentícios são fixados em nosso país de cima para baixo, através de tabelas e preços mínimos, os produtores procuram no cooperativismo manipular esta estreita faixa de alternativas, retendo para si o que antes se destinava ao comerciante-intermediário, mas sem afetar o preço que os consumidores pagariam por seus produtos. Ao invés de estenderem a cooperação ao conjunto do processo de produção, apenas reforçam as condições da sua submissão ao capital industrial que continua a explorá-los.

Com base no pensamento de Martins (1991) afirmar-se que foram as transformações sociais decorrentes do processo produtivo que produziram vantagens propiciadas pela produtividade coletiva em associação na Coamo, tanto na comercialização, como na industrialização dos produtos agrícolas que possibilitou a cooperativa o aumento de sua lucratividade e estabilidade nas relações comerciais. Além do apoio governamental, que se expressa em propaganda e marketing em prol do cooperativismo, o que em acordo com o MAPA - Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento (2010), esse movimento:

Com 162 anos, o Cooperativismo já faz parte das instituições nacionais em todo o mundo. Trata-se de um movimento universal dos cidadãos em busca de um modelo mais justo, que permita a convivência equilibrada entre o econômico e o social. O desafio do setor cooperativista brasileiro é mostrar à sociedade que, por ser um movimento solidário, é capaz de implantar um modelo com fortes bases calcadas no conceito de sustentabilidade, ou seja, promover o desenvolvimento econômico, respeitando o meio ambiente e inserindo o ser humano na repartição das riquezas geradas no processo.

Entretanto, considerada as informações do MAPA, em relação a contribuição social da Coamo para com seus cooperados, verifica-se que essa organização contribui tanto no momento da colocação dos produtos no mercado, como na compra de bens ou, ainda, na prestação de serviços, fortalecendo seu poder capitalista de atuação, podendo ampliar sua área territorial e seu capital fixo e circulante. Nesse teor de informações, fica claro que a ação da Coamo, nada mais nada menos reflete a excêntrica reestruturação do movimento cooperativista, que paliativamente está conseguindo tornar as relações cooperativas numa forma para a consolidação do modo capitalista de produção.

Assim, a partir do pressuposto que as cooperativas caminham em busca do desenvolvimento econômico, priorizando as diretrizes do modo de produção

capitalista, que versa, sobretudo na acumulação, circulação e reprodução de capital, reforça-se o pressuposto de que: *a cooperativa Coamo, bem como as demais cooperativas agrícolas, por serem instituições a serviço do capital devem ser consideradas como sendo cooperativas capitalistas. Organizações que por possuírem leis diferenciadas na constituição brasileira e terem princípios organizativos distintos, são mais potentes que as empresas na conquista de mercado e concentração de capital.*

Na concentração de capital, os princípios cooperativistas estão sendo redefinidos, com o intuito de expandir os seus negócios, porque a mundialização da economia tem provocado cada vez mais o avanço comercial das fronteiras geográficas entre os países. Assim, de acordo com Santos (2000, p. 18)

Os últimos anos do século XX testemunharam grandes mudanças em toda a face da Terra. O mundo torna-se unificado – em virtude das novas condições técnicas, bases sólidas para uma ação humana mundializada. Esta, entretanto, impõe-se à maior parte da humanidade como uma globalização perversa. [...] Dentro desse quadro, as pessoas sentem-se desamparadas, o que também constitui uma incitação a que adotem, em seus comportamentos ordinários, práticas que alguns decênios atrás eram moralmente condenadas. Há um verdadeiro retrocesso quanto à noção de bem público e de solidariedade, do qual é emblemático o encolhimento das funções sociais e políticas do Estado com a ampliação da pobreza e os crescentes agravos à soberania, enquanto se amplia o papel político das empresas na regulação da vida social.

Na nova realidade produzida pelo capitalismo, as cooperativas, passaram a pensar capitalistamente, redefinindo sua atuação e princípios ideológicos para atender as novas exigências e sobreviver no mercado mundializado, uma vez que: “Tudo isso ocorre em função das grandes inovações estruturais, da abertura de mercado, maior concorrência, qualidade, modificação na maneira de pensar a produção, portfólio diversificado de produtos e processos fabris.” (RONKOSKI, 2003, p. 14)

Com as mudanças e novas exigências da organização cooperativista, segue-se por uma avaliação analítica sobre as reformulações estabelecidas nos princípios cooperativistas com base no pensamento de Cruzio (2000), especificamente se atendo a funcionalidade destes princípios na organização da cooperativa Coamo, a fim de explicitar os benefícios sociais e econômicos, bem como o grau de satisfação que a cooperativa pode promover para seus cooperados e colaboradores

Cruzio (2000) discorre sobre os princípios cooperativistas que foram redefinidos e divulgados na última reunião da Aliança Cooperativa Internacional em 1995, sendo eles: a adesão livre e voluntária; controle democrático pelos sócios; participação econômica dos sócios; autonomia e independência; educação, treinamento e informação; cooperação entre as cooperativas e preocupação com a comunidade.

Em sua análise Cruzio (2000) considera a adesão voluntária e livre, como o fator que possibilita a todos os indivíduos aptos ao trabalho o direito de participarem de uma cooperativa. De fato, por meio da adesão voluntária e livre, as cooperativas são consideradas como organizações em quais todas as pessoas podem trabalhar e utilizar dos seus serviços. Os cooperados assumem responsabilidades como membros, sem discriminações de cor, raça, sexo, da posição social ou religiosa. Nas cooperativas, todos são livres para participar, configurando uma união junto ao empreendimento cooperativo, uma aceitação dos princípios cooperativistas e das condições estatutárias estabelecidas na organização.

Nesse aspecto de adesão voluntária e livre Villaseñor (1984) acrescentou que o cooperativismo com a participação voluntária e livre conseguiu formular a principal essência para a colaboração mútua. Isso porque, cada membro está vinculado aos demais. Todos têm que se ajudar mutuamente para poder se desenvolver economicamente.

A partir das considerações de Villaseñor acrescenta-se que a ajuda mútua, ou seja, a cooperação, sempre fez parte da vida em sociedade, auxiliando na organização espacial, desde a pré-história. Seu desenvolvimento se estabelece por meio de associações, nas quais os homens trabalham em conjunto para o cumprimento de suas atividades diárias.

De acordo com Marx (2008. p. 379), a cooperação na realidade vai ser a base para o desenvolvimento capitalista. Em suas formulações, ele começa a definição de cooperação partindo da forma como ela se dá, sendo que para ele a cooperação é: “a forma de trabalho em que muitos trabalham juntos, de acordo com um plano, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferente, mas conexos”. É a cooperação a fortalecedora da capacidade de realização de cada trabalhador, “provoca emulação entre os participantes, animando-os e estimulando-os”, amplia a produtividade. Isso por que:

A força do homem isolado é mínima, mas a junção dessas forças mínimas gera uma força total maior do que a soma das forças reunidas, bastando a simples união delas para diminuir o tempo e aumentar o espaço em que se executa a operação. (MARX apud CARLI, 2008. p. 382)

O pensamento de Marx, contribui para a reflexão sobre o princípio de adesão voluntária e livre. Em Marx, a força coletiva é a forma utilizada pelo capitalismo para aumentar sua força. Com base nessa afirmação sobre a cooperação, percebe-se que a união dos trabalhadores em cooperativas gerou uma força produtiva nova, ou seja, a força coletiva dos trabalhadores cooperados, utilizada para aumentar a produtividade e rentabilidade dos produtos, isso tanto do processo produtivo, bem como da comercialização.

Assim, com base em Marx, afirma-se que a força coletiva na organização cooperativista representa o poder da cooperativa. A cooperativa passa a ser uma dinamizadora para o modo de produção capitalista, que se apodera desta força, aumentando a capacidade da produção e acumulação de riquezas.

Já com relação ao princípio do controle democrático pelos sócios, Cruzio (2000) este apresenta a democratização das cooperativas, por meio do controle de seus associados. São os associados quem elegem os representantes para compor o Conselho administrativo da cooperativa. Cada associado representa um voto na eleição, mas pode participar ativamente nas decisões tomadas por seus representantes, auxiliando no planejamento e formulação de políticas, tendo todos os membros os mesmos direitos e obrigações.

Esse princípio faz do cooperado o responsável direto pelas ações de seus representantes, ao mesmo tempo em que o redimi do pleno controle administrativo para o exercício da organização cooperativista, mesmo com direito ao voto.

Assim, a participação dos cooperados é limitada, com tendência a total perda dos poderes no controle direto e direção das decisões administrativas, que pelas imposições de mercado, serão paliativamente comandadas pelo interesse do capitalismo e não mais dos cooperados.

Com as rédeas nas relações capitalistas, os representantes das cooperativas passam a priorizar a expansão e concentração de capital na própria cooperativa, como acontece nas demais organizações empresariais. Por isso, os cooperados exercem na realidade uma função figurativa conduzida por seus representantes eclodindo no seio das cooperativas reclamações por parte dos associados.

De fato, o levantamento dessa discussão sobre o princípio de controle democrático pelos sócios, reflete as informações coletadas e analisadas em entrevistas cedidas pelos cooperados da Coamo. Nas entrevistas diversas foram as reclamações sobre o distanciamento da cooperativa de seus cooperados, para acolher os objetivos empresariais. Em particular, as falas demonstraram que a cooperativa passou a priorizar o aumento da lucratividade e não mais a participação pluralista e interesses dos associados. Como nos afirmou um de seus cooperados¹⁷:

Pelo fato da Coamo ter crescido e capitalizada em formato de uma empresa acredita-se que ela poderia se voltar um pouco mais para seus cooperados e lhes proporcionar uma melhoria na renda familiar, favorecendo o desenvolvimento de seus cooperados. Apesar de ter uma pequena retribuição de retorno, ela poderia se descapitalizar um pouco, beneficiando a todos, e com isto gerar um melhor pagamento dos produtos que são entregue para ela, sendo uma empresa sólida e segura. Contudo fazendo parte de um sistema porque se têm o agricultor que cultiva e entrega seus produtos para a cooperativa. Assim ela dispendo de comercialização com preços melhores, e por ela ter um parque industrial poderia ofertar uma melhoria no preço final. Pois se têm a transformação da matéria prima poderia ter um maior retorno para com os cooperados. Outra sugestão seria de ofertar os produtos que são industrializados em um valor menor para com os seus cooperados já seria um auxílio para o agricultor, seria sugestões que poderíamos estarmos reivindicando da cooperativa.

Pela entrevista, questiona-se a importância e função objetiva desse princípio, argumentando sobre a real viabilidade concreta do mesmo, dentro da organização cooperativista, incluindo nessa avaliação analítica o terceiro princípio do cooperativismo, o de participação econômica dos membros.

Esse princípio da participação econômica dos membros, versa sobre a participação iniciação dos Cooperados. Com fundamento para a formação do capital e controle democrático, a cooperativa é propriedade comum dos cooperados. Entretanto, seus cooperados recebem apenas uma remuneração definida pelo Estatuto sobre o capital integralizado. Havendo excedentes, após dedução dos fundos obrigatórios – retornam em proporção das operações aos seus cooperados. (CRUZIO, 2000)

No caso da cooperativa Coamo, havendo as sobras no final do exercício social, ocorre a devolução aos associados da parcela não utilizada. Mas, caso haja faltas ou perdas, pelo mesmo critério são os cooperados chamados ao rateio e

¹⁷ Os nomes dos cooperados foram omitidos para evitar possível represaria. Todas as entrevistas foram filmadas e realizadas entre os meses de janeiro a fevereiro de 2010.

pagamento das perdas havidas, o que desde a fundação da cooperativa nunca aconteceu, sempre havendo sobras a serem repartidas para com os cooperados.

Entretanto, os cooperados mesmo não tendo que arcar com faltas ou perdas da Coamo, reclamaram sobre o valor do fundo de reserva arrecadado pela cooperativa. O Fundo de reserva é destinado a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades, constituído com 10% (dez por cento), pelo menos, das sobras líquidas do exercício. De acordo com os cooperados, do valor arrecadado por esse fundo somente 1% retorna para eles, o restante fica retido na cooperativa, mesmo que o cooperado tenha que parar de cooperar na Coamo.

Diante do exposto, discute-se assim o princípio da autonomia e independência, que define as cooperativas como organizações autônomas, de ajuda mútua, administradas pelos próprios associados. Por isso, deveria ser as reivindicações dos cooperados atendidas de acordo com os seus interesses. No entanto esse princípio, por meio da autonomia permite a cooperativa firmar contratos e acordos com outras instituições, incluindo as empresas públicas, privadas e as multinacionais entre outras. (CRUZIO, 2000)

Porém esses acordos deveriam assegurar o controle democrático de seus associados, mantendo a autonomia da cooperativa. Pela análise da Coamo, salienta-se que esse princípio é negligenciado, quando a cooperativa passa a atender o interesses capitalistas das demais organizações envolvidas, e os membros cooperados vão gradativamente perdendo a influência nas decisões e determinações de comercialização e industrialização dos produtos produzidos pela Coamo, que por ter sua administrada voltada aos interesses de rentabilidade, se rende ao capital movimentado por meio dessas organizações.

Com relação ao princípio da educação, formação e informação, Cruzio (2000) colocou que as cooperativas devem promover a educação e a formação dos seus cooperados, representantes eleitos e dos trabalhadores, de forma que estes possam contribuir na manutenção e desenvolvimento da sociedade. A cooperativa deve informar ao público em geral, as vantagens da cooperação, aprimorando constantemente o nível do seu atendimento superando as exigências competitivas do mercado. Todos os cooperados precisam possuir índole profissional e não espírito amador, buscando sempre sua qualificação para superar os desafios da gestão e competência diante do mercado competitivo.

Por saber da importância do princípio da educação e informação, a cooperativa tem investido em pesquisas, treinamentos, instituição de programa que possam aprimorar tanto a tecnologia da atividade agropecuária, bem como agregar receita aos associados. De maneira geral os entrevistados se consideram satisfeitos, com o apoio da cooperativa, mas solicitam sempre dos representantes novos cursos.

Para a Coamo, o princípio da educação e informação representa um dos pilares do sucesso de sua organização, que por meio de investimento na educação consegue atingir sua missão. De acordo com seus representantes, a cooperativa, está voltada para: a promoção do desenvolvimento tecnológico dos seus cooperados, objetivando a melhoria gradual e contínua do seu status econômico-social. (COAMO,2010). Portanto, verifica-se uma das chaves para a porta que abre ao processo de acumulação de capital, utilizada pela Coamo, para aprimorar os conhecimentos tanto de seus cooperados como de seus funcionários, garantindo o seu status de maior da América Latina.

Outro princípio cooperativista é o da intercooperação, também denominado de cooperação entre as cooperativas. Esse princípio determina que as cooperativas devem servir aos seus associados, dando força ao movimento cooperativo, trabalhando em conjunto, por meio das estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais. A palavra chave é a parceria, por meio de alianças estratégicas (integração) somando forças agregando novos valores aos produtos e serviços prestados. (CRUZIO, 2000)

Nesse princípio a Coamo, tem buscado sua integração com outras cooperativas, para se manter entre as maiores cooperativas no mercado. Como exemplo destaca-se sua integração por meio do arrendamento da infra-estruturação das unidades da Coagel, no município de Goioerê, e em mais sete municípios das regiões Noroeste e Oeste do Paraná que passaram a ser administradas pela Coamo. Esse empreendimento inicialmente se deu na forma de arrendamento com previsão de incorporação para os próximos anos, atingindo as unidades de Goioerê, Janiópolis, Quarto Centenário, Rancho Alegre do Oeste, Mariluz, Alto Piquiri, Paulistânia e Brasilândia do Sul e também em Bredópolis e Arapuan - distritos de Janiópolis, e Bandeirantes do Oeste – distrito de Quarto Centenário. Nesse acordo, os associados da Coagel poderão se associar imediatamente a Coamo, passando a

gozar dos benefícios e direitos ofertados por essa cooperativa a todos os seus associados. (COAGEL, 2009)

O último princípio, do interesse pela comunidade, visa a integração das organizações cooperativistas com a comunidade. Nesse princípio, fica evidente a preocupação de se trabalhar para o desenvolvimento das comunidades, por meio de políticas definidas e aprovadas pelos cooperados nas assembleias. (CRUZIO, 2000)

Hoje não há como uma empresa excluir o lado social, e as cooperativas precisam buscar contribuir com ações (escolas, hospitais, estradas, empregos, transporte, habitação, abastecimento, produção) de apoio voltadas para mútua cooperação de desenvolvimento social no ambiente onde atuam. No caso da Coamo, são vinculadas notícias sobre lições de cidadania, inclusão social e comprometimento comunitário, preservação ambiental entre outros programas patrocinados pela cooperativa.

Contudo, em entrevistas com os cooperados, afirmações como: “a cooperativa não deve se envolver com ações sociais, porque não é seu papel”, ou, “desconheço ações sociais desempenhadas pela cooperativa” foram afirmativas encontradas em torno de 80% das falas dos cooperados entrevistados. Desta feita, destaca-se a necessidade de melhorar a responsabilidade da Coamo, nesse princípio, por meio de estímulos junto com seus cooperados para ampliar a participação na comunidade e, também enfatizar-se que para tanto, é necessário aumentar a quantidade de investimento em projetos sociais, além dos já patrocinados pela Coamo.

Postos os princípios ideológico do cooperativismo, fica evidente que a Coamo vem produzindo e sofrendo metamorfoses moldando novas formas de desenvolvimento para o movimento produtivo cooperativo. Neste quadro de transformação averiguado temporalmente na organização, o cooperativismo em sua essência concretiza-se como possibilidade de distribuição e controle de recursos produtivos.

Entretanto, o dilema que se coloca está nas razões para uma intervenção do Estado na economia, por meio do cooperativismo, que se encontra com sua ideologia imbricada no potencial econômico. Do ponto de vista econômico, de acordo com o pensamento de Fleury (1983), o cooperativismo pode ser concebido como elemento importante no processo de escoamento e industrialização de

produtos agrícolas, facilitando, desde aquele período, a integração do pequeno produtor ao mercado consumidor.

Entretanto, com essa integração ao mercado abre outras perspectivas ao pequeno agricultor cooperado, que tem normalmente alternativas desfavoráveis de comercialização. Em regra, a possibilidade a que tais agricultores têm acesso é a de comercializar sua produção com grupos oligopolizados, onde os preços são fixados unilateralmente. As alternativas de comercializar viam os esquemas tradicionais (feiras, pequenos mercados, de casa em casa), nas quais o produtor tem maior poder na definição do preço final de seus produtos, ou então iniciar um processo novo, dentro da dinâmica da "comercialização direta" com grupo de trabalhadores urbanos organizados, onde juntos definem as regras, padecendo das dificuldades de conservação *in natura* de tais produtos e da informalidade, irregularidade e de pequena dimensão e pequeno potencial de crescimento de tais mercados.

Portanto, a possibilidade da cooperação redireciona o processo produtivo, estabelecendo outra relação com o mercado que não se restringe apenas à comercialização. Em termos gerais, não é novidade que as cooperativas auxiliam os produtores na produção, almejando aumentar cada vez mais sua lucratividade. Já, no caso da cooperativa Coamo, essa vem estabelecendo diferentes estratégias para aumentar sua lucratividade. Essas estratégias foram constatadas e analisadas por meio das entrevistas.

De acordo com os entrevistados ficou evidente que a Coamo, para diminuir seus gastos paga preços pela produção de seus cooperados abaixo dos preços mínimos estipulados no mercado, fato que levou a falência e expropriação de terras de muitos agricultores cooperados na Coamo. E com relação aos que possuem mais capital, esses conseguiram permanecer em sua área de terra e ainda aumentar sua área produtiva. Para melhor esclarecimento segundo entrevista realizada por Ávila (2002, p. 109):

[...] somente 4,76% dos proprietários [cooperados da COAMO] reduziram sua unidade produtiva; 26,19% continuaram com a mesma área e, 69,05% ampliaram a propriedade rural. [...] até o final de 1980 era viável economicamente as unidades produtivas de 50 a 80 hectares, no entanto, a partir de 1990, tornou-se inviável esta prática, em virtude das culturas de exportação [...]. [Diante disso] as posses fundiárias dos cooperados, quando da aquisição, constituíam-se em área média de 130,48 ha que, foi ampliada para 213,36 ha, em média, uma ampliação na unidade produtiva de 63,52%.

Esses dados comprovam a capitalização do cooperado, juntamente com as transformações na estrutura fundiária, desencadeando a concentração da terra. Também fica evidente pelos dados o papel que a cooperativa exerceu no crescimento econômico da região, sendo que a Coamo foi implantada desde o início com objetivos específicos de viabilizar ao agricultor a implantação do novo modelo agrícola, cumprindo a risca esse objetivo.

No entanto, salienta-se ainda que a Coamo ao se posicionar ao lado das grandes empresas privadas do país se distanciou da proposta cooperativista, tanto que sua forma de atuação assume características essencialmente empresariais. O que a cooperativa visa é muito mais uma política de resultados econômicos do que uma política de promoção humana, estando neste ponto seu distanciamento da verdadeira ideologia associativa. (ONOFRE, 2005) Seguindo essa linha de pensamento, destaca-se que na medida em que a organização da Coamo se expandiu, consolidando sua sobrevivência em meio a uma ordem competitiva, ela pendenciou a se descaracterizar como cooperativa, porquanto inviabilizou um dos princípios básicos que a define como tal.

Nessa tendência paradoxal, o dinamismo organizativo da Coamo, nada mais se constitui do que o próprio reflexo da organização das cooperativas agrícolas brasileira. Além disso, a atuação da Coamo, está regulamentada pela legislação brasileira, conduzindo a uma situação de crise, na qual a participação dos cooperados se limita em meio a burocratização representada pelos próprios obstáculos que são adicionados a participação e controle democrático dos associados.

Assim, com a burocracia legislativa criada para amparar as cooperativas, revela-se uma tendência indiscutível no âmago da Coamo, de redução da participação coletiva na efetiva gestão da organização da cooperativa. E, comumente, para aumentar a lucratividade, a cooperativa depende cada vez mais de se apropriar do território, impondo aos agricultores uma regulação nos valores pagos pela produção, agindo como qualquer outra empresa capitalista.

Nesse contexto de apropriação territorial a Coamo, mesmo sem possuir o título das propriedades de terra, atinge o controle das relações espaciais, expandindo sua fronteira de atuação. E, esse fato nos conduz a refletir que a Coamo se reproduz e produz um vigoroso circuito capitalista de produção e acumulação que

integra as diretrizes traçadas pelo agronegócio brasileiro a partir de uma lógica que reestrutura toda a configuração do espaço geográfico, destituindo cada vez mais as características da produção coletiva. Em suma, a cooperativa Coamo se configurou como um empreendimento econômico, melhor que qualquer empresa na acumulação de capital, gozando de condições privilegiadas pela legislação brasileira. Assim, fica evidente que “O cooperativismo que nas suas origens apresentava uma conotação socialista, sofreu consideráveis mutações. No Brasil, passou a ser um instrumento de penetração do sistema capitalista no campo”. (ÁVILA, 2002, p.155)

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A confecção de uma tese de doutorado é uma tarefa árdua e complicada porque agregar interdisciplinarmente aspectos teóricos a partir da realidade material na análise científica, em especial na realidade geográfica, envolve elementos inseridos em contradições desiguais e divergentes embutidos num tema específico, para desenvolver conhecimentos numa vertente que ainda não fora seguida. Com essa orientação, ao chegar ao término da pesquisa sobre *capital e Coamo: a formação de um território* ficou em evidência a quantidade de informações necessárias para explicitar a formação da sociedade capitalista em meio ao mito da cooperação e do trabalho.

Entretanto, mediante a uma construção teórico-metodológica que teve seu embasamento numa perspectiva crítico-analítica, tendo como método as diretrizes que se fundamentam no Materialismo Histórico e Dialético, foi possível o entendimento das disparidades submergidas na territorialidade econômica da Coamo no espaço rural da região de Campo Mourão.

Portanto, as discussões se pautaram dialeticamente na formação dessa organização, formação essa centrada nas relações sociais produzidas temporalmente. Para tanto, foi considerada a análise das categorias cooperação, capitalismo, agricultura e cooperativismo como fundamentais para a construção da definição do conceito de território, permitindo pensar a realidade histórica da estruturação e transformações ocorridas no movimento cooperativista, afunilando o foco da pesquisa no debate sobre o cooperativismo rural.

Logo, na contextualização sobre a estruturação do cooperativismo rural, a dialética permitiu abordar em especificidade a realidade que norteia o funcionamento organizativo da cooperativa Coamo. Essa construção de conhecimento definiu resultados de operações efetuadas no pensamento, a partir da dialética contraditória entre modo de produção capitalista e movimento cooperativo, o que de fato possibilitou a análise sobre a formação do território do capital e da Coamo.

Nessa análise, a abordagem sobre a formação espacial da Coamo permeou pelas relações sociais e econômicas responsáveis pela hegemonização capitalista sobre o movimento cooperativista. Na incorporação dessas informações, o conhecimento particular produzido sobre o cooperativismo no Brasil possibilitou definir eixos centralizadores para o entendimento da contradição entre: modo de

produção capitalista e movimento cooperativista. Esse procedimento colocou em evidência a contradição existente nos interesses econômicos, dos agricultores rurais e da sociedade, que se estabelecem em classes localizadas na base do capitalismo.

Na sucessão dos fatos, o processo de globalização repercutiu sobre a realidade, permitindo um direcionamento temporal acerca dos acontecimentos, desvendando as contradições existentes nas formas assumidas no espaço e no tempo, atribuindo a essas formas novos significados.

Na nova significação dos processos que norteiam a construção do movimento cooperativista, sobretudo os que reproduzem a organização da sociedade que, agora mais do que nunca, se encontra sob a hegemonia do capitalismo, a lógica dialética foi o caminho de descoberta para uma definição conceitual de categorias analíticas que respondam às inquietudes do concreto.

Nessa trajetória de análise, além da abordagem territorial, as categorias analíticas tempo e espaço subsidiaram a compreensão do panorama estrutural dessa cooperativa, tanto em relação à formação de seu capital, bem como da organização de seus associados. Igualmente, no procedimento da pesquisa focado analiticamente no modo de produção capitalista, realizou-se a leitura da formação do território da Coamo, ordenando as múltiplas indagações de caráter ideológico e social que foram surgindo, fornecendo elementos para a discussão do movimento cooperativista no mundo globalizado.

Na verdade, a globalização, vista a partir do pensamento de Milton Santos (2000), condicionou a possibilidade para o direcionamento reflexivo sobre as modificações nas condições estruturais do funcionamento das cooperativas na contemporaneidade. Do ponto de vista estritamente político, as modificações foram colocadas como destino impositivo para a organização do movimento cooperativista no mundo atual.

No caso brasileiro, as determinações produzidas pelo modo de produção capitalista foram responsáveis por profundas transformações ocorridas no campo, na adesão da agricultura capitalista. Na inserção da agricultura capitalista com base nas cooperativas agropecuárias verificou-se que os ideais e os princípios cooperativistas foram se dissolvendo, sendo que as políticas agrárias com incentivos fiscais e financeiros auxiliaram na expansão de relações de produção capitalistas no campo e, na sequência, a industrialização dos produtos agrícolas produzidos pelas cooperativas. Dessa forma, os ideais do cooperativismo, que, no início, eram

socialistas, se perderam por meio da infiltração e da consolidação do capitalismo na agricultura.

Considera-se, portanto, que o cooperativismo rural passou a ser uma forma de explorar a dinâmica industrial por meio da coletivização do trabalho. Nessas considerações, foi possível o destaque ao pensamento de Kautsky sobre a grande exploração agrícola “[...] que melhor satisfaz as necessidades da grande indústria agrícola. Essa, muitas vezes, quando não tem uma grande exploração deste gênero à sua disposição, cria-a” (1972, p. 124).

Logo, conforme visto em Kautsky, a implantação da integração indústria-agricultura se inseriu na sociedade e a Coamo delimitou, em seu desenvolvimento, os traços do capitalismo, abarcando a finalidade do aumento do lucro no processo de produção, adquirindo um caráter puramente mercadológico.

Assim, pela atuação da Coamo, se processou o fortalecimento do capitalismo na agricultura e enfraqueceu os ideais cooperativistas, rumando ao contrário do idealizado pelos pioneiros, ideal que trazia a organização cooperativista voltada à satisfação e à estruturação das atividades desenvolvidas por seus cooperados. Como já ficou constatado na pesquisa, em acordo com Robert Owen (1771-1858), pode-se afirmar que “a praga maior do gênero humano é a pretensão do lucro”.

Nessa contextualização, resgatou-se a gênese dos acontecimentos que levaram, a partir da década de 1970, ao surgimento da Coamo, que, em sua fundação no município de Campo Mourão, foi o principal meio encontrado pela união de agricultores para realizarem a adesão à agricultura capitalista e aos respectivos encaminhamentos produtivos. E esse fator marcou em definitivo a conciliação entre cooperativismo e capitalismo, o que, conseqüentemente, determinou progressivamente os padrões de acumulação desenvolvidos pelos cooperados da Coamo.

Por conseguinte, como fato preciso, foram considerados os grandes desafios que se colocaram como incógnitas para o entendimento da metamorfose cooperativista. Assim, mediante as incógnitas surgidas, não se buscou pretensiosamente respostas concretas, porque a ciência se encaminha em função de debates e de embates que se expressam pelos diferentes encaminhamentos científicos.

O que importa na avaliação apreciativa realizada sobre a Coamo, foi o estabelecimento de discussões científicas, que envolveu diferentes dilemas que

perpassam por complexas noções categóricas, que impregnaram a pesquisa de objetividade geográfica, para registrar as particularidades que se sucederam na análise sobre as diferentes escalas nas quais o conceito de território foi abordado.

Na realidade, apesar de apresentar as discussões teóricas, a pretensão esteve voltada à abordagem sobre a formação do território do capital e da Coamo por meio da própria materialidade que abrange a contextualização geo-histórica da atuação do movimento cooperativista no campo brasileiro e a hegemonização produzida pelo modo de produção no âmago da organização da cooperativa Coamo.

Esse encaminhamento, não consistiu, entretanto, de uma ruptura com as abordagens produzidas sobre o território, mas, sim, numa explicação a partir de diferentes abordagens territoriais que se fundamentaram pela associação teoria e materialidade, imprescindível para o desvendamento e para a explicação das práticas cooperativas como instrumento de reprodução operada no capitalismo.

Nesse sentido, Lênin afirmou que sem a teoria material revolucionária não há prática revolucionária. E isso, antes de tudo, significa a necessidade de associação entre a teoria e a realidade, tendo como objetivo a realização de uma pesquisa, motivada pela teoria e pela história, não dogmatizada pelo método, mas, antes de tudo, levando em consideração as circunstâncias que a vida real processa em seu sucessivo e constante movimento de renovação.

Prontamente, foi com esse encaminhamento que se abordou a materialidade do espaço geográfico da região de Campo Mourão, apresentando a conceituação de território em definição com a própria leitura da realidade que se consolidou na materialização espacial do modo de produção capitalista no âmago interpretativo da cooperativa Coamo.

Nessa leitura, defendeu-se a tese de que o território do capital se fortalece nas contradições, contando com o cooperativismo como mais um agente dinamizador na formação de seu território. Por isso, para seu fortalecimento, o capital está produzindo novas moldagens nas cooperativas, que passam a ser mais uma das formas de reprodução e acumulação do capital, firmando seu desenvolvimento também em bases cooperativistas, ou seja, nas *cooperativas capitalistas*.

Nessa defesa seguiu-se fundamentando a análise na própria materialização do modo de produção capitalista e os resultados que se impregnaram desse modo,

no movimento cooperativista que se configurou como reflexo da mundialização da economia pelo espaço geográfico.

De modo indiscutível ficou evidenciado que esse território está condicionado por múltiplas relações de poder que se processam dinamicamente na produção do movimento cooperativista, por meio da efetiva participação da cooperativa Coamo. Além disso, os governos precisam ater seus projetos e programas às necessidades diretas dos agricultores.

Além disso, cabe ressaltar que o governo diagnosticou que as origens dos problemas econômicos sociais estão na agricultura, isso desde 1930. Para reverter o atual quadro de crise em que a agricultura se encontra, sobretudo com relação à comercialização dos produtos, à assistência técnica, ao crédito e à compra de insumos e de implementos em todo o estado do Paraná, o que se verificou, no entanto, foi a grande expansão das sociedades cooperativistas que, em seu desenvolvimento, se transformaram em organizações empresariais capitalistas, distanciando dos princípios cooperativistas e não atendendo aos anseios dos agricultores.

Esse distanciamento abarcou a mistificação em torno das discussões sobre a atuação das cooperativas agrícolas, acirrando o debate travado pelos cooperados da Coamo, pesquisadores e pioneiros entrevistados. As entrevistas foram semiestruturadas e as consultas de opinião tiveram durações variadas, mas basicamente com o mesmo teor de informação, voltadas à construção perceptiva dos participantes sobre a formação, a organização e a atuação do território do capital e da Coamo. Desse modo, foi possibilitado, seguindo a ótica geográfica, o registro das informações.

Cabe salientar que o discurso cooperativista, em suas diferentes dimensões, tem atingido o consenso entre os diversos setores políticos e administrativos. A mídia, juntamente com o governo brasileiro, vem promovendo a vinculação do progresso e o desenvolvimento econômico do modo de produção capitalista do Brasil aos índices econômicos movimentados pelo cooperativismo.

Esse consenso contribui sobremaneira na ocultação das mazelas empreendidas pelo modo de produção capitalista, justamente em detrimento da proposta cooperativista como alternativa na atualidade diante do desemprego. Assim se colocou o desafio para o movimento cooperativista, em particular para a atuação das cooperativas brasileiras, de que precisam encontrar caminhos de

conciliação entre a expansão econômica, a participação social e a gestão do lucro em prol da sociedade.

Entretanto, o que foi expresso claramente na atuação do movimento cooperativismo foi a perda da ideologia da formação de uma sociedade justa e igualitária, ideologia que foi se dissolvendo temporalmente em prol do crescimento individual, sendo que as políticas agrárias com incentivos fiscais e financeiros auxiliaram o capitalismo no campo e, em sequência, na industrialização dos produtos agrícolas. Desta forma, os ideais do cooperativismo, que eram, em seu início, socialistas, se perderam por meio da infiltração e da consolidação do capitalismo na agricultura.

Não obstante a proposta cooperativista, percebe-se a falácia que se advoga, porque, na realidade, a cooperativa na organização capitalista funciona como a centralizadora de capital dos cooperados, que, por isso, reproduzem, no seio do movimento cooperativista, as relações capitalistas de produção. Nesse aspecto, o grande impulso na promoção do movimento cooperativista se expressa como alternativa social para a explicação da aparente contradição existente entre classes que se reproduzem no modo de produção capitalista.

Foi, portanto, preciso entender o capitalismo como um sistema totalizador do processo produtivo para entender o cooperativismo dentro do capitalismo, e assim direcionar a análise sobre a atuação do território do capital e da Coamo. Nesse aspecto é que se questionou o germe ideológico do cooperativismo, que não se vincula à ampliação e à reprodução do capitalismo, mas se expressa ideologicamente como um meio de defesa de sociedade de trabalhadores excluídos do mercado que tinham como objetivo melhorar as condições de sobrevivência por meio da cooperação, que é a responsável pela criação da força coletiva.

Entendendo a cooperação como uma organização que, desde a Pré-História, fez parte da vida social dos homens para o cumprimento de suas atividades diárias, seguiu-se caminho nas explicações de Marx. Em suas explicações, a cooperação é a base do desenvolvimento do modo de produção capitalista e expressa a forma de trabalho em que muitos trabalham juntos de acordo com um plano, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes, mas conexos. É a cooperação a força fortalecedora da capacidade de realização de cada trabalhador e é ela que “provoca emulação entre os participantes, animando-os e estimulando-os”, ampliando a produtividade (MARX apud CARLI, 2008, p. 382).

No processo de cooptação cooperativa do trabalho pelo modo de produção capitalista, o agricultor cooperado da Coamo passou por um processo de alienação sobre os princípios do cooperativismo. Entretanto, o movimento surgiu com a finalidade de atendimento das necessidades básicas de sobrevivência da sociedade. O modo capitalista de produção tem, ao contrário, como objetivo central, o aumento da lucratividade, enquanto que, no encaminhamento ideológico inicial do movimento cooperativista, a solidariedade em comunidade é o ideal para manter a organização, mas a lucratividade também conta para que o movimento possa se manter.

Assim, com a ideologia solidária foram se fixando os princípios cooperativistas no processo de afirmação do movimento, estabelecido pela adesão livre, pelo controle democrático, pelo retorno dos excedentes em proporção às operações, pela taxa limitada de juros ao capital social, pela neutralidade política, religiosa etc., pela educação cooperativista e pela integração cooperativa. Historicamente, no entanto, esses princípios foram sendo reformulados e as cooperativas, no interior de suas próprias organizações, modificaram seus preceitos para se tornarem cada vez mais competitivas, moldando novos padrões organizativos que utilizam a cooperação somente para fortalecer as relações econômicas, reproduzindo as relações de trabalho capitalistas.

Essa nova moldagem se coloca mesmo que as cooperativas dividam os lucros entre todos, mesmo que todos participem do trabalho e das decisões. Enfim, mesmo que a produção tenha um funcionamento autogestionário, todas as cooperativas estão submetidas às leis de circulação de mercadorias do modo de produção capitalista.

Na realidade, as cooperativas se formam hibridamente dentro do capitalismo, acompanhadas por uma troca capitalista que domina a produção. E os cooperados desempenham o papel de empresários capitalistas, porque as cooperativas são regidas impiedosamente pelo modo de produção capitalista, subordinadas a todas as leis que regem o mercado da economia globalizada. O interessante é que esse fato não é novo, pois já fora alertado há mais de século, desde 1900, nas teses de Rosa de Luxemburgo (2002), que observou que as cooperativas seriam, na realidade, uma forma de transformar os pobres em ricos.

Entretanto, considerado o exposto por Luxemburgo na análise da cooperativa Coamo, verifica-se que a grande maioria dos cooperados tem dificuldade para alcançar uma boa comercialização da produção agrícola, não possuindo preços

suficientes para obter uma margem de lucro e suavizar as dívidas geradas na aquisição de insumos para suas culturas. A falta de controle dos preços mínimos é o principal vilão presente nesse processo. Outro fator que dificulta a produção é o constante aumento dos preços dos insumos vendidos na cooperativa, preços que são estipulados pelas multinacionais e não obedecem às leis de preços e à produção do mercado nacional.

Considerando tais situações, conclui-se que esta pesquisa é, portanto, extremamente fundamental na contribuição e no encaminhamento de novas pesquisas sobre as perspectivas pelas quais o território do capital e da Coamo historicamente pode enveredar, isso porque, no jogo econômico entre compradores e vendedores, a sobrevivência do pequeno produtor rural, dependente de uma base política de incentivo, não conseguirá resistir à lógica imposta pela competitividade da agricultura capitalista.

Nesse sentido de sobrevivência da pequena produção capitalista, é preciso assumir um posicionamento favorável à postura cooperativista como instrumento para a viabilização produtiva do campesinato. Entretanto, o território do cooperativismo deve ser impregnado de princípios sociais e a própria sociedade se encaminhará para a realização das ideias de paz, justiça, igualdade e fraternidade (PETITFILS, 1977).

Isso significa, no entanto, que é possível sonhar com uma sociedade nova, que se imponha ao modo de produção capitalista. Como destacou Ianni (2003), que enquanto não se chegar ao fim do homem e ao fim da ciência geográfica, tem-se novos horizontes abertos para a recriação histórica dos acontecimentos.

Refletindo sobre os novos horizontes, no caso das perspectivas consideradas para o encaminhamento do movimento cooperativista, primeiramente se observa a necessidade do fortalecimento participativo dos cooperados na organização das cooperativas.

Em resumo, não resta dúvida de que qualquer transformação na organização do espaço precisa ser motivada por meio das ações de toda a sociedade. Assim, fica a sensação de que muito ainda necessita ser feito para se ter a organização de uma sociedade socialista no Brasil. Porém, o caminho que conduz ao planejamento de uma política estatal voltada a um movimento cooperativo com princípios ideológicos verdadeiros de ajuda mútua e coletividade social, está aberto a novas propostas.

6 REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Rio de Janeiro: HUCITEC, 1992.

_____. Agricultura familiar e o uso do solo. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v. 1, n. 2, p.5-10, 1997.

ABREU, Maurício de. A apropriação do território no Brasil. In: CASTRO, Iná de et. AL (orgs.) **Explorações geográficas: percursos no fim do século**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 197-245.

AB' SÁBER, Aziz. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê, 2003.

ALFREDO, Anselmo. Uma abordagem sobre a problemática espaço-temporal no capitalismo contemporâneo. In: **Boletim Mineiro de Geografia**. Belo Horizonte, ano 8, n13, p. 9 -39. jul./dez. 2005.

ALMEIDA, Jalcione. A problemática do desenvolvimento sustentável. In: BECKER, D. F. (Org.). **Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ou possibilidade?** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1997a. p. 17-26.

_____. Da ideologia do progresso à idéia de desenvolvimento rural sustentável. In: ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. **Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre: UFRGS, 1997b. p. 33- 55.

_____. Significados sociais, desafios e potencialidades da agroecologia. In: FERREIRA, A.D.; BRANDENBURG, A. (Org.). **Para pensar outra agricultura**. Curitiba: UFPR, 1998. p. 239-247.

ARENDT, Hannah. **Essays in understanding — 1930-1954**. New York: Harcourt Brace, 1994.

ARENDT, Hannah. **Entre o Passado e o futuro**. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

ARRUDA, M. C. C. Revolução Informacional, Globalização e as Mudanças na Capacitação Profissional. In: **Informare**. vol.3, nº1-2, Rio de Janeiro: PPCI/IBICT,1997.

AURÉLIO, Dicionário. **Língua portuguesa**. Disponível em: <<http://www.aureliodicionario.com.br>>. Acesso em 12 de abril de 2010.

ÁVILA, Jader libório de. **A COAMO e o desenvolvimento geoeconômico da região de Campo Mourão**. 2002. 215 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Geografia – UEM/DGE, Maringá, 2002.

BALHAMA, Altiva Pilatti. Política imigratória do Paraná. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 12, p. 65-80, maio/jun. 1969.

BAUMAN, Zygmunt. **Em busca da política**. Translation by Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

BECHO, Renato Lopes. **Tributação das Cooperativas**. 3. ed., São Paulo: Dialética, 2005.

BENATO, João Vitorino Azolin. **Administrar! A arte de criar cooperativas. Cooperativas de trabalho**. São Paulo: Dinâmica Gráfica e Editora Ltda, 2000.

BENECKE, D. W. **Cooperação & desenvolvimento**: o papel das cooperativas no processo de desenvolvimento econômico nos países do terceiro mundo. Porto Alegre: Coojournal, Assocene, Recife, 1980.

BERNARDES, Júlia A. As estratégias do capital no “complexo soja”. In: CASTRO, Iná E. de; GOMES, Paulo C. da C. ; CORRÊA, Roberto L. (Orgs.). **Questões atuais da reorganização do território brasileiro**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil 1996.

BERNARDES, Lysia Maria Cavalcanti. O problema das “Frentes Pioneiras” no Estado do Paraná. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, n.3, 1953.

BIOCOMBUSTÍVEIS: a energia renovável. **Jornal Coamo**. Campo Mourão, n. 357, dez. 2006.

BOESCHE, Leonardo.; MAFIOLETTI, Robson L. Evolução e indicadores do cooperativismo brasileiro e paranaense. In: **RNTI-Revista Negócios e Tecnologia da Informação**. América do Norte, 13 de maio de 2006.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BRZEZINSKI, Francisco Irineu. **A futura capital**. Curitiba: Juruá, 1975.

CAMARGO, Ana Luiza do Brasil. **Desenvolvimento sustentável**: dimensões e desafios. Campinas, SP: Papyrus, 2003. (Coleção Papyrus educação).

CAMPO MOURÃO. Prefeitura municipal. **Campo Mourão**: no seu 20º aniversário, 10 de out. 1967. Material promocional.

CAMPO MOURÃO. Prefeitura municipal. **Plano diretor de desenvolvimento local integrado de Campo Mourão**. Curitiba: CISPE, abril 1969.

CANDIOTO, Luciano Zanetti Pessôa. **Circuito italiano de turismo rural, Colombo – PR**: gênese, desenvolvimento e implicações socioespaciais. Cascavel : EDUNIOESTE, 2010.

CARNEIRO, Rosimeire Tânia Reis. **A feira como alternativa de sobrevivência do pequeno produtor rural**. Monografia. (Especialização em planejamento Geo-

ambiental) – Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão, Campo Mourão, 1997.

CASAGRANDE, Marilsa de Paula. **Traços de uma memória:** o município de Campo Mourão em questão. Monografia (Especialização em História e Sociedade) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 1996.

CAVENDISH, S. Cooperativismo e dominação. In M. R. Loureiro (Ed.), **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil** (pp. 75-95). São Paulo, SP: Cortez, 1981.

CERON, Antonio Olívio. Distribuição da terra agrícola e a questão da reforma agrária no Brasil. **Geografia**. Rio Claro, v. 10, n. 20, p. 1 - 35, out. 1985.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas:** O novo perfil dos recursos humanos nas organizações. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

COAGEL. Disponível em: <<http://www.coagel.com.br/>>. Acesso em: 12 dez. 2010.

COAMO. Disponível em: <<http://www.coamo.com.br>>. Acesso em: 12 dez. 2010.

COELHO JUNIOR. **Pelas selvas e rios do Paraná.** Curitiba: GUAÍRA, 1946.

CRUZIO, Helmon de Oliveira. **Como organizar e administrar uma cooperativa:** uma alternativa para o desemprego. São Paulo: Editora FGV, 2000.

CUNHA FILHO, Miguel Henrique da; PINHEIRO, José César Vieira. **Algumas considerações sobre o cooperativismo agrário brasileiro.** Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/12/10P467.pdf>. Acesso em 10 de outubro de 2010.

DELGADO, Guilherme. **Capital financeiro e agricultura no Brasil.** Campinas: Unicamp/Ícone, 1986.

DINIZ, José Alexandre Felizola. **Geografia da Agricultura.** São Paulo: DIFEL, 1984.

DRABIK, Alexandre. O Caminho do Peabiru – possibilidade histórica. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba, v. 50, p. 7-12, 1999.

DUARTE, Laura Maria Goulart. **Capitalismo e cooperativismo no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: L & PM/ Associação Nacional de pós-graduação em pesquisas sociais (Anpocs), 1986.

DURKHEIM, Émile. **As Regras do Método Sociológico.** São Paulo: Martins, 1999.

_____. **Pragmatismo e Filosofia.** São Paulo: Martins, 2000.

EHLERS, E. **Agricultura sustentável:** origens e perspectivas de um novo paradigma. 2.ed., Guaíba: Agropecuária, 1999.

EL-KHATIB, Faissal. **História do Paraná: municípios do Paraná**. Curitiba: Cultural, 1969.

ENCICLOPÉDIA dos municípios Brasileiros. Curitiba: IBGE, 1959.

FAJARDO, Sergio. **Dinâmica sócio-espacial das cooperativas agropecuárias no contexto do complexo agroindustrial: o caso da Cocari, Mandaguari-PR**. Maringá, 2000. 172 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Estadual de Maringá.

_____. Algumas considerações sobre a participação das cooperativas agropecuárias no setor agroindustrial para o Estado do Paraná: o caso da Cocamar, Revista Paranaense de Geografia, n. 7, Curitiba, p. 101-109, 2001.

_____. As cooperativas paranaenses e o novo padrão de desenvolvimento agroindustrial. Formação, Presidente Prudente, n. 12, v. 1, p. 165-192, 2005.

_____. Aspectos da ocupação, da formação da estrutura produtiva e das transformações na paisagem rural no território paranaense. **Caminhos de Geografia**. Uberlândia, v. 7, n. 20, p. 89-101, fev. 2007.

_____. **Territorialidades corporativas no rural paranaense**. Guarapuava: UNICENTRO, 2008.

FAJARDO, Sergio; MORO, Dalton Áureo. **O complexo agroindustrial e a atuação das cooperativas agrícolas no Norte Central do Estado do Paraná**. Boletim de Geografia, Maringá, n. 18, v. 1, p. 85-112, 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Agronegócio e Reforma Agrária**. Disponível em: http://www4.fct.unesp.br/nera/publicacoes/AgronegocioeReformaAgrariaA_Bernardo.pdf. Acesso em fevereiro de 2011.

FERREIRA, Cândido Guerra. **Processo de trabalho, tecnologia e qualificação - notas para discussão**. Texto preparado para a mesa-redonda sobre o tema: "Processo de trabalho e Tecnologia" – Dep. de História do IFCH – UNICAMP, 2005.

FERREIRA, Darlene Aparecida de Oliveira. **Mundo rural e Geografia: geografia agrária no Brasil: 1930-1990**. São Paulo: UNESP, 2002.

FERREIRA, João Carlos Vicente. **Cidades brasileiras: origem e significado de seus nomes – Paraná**. Curitiba: MB- Memórias do Brasil, 2000.

FILHO, César Muniz. Divisão regional do Paraná. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 82, p.149-174, 1994.

FIGUEIREDO, Lima. **Oeste paranaense**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.

FLEISCHFRESSER, Vanessa. **Modernização tecnológica da agricultura: contrastes regionais e diferenciação social no Paraná da década de 70**. Curitiba: Chain, 1988.

FLEURY, M. T. L. **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil**, São Paulo: Global, 1983.

FRANKE, Walmor. **Direito das sociedades cooperativas**. 1. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1973.

FOURIER, Charles. **“Théorie des quatre mouvements et des destinées générales (1808)”**. Disponível em: http://classiques.uqac.ca/classiques/fourier_charles/theorie_quatre_mouvements/theorie_4_mouvements_pt1.pdf. Versão eletrônica de Marcelle Bergeron. Parte 1 e 2, e o livro **“Traité de l'association agricole domestique (1822)”**. Disponível em: http://books.google.com.br/books?id=SWE9AAAAYAAJ&printsec=frontcover&dq=Charles+Fourier,+Trait%C3%A9+de+l'+association+agricole+domestique&source=bl&ots=QxHWkegt7R&sig=DUFqVsLm0avUU9_MUKwaPGsYmz0&hl=pt-BR&ei=fm4fTMWwBYP68Aa3ponFDA&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=2&ved=0CBoQ6AEwAQ#v=onepage&q&f=false Digitalizado pelo Google.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 14. ed. São Paulo: Nacional, 1976.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da terra**. São Paulo: Petrópolis, 2000 (Série Brasil cidadão).

GAWLAK, A.; RATZKE, F. A. **Cooperativismo: Filosofia de vida para um mundo melhor**. Curitiba: Sescop/Pr-Ocepar, 2001.

GEHLEN, Ivaldo. Agricultura familiar de subsistência e comercial: identidade cabloca e inclusão social. In: Brandenburg, Alfio; FERREIRA, Ângela Duarte Damasceno. (Org.). **Para pensar outra Agricultura**. Curitiba: UFPR, 1998.

GUANZIROLI, Carlos Enrique. **Agronegócio no Brasil: perspectivas e limitações**. Texto para discussão UFF/ECONOMIA Universidade. Projeto *Agronegócios en los países que conforman la región sur del Hemisferio: definiendo su estado actual como un proceso para crear una agenda de cooperación técnica regional para el período 2006-2010*, Instituto Interamericano de Cooperación para a Agricultura. Disponível em: http://www.uff.br/econ/download/tds/UFF_TD186.pdf. Acesso em 10 de abril de 2010.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

GORGA NETO, Remy. Grandes produtores e cooperativas agroindustriais: o caso na comigo. in: **Revista Científica Eletrônica de Agronomia**. Publicação científica da Faculdade de Agronomia e Engenharia Florestal de garça/FAEF ano v, n. 09, junho de 2006. Periodicidade: semestral

HADDAD, Fernando et. al. **Sindicatos, cooperativas e socialismo**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade**: a rede “gaúcha” no Nordeste. Niterói: EDUFF, 1997.

_____. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, I. E., GOMES, P.C.C., CORRÊA, R.L. (org.) **Geografia: conceitos e temas**. pp.165-205. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

_____. **Territórios alternativos**. São Paulo: Contexto, 2002.

_____. Des-caminhos e perspectivas do território. In: RIBAS, Alexandre D.; SPOSITO, Eliseu S.; SAQUET, Marcos A. (Org.). **Território e desenvolvimento**: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2005.

HESPANHOL, Antonio Nivaldo. **O binômio soja/trigo na modernização da agricultura do Paraná**: O caso dos municípios de Ubitatã, Campina da Lagoa e Nova Cantu. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Geografia, UNESP. São Paulo, 1990.

HESPANHOL, Antonio Nivaldo. A formação sócio-espacial da região de Campo Mourão e dos municípios de Ubitatã, Campina da Lagoa e Nova Cantu-PR. **Boletim de Geografia**, UEM, Maringá, n. 1, 1993.

HESPANHOL, Antonio N.; COSTA, V. M. H. M. A importância das cooperativas no processo de modernização da agricultura paranaense. **Boletim de Geografia Teórica**. Rio Claro, v.25, n.49-50, p. 373-384. 1995

HOBSBAWM, Eric. J. A contribuição de Karl Marx para a historiografia. In: BLACKBURN, Robin. **Ideologia na ciência social**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

HOBSBAWM, Eric. J. **Era do Capital**. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

_____. **Era dos Extremos**. O breve século XX: 1914 – 1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. **Era das Revoluções**: Europa 1789 – 1848. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2005.

HOLYOAKE, George J. **Os 28 tecelões de Rochdale**, 5. ed. Porto Alegre: WS, 2004.

IBGE, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Diretoria de Geociências – **Geografia do Brasil**. vol. 2. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

IBGE, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico – 1970**. Serie Regional, Rio de Janeiro, IBGE, 1970.

_____. **Censo demográfico – 1980**. Série Regional, Rio de Janeiro, IBGE, 1980.

_____. **Censo demográfico – 1991**. Série Regional, Rio de Janeiro, IBGE, 1991.

_____. **Censo demográfico – 2000**. Série Regional, Rio de Janeiro, IBGE, 2001

_____. **Censo Agropecuário Paraná: 1950, 1960,1970, 1980, 1996, 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/> Acesso em: dez de 2009.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Coordenadoria Regional do Paraná. **Diagnostico fundiário**. Curitiba: INCRA, 1984.

INSTITUTO DE TERRAS, CARTOGRAFIA E FLORESTAS. **Referências históricas**. Curitiba, 1959.

INSTITUTO DE TERRAS, CARTOGRAFIA E FLORESTAS. **Atlas do Estado do Paraná**. Curitiba, 1987.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Subdivisão, posse e uso da terra no Paraná**. Curitiba: IPARDES, 1976.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Conseqüências sociais das transformações tecnológicas na agricultura do Paraná**. Curitiba: IPARDES, 1985.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **O Paraná reinventado: política e governo**. Curitiba: IPARDES, 1989.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Imagens estatísticas do Paraná 1990**. Curitiba: IPARDES, 1991.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Avaliação da estratégia global do Paraná-Rural, programa de manejo e conservação do solo em microbacias hidrográficas**. Curitiba: IPARDES, 1993.

JORNAL TRIBUNA DO INTERIOR. Domingo, 28 de outubro 2004. p.11

JORNAL SHOW RISO. Terça-feira, 01 de set 2009. Versão on-line disponível em: <http://www.jornalshowriso.com.br/jornaldia11112008.php>. Acesso: fevereiro/2011.

JORNAL COAMO. Órgão de divulgação da Cooperativa Agropecuária Mourãoense Ltda. Campo Mourão. Edição 292. Novembro/2.000.

_____. Órgão de Divulgação da Cooperativa Agropecuária Mourãoense Ltda. Campo Mourão. Edição 293. Dezembro/2000.

JUILLARD, Étienne. A região: tentativa de definição. In: **Boletim geográfico**. nº 185, ano XXIV. Rio de Janeiro: IBGE, 1965. p. 224 -237.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

KEIL, Ivete Manetzeder & MONTEIRO, Silvio Tavares. **Os pioneiros de Rochdale e as distorções do cooperativismo na América Latina**. São Leopoldo (RS), Agosto de 1982. Disponível em: <http://www.cootrade.com.br/files/Download/pioneirosrochdale.pdf>. Acesso em 23 de agosto de 2008.

KOGA, Dirce. **Medidas de cidades: entre territórios de vida e territórios vividos**. São Paulo: Cortez, 2003.

KOPNIN, P. V. **A dialética como lógica e teoria do conhecimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

KOTZ, Evandro Jacó. **Competição num mercado globalizado x fidelidade aos princípios cooperativistas: o caso SICREDI/RS**. Dissertação de mestrado defendida pelo programa de pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio Sinos. São Leopoldo, 2007.

KONZEN, G. O.; KRAUSE, E. L. **Cooperativismo: a empresa, sua contabilidade, sua auditoria**. Unisinos - série cooperativismo e desenvolvimento rural e urbano - Cadernos Cedope, ano 13, n. 22, 2002.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 1992.

LANGE, Oskar. A economia marxista e a moderna teoria econômica. In: HOROWITZ, David (Org.). **A economia moderna e o marxismo**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

LARA, João Maria de. **Campo Mourão: 100 anos do desbravamento (1903-2003) uma homenagem a família Pereira**. Campo Mourão: Kromoset, 2003, p. 23.

LARANJEIRA, Raymundo. **Colonização e reforma agrária do Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 1992.

LAVALLE, Aida Mansani. **A madeira na economia paranaense**. Curitiba: GRAFIPAR, 1981.

LAUSCCHNER, Roque. **Agribusiness, Cooperativas e Produtor rural**. Rio Grande do Sul: UNISINOS, 1995.

LAZIER, Hermógenes. **Paraná: terra de todas as gentes e de muita história.** Francisco Beltrão: Grafit, 2003.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal/ lógica dialética.** 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

_____. **A Revolução Urbana.** Belo Horizonte, UFMG, 2002

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **Materialismo e empirocriticismo.** Lisboa: Estampa, 1971

_____. O capitalismo na agricultura: o livro de Kautsky e o artigo do senhor bulgákov. Tradução de Sandra Brizolla. In: GRAZIANO DA SILVA; STOLCKE. (orgs.). **A questão agrária.** São Paulo: Brasiliense, 1982.

Lei 5.764/71 - **Legislação cooperativista e resoluções do CNC.** OCB – Brasília, 1987.

LUXEMBURGO, Rosa. Reforma ou Revolução – 1900. Transcrição de: Fernando Araújo. In: **Luxemburg Internet Archive (marxists.org)**, 2002. Disponível em: http://www.marxists.org/portugues/luxemburgo/1900/ref_rev/index.htm
Acesso em: agosto de 2008.

LIMA, Marli. Coamo arrenda estrutura da Coagel e avança no PR. **Valor Econômico**, São Paulo, 30 abr. 2009. Empresas, p. B11.

LINHARES, Tasmístocles. **Paraná vivo: um retrato sem retoques.** Curitiba: Imprensa Oficial, 2000.

LOUREIRO, Maria Rita (org.) **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil.** São Paulo: Cortez, 1981.

MAACK, Reinhard. **Geografia física do Estado do Paraná.** 3. ed. Curitiba: Imprensa Oficial, 2002.

MACIEL, Eloy. **Texto elucidativo: coisas da Cidade.** 18 out. 1962. Texto apostilado.

MACHADO, Brasil Pinheiro; BALHAMA, Altiva Pilatti. Contribuição ao estudo da história agrária do Paraná. **Boletim da Universidade do Paraná**, Curitiba, n. 3, 1963.

MAGALHÃES, Marisa Valle; KLEINKE, Maria de Lourdes Urban. Projeção da População do Paraná: tendências e desafios. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 98, p. 27-43, jan./jun. 2000.

MARTINELLI, D. P.; JOYAL, A. **Desenvolvimento local e o papel das pequenas e médias empresas.** Barueri, SP: Manole, 2004.

MDA. **Ministério do desenvolvimento agrário.** Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portal/>
Acesso em 10 de julho de 2010.

MDIC. **Ministério do desenvolvimento, indústria e comércio exterior**. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/sitio/> Acesso em 10 de Julho de 2010.

MAPA. **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**. 2007. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/>>. Acesso em 20 de Julho de 2010.

MARTINE, Arias. Modernização e emprego no campo. In: MARTINE, G.; GARCIA, R. C. (Org.). **Os impactos sociais da modernização agrícola**. São Paulo: Caetes, 1987. p. 41-57.

MARTINELLI, D. P.; JOYAL, A. **Desenvolvimento local e o papel das pequenas e médias empresas**. Barueri, SP: Manole, 2004.

MARTINS, José de Souza. **Sobre o modo capitalista D pensar**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. **Expropriação e Violência**: a questão política no campo. 3. ed. Hucitec: São Paulo, 1991.

_____. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 5. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

MARTINS, Romário. **História do Paraná**. Curitiba: Guairá, [1950].

MARUCH, E. C.; MAFIOLETTI, R. L. - **A Evolução do Cooperativismo e a Contribuição do Sicredi como Alternativa para o Desenvolvimento Econômico e Social – O Caso do Sicredi Norte do Paraná** – Monografia do curso de Agronegócios da UFPR, 2004.

MARX, Karl. **O Capital**. Livro 1. vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

_____. Introdução para a crítica da Economia Política. In: _____. **Karl Marx**. São Paulo: Abril Cultural, 1974. (Os pensadores).

_____. Crítica ao programa de Gotha. In: **Textos**. Vol. I. São Paulo: Edições Sociais, 1975.

_____. **Contribution à la critique de l'économie politique**. Paris: Editions Sociales, 1977.

_____. **Contribuição para a crítica da economia política**. São Paulo: Mandacaru, 1989.

_____. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2002. (Coleção a Obra-Prima de Cada Autor).

_____. **Salário, Preço e Lucro**. Centauro, 2003.

_____. **O capital**: crítica da economia política – Livro Primeiro, o processo de produção do capital. vol. 1. 25. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. **Salário, preço e lucro**. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/marx/1865/salario/cap01.htm> . Acesso em 13 de agosto de 2010.

MARX, Karl. e ENGELS, Friedrich. **Feuerbach**: a Oposição entre as Concepções Materialista e Idealista (Cap. I de *A Ideologia Alemã*). Lisboa: Editorial Estampa, 1975.

_____. Instruções para os delegados do conselho geral provisório. As diferentes questões. I Congresso da Associação Internacional dos trabalhadores. In: **Obras Escolhidas**. Tomo II. Lisboa: Edições Avante, 1983a.

_____. Mensagem inaugural da associação internacional dos trabalhadores. In: **Obras Escolhidas**. Tomo II. Lisboa: Edições Avante, 1983b

_____. **A ideologia alemã**. 1º capítulo, seguido das teses sobre Feuerbach. São Paulo: 1984.

_____. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Boitempo, 1998.

_____. **Ideologia alemã**. Tradução Frank Müller. São Paulo: Ed. Martin Claret, 2004.

MENDONÇA, M. R. & THOMAZ JÚNIOR, A . A modernização da agricultura e os impactos sobre o trabalho. **Anais do XIII ENG** . João Pessoa, julho de 2002.

MÉSZÁROS, István. **Produção destrutiva e Estado capitalista**. São Paulo: Ensaio, 1996.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1984.

MONTENEGRO GÓMEZ, Jorge Ramón. Conflitos pela terra e pelo território: ampliando o debate sobre a questão agrária na América Latina. In: SAQUET, Marcos A.; SANTOS, Roselí Alves dos. (org.). **Geografia agrária, território e desenvolvimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 13-34.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Capitalismo, geografia e meio ambiente**. Tese de Livre Docência – Universidade de São Paulo/FFLCH, São Paulo, 2000.

MORAIS, Elvira Sá de. A Questão do método em Marx: o “caminho de ida e volta”. IN: JIMENEZ, Susana Vasconcelos. RABELO, Jackiline. **Trabalho, educação e luta de classes**: a pesquisa em defesa da história. Fortaleza: Brasil Tropical, 2004.

MORO, Dalton Aureo. **Substituição de culturas e transformações na Organização do espaço rural do Município de Maringá**. Dissertação de mestrado, UNESP, Rio Claro. 1980.

_____. A Modernização da Agricultura. In: VILLALOBOS, J. G. (Org). **Geografia Social e Agricultura no Paraná**. Maringá: programa de pós-graduação em Geografia - UEM, 2001.

MOTA, Lúcio Tadeu; NOELLI, Francisco Silva. Índios, jesuítas, bandeirantes e espanhóis no guairá nos séculos XVI e XVII. in: **Revista Geo Notas**. Departamento de Geografia da Universidade Estadual de Maringá. vol. 3, n. 3. Maringá: UEM, 1999.

MOTTA SOBRINHO, Alves. **A civilização do Café (1820 -1920)** São Paulo: Brasiliense, 1978.

MOTOMURA, Marina. Semear ficou mais difícil. **Exame**: guia agronegócio. São Paulo, n. 849, p. 42-43, ago. 2005.

NASCIMENTO, Alexandre Costa. Cooperativas contratam e ampliam produção. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 22 abr. 2009. p. 23.

NAKASHIMA, Paulo; NOBREGA, Maria Teresa. Solos do terceiro Planalto do Paraná – Brasil. In: ENCONTRO GEOTÉCNICO DO TERCEIRO PLANALTO PARANAENSE, 1., 2003, Maringá, **Anais...** Maringá: ENGEOPAR, 2003. p. 66 – 84.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. **Contribuição para o estudo da Geografia Agrária**: Crítica ao “Estado Isolado” de Von Thünen. Tese de doutoramento – Programa de Pós-graduação FFLCH –USP. Área de Geografia Humana. São Paulo: USP, 1978.

_____. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Ática, 1987.

_____. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991. (Coleção caminhos da geografia).

_____. O campo brasileiro no final dos anos 80. In: Stédile, João Pedro (Coord.). **A Questão agrária hoje**. Porto Alegre: UFRGS, 1994. p. 45 – 67.

_____. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: **NOVOS caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 1999.

_____. **A agricultura camponesa no Brasil**. ed. 6. São Paulo: Contexto, 2001. (Coleção caminhos da geografia).

_____. **A geografia das lutas no campo**. 11. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

_____. O campo brasileiro no final dos anos 80. In: STÉDILE, João Pedro. **A Questão Agrária Hoje**. 3. ed. Porto Alegre: UFGS, 2002 a.

ONOFRE, Gisele Ramos. **Campo Mourão: Colonização, uso da terra e impactos socioambientais**. Maringá. UEM. (Dissertação de Mestrado). 2005

PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná**. São Paulo: Hucitec, 1981.

PAGOTTO, Claudete. Cooperação: natureza social do homem realizada às margens do sistema capitalista. In: Revista espaço acadêmico. n. 45. Disponível em: http://www.espacoacademico.com.br/045/45cpagotto.htm#_ftnref12 . Acesso: dezembro de 2005.

PAULA, Nilson M. de. As transformações do agribusiness no contexto da globalização. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, nº 91, maio/ago, 1997 p. 33-47.

PAULA, Regina Noemia Cavalin de. **Indicadores de produtividade em cooperativas do Paraná: um estudo comparativo de casos**. Dissertação (Mestrado em Engenharia). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2001.

PAULINO, Eliane Tomiasi; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida. **Terra e Território: a questão camponesa no Capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PETITFILS, Jean Christian. **Os socialistas utópicos**. São Paulo: Círculo do Livro, 1977.

PINHO, Diva. B. **O pensamento cooperativo e o cooperativismo brasileiro**. São Paulo: CNPq, 1977, 272 p.

_____. **Tipologia cooperativista: por Américo Utumi e outros**. São Paulo: CNPq, 1984.

PORTAL DO COOPERATIVISMO. Disponível em: <http://www.portaldocooperativismo.org.br/>. Acesso: 07 de junho de 2010.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Diretrizes para uma Política Econômica Brasileira**. São Paulo, Urupês, 1954.

_____. **A Revolução Brasileira**. 7. ed. São Paulo, Brasiliense, 1987.

_____. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 23. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. Teoria marxista do conhecimento e método dialético materialista. Ed. Rido Castigat Mores. Versão para eBookeBooksBrasil.com. In: **Digital revista para esta edição**. Disponível em: <http://netomorais2007.googlepages.com/Teoriamarxistadomaterialismo.pdf> Acesso: 07 de julho de 2008

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RATZEL, Friedrich. **Géographie politique**. Paris: Editions Economica, 1988. 385 p.

_____. O povo e seu território In: MORAES, Antônio Carlos R. (org.). **Ratzel**. São Paulo: Ática, 1990. pp. 73-82.

_____. Posição, configuração e grandeza da humanidade In: MORAES, Antônio Carlos R. (org.). **Ratzel**. São Paulo: Ática, 1990. pp.112-121.

_____. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. pp.77-116.

RECH, Daniel. **Cooperativas: uma alternativa de organização popular**. Rio de Janeiro: DP & A EDITORA, 2000.

RECLUS, Elisée. **L' Homme et la Terre**. Paris: Librairie Universele, 1905. 6 v., p. 4.

RICARDO, David. **Princípios de economia e tributação**. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Coleção Os Economistas).

RICCIARDI, Luiz; LEMOS, Roberto Jenkins de. **Cooperativa, a empresa do século XXI: como os países em desenvolvimento podem chegar a desenvolvidos**. São Paulo: LTr, 2000.

RODRIGUES, Roberto. Uma vida para a justiça social. in: **Brasil**. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Evolução do cooperativismo no Brasil : DENACOOOP em ação / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. – Brasília : MAPA, 2006.

RONKOSKI, José. **Avaliação do processo de capacitação profissional nas cooperativas agropecuárias no Paraná**. Dissertação de Mestrado - Programa de pós-graduação em engenharia de produção. USFC: Florianópolis, 2003.

SAINT-SIMON, C. H. **Catéchisme des industriels: ouvres**. Paris: Anthropos, 1966.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. 3. ed. São Paulo. Cortês: 2005.

SANTOS, Milton. **O trabalho do geógrafo no Terceiro Mundo**. São Paulo: Hucitec, 1978.

_____. **Pobreza urbana**. São Paulo/Recife: Hucitec/UFPE/CNPV, 1978.

- _____. **Economia espacial: críticas e alternativas.** SP: Hucitec, 1979.
- _____. **Espaço e sociedade.** Petrópolis: Vozes, 1979a.
- _____. **O espaço dividido.** Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979b (Coleção Ciências Sociais).
- _____. **A urbanização desigual.** Petrópolis: Vozes, 1980.
- _____. **Espaço e Método.** São Paulo: Nobel, 1985
- _____. **O espaço do cidadão.** São Paulo: Nobel, 1987.
- _____. **Metamorfoses do espaço habitado.** Paulo: Hucitec, 1988.
- _____. **A urbanização brasileira.** São Paulo: Hucitec, 1993.
- _____. **Pensando o Espaço do Homem.** 4. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.
- _____. **Por uma outra globalização: do pensamento único a consciência universal.** São Paulo: Record, 2000.
- _____. **Por uma Geografia nova.** São Paulo: Hucitec-Edusp, 2002a.
- _____. **A natureza do espaço: tempo e técnica, razão e emoção.** São Paulo: Edusp, 2002b.
- _____. **Economia Espacial: Críticas e Alternativas.** 2, ed. São Paulo: Edusp, 2003.
- SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A.(org.). **A construção do espaço.** São Paulo: Nobel, 1986.
- SAQUET, Marcos A. O tempo, o espaço e o território. In: SOUZA, Álvaro *et al.* **Paisagem, território, região: em busca da identidade.** Cascavel: EDUNIOESTE, 2000. p. 113 -114.
- _____. **Os tempos e os territórios da colonização italiana: o desenvolvimento da Colônia Silveira Martins (RS).** Porto Alegre: EST edições, 2003.
- _____. **Abordagens e concepções de território.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- SCHNEIDER, J. E. O cooperativismo agrícola na dinâmica social do desenvolvimento periférico dependente: O caso brasileiro. In M. R. Loureiro (Ed.),

Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil (pp. 11-40). São Paulo, SP: Cortez, 1981.

SERRA, Elpídio. **Contribuição ao estudo do cooperativismo na agricultura do Paraná**: O caso da Cooperativa de Cafeicultores e Agropecuaristas de Maringá. Rio Claro. UNESP. 1986. (Dissertação de Mestrado).

_____. **Processos de ocupação e a luta pela terra agrícola no Paraná**. 1991. 361 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, Rio Claro 1991.

_____. A reforma Agrária e o movimento camponês. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 11., 1992, Maringá. **Anais ...** Maringá: UEM, 1992. v. 2, p. 108-138.

_____. A colonização empresarial e a repartição da terra agrícola no Paraná Moderno. **Boletim de Geografia**. Maringá, n. 1, 1993.

_____. **Reflexões sobre a origem da crise agrária no norte do Paraná**. 1999. Relatório preliminar de pesquisa.

_____. Cooperativismo empresarial e suas contradições: o distanciamento entre a teoria e a prática do sistema - eficácia e eficiência da empresa, inovação e experiências na integração cooperativa. In: **V Encontro de pesquisadores latino-americanos de cooperativismo - V Encuentro de investigadores latinoamericanos de cooperativismo**. Ribeirão Preto, São Paulo, 2008.

SERRA, Joaquim Mateus Paulo. **Alienação**. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2008.

SILVA, Darcy. Colonização e zonas pioneiras. Associação dos Geógrafos Brasileiros, São Paulo. **Anais...** São Paulo: A. G. B. 1973. v. 18.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Coleção Os Pensadores).

SMITH, Neil. *Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção de espaço*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SINGER, PAUL. **Uma Utopia Militante**: repensando o socialismo. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

SORIANO, Sara Mônica Pitot. **Expropriação e violência**: a luta dos trabalhadores rurais pelo acesso à terra (campo mourão: 1946-1964). Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2002.

SOUZA, Marcelo. J. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. **Geografia: conceitos e temas**. In: CASTRO, I. E., GOMES, P.C.C., CORRÊA, R.L. (org.) pp. 77-116. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

SUZUKI, Júlio César. Modernização, território e relação campo cidade: uma outra leitura da modernização da agricultura. in: **Revista Agrária**. nº 6, pp. 83-95. São Paulo, USP, 2007. Disponível em: http://www.geografia.fflch.usp.br/revistaagraria/revistas/6/Texto4_Suzuki%28Teoria%29.pdf Acesso: abril de 2011.

TAVARES, Maria da Conceição. **Acumulação de capital e industrialização no Brasil**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1986.

_____. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**. Rio de Janeiro, Zahar: 1972.

_____. **Ciclo e crise: o movimento recente da industrialização brasileira**. Campinas, SP: Instituto de Economia, 1998.

TAVARES, Maria da Conceição e BELLUZZO, Luiz Gonzaga. Uma reflexão sobre a natureza da inflação contemporânea. In: Rego, José Márcio (org.). **Inflação inercial, teorias sobre inflação e o Plano Cruzado**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.

TAVARES, Maria da Conceição e FIORI, José Luís (org.) **Poder e dinheiro**. Petrópolis, SP: Vozes, 1997.

_____. **(Des)ajuste global e modernização conservadora**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

STANDEN, Hans. **Meu cativo entre os selvagens do Brasil**. Curitiba: Fundação Cultural, 1995.

TEIXEIRA, Murilo Walter. **Estrada boiadeira**. Guarapuava: Editora da Revista Monjolo, 2001.

URBAN, M. L. Os novos rumos da agroindústria. **Análise Conjuntural**. Curitiba, v.12, n.2, p.1-3, fev.1990.

VARNHAGEN, Francisco Adolpho. Manuscrito da Biblioteca Nacional. In: LESSA, Clado. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. vol. 223, Rio de Janeiro: IHGB, 1954.

VEIGA, Pedro. **Campo Mourão: centro do progresso**. Maringá: Bertoni, 1999.

VEIGA, J. E. da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

VEYNE, P. **Como se escreve a história**. São Paulo: Martins Fontes, 1971.

VILAR, Pierre. **Desenvolvimento econômico e análise histórica**. Lisboa: Presença, 1982.

VILELA, Nirlene Junqueira. Fatores desfavoráveis ao desenvolvimento do cooperativismo no Brasil. In: SEMINÁRIO AGROPECUÁRIO DO ACRE, 2, **Anais...**Embrapa. UEPAE. 1998, p. 301-310.

VILLASEÑOR, Florencio Eguía. **Los principios del cooperativismo de Rochdale a nuestros días**. Confederacion Mexicana de Cajas Populares, 1984. Texto apostilado.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná**. 10.ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2002.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O Sistema Mundial Moderno**. vol. I e II. Porto: Edições Afrontamentos, 1974.

WALTER, Jorge. **Campo do Mourão**: histórico elucidativo da posse pacífica e sem interrupção, ou possível contestação, de imóvel de “Campo do Mourão”, obtido com a área total de 324.957,600 m² ou 3.428 alqueires. Guarapuava: Diário Oficial do Estado do Paraná, 1949.

WESTPHALEN, Cecília Maria; MACHADO, Brasil Pinheiro; BALHANA, Altiva Pilatti. Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná moderno. **Boletim da Universidade Federal do Paraná**, Curitiba, n. 7, p. 1-51, 1968.

WOOD, Allenw. *Alienation*. In: CRAIG, Edward (Org.), **Routledge Encyclopedia of Philosophy**. vol. 1, Londres e Nova Iorque, Routledge, 1998.

ZAMBERLAM, J. Produção e Comercialização nos Assentamentos Rurais: questões para o debate. In ROMERO, A.; GUANZIROLI, C. e LEITE, S. (orgs.). **Reforma Agrária**: produção, emprego e renda: o relatório da FAO em debate. Petrópolis-RJ: Vozes 1994.

ZYLBERSZTAJN, Decio et. all. **Cooperativa Coamo**: gerenciando os conflitos do crescimento. Disponível em: http://www.pensa.org.br/anexos/biblioteca/1552008144747_Coamo.pdf. Acesso em: fevereiro de 2010.

ANEXO 1 - ATA DA ASSEMBLÉIA DE CONSTITUIÇÃO DA COOPERATIVA AGROPECUÁRIA MOURÕENSE LTDA

Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de novembro do ano de hum mil novecentos e setenta, às 14:00 horas, na sede social da Associação Atlética Banco do Brasil, sita na Rua Brasil s/nº, na cidade de Campo Mourão, Município de Campo Mourão, Estado do Paraná, reuniram-se de livre e espontânea vontade as pessoas cujos nomes constam mais adiante no corpo desta, com o objetivo de constituir uma Cooperativa de Responsabilidade Limitada, de acordo com a legislação em vigor. Aclamado para dirigir os trabalhos os senhor Silvio Galdino de Carvalho Lima, convidou este a mim, Paulo China, brasileiro, casado, bancário, para servir de Secretário, ficando assim constituída a mesa. Aberta a sessão pelo Sr. Presidente declarou este aos presentes, que o fim da reunião era o de constituir uma Cooperativa de Responsabilidade Limitada, com sede em Campo Mourão, Município de Campo Mourão, sob a denominação de "COOPERATIVA AGROPECUÁRIA MOURÃOENSE LIMITADA" e com os objetivos de proporcionar aos associados a defesa econômico-social por meio da ajuda mutua no cumprimento das suas finalidades e na medida dos recursos disponíveis operando basicamente na venda em comum dos produtos que lhe foram entregues pelos associados bem como na aquisição de gêneros e artigos para o seu abastecimento, promovendo ainda a educação cooperativista do quadro social ou de fomento da agropecuária, e a modernização dos meios de produção, de acordo com as disposições do capítulo segundo do estatuto, que deve reger a vida da sociedade e a relação dos associados entre si, cuja leitura mandou proceder, lidos e explicados, artigo por artigo, foi o estatuto submetido a discussão e como não houvesse nenhuma objeção aos dispositivos que nele se contém resolveram os presentes aprová-lo unanimemente. Depois de declarar definitivamente constituída de hoje para o futuro a Cooperativa Agropecuária Mourãoense Limitada, o Presidente convidou os presentes a subscreverem as quotas-partes de capital, necessárias a cobertura do capital mínimo estabelecido no artigo 14º, do capítulo IV do estatuto social, o que foi feito pelos seguintes: Lourenço Tenório Cavalcanti, brasileiro, casado, residente no município de

Peabiru; Joaldo Saran, brasileiro, casado, residente no município de Barbosa Ferraz; Eralino José Guadagnin, brasileiro, casado, residente no município de Campo Mourão; Theodoro de Andrade, brasileiro, casado, residente no município de Campo Mourão; João Maria Teodoro de Oliveira, brasileiro, casado, residente no município de Campo Mourão; Chafic Simão, brasileiro, viúvo, residente no município de Campo Mourão; Alcídio Bregoni, brasileiro, casado, residente no município de Campo Mourão; Ermindo Appelt, brasileiro, casado, residente no município de Mamborê; Sebastião Evangelista Bezerra, brasileiro, casado, residente no município de Campo Mourão; Etelvino Eduardo Manfrin, brasileiro, casado, residente no município de Campo Mourão; Franz Kaizer, apátrida, casado, residente no município de Campo Mourão; Martin Kaizer, apátrida, casado, residente no município de Campo Mourão; Orlando Palaro, brasileiro, casado, residente no município de Campo Mourão; Antoninho Luiz Guadagnin, brasileiro, casado, residente no município de Campo Mourão; Pedro Guerrero, brasileiro, casado, residente no município de Campo Mourão; Arnildo Guadagnin, brasileiro, casado, residente no município de Campo Mourão; Manoel Geraldo de Souza, brasileiro, casado, residente no município de Campo Mourão; Atilio Jaco Ferri, brasileiro, casado, residente no município de Campo Mourão; Takeshi Ojima, japonês, casado, residente no município de Campo Mourão; Silvio Gomes, brasileiro, casado, residente no município de Campo Mourão; Bruno Gehring, brasileiro, casado, residente no município de Campo Mourão; Benedito Rodrigues, brasileiro, casado, residente no município de Campo Mourão; Balduino José dos Santos, brasileiro, casado, residente no município de Campo Mourão; Elias Semighem, brasileiro, casado, residente no município de Campo Mourão; Crecio Costa, brasileiro, casado, residente no município de Campo Mourão; Felipe Costin, brasileiro, solteiro, residente no município de Campo Mourão; João Teodoro de Oliveira, brasileiro, casado, residente no município de Campo Mourão; Fioravante João Ferri, brasileiro, casado, residente no município de Campo Mourão; Ildfonso Cesar Ferri, brasileiro, casado, residente no município de Campo Mourão; Benito Ildfonso Ferri, brasileiro, casado, residente no município de Campo Mourão; Vitor Alessi, brasileiro, casado, residente no município de Campo Mourão; Moacir José Ferri, brasileiro, casado, residente no município de Campo Mourão; Luiz Antonio Carolo, brasileiro, casado, residente no município de Campo Mourão; Jorge Gonçalves dos Santos, brasileiro, casado, residente no município de

Campo Mourão; José Casuca da Silva, brasileiro, casado, residente no município de Campo Mourão; Gedeão de Lima, brasileiro, casado, residente no município de Campo Mourão; João Cordeiro da Silva, brasileiro, casado, residente no município de Campo Mourão; Olindo Monte, brasileiro, casado, residente no município de Campo Mourão; Paulo Costa de Faria, brasileiro, casado, residente no município de Campo Mourão; Augusto, Angelo Tonello, brasileiro, casado, residente no município de Campo Mourão; Raimundo Marques, brasileiro, casado, residente no município de Campo Mourão; Susumu Takassu, japonês, casado, residente no município de Campo Mourão; Jaime Jovino Vendramin, brasileiro, casado, residente no município de Nova Cantu; José Alves Pereira, brasileiro, casado, residente no município de Campo Mourão; Emílio Gimenes, brasileiro, viúvo, residente no município de Campo Mourão; Joaquim Alves Feitosa, brasileiro, casado, residente no município de Campo Mourão; Lino Weber, brasileiro, casado, residente no município de Campo Mourão; Nelson Teodoro de Oliveira, brasileiro, solteiro, residente no município de Campo Mourão; Evaldo Tierling, brasileiro, casado, residente no município de Campo Mourão; Dirceu Sponholz, brasileiro, solteiro, residente no município de Mamborê; Paulo Teixeira Duarte, brasileiro, casado, residente no município de Campo Mourão; Emenegi Ido Carlos Dolci, brasileiro, casado, residente no município de Campo Mourão; Gelindo Stefanuto, brasileiro, casado, residente no município de Campo Mourão; João Anotnio Aguirre Lamenzon, brasileiro, casado, residente no município de Campo Mourão; José Varcílio Moreira, brasileiro, casado, residente no município de Mamborê; Gustavo Taborda, brasileiro, casado, residente no município de Campo Mourão; Milton Coutinho Machado, brasileiro, casado, residente no município de Mamborê; Waldemar Klobitz, brasileiro, casado, residente no município de Campo Mourão; Noé José Monteiro, brasileiro, casado, residente no município de Campo Mourão; José Paulino de Carvalho, brasileiro, casado, residente no município de Campo Mourão; João Batista Vieira Filho, brasileiro, casado, residente no município de Campo Mourão; Emenegildo Geraldo da Silva, brasileiro, casado, residente no município de Campo Mourão; Juvenal Manoel dos Santos, brasileiro, casado, residente no município de Campo Mourão; Adolfo Geraldo da Silva, brasileiro, casado, residente no município de Campo Mourão; Waldomiro Alves dos Santos, brasileiro, casado, residente no município de Campo Mourão; José Corsato, brasileiro, casado, residente no município de Campo

Mourão; Romão Martins, brasileiro, casado, residente no município de Campo Mourão; Kazuke Yano, brasileiro, casado, residente no município de Campo Mourão; Jorge Elizardo Garcia Arias, brasileiro, casado, residente no município de Campo Mourão; José Binotte, brasileiro, casado, residente no município de Campo Mourão; Jacob Bauman, brasileiro, casado, residente no município de Campo Mourão; Waldir José Ferri, brasileiro, solteiro, residente no município de Campo Mourão; José Maria Pereira Sobrinho, brasileiro, casado, residente no município de Campo Mourão; Joaquim Inácio Pereira, brasileiro, casado, residente no município de Campo Mourão; Durval Correa de Souza, brasileiro, casado, residente no município de Campo Mourão; Madeireira Clauri Ltda., pessoa jurídica de exploração agropastoril e extrativa sita no município de Campo Mourão; Indústria e Comércio Trombini Sociedade Anônima, pessoa jurídica de exploração agropastoril e extrativa, sita no município de Campo Mourão; Odonel Procópio de Oliveira, brasileiro, casado, residente no município de Campo Mourão; Rosalino Mansueto Pazzinette Salvadori, brasileiro, casado, residente no município de Campo Mourão. A seguir o Presidente declarou suspensa a sessão pelo espaço de 30 minutos para ser procedida a eleição dos membros que deveriam preencher os cargos administrativos e fiscais previstos no estatuto aprovado, na qual tomariam parte somente os subscritores do capital. Decorridos os 30 minutos, foi pelo Presidente reaberta a sessão, e determinada a apuração do voto que apresentou o seguinte resultado: Para Presidente o Sr. Fioravante Ferri, brasileiro, casado, residente no município de Campo Mourão; para Vice-Presidente o Sr. Gelindo Stefanuto, brasileiro, casado, residente no município de Campo Mourão; para secretário o Sr. Nelson Teodoro de Oliveira, brasileiro, solteiro, residente no município de Campo Mourão; para Conselheiros os Srs. Jorge Elizardo Garcia Arias, Rosalino Mansueto Pazzinete Salvadori, Susumo Takasu, para membros efetivos do Conselho Fiscal os Srs. Osonel Procópio de Oliveira, Joaldo Saran, Theodoro de Andrade, e para suplentes dos membros os Srs. José Binote, Sebastião Evangelista Bezerra, e Martins Kaiser; e para suplentes de Conselheiros os Srs. Emílio Gimenes, Lourenço Tenório Cavalcante e Armindo Appelt, e todos eleitos por aclamação. O Sr. Presidente a seguir, proclamou os eleitos empossados nos respectivos cargos. A seguir passou a palavra para vários oradores, que dela fizeram uso para se congratularem com a eleição. O Sr. Presidente nada mais havendo a tratar, declarou encerrada a

sessão. Eu Paulo China, secretário, designado pelo Presidente da mesa, lavrei a presente Ata, a qual lida e julgada conforme vai assinada por mim, pelo Presidente e pelos associados fundadores, como declaração expressa da vontade de constituírem a Cooperativa.

Campo Mourão, 28 de novembro de 1.970.

Cópia autêntica extraída do livro de Atas 01 (zero hum) da Assembleia Geral Extraordinária às folhas 1 (frente e verso), 2 (frente e verso), 3 (frente) da cooperativa agropecuária mourãoense Ltda. "Coamo", lavrada aos 28 (vinte e oito) dias do mês de novembro de hum mil, novecentos e setenta.

APÊNDICE 1

As entrevistas foram realizadas com 43 agricultores de diferentes municípios da região de Campo Mourão. O presente modelo de entrevista, foi semi-estruturado, de forma a obter respostas abertas, assim sendo, ao conduzir às entrevistas as perguntas foram adaptadas de acordo com as respostas do entrevistado. Além desse modelo de entrevistas foram utilizados outros modelos para contemplar pesquisadores do assunto e funcionários da cooperativa.

Nome:

Endereço:

1. Desde quando é associado da COAMO?
2. Quando chegou a Campo mourão?
3. Como adquiriu suas terras?
4. Qual tamanho de sua propriedade? Qual sua renda?
5. O que você planta na propriedade? Quanto produz por alqueire? Qual o lucro?
6. Vocês trabalham em quantas pessoas na propriedade?
7. Qual o tipo de maquinário utilizado?
8. Qual a maior dificuldade em ser um agricultor atualmente?
9. Qual a sua relação com a cooperativa COAMO?
10. Qual a assistência que você recebe da cooperativa?
11. É suficiente? O que ainda precisa para melhorar?
12. Você já conversou com o Diretor da cooperativa? (engenheiro agrônomo José Aroldo Gallassini) Gostaria de conversar? Sobre qual assunto?
13. Você sabe qual é a diretoria da cooperativa?
14. O que você espera da cooperativa?
15. O que você pode contribuir para melhorar a cooperativa?
16. O que você acha dos auxílios governamentais para o cooperativismo?
17. O que você acha que o governo poderia fazer para melhorar a agricultura brasileira?

18. Mas o que você espera do governo?
19. O que você tem ajudado em sua comunidade?
20. No que a cooperativa tem contribuído para sua cidade?
21. O que a cooperativa poderia contribuir?
22. O que a COAMO poderia fazer para melhorar a sua qualidade de vida?
23. Você conhece os princípios cooperativistas? Quais são eles?
24. Você conhece o estatuto da COAMO?
25. Você já emprestou dinheiro do credicoamo? Conseguiu pagar? Teve dificuldade para pagar? Por quê?
26. Atualmente você tem passado por dificuldades financeiras? Quais? Por quê?
27. Tem dinheiro na poupança? Vai comprar mais terras? Onde?
28. Você se considere um agricultor próspero?
29. Seus filhos estudam em escola particular ou público? O ensino é bom?
30. Sua esposa trabalha fora? Qual a renda?
31. Sua renda é suficiente?
32. Qual renda que seria suficiente?
33. Qual a relação da cooperativa com a igreja?
34. Financia pelo PRONAF.
35. Importância do auxílio.
36. O que consome e compra de produtos que são industrializados pela cooperativa.
37. Qual a opinião sobre as políticas de reforma agrária e assentamentos rurais.
38. Sua opinião em investimentos na diversificação de produtos.
39. Já comprou produtos que não precisava?
40. Quantos alqueires são necessários para sobreviver?
41. De uma opinião ou sugestão para a agricultura brasileira.
42. Quais as medidas de preservação ambiental?